

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

MATHEUS SINDER NUNES HERDY COELHO

**O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista,
fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870)**

Niterói – RJ

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

MATHEUS SINDER NUNES HERDY COELHO

**O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista,
fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Setor: História Contemporânea I

Orientação: Prof. Doutor Luiz Fernando Saraiva

Niterói – RJ

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S615n Sinder, Matheus
O Nascimento da Indústria no Brasil : Economia escravista,
fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870) / Matheus
Sinder. - 2023.
388 f. : il.

Orientador: Luiz Fernando Saraiva.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de História, Niterói, 2023.

1. Indústria. 2. Escravidão. 3. Capitalismo. 4.
Modernização. 5. Produção intelectual. I. Saraiva, Luiz
Fernando, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

MATHEUS SINDER NUNES HERDY COELHO

**O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista,
fábricas e capitalismo no século XIX (1808-1870)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Setor: História Contemporânea I

Orientação: Prof. Doutor Luiz Fernando Saraiva

Aprovado em: ____/____/____

Prof.Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFF) – Orientador

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF) – Arguidor

Prof. Dr. Michel Deliberali Marson (UNIFAL) – Arguidor

Dedicado a Manoel Veloso Sinder (in memorian)

“Somos moderninhos. Estamos sempre atrás da modernidade. Cada onda de modernidade é pau no lombo do povo, evidentemente”

Maria da Conceição Tavares

Agradecimentos

Os agradecimentos de uma dissertação de mestrado tem uma conotação diferente dos agradecimentos feitos em uma monografia. Este último versa por garantir a lembrança de todos aqueles que de alguma maneira passaram pela longa trajetória de quatro anos e meio da graduação. Já os agradecimentos desta dissertação não têm por objetivo assegurar a memória dos dois anos que se passaram, mas antes de reconhecer e reverenciar quem enfrentou desafios e conquistas comigo no decorrer desse tempo. Portanto, meus agradecimentos se dirigem aqueles que nesse curto e também tumultuado espaço de dois anos fez com que achássemos mais uma vez o tom, encontrássemos novamente um acorde com lindo som e fizeram com que ficasse bom o nosso cantar (e espero também essa dissertação).

Agradeço primeiro a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo investimento através da bolsa de fomento. Sem esse investimento além de ser inviável concretizar essa pesquisa científica também seria mais instável atravessar uma pandemia e seus desafios. Agradeço também ao presidente Lula e a presidenta Dilma por promover amplas políticas públicas que me trouxeram até aqui e me fizeram o primeiro mestre da família.

Agradeço aos funcionários do PPGH da UFF e aos funcionários do Arquivo Nacional que contribuíram para que os trâmites, as reservas de documentos e a pesquisa em si fosse, viáveis.

Agradeço aos professores que ministraram as disciplinas cursadas na pós-graduação, tão essenciais para essa dissertação, professor Paulo Terra, professora Mônica Martins, professor Cezar Honorato e professor Luiz Eduardo Simões.

Ao professor Carlos Gabriel um agradecimento especial não apenas por compor esta banca, mas principalmente por acompanhar o desenvolvimento desse trabalho desde a graduação. Suas indicações de livros, textos, autores e seu posicionamento historiográfico honesto influenciaram este trabalho e me ensinaram muito o que é ser um bom profissional.

Agradeço também ao professor Michel Marson por realizar os primeiros comentários no início do mestrado a essa pesquisa e por agora compor esta banca.

Agradeço também a professora Maria Alice Rosas Ribeiro pelos comentários a esta pesquisa. Assim também ao professor Alcides Goulart Filho, à professora Cláudia Chaves e aos membros da Red de Historia Económica Iberoamericana por comentários críticos ao trabalho.

Agradeço ao LABHOI pela formação continuada que vem me proporcionando desde o terceiro período de graduação, especialmente às professoras Ana Maria Mauad, Hebe Mattos e Martha Abreu pelo apoio, incentivo e ensinamentos, sendo o LABHOI não apenas um espaço de aprimoramento científico e cidadão na minha vida, mas um lugar que eu tenho orgulho de chamar e de me sentir em casa.

Agradeço aos parceiros do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e Social (NEPHES) pelos comentários, estudos conjuntos e leituras críticas que fizeram. Esse jovem e fortalecido Laboratório já está dando e dará ainda muitos frutos. Ressaltando Clemente Pena, Augusto Fagundes, Guilherme Giesta, Demétrio Santos, Fernanda Carolina dos Santos e Camila.

Agradeço a Thiago Mantuano pela parceria, indicações de livros, documentos e fontes e também parcerias de trabalho. Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa Eulália e Bárbara, especialmente aos parceiros que comigo organizaram o retorno da Jornada Discente de História Econômica e todos aqueles que contribuíram para que ela acontecesse.

Um agradecimento muito especial ao mais novo professor da Faculdade de Economia da UFF: Thiago Alvarenga. Que antes de se tornar professor concursado foi meu professor de Minicurso em meados de 2016 e de lá pra cá seu apoio, orientação, atenção e companheirismo foram essenciais em cada etapa: graduação, mestrado e na prova de doutorado.

Agradeço também aos meus queridos amigos Arthur Porto, Danielle Freire, Paula Moraes e aos meus companheiros friburguenses Kayo, Hítala, Liz, Gabriela, Mateus e Julio Cesar por estarem comigo no decorrer desses dois anos e especialmente pela paciência. Um agradecimento especial para Bernardo Mayer, meu amigo e apoio para todos os momentos e quem eu amo de coração, tem muito de você nessa dissertação. Eu espero que goste, ela também é dedicada pra você.

Agradeço enormemente ao meu orientador, professor e amigo Luiz Fernando Saraiva. Luiz, como bom mestre, me apontou o caminho das pedras e permitiu que eu tivesse autonomia para dar meus próprios passos. Sempre muito solícito, Luiz foi socorro em todos os momentos que precisei. Agradeço também a minha co-orientadora, Rita Almico, uma grande professora que me ensina a cada comentário e que com sua generosidade me abraçou. Vocês são meu exemplo de profissão e de vida

Agradeço a Ananda e Paula por não largarem minha mão nessa jornada. Cada abraço, sorriso e lágrima que vivenciamos juntos nesses dois anos foram razões para eu continuar. Muito obrigado por tudo.

Agradeço a Carolina Machado que em meio a tantos desafios e dificuldades dos últimos anos conseguimos juntos grandes conquistas. Conquistas essas que não serão as últimas. Essa dissertação não tem só o seu apoio, mas o seu empurrão também. Obrigado por ser a voz de sensatez e calma nos momentos mais confusos. Obrigado por tudo, por chorar o meu choro, por sorrir meu sorriso, valeu por você existir amiga, te amo.

Agradeço a Ana, meu amor inesperado, que não apenas foi o resumo da minha felicidade em meio a esse ciclo tão difícil como também a certeza de que dias melhores se aproximam. E sambando assim bem miudinho ela foi essencial para a entrega dessa dissertação, meu último fôlego de pesquisa veio dela e da ajuda dela. Muito obrigado por acreditar, por entender cada momento e por embarcar em cada uma dessas fábricas comigo. Te amo em todos os detalhes, você é o presente mais especial que ganhei nesses dois anos.

Agradeço a minha irmã Sarah. Agradeço a minha Júlia, cada etapa dessa vencida tem como propósito abrir os caminhos pra você. Agradeço aos meus pais, Manoel e Izabel, minhas inspirações de vida e de humanidade. Obrigado por fazerem de tudo para que eu pudesse chegar aqui, amo vocês.

A todos vocês, só posso dizer que a gente vai ser feliz porque todo show tem que continuar

RESUMO

Propomos nessa dissertação interpretar a relação entre indústria e escravidão no Brasil oitocentista. Nossa proposta está em incluir o desenvolvimento das atividades fabris em duas novas perspectivas: considerá-los a luz da construção do capitalismo no Brasil e o fortalecimento da escravidão no século XIX, e, também, adicionar os empreendimentos manufatureiros do oitocentos do Brasil dentro da história da indústria e industrialização nacional. Nesse sentido, pretendemos demonstrar fortes indícios da relação sinérgica entre indústria e escravidão através da utilização de escravizados nas atividades industriais, na argumentação de proprietários de fábricas sobre a necessidade de novos escravizados para o crescimento do setor fabril e a relação entre as mercadorias produzidas nessas fábricas com o recrudescimento do tráfico ilegal de escravizados. Isso significa que no período anterior a década de 1870 foi consolidado no Brasil um tipo de indústria que tinha como sua principal característica as relações sociais da escravidão. Para isso, pretendemos também dimensionar o tamanho dessa Indústria em território nacional e seus setores dinâmicos e sua participação nas pautas de exportações. Dessa maneira, será possível observar o processo de modernização da economia brasileira concomitante com a expansão da escravidão.

Palavras Chave: Indústria, escravidão, modernização, capitalismo

Abstract

In this dissertation, we propose to interpret the relationship between industry and slavery in nineteenth-century Brazil. Our proposal is to include the development of factory activities in two new perspectives: considering them in the light of the construction of capitalism in Brazil and the strengthening of slavery in the 19th century, and, also, adding the manufacturing enterprises of the 19th century in Brazil within history of industry and national industrialization. In this sense, we intend to demonstrate strong evidence of the synergistic relationship between industry and slavery through the use of enslaved people in industrial activities, in the arguments of factory owners about the need for new enslaved people for the growth of the manufacturing sector and the relationship between the goods produced in these factories with the resurgence of the illegal slave trade. This means that in the period prior to the 1870s, a type of industry was consolidated in Brazil that had as its main characteristics the social relations of slavery. For this, we also intend to measure the size of this Industry in the national territory and its dynamic sectors and its participation in the export basket. In this way, it will be possible to observe the process of modernization of the Brazilian economy concomitant with the expansion of slavery.

Keywords: Industry, slavery, modernization, capitalism

Lista de Gráficos

1. Quantidade de Fábricas por setor produtivo na Bahia em 1845-----	146
2. Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1854-----	148
3. Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1855-----	149
4. Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1857-----	150
5. Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1858-----	151
6. Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1860-----	152
7. Quantidade de fábricas por setor no Maranhão em 1859-----	166
8. Quantidade de fábricas por setor no Maranhão em 1868-----	171
9. Quantidade de fábricas por setor no Pará em 1869-----	174
10. Quantidade de fábricas por setor em Pernambuco em 1860-----	176
11. Quantidade de fábricas por setor em Pernambuco em 1870-----	177
12. Quantidade de fábricas por setor no Rio Grande do Sul em 1849-----	183
13. Trapiches Alfandegados por ano (1845-1870)-----	200
14. Quantidade de fábricas na cidade do Rio de Janeiro até 1870-----	205
15. Quantidade de fábricas na cidade do Rio de Janeiro-----	206
16. Firms, Companhias e Sociedades Industriais no Rio de Janeiro (1845-1870)-	209
17. Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1845-----	209
18. Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1850-----	210
19. Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1855-----	211
20. Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1860-----	212
21. Quantidade de fábricas do setor de Fumo e Vestuário e Limpeza no Rio de Janeiro por ano-----	212
22. Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1870-----	213
23. Porcentagem de fábricas por setor na Região Portuária em 1845-----	215
24. Porcentagem de fábricas por setor na Região Portuária em 1855-----	215
25. Quantidade de fábricas por setor na Região Portuária em 1870-----	217
26. Fábricas localizadas na região central do Rio de Janeiro-----	221
27. Quantidade de fábricas na província do Rio de Janeiro-----	223
28. Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1840-----	245
29. Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1845-----	245
30. Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1850-----	246

31. Exportações de manufaturados por região de destino em 1840-----	248
32. Exportações de manufaturados por região de destino em 1845-----	248
33. Exportações de manufaturados por região de destino em 1850-----	249

Lista de Tabelas e Quadros

Quadro 1: Conceitos de Oficinas, fábricas, manufaturas, fazendas manufaturadas e Sistema fabril no Brasil-----	80
Quadro 2: Provisões concedidas pelo Tribunal da Junta de Comércio para fábricas fora da região fluminense-----	134
Tabela 1: Total de fábricas encontradas por província nos Almanques-----	140
Quadro 3: Categorias Fabris-----	145
Quadro 4: Fábricas com os mesmos proprietários na Bahia em 1854 que permaneceram em 1860-----	153
Tabela 2: Manufaturados da Bahia Exportados para países estrangeiros (1854-1857)--	154
Tabela 3: Manufaturados da Bahia exportados para países estrangeiros (1857-1860)--	155
Tabela 4: Manufaturados da Bahia exportados para as demais províncias do Império (1854-1857)-----	155
Tabela 5: Manufaturados da Bahia exportados para as demais províncias do Império (1857-1860)-----	156
Tabela 6: Manufaturados no Maranhão exportados para países estrangeiros-----	168
Tabela 7: Manufaturados no Maranhão exportados para países estrangeiros (1861-1864)-----	169
Tabela 8: Manufaturados no Maranhão exportados para outras províncias (1861-1864)-----	170
Tabela 9: Fábricas encontradas na Província do Rio de Janeiro por setor-----	226

Tabela 10: Anúncios totais de escravos operários nos anos de 1840, 1845, 1850-----	230
Tabela 11: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio por década na Corte----- -----	235
Tabela 12: Fábricas encontradas na Corte na década de 1840-----	235
Tabela 13: Mapa de exportações da Corte (1843-1844)-----	241
Tabela 14: Demonstração Comparativa da exportação do Rio de Janeiro (1839-1840, 1844-1845)-----	243
Tabela 15: Mercadorias manufaturadas exportadas em viagens negreiras (1840, 1845, 1850)-----	252

Lista de Imagens

Imagem 1: Sapataria, Gravura de Jean Baptist Debret-----	58
Imagem 2: Companhia de Luz Esteárica-----	61
Imagem 3: Atual fachada da antiga Companhia de Luz Esteárica-----	61
Imagem 4: Fazenda Manufaturada de Rapé da Meuron & Companhia no Andaraí-----	63
Imagem 5: Solar do Unhão, antiga fábrica de Rapé da Meuron & Companhia-----	64
Imagem 6: Bicho da Seda retrada em pedido de provisão, 1814-----	132
Imagem 7: Fábrica de Rapé Meuron & Companhia na Bahia em 1837-----	159
Imagem 8: Mapa da Fazenda Manufaturada de Antonio Maria Quartin em São Paulo----- -----	181
Imagem 9: Fábrica de Gás do Aterrado-----	218
Imagem 10: Fachada da antiga fábrica de gás do aterrado-----	219

Lista de Mapas

Mapa 1: Indústrias Existentes em 1920-----	52
Mapa 2: Todas as fábricas encontradas no Norte do Brasil (1845-1870)-----	186
Mapa 3: Todas as fábricas encontradas no Sul do Brasil (1849-)-----	187
Mapa 4: Concentração escrava segundo o recenseamento de 1872-----	190
Mapa 5: Planta da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro----	220
Mapa 6: Todas as fábricas encontradas no Rio de Janeiro (1850-1870)-----	225

Sumário

Agradecimentos-----	7
Reusmo/Abstract-----	11
Listas-----	13
Introdução-----	19
1-Prelúdio: História e Historiografia da Indústria no Brasil-----	31
1.1-Pré-Indústria e Proto-Indústria: Debate e Revisão-----	42
1.2-As primeiras fábricas-----	56
1.3- Técnica e Tecnologia nos primórdios da Indústria-----	71
2-Capitalismo e Indústria: o prisma da escravidão-----	81
2.1-Indústria e Capitalismo-----	84
2.2- Capitalismo e Escravidão-----	94
2.3- Escravidão e Indústria-----	109
3-Para além da Pré-Indústria e Proto-Indústria: as fábricas que distinguem o Brasil-----	124
3.1- A Indústria Fabril no Brasil-----	126
3.2- Bahia-----	146
3.3- Maranhão e Pará-----	165
3.4- Pernambuco e Ceará-----	175
3.5- Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul-----	179
3.6- Indústria Escravista no Brasil-----	184
4- A Grande Oficina do Brasil: A Indústria Escravista no Rio de Janeiro-----	192
4.1- O Rio de Janeiro do Século XIX-----	193
4.2- Uma cidade fabril-----	197

4.3- Para além da capital: o outro Rio-----	222
4.4- A Indústria Escravista no Rio de Janeiro-----	226
Epílogo -----	258
Anexo I - Fábricas encontradas nos processos de pedido de provisão no Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (1809-1850) -----	264
Anexo II - Exportações de Mercadorias Manufaturadas nas fábricas nacionais pelo porto do Rio de Janeiro em 1840, 1845 e 1850 -----	281
Bibliografia-----	376

Introdução

Para iniciar essa dissertação gostaria de primeiramente convidar o leitor e leitora a fazer um rápido e breve exercício. Observe a sua frente e a sua volta o máximo de elementos que conseguir e perceba que todos foram produzidos em uma fábrica: do computador até a folha de papel; do piso no chão até a tinta na parede. A cadeira, o sofá, a cama, a roupa, o celular conectado ao sinal de um satélite e os microprocessadores dos aparelhos eletrônicos todos esses elementos são produzidos em indústrias. Todos eles são fabricados em fábricas.

Foi a partir desse exercício, pelos idos de 2011, que surge pela primeira vez na minha memória a palavra Revolução Industrial. Foi na antiga sétima série, atual oitavo ano, quando essa matéria foi dada no Colégio Estadual Augusto Spinelli pelo professor Paulo. Como sempre gostei de História, antes do dia da aula peguei o livro didático e li o capítulo sobre Revolução Industrial. Cheguei na sala acreditando que já sabia toda a matéria, porém o professor Paulo inicia a aula com a seguinte pergunta aos alunos: qual a primeira coisa que fizeram hoje ao acordar? A partir das respostas o professor foi mostrando como cada item daqueles citados tinha sido fabricado em uma indústria. Ali eu percebi que o mundo do capítulo que eu li no livro didático era o mundo em que eu vivia: um mundo industrial.

O mundo industrial em Nova Friburgo não era desconhecido. A cidade possuía indústrias significativas, especialmente no setor têxtil e metal-mecânico. As grandes fábricas do setor têxtil fecharam as portas quando a abrupta abertura econômica dos anos 1990 ocorreu, Arp, Ypu e Filó se transformaram em enormes prédios vazios e abandonados que deixavam marcado na cidade os tempos de polo industrial da moda

íntima. Já o setor de metal-mecânico resistiu relativamente bem aos impactos da abertura. Dois anos após o meu ensino fundamental a fábrica de fechaduras e cadeados Stam inaugurou a maior (e mais moderna) oficina de ferramentaria da América Latina. A palavra oficina aqui não é por acaso. A Stam sendo uma fábrica de grande porte possui dezenas de oficinas, como as oficinas de galvanização, de furação e dentre muitas outras a ferramentaria. Trabalhar nessa nova ferramentaria era o sonho de muitos dos funcionários da Stam e mesmo de funcionários de outras fábricas, especialmente pelo alto nível dos salários. Mas para isso era necessário o conhecimento em tecnologia de Comando Numérico Computadorizado (CNC). As novas máquinas operam a partir de programas e códigos de maneira que um único trabalhador poderia vigiar várias máquinas funcionando “sozinhas” ao mesmo tempo.

Em uma cidade como Friburgo as oportunidades de emprego são limitadas, o que aprendi dos meus familiares desde pequeno é que poderíamos trabalhar no comércio local, trabalhar em fábricas ou ser funcionário público. Diante dessa realidade, logo no início do primeiro ano do ensino médio entrei em um curso de Programador e Operador de Torno e Centro de Usinagem à CNC. Quando na época me perguntavam qual seria minha profissão eu geralmente respondia: “vou ser um Lula computadorizado, um torneiro que digita códigos”. Naquele momento a certeza era de que ao fim do curso uma vaga de emprego seria certa na cidade, principalmente porque consegui uma carta de estágio na fábrica Fermoplast, responsável por produzir acessórios e aviamentos e que possuía uma ferramentaria inteira em CNC. Embora essa fosse a certeza, o sonho era trabalhar como programador de CNC na Petrobrás. Além de ingresso via concurso público, o que garantiria a minha estabilidade profissional, a Petrobrás também contava com os salários mais altos do setor. E as notícias eram as melhores: a descoberta do pré-sal era o

passaporte para uma chuva de empregos para mecânicos de manutenção industrial, eletricitas industriais, torneiros mecânicos, soldadores e claro, torneiros CNC.

Aos olhos da família o meu futuro estava garantido. Especialmente para o meu avô, Manoel Veloso Sinder, que trabalhou como faxineiro do Senai. Antes mesmo de terminar o curso de CNC outra oportunidade surgiu para mim. Dessa vez pelo PRONATEC, o Programa Nacional de Ensino Técnico, uma política pública desenvolvida pelo então governo de Dilma Rousseff. Através da minha nota no SAERJ consegui a bolsa para fazer o curso de Técnico em Mecânica no Senai. A esperança então crescia porque o curso técnico era sinônimo de melhores oportunidades e salários maiores, afinal, com ele eu não me limitaria a ser “um peão de chão de fábrica”, mas também um organizador dos setores produtivos de uma fábrica.

Porém, foi mais ou menos por aí que a esperança foi se convertendo em preocupação. As notícias que chegavam era que a Petrobrás estaria quebrada, que as pessoas estavam sendo demitidas e que dificilmente haveria novos empregos em fábricas. Lembro da comoção de um professor de mecânica de manutenção que havia se desligado do Senai porque conseguiu uma vaga na fábrica da FIAT e retornou desesperado pedindo o emprego de professor novamente porque a FIAT tinha cancelado as contratações e estava demitindo pessoal. Àquela altura a crise já tinha nome, ou melhor, nomes. Eduardo Cunha, Sérgio Moro, FIESP, Lava-Jato paralisaram o país. Na minha mente de jovem adolescente seria algo passageiro e as coisas iriam melhorar.

Graças ao PRONATEC consegui boas notas nas disciplinas de química e física no ENEM (já que no Colégio por vezes não tínhamos professores dessas disciplinas). O plano inicial seria seguir na mesma área do conhecimento e trilhar o caminho padrão para quem fazia técnico em mecânica industrial: seguir alguma engenharia. Minha opção era

pela Engenharia de Produção, gostava mais do funcionamento de uma fábrica e sua organização do que propriamente a invenção de máquinas e etc que uma engenharia mecânica obrigaria e não era afeito ao reparo de equipamentos. Porém, com meus 17 anos, no momento de escolher a faculdade no SISU desisti de tudo e optei por cursar História. Naquele momento da adolescência meu pensamento foi: com a Engenharia posso até ficar rico, mas não serei feliz como vou ser na História.

Em razão de uma das mais longas greves da história do ensino superior, a greve de 2015, minha entrada na universidade foi adiada para abril de 2016. E é aqui que a história dessa dissertação de fato começa. Nesse período entre o SISU (janeiro de 2016) e o início das aulas em abril comecei a estudar para já estar preparado para o meu primeiro semestre no curso de história. Estudar História pra mim ainda era um caminho de encontro com “A Verdade”, com “os fatos” e como não possuía internet em casa ia todos os dias até a biblioteca municipal para ler os mais variados livros didáticos de história.

Foi em uma dessas visitas à biblioteca municipal de Nova Friburgo que encontrei um livro de antropologia chamado “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”. Eu não sabia sequer quem era Darcy Ribeiro, meu cálculo tinha sido de que como uma das primeiras disciplinas da graduação era antropologia eu precisava saber alguma coisa a respeito. Lendo “O Povo Brasileiro” me deparei logo na introdução com uma pergunta que me incomodou demais, incomoda até hoje, e que pretendo que essa dissertação contribua de alguma maneira para responder. Darcy se perguntava: por que o Brasil não deu certo? Naquele momento a pergunta ecoava na realidade, meus pais estavam nos últimos meses do seguro-desemprego e o partido que eles me ensinaram a votar estava levando um golpe para implementar um projeto chamado “Ponte para o Futuro”. Eu, menino de 17 anos, fui daqueles que acreditaram que o impeachment da presidenta Dilma não fosse se concretizar. Também fui aquele que achou que a realidade seria mais branda,

afinal, eu possuía diplomas do Senai. E foi com essa esperança que vim para Niterói e logo no primeiro dia corri para buscar emprego na indústria naval da cidade. Como existiam muitos estaleiros em Niterói e todos eles precisam de torneiros, fresadores, retificadores, ferramenteiros, operadores de CNC e programadores de CNC eu tinha a certeza de que encontraria emprego. Lembro nitidamente quando sob o sol quente do Rio de Janeiro me dirigi ao primeiro estaleiro que encontrei na Ponta da Areia com o currículo na mão e trombei com uma legião de homens, peões de fábrica, vindo na minha direção cabisbaixos, revoltados e alguns chorando. Lembro de um deles virar pra mim e como em um filme disse: “todo mundo aqui foi demitido garoto”. Os ventos do neoliberalismo tacanho imposto ao povo brasileiro e alheio às urnas demonstrava um de seus lados mais rígidos.

As condições de vida deterioraram, mas não a inquietação. Afinal, porque o Brasil não deu certo? Porque perdemos nosso passaporte para o futuro? Porque as fábricas que eu tinha como emprego certo se fechavam? A resposta para essas perguntas, digamos que eu encontrei na disciplina oferecida pelo professor Luiz Fernando Saraiva, hoje meu orientador. Não que eu as tenha encontrado, no quinto período do curso de história, já em 2018, eu sabia que a história não era como nos livros didáticos. Ela era construída, dávamos até um nome pra isso: historiografia. E na disciplina do professor Luiz Fernando Saraiva foi isso que aprendemos a partir da perspectiva histórica de Joseph Fontana, em “História, análise do passado e Projeto Social”. Toda história confeccionada tem uma economia-política por trás. Lembro da frase que o professor Saraiva falava em aula: “ou você domina a teoria ou ela domina você. Ou você domina a historiografia ou ela domina você.”. Lemos os principais autores do clássico debate sobre economia colonial: Roberto Simonsen, Fernando Novais, Caio Prado Júnior, passando por Celso Furtado, Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, João Fragoso, Manoel Florentino, Jobson de Andrade

Arruda, André Vilella, Ricardo Salles, Rafael Marquese e outros. Em debate: as origens do atraso brasileiro, ou do suposto atraso brasileiro, ou as origens do arcaísmo brasileiro. A cada novo texto as questões se aproximavam da minha (e do Darcy Ribeiro também) pergunta inicial: por que o Brasil não deu certo? Todos aqueles autores apresentaram respostas diferentes para isso e eu ora concordava com um ora concordava com outro.

Porém, foi um autor específico que mais me chamou atenção: Geraldo Beauclair. Esse professor da UFF escreveu o livro “Raízes da Indústria no Brasil”. Confesso que a leitura deu um verdadeiro nó na minha cabeça. A pergunta que antes era única, “por que o Brasil não deu certo?”, se transformou em muitas: como assim existiam fábricas na época da escravidão? Se existia fábrica no Brasil desde o início, por que não conseguimos modificar a base da nossa economia? Ora, se havia indústrias no Brasil no início do XIX não éramos tão atrasados economicamente assim, de onde surgiu o atraso? E se éramos modernos como pode a escravidão se fortalecer ao mesmo tempo? Essas muitas perguntas me levaram a entrar em contato diretamente com o professor Geraldo Beauclair, que infelizmente veio a falecer logo em seguida. Minha certeza passou a ser uma: preciso seguir a trilha de vestígios deixada pelo professor Beauclair.

O primeiro a seguir essa trilha foi meu amigo Bernardo Mayer que para um trabalho de uma disciplina de faculdade foi ao Arquivo Nacional e viu a documentação que Beauclair tinha consultado. Bernardo me indicou quais eram as fontes e quando cheguei no Arquivo Nacional reservei as Caixas 424, 425, 246, 427e 428 da Coleção da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Ao me deparar com a documentação tive um espanto imediato: havia muito mais coisa do que o que fora analisado por Beauclair. Encontrei fábricas fora do Rio de Janeiro, fábricas que pediam auxílio do Estado e não recebiam, fábricas que pediam a proteção do Estado e recebiam, listas com os nomes ou a quantidade dos trabalhadores escravizados nessas fábricas,

menções a utilização de máquinas modernas, especialmente as máquinas a vapor. Essas e outras questões me levaram a continuar lidando com aquela documentação para encontrar respostas sobre a relação ente indústria e escravidão.

Após o encontro com as fontes, foi na disciplina do professor Carlos Gabriel Guimarães que as principais questões desta dissertação ganharam corpo, fôlego e caldo. Foi em sua disciplina “revolução industrial: uma discussão” que pude ter contato com os textos clássicos sobre dois temas muito pertinentes e atuais: o nascimento de uma sociedade e economia industrial e as origens do capitalismo. A partir de então comecei a questionar porque autores consagrados, como o próprio Beauclair, não observaram as indústrias no Brasil à luz desses dois temas. Porque a história da indústria no século XIX no Brasil estava descolada das transformações e revoluções daquele tempo?

A essa altura, já havia iniciado experiências acadêmicas mais sólidas. Fui bolsista de desenvolvimento acadêmico e de iniciação científica do Labhoi, monitor da disciplina de história do Brasil II e surpreendentemente monitor de História Medieval. Ao mesmo tempo trabalhava em uma livraria sebo em Niterói. Acredito que essas três experiências formaram uma perspectiva historiográfica que se propõe heterodoxa em suas conclusões.

A formatura, dentro do prazo, estava prevista para o primeiro semestre de 2020. Era preciso para isso realizar a pesquisa na documentação da Junta de Comércio no Arquivo Nacional, porém como eu trabalhava na livraria dividir a atenção entre universidade, trabalho e pesquisa seria um tanto difícil. E foi por isso que decidi conduzir a pesquisa de maneira acelerada nas férias de janeiro e fevereiro de 2020. Saía da loja às 15h da tarde e ia correndo para o Arquivo Nacional, de onde eu era o último a sair, fotografando os documentos da Junta de Comércio, mais especificamente os processos dos pedidos de provisão de fábrica. As fotos seriam utilizadas para quando eu fosse fazer

a pesquisa e escrever a monografia sem precisar me deslocar até o Rio de Janeiro. Mas o que eu não sabia era que no início daquele ano viria uma pandemia que forçaria o isolamento social e o fechamento de todas as instituições não essenciais.

No primeiro dia antes de decretarem o fechamento de tudo, meu antigo patrão se antecipou e demitiu todos os funcionários. Meu pai também foi demitido da loja de colchões em que trabalhava e assistimos de casa estarecidos, o que a natureza impôs ao mundo (ou a gravidade do que o mundo industrial impôs à natureza humana). Fiquei mais estarecido ainda quando vi o ministro da saúde pedindo com toda veemência possível que as pessoas não comprassem máscaras, porque elas seriam necessárias para o sistema de saúde e além de não encontrarem mais tantas no mercado internacional nosso país não produzia tantas máscaras para atender nossas demandas. Como um país soberano diante de uma emergência pode ser incapaz de reverter suas folhas industriais para produzir em massa algo tão simples quanto uma máscara?

O vírus se impôs por dois longos anos. E convocou a sociedade brasileira a repensar sua organização econômica e social: dependentes de insumos farmacêuticos da china; dependentes de máscaras de pano e dependente de uma série de outros artigos que não temos ainda a capacidade de produzir. As gotas de esperança vinham justamente daquilo que a ciência Brasileira tinha construído de mais nacional e mais soberano: a Fiocruz, o instituto Butantã e outras instituições públicas federais se engajaram em pesquisas e em imaginar alternativas.

Durante grande parte do século XX o Brasil figurou entre os 10 países mais industriais do mundo, a indústria Brasileira nos anos 1980 era uma das mais complexas do mundo. A industrialização brasileira chegou, se consolidou, declinou e as nossas principais mazelas continuaram: a concentração de renda e de riqueza, a miséria, a fome,

a pobreza e uma das mais avantajadas desigualdades do mundo. A pandemia expôs a carne, o osso e a espinha dessa estrutura. As primeiras pessoas infectadas? Ricos e de classe média alta em viagem pelo mundo. A primeira morte? Uma empregada doméstica. Esse país àquela altura parece que teimava em não querer dar certo. Mas aí eu já havia descoberto que ele só não dava certo para alguns. Para outros, o Brasil era como me ensinou a professora Rita Almico: uma terra de oportunidades.

Graças ao empenho diário nas férias para fotografar a documentação da Junta de Comércio foi possível escrever a monografia, voltar a trabalhar, passar no mestrado e continuar a pesquisa no mestrado. Afinal, os arquivos demoraram em reabrir, mas ainda assim a pesquisa não parou. E foi durante o mestrado que algumas escolhas foram feitas. A primeira delas em torno do objeto a ser estudo. O objeto não é o trabalho de escravizados nas fábricas, já muito bem analisado pelo professor Luiz Carlos Soares. O objeto também não era uma fábrica específica ou um “senhor e possuidor” de uma fábrica. Mas a própria fábrica.

É a partir desse objeto que tento, humildemente, gerar algum tipo de contribuição para a pergunta: porque o Brasil não deu certo para a maior parte do seu povo? Porque o “progresso” chega e tudo permanece como está? É necessário re-industrializar o Brasil, mas como fazer isso para que não se altere apenas os índices de produtividade e tecnologia, mas atinja a todos de forma equitativa e substantiva?

É para responder essas perguntas que escolhemos um momento chave: o encontro no devir da História da história da indústria, história do capitalismo e da história da escravidão. Nunca o mundo tinha sido tão industrial como no século XIX. Nunca o mundo tinha visto tantas relações capitalistas como no século XIX. Nunca o Brasil tinha visto tanta escravidão como no século XIX. Navegar pela conjunção dessas três histórias nos

conduziu até essa dissertação. E para isso, não bastava teoria, eram necessárias fontes, e fontes diversas. Por isso, utilizamos os processos do Tribunal da Junta de Comércio, os relatórios dos presidentes de províncias, os almanaques mercantis encontrados na hemeroteca digital, os relatórios do ministério da fazenda, os anúncios e notícias do Jornal do Comércio, entre outras utilizadas em menor escala.

Com essa combinação de perguntas e fontes dividimos essa dissertação em quatro capítulos: 1- Prelúdio: História e Historiografia da Indústria no Brasil; 2- Capitalismo e Indústria: o prisma da escravidão; 3- Para além da Pré-Indústria e da Proto-indústria: as fábricas que distinguem o Brasil e 4- A grande oficina do Brasil: a Indústria Escravista no Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo recebe o título de prelúdio não por acaso. Ele possui temas introdutórios demais para ser um capítulo, porém com discussões relevantes demais para ser apenas uma introdução. Nele pretendemos discutir algumas coisas simples: contexto geral sobre a indústria no século XIX, as principais interpretações sobre a indústria nesse período e pretendemos discutir alguns pontos complexos: o que é indústria no Brasil em meados do oitocentos? O que são essas fábricas? Há no Brasil sistema fabril? Qual é a especificidade de uma indústria em meio a sociedade escravista? Como se organizam essas fábricas? A resposta final é sabermos se então nossa indústria era atrasada ou moderna. E se moderna, em que termos?

No segundo capítulo o encontro do vértice da História (virada do século XVIII para o século XIX) ganha destaque. Discutimos primeiro a relação da indústria via revolução industrial com o capitalismo. Depois discutimos o próprio capitalismo em relação a escravidão e aí então poderemos finalmente discutir a relação da escravidão com a indústria. Ao final do capítulo pretendemos ter refletido sobre a inserção do Brasil via

escravidão na modernidade capitalista construída a partir das transformações da Revolução Industrial e como isso se deu a partir de um processo de modernização repleto de contradições, entre uma dessas contradições: a multiplicação de fábricas imersas na economia escravista.

Sabendo o que é uma fábrica no Brasil no século XIX e qual seu papel em uma indústria escravista é que podemos dar prosseguimento até o capítulo três. Nele buscamos construir um grande panorama da Indústria no Brasil no século XIX. Esse panorama é importante pois inscreve o período que se estende de 1808 até 1870 dentro da história do nosso processo de industrialização. Não pretendemos construir uma “história da indústria na Bahia” ou “história da indústria no Ceará”, mas antes responder às seguintes perguntas: o que o Brasil estava produzindo industrialmente nesse período? quais fábricas existiam? Quantas fábricas existiam no Brasil? Para quais mercados seus produtos eram vendidos? Qual sua relação com a escravidão? Acreditamos que esse olhar tenha prejuízos e vantagens. Prejuízos porque perde as minúcias dos acontecimentos e fatos, como também de perder um pouco das conjunturas regionais. Porém, acredito que será vantajoso termos pela primeira vez um panorama geral que vá além da junção do relato de diversos viajantes.

O último capítulo é aquele que consideramos como a parte mais relevante do argumento. Ao discutir a constituição da indústria escravista no Rio de Janeiro pretendo evidenciar as principais características da fase escravista da indústria no Brasil. Conjugando assim o papel do Estado na proteção de fábricas que utilizam o trabalho de escravizados e que tem suas mercadorias incorporadas ao circuito do tráfico ilegal. Ou seja, o crescimento industrial a partir da década de 1840 ocorre fundamentalmente pelo recrudescimento da escravidão.

Prelúdio: História e Historiografia da Indústria no Brasil

“Nenhum povo pode ser admitido na ordem das nações senão avança na carreira industrial”¹

Parecer do Tribunal da Junta de Comércio, 1838

“A indústria manufatureira segue logicamente na ordem das datas e fatos econômicos da indústria primordial, que é a agricultura, e tende a desenvolver-se quando os instrumentos de produção começam a superabundar nos trabalhos da lavoura”²

Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, 1864

“Se, porém o Brasil não pode aspirar ser uma nação eminentemente manufatureira, não quer isto dizer que não seja de maior conveniência criar e desenvolver indústrias fabris que alimentem o consumo interno do país e nos subtraiam a dependência do estrangeiro.”³

Espiridião Eloy de Barros Pimentel, 1864

De maneira concreta, a virada do século XVIII para o XIX foi responsável por um conjunto de revoluções que transformaram o mundo até então conhecido⁴. A primeira independência de uma colônia europeia nas Américas em 1776 e sua conformação institucional em uma república constitucional; a revolução francesa, a revolução escrava em Saint-Domingue e a revolução industrial foram responsáveis por construir novas

¹ARQUIVO NACIONAL. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Caixa 428. Pacote 2. Rio de Janeiro. 16 de Junho de 1838

²PROVÍNCIA, Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul Doutor Espiridião Eloy de Barros Pimentel. 10 de Março de 1864. P. 62

³PROVÍNCIA. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa provincial do Ceará pelo excelentíssimo senhor Doutor Lafayette Rodrigues Pereira. 1 de Outubro de 1864. P. 52

⁴HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**(1789-1848). São Paulo. Paz e Terra. 2012.

hegemonias e estabelecer novos rumos econômicos ao desenvolvimento de diversos países, sejam as antigas nações europeias ou os recém criados Estados na América Latina. Ao final desse período denominado por Hobsbawm como “era das revoluções”, por volta de 1848, o mundo caminhava rumo ao que ele chamou de “mundo industrial”, de acordo com ele:

O panorama industrial era, assim, muito semelhante a uma série de lagos cobertos de ilhas. Se tomarmos o campo em geral como o lago, as ilhas representam as cidades industriais [...] Se tomarmos como o lago a massa de artesãos independentes, os camponeses produzindo mercadorias para vendê-las durante o inverno e os trabalhadores domésticos, as ilhas representam os engenhos, as fábricas, as minas e as fundições de variado tamanho.⁵

Nesse quadro descrito por ele, embora o mundo estivesse caminhando rumo à indústria, os espaços econômicos industriais não passariam de ilhas em meio a uma economia ainda majoritariamente agrária, camponesa e artesã. Ora, se essa concepção é possível para Europa de meados do século XIX, porque também não pensar nos espaços brasileiros enquanto membros dessas “ilhas industriais”? Ou ao menos, parte dessas ilhas.

O esforço para que em terras brasileiras se avançasse na carreira industrial tem como marco 01 de abril de 1808 quando foi revogado o alvará régio de 1785. A proibição e a posterior liberação revelam que já no período colonial a presença de manufaturas nas terras brasílicas não era apenas uma possibilidade, mas uma realidade. Como demonstrado por Heitor Ferreira Lima, havia forjas, produção de tecidos, oficinas para construção naval, entre outros, em funcionamento no período colonial⁶. O projeto

⁵HOBBSAWM, Eric J. Rumo a um Mundo Industrial. In: **A Era das Revoluções** (1789-1848). São Paulo. Paz e Terra. 2012. p.178

⁶LIMA, Heitor Ferreira. **Formação Industrial do Brasil (Período Colonial)**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1961.

econômico português no final do século XVIII que tentava inserir o Império Ultramarino nas novas dinâmicas econômicas, em particular a indústria, levou a imposição do alvará de 5 de janeiro de 1785 que proibia manufaturas no Brasil⁷, favorecendo as fábricas portuguesas. Ainda assim, a proibição não atingiu todos os tipos de manufaturas, restando alguns setores em funcionamento nos anos posteriores⁸.

A chegada da corte portuguesa em 1808 transformou o Rio de Janeiro em nova sede do Império Ultramarino Português rompendo, portanto, com os estatutos coloniais, especialmente os desenvolvidos nos finais do século XVIII. Isso levou não apenas a abertura dos portos às nações amigas, mas também a liberação da instalação de manufaturas.⁹ Dava-se fim ao projeto colonial dual onde as manufaturas portuguesas exportavam para o Brasil e a antiga colônia se especializava na produção de produtos agrícolas tropicais destinada à metrópole. A instauração e consolidação de um projeto de império luso-brasileiro¹⁰ proporcionou a transferência das instituições governamentais e administrativas no Rio de Janeiro¹¹. Dentre essas instituições estava o Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. A trajetória deste Tribunal é relevante para compreendermos as transformações socioeconômicas da virada do século XVIII e XIX. O primeiro nome do Tribunal foi Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio que Procuram o Bem do Comércio e que posteriormente as reformas pombalinas foi reformado para Junta de Comércio deste Reino e seus Domínios até chegar

⁷MALERBA, Jurandir. Alinhamento Ideológico, Ciência e Economia Política. In: **Brasil em Projetos: História dos sucessos políticos e planos de melhoramento do Reino. Da Ilustração portuguesa à Independência.** Rio de Janeiro. FGV. 2020.

⁸RENAULT, Delso. **Indústria, Escravidão, Sociedade.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976.

⁹ Sobre as proibições ou restrições as indústrias e manufaturas no período colonial uma introdução ao tema pode ser visto em Serrath, Pablo Oller Mont. "Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos." *Sæculum—Revista de História* (2013).

¹⁰LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A Utopia do Poderoso Império.** Portugal e Brasil: Bastidores da Política 1798-1822. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1994.

¹¹NEVES, Lúcia. M. Bastos. P. das. Estado e Política na Independência. IN: GRINBERG, Keila; Salles, Ricardo. **O Brasil Imperial.** VOL. 1. (1808-1831). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009.

nomenclatura que conhecemos no Brasil que incluíram as palavras agricultura, fábricas e navegação. Essas mudanças de nome indicam também as mudanças econômicas, o mundo do final do XVIII era um mundo em “desencantamento”, onde as relações econômicas cada vez mais se desvencilhavam de elementos morais e religiosos e se complexificavam diante do avanço da industrialização e desestruturação de relações sociais de Antigo Regime. De Mesa do Espírito Santo em meados do XVIII transformou-se em um Tribunal que versava sobre os principais elementos econômicos do Império Português e posteriormente o Império do Brasil: Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação¹².

O Tribunal, de estrutura típica do Antigo Regime, passava a ter que lidar com as transformações oriundas da expansão do capitalismo e diversificação econômica do século XIX. A Junta de Comércio era responsável por averiguar e premiar a introdução de novos inventos fabris; fiscalizar e conceder privilégios e proteções; disponibilizar mestres manufactureiros quando pertinente; organizar e controlar as fábricas de propriedade estatal e promover as aulas de comércio e outros sistemas de aprendizagens de ofícios mecânicos.¹³ Uma dessas atribuições é relevante porque demonstra o esforço em desenvolver o ramo manufactureiro no Brasil, a saber: a gestão e existência de fábricas estatais. Essas Instituições foram detalhadas por Romulo Garcia de Andrade, que em seu trabalho buscou investigar o papel da Junta de Comércio com o setor manufactureiro. Segundo ele o Real Colégio de Fábricas; a Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão do Catumbi, a Fábrica de Pólvora, o Arsenal da Marinha, o Arsenal de Guerra e as fábricas

¹²Para ver sobre a trajetória do Tribunal da Junta de Comércio: LOPES, Walter Mattos. “**A Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações, deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos**”; Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI (1808-1821). Niterói. Dissertação (Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. 2009.

¹³Sobre as atribuições da Junta de Comércio e sua relação com os empreendimentos fabris ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Visão e Revisão: Pensamento e Práticas (1808-1860). In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992.

de ferro foram alguns dos empreendimentos estatais¹⁴, com tempos de duração e aplicação tecnológicas distintas, que fizeram parte do esforço do governo joanino e depois Imperial em desenvolver a indústria no Brasil¹⁵. E todos esses estabelecimentos contaram com maior ou menor participação e incisão da Junta de Comércio.¹⁶

O Tribunal também tinha ação importante nos processos de concessão de patentes para inventores e introdutores de novas tecnologias no Brasil. Já em 1809, um ano após a liberação da instalação de manufaturas no Brasil, foi adotada a primeira legislação de propriedade intelectual. Essa postura colocava o Brasil entre os primeiros países a adotar um sistema de proteção de invenções, antes mesmo de Portugal. A lei passou por modificações em 1830, e renovava a preocupação com incentivos em modernizar o parque fabril brasileiro¹⁷.

Posteriormente, ao fim do Tribunal da Junta de Comércio em 1850, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), criada em 1827, incorpora muitas das atribuições daquele Tribunal. A SAIN se empenhou na introdução de máquinas que pudessem modernizar tanto as fábricas quanto os empreendimentos agrícolas; concessão de prêmios a inventores, administração de aulas sobre doutrinas industriais além da publicação de um periódico: o *Auxiliador da Indústria Nacional*. O *Auxiliador* era responsável por publicar as decisões das reuniões da SAIN, tal qual fazer valer no nascente espaço público as ideias de progresso e prodígio da indústria e contribuir com

¹⁴ Apesar da existência, as fábricas estatais no Brasil não fazem parte do escopo de observação dessa pesquisa. Como pretendemos no concentrar nas dinâmicas de um capital mercantil-industrial-escravista nossa ênfase será nas fábricas de capital privado. Ainda assim alguns trabalhos como de Romulo Garcia, Geraldo Beauclair e Mario Danielli Netto dão grande destaque ao estudo das fábricas do Estado.

¹⁵ ANDRADE, Romulo Garcia. **Burocracia e Economia na primeira metade do século XIX: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro. 1808-1850.** Niterói. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. 1980.

¹⁶ Sobre as fábricas administradas pelo Estado, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Estudos de Caso: o Estado como organizador da produção. In: **Raízes da Indústria no Brasil.** Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992.

¹⁷ Sobre a construção do Sistema de Patentes no Brasil, ver: MALAVOTA, Leandro Miranda. **A Construção do sistema de patentes no Brasil: Um olhar histórico.** Rio de Janeiro. Lúmem Juris. 2011.

agricultores e fabricantes com as mais diversas informações tecnológicas e debates produtivos.¹⁸

Se a SAIN contribuía para incorporação de máquinas e debates inovadores no Brasil, outras instituições também foram criadas na primeira metade do século com o objetivo ou a capacidade de alcançar relevantes feitos nos progressos científicos nacionais. A criação do Laboratório Químico Prático, A Academia Militar, o Museu Real, a Academia de Belas Artes, o Jardim Botânico foram espaços que possibilitaram certos avanços técnicos e científicos nos mais diversos campos produtivos no Brasil¹⁹.

Além de contar com organizações da sociedade civil empenhadas no incentivo a indústria, também havia no campo intelectual pensadores dedicados aos estudos e reflexões das questões econômicas. Esses pensadores, muitos dos quais realizavam suas reflexões e projetos mais a partir de uma base prática do que de fato teórica, foram relevantes nos debates sobre como inserir o Brasil na carreira industrial ou mesmo sobre qual seria o papel da indústria na economia nacional. Exemplos disso são José da Silva Lisboa²⁰, Arcúcio das Neves²¹ e especialmente João da Silva Caldeira²². O primeiro deles teve participação no corpo burocrático da Junta de Comércio, enquanto o último foi

¹⁸ Sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ver: MALAVOTA, Leandro Miranda. **A Construção do sistema de patentes no Brasil: Um olhar histórico**. Rio de Janeiro. Lúmem Juris. 2011

¹⁹ Sobre a incorporação de instituições para o progresso da ciência e indústria no Brasil da primeira metade do século XIX, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. **A Economia Nacional em Construção**. In: **A Construção Inacabada: a economia brasileira, 1828-1860**. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001.

²⁰ Nascido em Salvador no século XVIII e formado em Coimbra, Silva Lisboa ocupou diversos cargos públicos como secretário da Mesa de Inspeção da Bahia, Desembargador da Relação da Bahia e da Casa de Suplicação membro da Mesa do Desembargo do Paço e da Mesa de Consciência e Ordens, além de Deputado do Tribunal da Real Junta de Comércio. Barão e Visconde de Cairu destacou-se pelos seus escritos em econômica política e por ser considerado o fundador do pensamento econômico brasileiro.

²¹ Português, José Arcúcio das Neves foi em sua carreira importante magistrado e agente político na vida portuguesa chegando a ser desembargador da Relação do Porto e deputado do Tribunal da Real Junta de Comércio. Seus escritos foram importantíssimos para o pensamento econômico e para defesa das indústrias no Império Português.

²² Formado em medicina na Universidade de Edimburgo, João da Silva Caldeira dedicou grande parte de sua vida para lecionar química influenciando na abertura de inúmeros laboratórios. Também foi um quadro relevante a frente da direção do Museu Nacional no início do processo do Brasil independente.

membro ativo da SAIN. As ideias de José da Silva Lisboa e Arcúcio das Neves, apesar de distintas em alguns pontos, tinham em comum a visão da complementaridade entre a agricultura e a indústria.²³

O pensamento de José da Silva Lisboa via a atividade industrial como sendo essencialmente relacionada aos principais ramos econômicos e defendia que fossem desenvolvidos os estabelecimentos fabris estando a eles associados: as fábricas que melhor se associam a agricultura; as fábricas que melhor se associam a navegação e as fábricas que melhor se associam as artes de acomodação geral do povo. Já Caldeira adota uma visão distinta dessa: para ele existiriam três estágios das nações: agrícola, comercial e industrial. Para que o Brasil alcançasse realmente sua independência seria necessário elevar-se até o estágio industrial, por isso era impreterível que se introduzisse aperfeiçoamento em todos os ramos industriais, inclusive na agricultura²⁴.

As manifestações sobre a necessidade e preocupação que o Brasil prosseguisse na carreira industrial não se limitou aos debates dos pensadores econômicos ou nas reuniões da SAIN, mas também na prática e jurisprudência do Tribunal da Junta de Comércio e após a independência essa foi uma questão presente entre os Ministros da Secretaria de Negócios da Fazenda. A melhor maneira de proteger o setor fabril foi um tema recorrente entre os ministros da fazenda, especialmente na discussão sobre a forma de aplicação e interpretação do alvará de 28 de abril de 1809 que isentava de direitos às matérias-primas de uso das fábricas nacionais; além da destinação de arrecadação de loterias nacionais para o socorro de estabelecimentos fabris e de concessão de privilégios exclusivos para introdutores e inventores de maquinismos.

²³Sobre o debate em relação ao pensamento econômico brasileiro e seus agentes, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. O Terreno da Construção. A Economia Nacional em Construção. In: **A Construção Inacabada**: a economia brasileira, 1828-1860. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001

²⁴ Idem.

Em 1834, o Ministro dos Negócios da Fazenda, Manoel Nascimento do Castro e Silva, relata o indeferimento dos pedidos de isenção de matérias-primas para as fábricas de sabão e refinarias de açúcar. Segundo ele, essas fábricas não estariam compreendidas na disposição da lei de 1809²⁵. No relatório de 1836, o então ministro dos negócios da fazenda, Manoel Castro e Silva, novamente relata que indeferiu pedido de isenção de matérias-primas, em relação a uma fábrica de pentes. Mas dessa vez ele aponta novas justificativas: primeiro pede que o parlamento legisle sobre a questão da isenção de importação de matéria-prima, segundo, alegando que a referida fábrica não era compreendida pelo alvará de 1809 também conclui que outras indústrias como as fábricas de charuto também se sentiriam contempladas de ter igual direito caso deferisse o pedido²⁶.

A solução para essa questão foi encontrada no ano seguinte, quando o regente interino, Bernardo Pereira de Vasconcelos²⁷, encaminhou um pedido de consulta à Junta de Comércio para esclarecer qual era a política do Tribunal sobre a aplicação do Alvará de 1809. O documento referente à consulta foi elaborado por uma comissão composta por Joaquim Gonçalves Ledo²⁸, José Antonio Lisboa²⁹ e Ignácio Álvares Pinto de Almeida³⁰. Nele ficaram estabelecidas quais os parâmetros para o Império do Brasil e Junta de

²⁵BRASIL. Ministério da Secretária de Estado de Negócios da Fazenda. Manoel do Nascimento Castro e Silva. **Relatório do Ano de 1834** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1835.

²⁶ BRASIL. Ministério da Secretária de Estado de Negócios da Fazenda. Manoel do Nascimento Castro e Silva. **Relatório do Ano de 1836** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1837.

²⁷ Mineiro, formado em Coimbra, Bernardo Pereira de Vasconcelos foi um dos personagens chave na construção do Estado Brasileiro. Deputado, senador, ministro dos negócios da fazenda, do império e da Justiça foi autor do ato adicional e da lei de interpretação do ato adicional. Um destacado liberal e posteriormente um destacado conservador.

²⁸ Ledo foi figura proeminente no processo de independência do Brasil e primeiros anos da formação do Estado. Deputado e jornalista teve relevante participação na abertura de casas Maçônicas no Brasil e na abertura do famoso jornal Revérbero Constitucional Fluminense.

²⁹ Nascido no Rio de Janeiro, José Antonio Lisboa foi membro do IHGB e importante deputado da Real Junta de Comércio exercendo a função de inspetor de fábricas.

³⁰ Proprietário de fábricas, foi fundador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e membro do Tribunal da Junta de Comércio.

Comércio sobre o que seriam indústrias, quais poderiam ou não receber provisões de fábrica, o que se entendiam sobre matérias-primas e etc. A partir de então se estabelece um consenso político-jurídico e as fábricas de sabão, refinarias de açúcar e pentes começam a poder mais facilmente angariar provisões de fábrica³¹.

Mas, a questão da aplicação das leis existentes não foi a única preocupação sobre como proteger a indústria fabril nacional. Na década de 1840 a indústria fabril retornou aos debates do governo, dessa vez a partir de outra perspectiva. Apesar de bastante discutido pela historiografia, os debates que giram entorno da tarifa Alves Branco, que estabeleceu novos valores de taxaço na importação de produtos manufaturados e rompeu com as baixas tarifas de importação que as mercadorias britânicas contavam, é fundamental para compreender a configuração da indústria fabril no período. Mesmo sendo, como demonstrou Beauclair, uma tarifa que visava o aumento de arrecadação, o argumento da proteção à indústria também foi mobilizado pelos atores na época³². O que queremos chamar atenção, não é para o efeito prático da lei em si na proteção das fábricas existentes ou seu incentivo efetivo ou não no surgimento de novas indústrias, mas antes, perceber qual a visão que o ministério da Fazenda desenvolveu sobre o lugar da indústria na economia nacional.

Um povo sem manufaturas fica sempre na dependência dos outros povos, e por conseguinte nem pode fazer transações vantajosas, nem avançar um só passo na carreira de sua riqueza. A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro, e abundante mercado de sua lavoura; a

³¹ Sobre o parecer da Junta de Comércio diante da consulta regencial ver: SANTOS, Silvana Andrade dos. “Factos, princípios d’ economia e regras de administração pública”: considerações sobre o Tribunal do Comércio e a industrialização brasileira na primeira metade do século XIX. **Revista Cantareira**. Niterói. N. 29. p. 171-182. 2018. Sobre os imbróglis envolvendo o deferimento de provisões das fábricas de sabão, ver: SINDER, Matheus. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas no Rio de Janeiro (1808-1850). Varginha. XIV Congresso Brasileiro de História Econômica e Décimo Quinto Encontro Internacional de História de Empresas. 2021.

³² Sobre a tarifa Rio Branco, a discussão sobre seu caráter fiscal e protecionista, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Visão e Revisão: Pensamento e Práticas (1808-1860). In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992

lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro, e abundante mercado de sua indústria.³³

Permanece no discurso de Manoel Alves Branco tanto a complementaridade entre a agricultura e a indústria que já vimos, mas, além disso, é a noção de que estar inserido na carreira industrial é fundamental para a economia do Império do Brasil. Tal qual para Caldeira, para Alves Branco as manufaturas também representavam a ausência de dependência em relação aos países estrangeiros. O grande medo destacado pelo ministro no decorrer do relatório é que uma economia fundada apenas na exportação de sua produção agrícola ficasse sujeita às mais diversas tragédias externas, como por exemplo, uma guerra na Europa que seria capaz de colocar em risco a arrecadação do Estado brasileiro e a riqueza do país. Por isso a indústria era essencial para manter-se independente³⁴.

O quadro visto até agora não é de uma centralidade da indústria na economia brasileira da primeira metade do século XIX, mas também não é de irrelevância. A historiografia durante longo tempo não enxergou a própria existência de empreendimentos fabris nesse período. Em particular a visão de Caio Prado Júnior. Caio Prado possuía um marxismo divergente daqueles que enxergavam o Brasil como ainda estando inserido em um modo de produção feudal. Tentando compreender a formação do Brasil contemporâneo e, portanto, as raízes do nosso atraso, Caio Prado irá relegar ao passado colonial as origens das mazelas nacionais, dentre elas a concentração fundiária, a lavoura monocultora e a centralidade econômica do campo em relação à cidade e a indústria.

³³ BRASIL. Ministério da Secretária de Estado de Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco. **Proposta e Relatório do Ano de 1844** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da sexta legislatura. 1844.

³⁴BRASIL. Ministério da Secretária de Estado de Negócios da Fazenda. Manoel Alves Branco. **Proposta e Relatório do Ano de 1844** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da sexta legislatura. 1844

Obviamente, a obra de Caio Prado é mais rica e complexa, o que estamos buscando ressaltar é o “sentido” geral de sua interpretação. Se o presente é marcado por aquelas características herdadas do passado colonial, muito se deu também pela permanência da exploração do Brasil por forças estrangeiras após no século XIX. As tarifas aduaneiras estabelecidas diante da vinda da família real para o Brasil e a permanência da relação de subordinação em relação ao capital inglês durante todo o oitocentos impediram, segundo ele, qualquer tipo de indústria, especialmente na primeira metade do século quando as tarifas referentes aos tratados de aliança e amizade permaneceram por bastante tempo. Segundo ele:

Até a abertura dos portos, as deficiências do comércio português tinham operado como barreira protetora de uma pequena indústria local, pobre indústria artesã, é verdade, mas assim mesmo suficiente para satisfazer a uma parte do consumo interno. Esta pequena indústria não poderá sobreviver à livre concorrência estrangeira, mesmo nos mais insignificantes artigos. A qualidade, os preços, a própria moda (fator que não se deve esquecer) farão desprezar seus produtos. Tudo passa a vir do estrangeiro; até caixões de defunto³⁵

Ao pesquisarmos anteriormente na documentação do Tribunal da Junta de Comércio o que encontramos foi uma realidade completamente oposta àquela descrita por Caio Prado Júnior: as manufaturas, oficinas e fábricas não apenas sobreviveram à livre concorrência como se expandiram durante o século XIX. Encontramos apenas na documentação do Tribunal 179 estabelecimentos fabris entre 1809 (ano do primeiro pedido de provisão de fábrica feito na Junta de Comércio) e 1850, ano de fim da instituição. Desse total, 116 estavam concentradas no município da Corte e o restante distribuído pelo país. Encontramos, no total uma série de estabelecimentos de tipos

³⁵PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 2012. pp.129.

diversos em todo o Brasil, foram encontradas fábricas de rapé, velas, sabão, sapatos, chapéus, pentes, tecidos de algodão, de papel, cordoarias e cabos para navios, chocolates, vidros, fundições, fábricas de carruagens, de asfalto, de fósforo dentre outras.³⁶

Considerando que o Brasil na primeira metade do século XIX é marcadamente agroexportador, não é nada desprezível a presença de 179 fábricas no país. O Estado, seja o luso-brasileiro ou o Império do Brasil, colocou a temática da indústria fabril como relevante na economia brasileira, seja através da legislação que visava sua proteção e incentivo, seja através da aplicação dessa legislação ou mesmo das discussões entre intelectuais práticos e de governo sobre a importância e o papel da indústria na economia brasileira.

Pré-Indústria e Proto-indústria: debate e revisão

A história da indústria brasileira foi uma das temáticas de maior debate e produção acadêmica no século XX, especialmente a partir da década de 1940. O rápido processo de industrialização por meio de substituições de importação e o crescimento exitoso da economia nacional naquele século levaram a elaboração de teorias, modelos explicativos e interpretações sobre a indústria no Brasil. Dentre esses grandes interpretes destacamos Wilson Suzigan, que em primorosa pesquisa investigou a origem do desenvolvimento industrial brasileiro, suas características de investimento e diversificação de seus capitais e a relação com o setor agroexportador³⁷. Sobre essa contribuição de Suzigan

³⁶SINDER, Matheus. **A Indústria Fabril no Oitocentos**: escravidão, economia nacional e história e historiografia da indústria no Brasil. Niterói. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História). 2020.

³⁷SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: Origem e desenvolvimento. 3.ed. São Paulo. HUCITEC. 2021

pretendemos discutir mais à frente, nesse momento chamamos atenção para uma obra mais recente de sua autoria. Em ensaio publicado na Revista de História Econômica e História de Empresas, chamado “Industrialização brasileira em perspectiva histórica” analisou as características distintas de “três grandes fases” da indústria no Brasil³⁸.

A primeira dessas três fases compreendia o período de finais do século XIX e até meados de 1929, marcado principalmente pela relação imbricada entre o dinamismo do setor agroexportador e a indústria. O segundo período, que se estende até meados da década de 1980, caracterizado pelo grande dinamismo próprio do setor industrial e sua consequente expansão. O terceiro período, que se inicia no último quinto do século XX, estaria marcado pela estagnação industrial³⁹. O esforço de Suzigan de construir uma interpretação sobre toda a história industrial brasileira é formidável e contribuí em muito para as reflexões econômicas contemporâneas. O que queremos acrescentar a essa perspectiva é a inclusão do período anterior (1808-1870) ao que ele chamou de primeira fase. O marco cronológico a partir de 1808 e a constituição da indústria fabril estariam incluídas nas interpretações sobre a história da indústria no Brasil, sendo assim um processo mais longo do que o imaginado por Suzigan, mas ainda assim complementar a sua abordagem.

Não pretendemos realizar uma ampla revisão sobre o debate das origens da indústria no Brasil, tão bem sintetizado por Wilson Suzigan⁴⁰. Antes, queremos apontar que o processo de desenvolvimento da indústria no país foi em grande parte datado como sendo um fenômeno do século XX. A visão mais clássica nesse sentido é a Furtadiana e sua teoria dos choques adversos. A industrialização brasileira teria ocorrido de fato

³⁸SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. **Revista de História Econômica e História de Empresas**. São Paulo. III.2. 200. pp. 7-25.

³⁹Ibid. 2000.

⁴⁰ Id. 2021. pp.33-81.

quando o eixo dinâmico da economia se deslocou da agricultura para a Indústria, isso no período pós-1930. A interpretação de Celso Furtado possibilitou que novas ideias e conceitos entrassem em debate para explicar nosso processo de industrialização: substituição de importações, deterioração dos termos de troca, choques adversos entre outros⁴¹. O entendimento comum das análises da CEPAL via que o comércio entre o Brasil e os países “centrais” seria majoritariamente uma troca entre produtos agro-exportáveis de um lado e bens de grande valor agregado no outro. Isso seria responsável pela deterioração dos termos de troca e o consequente atraso brasileiro ante as economias do capitalismo moderno. Uma mudança quanto a isso só foi possível com o choque adverso da crise de 1929 e a chegada de Vargas ao poder: saía o predomínio das exportações e do grupo político do café e realizava-se um esforço para se industrializar o país a partir da substituição de importações mediante a crise no mercado externo.⁴²

A interpretação da CEPAL, apesar de predominante em alguns círculos, não foi a única. Autores como Sérgio Silva⁴³, João Manuel Cardoso de Mello⁴⁴ e Manuel Peláez⁴⁵ trouxeram importantes contribuições ao deslocar o eixo cronológico da história da indústria no Brasil para o período anterior à década de 1930. Enquanto Peláez se manteve ligado em sua interpretação aos fatores externos (a industrialização via crescimento das exportações), Sérgio Silva e Cardoso de Mello buscaram compreender aspectos da esfera da produção, especialmente a produção cafeeira, que teria possibilitado a industrialização. A história da indústria começava assim a ser abordada a partir da crise do Império e do período da Primeira República.

⁴¹FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2007.

⁴²TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaio sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro. Zahar. 1975.

⁴³SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo. Alfa e Ômega. 1981

⁴⁴MELLO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo. Brasiliense. 1982.

⁴⁵PELÁEZ, Carlos. **História da Industrialização brasileira**. Rio de Janeiro. Apec. 1972.

Apesar desse avanço importante e da percepção da não contrariedade entre agricultura/indústria, a proeminência dada à relação café-indústria manteve as análises centradas no sudeste do Brasil e principalmente em São Paulo. Porque não lembrar, também, do clássico trabalho de Wilson Cano, “As Raízes da Concentração Industrial em São Paulo”, que analisava o complexo industrial paulista ainda nas primeiras décadas do século XX considerando a grande desigualdade regional com outros complexos econômicos que estariam mais “atrasados”.⁴⁶

A centralidade da indústria paulista no processo de industrialização brasileiro foi duramente questionada por pesquisadoras fluminenses, principalmente por Eulália Lobo⁴⁷ e por Maria Bárbara Levy⁴⁸. Através de uma vasta pesquisa empírica, as autoras demonstraram a vitalidade tanto do setor manufatureiro e industrial fluminense da primeira metade do XIX até meados do XX, quanto a força da sua praça de comércio e do seu setor financeiro e de investimentos. Os trabalhos dessas autoras permitiram projetar as primeiras experiências fabris para meados do século XIX, rompendo com a perspectiva de atraso econômico que permeava visões anteriores.

Nesse sentido, compreende-se que esses estabelecimentos existentes no período anterior a “industrialização propriamente dita” seria reconhecido por algumas especificidades. Para buscar compreender esse fenômeno pesquisadores recorreram a um arsenal conceitual utilizado para explicar o período pré-revolução industrial na Europa. Basicamente, reproduziu-se aqui a divergência entre a tradição braudeliana de “Pré-

⁴⁶CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas. 1975.

⁴⁷LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978

⁴⁸LEVY, Maria Bárbara. **A indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1994.

indústria” e a escola que buscava entender a industrialização a partir da chave da “Proto-indústria”.

A teoria pré-industrial foi elaborada por Hubert Bourgin e aperfeiçoada por Fernand Braudel. Na unidade em que explicita o “capitalismo em casa alheia”, a esfera da produção na idade moderna, Braudel estabelece os parâmetros da pré-indústria⁴⁹. Para ele, o modelo pensado inicialmente por Hubert Bourgin por simplificar o conceito enfatizando a técnica, tornava-o incompleto e por isso necessitava de uma maior complexidade. Ainda assim, Braudel concorda com a sua definição de quatro categorias para a pré-indústria, temas já debatidos por Beauclair e Danielli Neto⁵⁰: as oficinas em “nebulosas”; as oficinas dispersas; as fábricas aglomeradas e as fábricas equipadas⁵¹. A característica que observarmos ser fundamental da pré-indústria para Braudel seria o fato de que o eixo central da economia não seria mobilizado por suas dinâmicas. A pré-indústria teria se desenvolvido em uma sociedade marcadamente agrícola e não possuía uma força centrífuga para transformá-la em industrial⁵². E para seguir o tradicional receituário braudeliiano, na construção de seu conceito ele enfatiza a proeminência das atividades fabris realizadas nas cidades europeias. Mas há um aspecto que queremos

⁴⁹BRAUDEL, Fernand. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII. Os Jogos das Trocas.** São Paulo. Martins Fontes. 2009

⁵⁰Tanto Geraldo Beauclair quanto Mario Danielli Neto em seus textos citam Braudel e explicam o que são essas quatro configurações da pré-indústria. Nos atermos a essa explicação no corpo do texto seria repetitivo. Ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Introdução. In: **Raízes da Indústria no Brasil.** Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992.pp.11-25. NETTO, Mario Danielli. A Pré-indústria e/ou a Proto-Industrialização no Brasil. IN: **Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica São João de Ipanema – Sorocaba- (SP) 1765-1895.** 2006. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas. pp. 51-83.

⁵¹A primeira categoria da Pré-Indústria para Bourgin são as oficinas organizadas em “nebulosas”. Seriam as pequenas oficinas familiares. A segunda categoria chamada “oficina dispersa” ou “fábricas disseminadas” trata-se de oficinas que embora dispersas no espaço estavam interligadas entre si por meio da figura do mercador, que desempenha a função de coordenador e intermediário. A terceira categoria é a “fábrica aglomerada” que se caracteriza quando diversas operações são reunidas em um mesmo local. A quarta categoria, fábricas equipadas, seriam aquelas que se utilizavam da forças das águas ou do vapor. Para isso, ver: BRAUDEL, Fernand. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII. Os Jogos das Trocas.** São Paulo. Martins Fontes. 2009. pp. 259-261.

⁵²Ibid. 2009. pp. 265-266.

chamar atenção em suas conclusões, segundo ele, os monopólios metropolitanos sobre as colônias na América interditaram o desenvolvimento de uma pré-indústria e o mesmo de uma harmoniosa expansão industrial em terras americanas⁵³.

A escola da proto-industrialização tem trajetória distinta. Ela nasce, segundo João Antonio de Paula, dos acalorados debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo⁵⁴. Forjada primeiramente por Franklin Mendels, o termo foi aperfeiçoado pela Escola de Göttingen⁵⁵. Inicialmente, o termo foi tratado como sendo uma fase anterior da industrialização em que havia uma associação da mão de obra rural com as atividades fabris domésticas, produzindo especialmente para mercados distantes. O aperfeiçoamento pelo qual o conceito de proto-industrialização passou o retirou do evolucionismo de uma mera fase da industrialização e o colocou enquanto modelo de explicação inclusive para processos industriais incipientes e/ou que tenham fracassado⁵⁶. Especificamente, os estudos da Escola de Göttingen permitiram que pesquisas sobre processos proto-industriais fossem realizados em países que eram pouco relacionados pela historiografia a industrialização: Itália, Espanha, Holanda e inclusive espaços latinoamericanos. Para João Antonio de Paula, a validade do conceito de proto-industrialização encontra-se na perspectiva de que atividade industrial e capitalismo não seriam fenômenos necessariamente atrelados⁵⁷.

⁵³Ibid. 2009. pp.263-265

⁵⁴PAULA, João Antônio de. História e Teoria: sobre a proto-industrialização. **Revista de História Econômica e História de Empresas**. VI.2. 2003. pp. 97-124.

⁵⁵Sobre a Escola de Göttingen, ver: MEDEIROS, Felipe Lima de; PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Teoria Protoindustrial: origem, desenvolvimento e atualidade. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo. Vol.49. n.1. 2019. pp. 131-161.

⁵⁶ Sobre a complexificação do conceito de proto-industrialização, ver: LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2.Ed. São Paulo. Hucitec. ABPHE. Edusp. 2002. pp.237-240

⁵⁷ PAULA, João Antônio de. História e Teoria: sobre a proto-industrialização. **Revista de História Econômica e História de Empresas**. VI.2. 2003. pp.122.

Para Rondon Cameron, a proto-industrialização terá como um de seus fundamentos as proto-fábricas e as indústrias caseiras, basicamente uma indústria rural⁵⁸. A relação entre a indústria e agricultura seria distinta daquela da pré-indústria, a proto-indústria seria eminentemente rural, em um sistema que produzia bens de consumo para os mercados locais e mercados distantes, por vezes bastante capitalizadas e por vezes fabricando em larga escala.

No Brasil entre os autores signatários do modelo de explicação “pré-industrial” estão Geraldo Beauclair⁵⁹ e Frédéric Mauro⁶⁰. Enquanto utilizam-se da ideia de proto-indústria autores como Douglas Cole Libby⁶¹. Vale ressaltar, que apesar da inserção conceitual diferente entre esses autores nunca ocorreu um debate se o período da primeira metade do século XIX teria sido proto-industrial ou pré-industrial pelo fato das análises se concentrarem em escalas espaciais regionais. Libby tem como foco de sua pesquisa a Província de Minas Gerais, já Geraldo Beauclair a região fluminense. Em comum aos autores a ideia de que tanto a proto-industrialização mineira fracassou quanto como a pré-indústria fluminense foi uma construção inacabada⁶².

De maneira geral, Geraldo Beauclair caracteriza a pré-indústria fluminense como sendo a atividade de ofícios urbanos e manufaturas concentradas em meio a uma economia essencialmente agrícola⁶³. Somasse a isso, a consideração de que entre as

⁵⁸CAMERON, Rondo. O Despontar da Indústria Moderna. In: **História Econômica do Mundo**: de uma forma consisa, de há 30.000 anos até o presente. Portugal. Publicações Europa-América. 2004.

⁵⁹OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992.

⁶⁰Para ter acesso asidias de Mauro e sua perspectiva de pré-indústria distinta da de Beauclair nos apropriamos de exposição feita por Danielli Neto em: NETTO, Mario Danieli. A Pré-indústria e/ou a Proto-Industrialização no Brasil. IN: **Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica São João de Ipanema – Sorocaba- (SP) 1765-1895**. 2006. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas. pp. 51-83.

⁶¹LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2.Ed. São Paulo. Hucitec. ABPHE. Edusp. 2002

⁶²A tese de uma construção inacabada no “parque industrial” da primeira metade do século XIX pode ser encontrada em: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. **A Construção Inacabada: A economia brasileira 1828-1860**. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001.

⁶³ Id. 1992. pp. 13

especificidades de que a pré-indústria fluminense teria padrões de produtividade estagnados, ou seja, um crescimento “lento e espasmódico”⁶⁴ e completamente distante de participar das cadeias de comércio e produção interregionais e internacionais. Essas delimitações são estabelecidas exatamente para diferenciar do conceito de Proto-indústria e demonstrar a maior capacidade heurística do conceito de pré-indústria para explicar os estabelecimentos fabris urbanos fluminenses.

Diferentemente de Beauclair, seguindo a tradição da historiografia mineira em destacar a existência de uma “especificidade mineira”, Douglas Cole Libby aplica o conceito de proto-industrialização na província de Minas Gerais⁶⁵. Libby se atenta para conseguir operacionalizar o conceito diante de uma realidade completamente diferente da Europeia, especialmente devido à presença da escravidão. O que fez se tornar possível um processo proto-industrial em Minas para o autor foi à acomodação e adaptação após o “declínio” da mineração, processo que impediu a estagnação econômica mineira. Caracterizada fundamentalmente por ser uma economia escravista não-agroexportadora e com ausência de plantations, Minas Gerais foi se tornando auto-suficiente economicamente, e a obra mais completa dessa “independência insular” mineira foi sua proto-indústria⁶⁶.

Produzindo bens industrializados para o consumo interno, não necessitando importar esses artigos, a proto-indústria possibilitou a concentração de recursos na aquisição de escravizados, transformando Minas Gerais em uma grande sociedade escravista, de forte caráter rural, mas onde havia uma liberação do trabalho agrícola do escravizado para participar da indústria caseira. Os fatores demográficos e a

⁶⁴ Ibid. 1992. pp. 15

⁶⁵ LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2.Ed. São Paulo. Hucitec. ABPHE. Edusp. 2002.

⁶⁶ Ibid. 2002.

diversificação ocupacional em Minas Gerais criaram um mercado interno propício à proto-industrialização, especialmente de uma indústria têxtil doméstica⁶⁷.

Mais recentemente, novos trabalhos sobre a indústria na primeira metade do século XIX surgiram, porém, os conceitos de pré-indústria e proto-indústria parecem que foram sendo deixados de lado. Mario Danielli Neto, que utilizou a ideia de pré-indústria na explicação sobre a fábrica de ferro de São João do Ipanema em Sorocaba, não a utilizou em artigo recente sobre a relação entre indústria e escravidão no Brasil. A partir de relatos de viajantes e outras fontes, Mario buscou mostrar como o trabalho de escravizados era relevante e uma constante em estabelecimentos fabris de todo o Brasil, não sendo assim incompatível indústria e escravidão⁶⁸. Mais recentemente também, Maria Alice Rosa Ribeiro, publicou artigo sobre manufaturas na época da independência⁶⁹, destacando a relação destas com o comércio interno. Seu trabalho também não fez uso de nenhum dos dois conceitos. Silvana Andrade, em sua pesquisa sobre a Fábrica de Todos os Santos no Sul da Bahia, afirma categoricamente que o conceito de pré-indústria não é aplicável a realidade daquela fábrica, e não chega a considerar a possibilidade proto-industrial⁷⁰.

Esses recentes trabalhos ao não utilizarem os clássicos conceitos de pré-indústria e proto-indústria demonstram os limites explicativos desses termos. Tanto em estudos de caso, como na pesquisa de Silvana Andrade, como em abordagens mais gerais como foi de Danielli Neto e Maria Alice Ribeiro, as duas teorias pouco se adéquam a multiplicidade

⁶⁷ Ibid. 2002. pp. 265-280.

⁶⁸ NETO, Mario Danielli. Trabalho, escravidão e liberdade em estabelecimentos fabris dos séculos XVIII e XIX. **Revista de História Econômica e História de Empresas**. V.25. n.1. 2022. pp. 141-166.

⁶⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Comércio interno e manufaturas nos tempos da Independência do Brasil. **Revista USP**. São Paulo. N.132. 2022. pp.59-78.

⁷⁰ SANTOS, Silvana Andrade dos. **Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista: A sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica têxtil de Todos os Santos (1844-1878)**. Tese de Doutorado. Instituto de História. UFF. Niterói. 2020. pp.29.

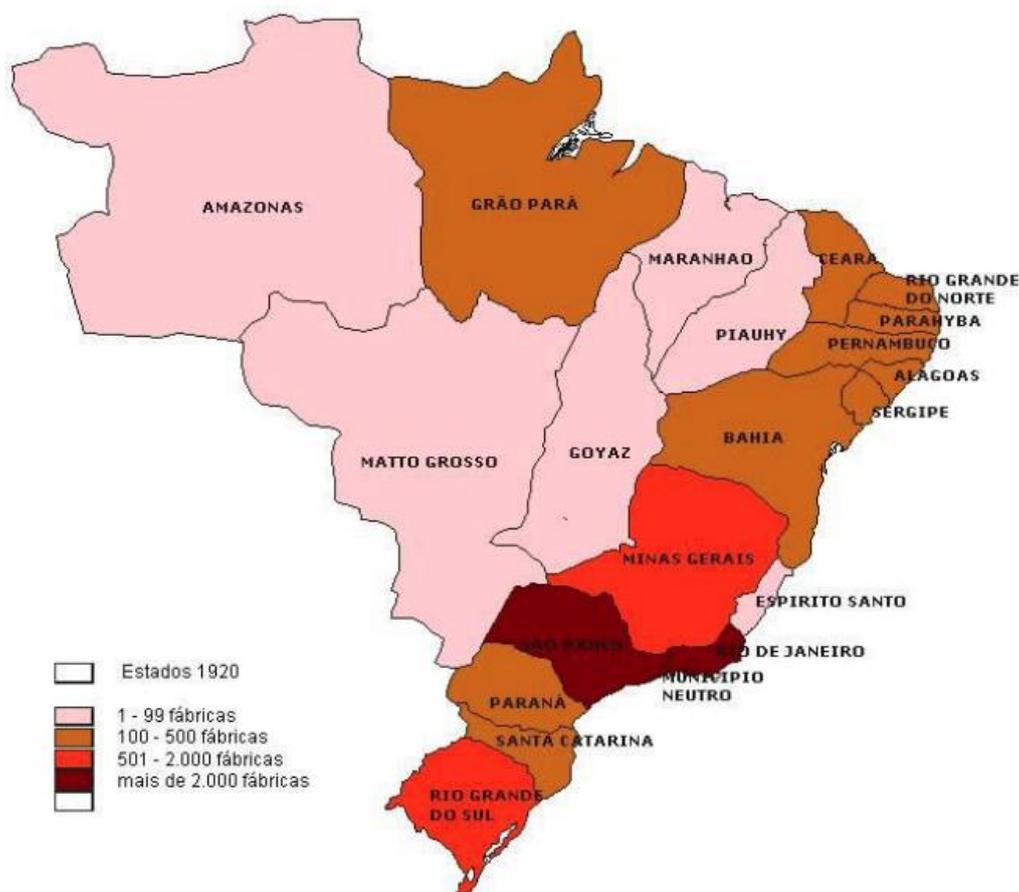
de fatores envolvidos nos processos de diferentes espaços, dificultando inclusive a utilização de suas ferramentas teóricas em realidades mais circunscritas.

Os critérios para o estabelecimento desses conceitos perdem valor diante da diversidade de variáveis histórico-econômicas nos espaços regionais analisados para se ter um breve panorama da totalidade da indústria fabril na primeira metade do século XIX. Sendo assim, no nosso esforço de incluir o fenômeno manufatureiro iniciado a partir de 1808 na história das origens do desenvolvimento industrial brasileiro não iremos nomeá-lo enquanto um período pré-industrial ou proto-industrial. Vamos investigar primeiro, quais são as fábricas existentes, seus setores, suas diferenças regionais e sua relação com a escravidão, para podermos estabelecer uma chave explicativa adequada e que reconheça o processo de industrialização nacional como sendo mais longo e mais gradual do que se pensava.

Além disso, ambos os conceitos se distanciam da relação entre indústria e capitalismo tão essencial ao nosso debate. Chamar de pré-industrial ou proto-industrial as fábricas brasileiras de meados do século XIX é de certa maneira reafirmar o nosso atraso, se pensarmos nos processos de industrialização que já ocorria nessa primeira metade do século e que a pré-indústria européia se referia a períodos anteriores ao final do século XVIII, ou o fracasso de nossa tentativa proto-industrial. A partir de mapas de Almico e Saraiva é possível constatar que em 1920 os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro possuíam mais de duas mil fábricas cada um; Minas Gerais e Rio Grande do Sul poderiam ter entre 500 e 2000 mil fábricas; Santa Catarina, Paraná, Bahia, Sergipe,

Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará possuíam entre 100 e 500 fábricas. Os demais Estados possuíam até 100 fábricas⁷¹.

Mapa 1: Indústrias Existentes em 1920



FONTE: Mapa retirado de artigo da professora Rita Almico e professor Luiz Fernando Saraiva. ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da modernização capitalista. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/34%20Raizes%20escravas%20da%20modernizacao%20capitalista%20no%20Brasil.pdf>.

Considerando se tratar de uma economia predominantemente agrícola e rural na primeira metade do século XX esses dados indicam que um pouco mais de cem anos

⁷¹ ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da Indústria no Brasil. In: MAUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica**. São Leopoldo. Casa de Leira. 2020. pp. 113.

depois da liberação de manufaturas no Brasil em 1808, havia um desenvolvimento industrial relevante. Obviamente, nesse período de 112 anos houve conjunturas político-econômicas distintas, como também avanços e recuos no processo industrial, mas ainda assim, observando os dados, não parece que houve um fracasso industrial, e nem que o atraso tivesse sido característica desse desenvolvimento. Sendo assim, pretendemos observar a constituição da indústria na primeira metade do século XIX, a origem do processo industrial brasileiro.

Quem melhor nos fornece as ferramentas teórico-metodológicas para compreensão do desenvolvimento fabril brasileiro é Wilson Suzighan em “Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento.”⁷² Partindo do referencial teórico de Watkins e Hirschman busca entender como ocorre o desenvolvimento industrial em países periféricos com economia voltada para a agroexportação. Não nos cabe aqui reproduzir inteiramente cada argumento, mas revisitar.

Ainda assim, não foi Suzigan o primeiro autor a relacionar economia agroexportadora e desenvolvimento industrial. Warren Dean ao investigar a industrialização de São Paulo afirma que “A industrialização de São Paulo dependeu desde o princípio da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro de café.”⁷³ Para ele as transformações econômico-sociais operadas pelo café foram essenciais para beneficiar a indústria. Devido ao café se construiu uma rede de infraestrutura com portos, estradas de ferro, telefones, se expandiu a economia monetária e implementou-se um sistema de imigração e assalariamento fundamental para mão de obra especializada e ampliação do mercado consumidor⁷⁴. Essa perspectiva dificulta o entendimento sobre as

⁷²SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. 3.ed. São Paulo. HUCITEC. 2021

⁷³DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. 2.ed. São Paulo. Difel. 1970.

⁷⁴ DEAN, Warren. O Comércio do Café gera a Indústria. In: **A Industrialização de São Paulo**. 2.ed. São Paulo. Difel. 1970

fábricas em outras regiões do Brasil e também a relação delas com a escravidão, além de submeter às dinâmicas industriais a agricultura do café.

A visão de Suzigan é mais sofisticada⁷⁵. Para ele, a partir de um produto básico é possível identificar uma série de encadeamentos generalizados (linkagens). Ou seja, produtos agrícolas de exportação básicos, como café, açúcar, tabaco, algodão, arroz e outros, que geram linkagens que permitem a diversificação e o investimento em outros negócios. Como funcionariam essas linkagens? Há três tipos básicos de encadeamentos: as linkagens de produção, as linkagens de consumo e as linkagens fiscais.

As linkagens de produção são os já famosos encadeamentos “para frente” e “para trás”. A elaboração de estruturas e pré-requisitos para produção do produto agrícola base é entendido como linkagem para trás. Ou seja, estradas de ferro, canais navegáveis, novas embarcações para o transporte e etc. Já a linkagem para frente seriam os investimentos que surgem a partir daquele produto básico e sua nova utilização. Se pensarmos no nosso caso o tabaco, um produto exportável gera o material necessário para a produção de rapé, charutos e cigarros.

A linkagem fiscal trata-se de duas formas: a direta e a indireta. A primeira diz respeito quando o Estado reparte a renda gerada da exportação a partir de impostos. A indireta é observada nas medidas aduaneiras adotadas pelo Estado. No caso do Brasil é interessante observar (como veremos) que não foi adotado tarifas aduaneiras com o propósito de proteger a indústria, porém através do Tribunal da Junta de Comércio diversas indústrias foram isentas de pagamentos de direitos alfandegários de importação. A linkagem por consumo ocorre no investimento em produzir bens de consumo

⁷⁵ Toda a exposição feita sobre a obra de Suzigan é possível encontrar em: SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. 3.ed. São Paulo. HUCITEC. 2021

empregados no setor exportador, naquilo que Suzigan cita como um “devorador de importações.”.

Seguindo o arsenal teórico de Hirschman utilizado por Suzigan, ele divide os encadeamentos em linkagens generalizadas internas e externas. As linkagens generalizadas externas observam-se quando o investimento ocorre por outros países, estrangeiro ou pelo próprio Estado. Já os linkagens generalizados internos são realizados quando o investidor do produto básico é também o agente econômico da nova atividade. Todos os tipos em suas gradações podem ser encontrados no Brasil. Desde a presença de fábricas estatais, até estrangeiros abrindo fábricas como homens de negócios e fazendeiros diversificando seus capitais em fábricas.

Dessa maneira podemos observar como a interpretação de Suzigan possui um grande valor heurístico para o nosso objeto, as fábricas, uma vez que possibilita entender como integradas a dinâmica fabril e a dinâmica da agroexportação reconhecendo a predominância do setor agroexportador na economia, mas também a complexidade e importância do setor fabril. Faço minha aqui às palavras de Suzigan: no decorrer desse trabalho poucas vezes serão mencionadas linkagens embora seja um enfoque implícito.

Farei também algumas observações no que diz respeito a essa construção teórica. A primeira, como vamos observar nos capítulos subsequentes, os centros urbanos possuem dinâmicas industriais que por vezes não estão necessariamente atreladas a linkagens de produtos básicos. A segunda, é que gostaríamos de acrescentar um ponto relevante ao raciocínio de Suzigan e que será fundamental no decorrer do nosso trabalho. Ao construir uma hipótese de trabalho que considera o desenvolvimento da indústria no Brasil do século XIX como um resultado do crescimento da produção industrial induzido pela crescente da agroexportação é preciso considerar que por crescimento do setor

agroexportador estamos entendendo a própria expansão da escravidão no século XIX. Não é apenas o produto básico café, algodão, açúcar diversificando uma economia, mas a riqueza econômica dos negócios e negociantes, fazendeiros e fazendas do Brasil no oitocentos que se davam em escravização. Ou seja, o crescimento da escravidão e o crescimento do setor agroexportador são processos sinérgicos e correlatos, assim como a expansão da escravidão no século XIX e o surgimento de um setor fabril na economia são processos sinérgicos e correlatos. Trata-se de uma economia escravista e o desenvolvimento de uma indústria em meio a essa economia só pode ter como característica fundante e fundamental a escravidão.

As primeiras fábricas

A que necessariamente estamos nos referindo quando anunciamos que o objeto dessa pesquisa são as fábricas existentes no Brasil do oitocentos? Como eram essas fábricas? E a principal pergunta: encontrávamos no Brasil a presença de um sistema fabril? Não sendo encontrado um sistema fabril, seríamos uma nação atrasada industrialmente?

De acordo com Renault, a proibição de instalação de manufaturas na colônia, realizada durante o reinado de Dom Maria I, impediu principalmente o desenvolvimento da indústria têxtil, mas outras atividades mais simples continuaram a ocorrer⁷⁶. Em sua maioria tratava-se de atividades artesanais ainda sob a forma de corporações de ofício. Como demonstrou Mônica Martins, essas corporações de ofício não foram apenas associações de mestres e oficiais de determinada técnica, mas foram construídos laços de

⁷⁶RENAULT, Delso. **Indústria, Escravidão, Sociedade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976

solidariedade e sociedade de apoio mútuo. Ainda assim, a clássica estrutura de “mestres”, “oficiais” e “aprendizes” se adequou bem a realidade escravista na colônia⁷⁷.

O elemento escravo por sua vez foi capaz de modificar completamente as dinâmicas dos corpos de ofícios. O escravizado, sendo propriedade e conhecedor de alguma arte mecânica abre para o proprietário várias possibilidades de negócios que modificam a estrutura amplamente conhecida das corporações de ofício. Esse escravizado pode tanto exercer seu trabalho naquele ofício para seu senhor quanto pode ser designado a ensinar a outros escravizados (aprendizes) os segredos daquele ofício ou podem apenas ser alugados, estando inseridos assim num lucrativo negócio de alugueis de escravos industriais. As três práticas poderiam comungar, um escravizado carpinteiro poderia trabalhar na oficina de seu senhor e ter aprendizes que após dominarem aquele ofício poderiam ser alugados. Para Gorender, esse mecanismo altera completamente a lógica das atividades artesanais no Brasil, fazendo com que tenha apenas a aparência de uma corporação de ofício, mas que suas dinâmicas são aquelas atreladas às especificidades da escravidão⁷⁸. Não por acaso, as corporações foram proibidas logo no início do processo de formação do Estado Nacional, em 1824⁷⁹

A visão mais nítida de como funcionaria as oficinas artesanais no Brasil do século XIX pode ser encontrada na gravura de Jean-Baptist Drebet sobre os sapateiros do Rio de Janeiro. Ali é possível identificar o espaço físico que conjuga a loja com o ambiente de produção da mercadoria, o mestre de ofício e escravizados no serviço artesanal. Além

⁷⁷MARTINS, Mônica de Souza. **Entre a Cruz e o Capital**: As corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). Rio de Janeiro. Garamoud. 2008.

⁷⁸GORENDER, JACOB. Escravidão Urbana. In: **O Escravismo Colonial**. São Paulo. Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo. 2016

⁷⁹ MARTINS, Mônica de Souza. **Entre a Cruz e o Capital**: As corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). Rio de Janeiro. Garamoud. 2008

disso, podemos observar através dessa gravura uma baixa divisão do trabalho, ausência de máquinas e a concentração de apenas um tipo de ofício no estabelecimento: sapateiros.

IMAGEM 1: Sapataria, gravura de Jean-Baptiste Debret



FONTE: Jean-Baptiste Debret. Prancha 1 29.

Apesar de clássica, não são as oficinas artesanais o objeto de nosso estudo, são as fábricas. Isso significa que a organização do espaço fabril, suas dimensões e dinâmicas são diferentes das oficinas. O aspecto comum a ambas é justamente a escravidão, o que gera aproximações em algumas práticas entre oficinas e fábricas como os alugueis de oficiais mecânicos escravizados e os mecanismos de reprodução do trabalho através do sistema de aprendizado no interior da unidade produtiva fabril.

As fábricas que vamos trabalhar tratam-se de um conjunto de *oficinas bem montadas* como eram chamadas á época, estabelecimentos com uma maior divisão do trabalho, especializados em mais de uma arte mecânica e com um número superior de trabalhadores e uma organização produtiva mais complexa. Diferentemente do que comumente se pensa, no Brasil do século XIX a ordem de grandeza dos estabelecimentos fabris tinha como escala inicial a oficina e como maior escala a manufatura. A manufatura se caracterizava por ser um conjunto de fábricas. Fábricas e manufaturas formam o objeto da nossa investigação histórica. A manufatura da Ponta da Areia de propriedade de Irineu Evangelista de Souza, muito estudada pela historiografia brasileira, é o exemplo mais explícito do que são essas manufaturas. Não necessariamente por ser um dos maiores empreendimentos fabris do Império do Brasil, mas por ser um dos melhores casos documentados, disponibilizando assim os elementos que estamos tentando demonstrar. De acordo com o relatório de João Manuel Pereira da Silva, vice-presidente da província do Rio de Janeiro, para o ano de 1857 a Companhia Ponta da Areia contava com seis oficinas: oficina de fundição, oficina de caldeireiros, oficina de ferreiros, oficina de modeladores, oficina de maquinistas e um estaleiro permanente. Ou seja, esse estabelecimento é uma manufatura, pois conta com um conjunto de fábricas. Produz desde navios até pontes, mercadorias distintas. Mas seu princípio de organização básico ajuda a demonstrar também o que são fábricas, ou seja, a fábrica é um conjunto bem organizado de diferentes oficinas bem montadas. Como sabemos, a constante dos empreendimentos fabris no Brasil é a escravidão. Nesse mesmo relatório encontramos os dados sobre a força de trabalho naquela manufatura, sendo 207 operários nacionais, 298 estrangeiros e 162 escravizados⁸⁰.

⁸⁰ PROVÍNCIA. Relatório do vice-presidente da província do Rio de Janeiro João Manoel Pereira da Silva para o ano de 1857. Pp.59-61.

As fábricas e manufaturas do Brasil no século XIX, como observamos possuem conformações físicas distintas das oficinas mecânicas. Principalmente no que diz respeito à adoção do trabalho em grandes unidades produtivas com galpões. É o caso da fábrica de sabão e velas de propriedade de João Eduardo Lajoux. Embora a partir de 1854 esse estabelecimento passe a integrar a Companhia Anônima de Luz Steárica, continuou localizada no mesmo endereço em São Cristóvão e reaproveitando o maquinário. Como a constante desses estabelecimentos é a escravidão, de acordo com o relatório do Tribunal da Junta de Comércio essa fábrica tinha em seu corpo de trabalhadores um administrador, dois caixeiros, três carpinteiros e vinte e um escravizados⁸¹. Abaixo podemos ver a faixa do prédio desse estabelecimento fabril.

⁸¹ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 425, Pacote 1

IMAGEM 2: Companhia de Luz Esteárica



FONTE: Iconografia encontrada no artigo “História da Iluminação no rio de Janeiro”, pesquisada por Milton Teixeira para a Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro

IMAGEM 3: Atual fachada da antiga Companhia de Luz Esteárica



FONTE: Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/prefeitura-negocia-terreno-em-sao-cristovao-para-abrigar-barracoes-das-escolas-da-serie-ouro-25621381.html>.

Nessa imagem é possível visualizar no pórtico de entrada as “armas imperiais”, a bandeira do Império, o que conferia a esse empreendimento o título de Fábrica Nacional. O que significa na prática que ela contava com a proteção do Estado através da isenção de pagamento de direitos alfandegários sobre a importação de matérias-primas. Esse estabelecimento pode ser considerado uma manufatura, uma vez que opera nele uma fábrica de sabão e uma fábrica de Velas.

Ainda assim, a forma e estrutura desses estabelecimentos fabris podiam variar. Por exemplo, a fábrica de sabão de Afonso Vellado, localizada na rua do fogo número 37, possuía de acordo com o informado em processo do Tribunal da Junta de Comércio a seguinte estrutura: na frente, voltado para a rua, uma loja das mercadorias produzidas. Ao fundo da loja, por trás, o ambiente de produção, as máquinas e as ferramentas. Ali era o local onde efetivamente ocorria o processo produtivo. Mais ao fundo havia uma senzala para aqueles escravizados fabris. Na parte superior da loja, como num segundo andar de sobrado e com vistas para o ambiente de produção, ficava a administração da fábrica. Observe que não há a presença de galpões como no exemplo da fábrica de Lajoux visto acima e que se trata de uma fábrica por ser um conjunto de oficinas bem montadas, mas não é uma manufatura, pois concentra-se apenas na produção de chapéus, apenas um tipo de fábrica⁸².

Como o leitor pode ter percebido as palavras fábricas e manufaturas por vezes vão aparecer de maneira intercambiável no decorrer do texto. Não apenas por escolha de estilo de escrita, mas na documentação elas também aparecem de maneira intercambiável. O que queremos destacar é que esses dois estabelecimentos, fábricas e manufaturas, são

⁸²ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 425, Pacote 1

diferentes daquelas oficinas artesanais e mecânicas, como vimos no exemplo da oficina de sapateiro. Essas fábricas representam uma realidade mais complexa e moderna.

A variedade de formas de organização das unidades produtivas fabris não para por aí. Encontramos também aquilo que estamos chamando de “fazendas manufaturadas”. Podendo ter dois sentidos: fazendas que produzem ao mesmo tempo o produto agrícola base para a indústria de transformação instalada em sua propriedade ou unidades fabris localizadas na área rural em fazendas. Ou seja, complexos produtivos que somavam produção agrícola e fabril. Como por exemplo, fazendas de algodão que possuíam além da plantação do algodão a fábrica de fiação de algodão. Ou como é o caso da fábrica de rapé da Companhia Meuron. Localizada originalmente na Bahia, em Salvador, a fábrica possuía uma filial no Rio de Janeiro, localizada no Andaraí Pequeno, aquela época, distante do centro mercantil e urbano do Rio de Janeiro, como é possível observar abaixo.

IMAGEM 4: Fazenda Manufaturada de Rapé da Meuron & Cia no Andaraí



FONTE: Pintura, Fábrica de Meuron no Andaraí. Óleo sobre tela. Depositado no Acervo da Pinatoteca do Estado de São Paulo e disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23424/a-fabrica-de-rape-que-fez-historia-na-bahia-e-no-rio-de-janeiro>.

A companhia Meuron também fabricava seu rapé na Bahia e lá o que encontramos não é uma manufatura em uma fazenda. Pelo contrário, o prédio da fábrica de rapé dessa companhia é tão imponente que hoje abriga o Museu de Arte Moderna da Bahia. Construído ainda no período colonial, o Solar no Unhão foi adquirido no século XIX e até 1926 funcionou como uma fábrica de rapé⁸³. É interessante observar nesse caso a proximidade com o mar, especialmente devido a exportação das mercadorias dessa fábrica, o acesso direto ao mar era vital. O mesmo ocorre com a fábrica que vimos de João Eduardo Lajoux, localizada na praia dos Lázarus e a manufatura da ponta da areia, localizada próxima a baía de Guanabara.

IMAGEM 5: Solar do Unhão, Antiga fábrica de Rapé da Meuron & Cia



⁸³Sobre a trajetória do Solar do Unhão ver: <http://www.mam.ba.gov.br/>.

FONTE: Disponível em: <http://www.mam.ba.gov.br/>.

O tamanho das fábricas e a sua complexidade industrial nessa época, segundo Wilson Cano, determina os segmentos da Indústria fabril. Para ele, teríamos fábricas *simples*, *intermediárias* e *complexas*. Essas diferentes faixas seriam graduadas a partir da combinação dos fatores energéticos e tecnológicos. Sendo assim, *as indústrias simples* seriam aquelas com pouca utilização de máquinas e ligado a fontes animadas de energia. Nesse tipo de fábricas seriam possíveis apenas empresas de porte pequeno, para ele os exemplos seriam as fábricas de sabão, velas, cerveja, olarias, serrarias e etc. Na *indústria intermediária* as possibilidades energéticas, tecnológica e de mecanização apesar de ainda pequenas, eram maiores que a anterior de tipo simples. Chapéus, cigarros, charutos, calçados entraram na listagem de indústrias intermediárias. Já as *fábricas complexas*, para Cano, são marcadas em sua grande maioria para o final do século XIX e início do século XX uma vez que demandariam grandes fontes de energia, sobretudo a energia elétrica e com uma forte mecanização fabril e produção em escala. Fábricas de vidro, fósforo, construção naval, fiação, tecelagem, cimento e usinas de açúcar estavam nessa lista⁸⁴.

Apesar de interessante não faremos uso dessa classificação, porque como vimos nos exemplos anteriores era possível encontrar fábricas que seriam determinadas no grupo de *simples* como sendo *intermediárias* e etc. Como veremos no decorrer dessa tese, as fábricas de vidro, fósforo, fiação, tecelagem e outras consideradas por Wilson Cano como *indústrias complexas*, existiam há bem mais tempo do que o necessário para determinar o grau de mecanização por ele abordado⁸⁵.

⁸⁴ CANO, Wilson. Alguns Aspectos da Concentração industrial. In: **Formação Econômica do Brasil: A experiência da industrialização**. São Paulo. Saraiva. 1978. Pp.63-120.

⁸⁵CANO, Wilson. Alguns Aspectos da Concentração industrial. In: **Formação Econômica do Brasil: A experiência da industrialização**. São Paulo. Saraiva. 1978. Pp.63-120.

Dessa maneira, conseguimos destacar o objeto dessa pesquisa: a indústria fabril, composta por fábricas e manufaturas nas suas múltiplas possibilidades de organização produtiva. Seja em galpões, prédios, ou em fazendas manufaturadas, esses estabelecimentos se multiplicam pelo país no decorrer do século XIX. Como vamos analisar nos próximos capítulos, diferentes províncias como Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul e outras possuíam a presença nada desprezível dessas fábricas. Imersa em uma economia escravista, também não seriam alheias ou separadas das relações sociais da escravidão.

Algumas questões relevantes ainda nos restam, afinal, é possível falar na configuração de uma **Indústria** já na primeira metade do século XIX? O que é a indústria fabril? Como definir fábricas, manufaturas e oficinas nesse período? Esses problemas não são particularidades da nossa pesquisa, mas outros pesquisadores no tema tiveram que abordá-lo em seus trabalhos, como Geraldo Beauclair, Mario Danielli Neto e Mônica Martins⁸⁶. Ainda assim, é difícil que as delimitações desse tema alcancem pesquisadores para além daqueles especializados no assunto. A grande problemática surge porque a interpretação de Karl Marx foi consolidada nessa questão: a perspectiva de que primeiro teríamos oficinas artesanais, depois a formação de manufaturas até a transformação em maquinofaturas, por meio da inserção de máquinas-ferramentas, é predominante no meio acadêmico⁸⁷. E nesse quadro, raramente se consideram os estabelecimentos fabris da

⁸⁶ Os três autores em seus trabalhos tiveram que enfrentar a discussão sobre o que seriam esses estabelecimentos fabris. Com estratégias discursivas diferentes os três apresentam o mesmo ponto: o que cada uma dessas palavras significaria para os sujeitos da época. E chegam também no mesmo resultado. Para ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992. NETTO, Mario Danielli. **Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica São João de Ipanema** – Sorocaba- (SP) 1765-1895. 2006. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas. MARTINS, Mônica de Souza. **Entre a Cruz e o Capital: As corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)**. Rio de Janeiro. Garamoud. 2008

⁸⁷ Sobre a visão de Karl Marx sobre o desenvolvimento industrial recomendasse os capítulos XII e XII do Livro I Volume I do Capital, sendo “Divisão do Trabalho e Manufatura” e “A maquinaria e a indústria moderna” em: MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1, Volume 1. O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

primeira metade do século como sendo industriais. Essa linha explicativa nublou as visões sobre as atividades fabris no oitocentos.

Eulália Lobo, em seu célebre livro “História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro”⁸⁸ utiliza-se dessa conceituação clássica das atividades fabris. Para ela o artesanato se constituiria em que produtores individuais, geralmente proprietários dos instrumentos de trabalho e matérias-primas, podem individualmente fabricar o objeto final de forma manual. Já uma manufatura, segundo Eulália, também teria a primazia do trabalho manual, porém já haveria certo incremento no número de trabalhadores e adoção de uma divisão nas operações do trabalho, mas aqui já começa, segundo ela, a predominar a separação do capital (responsável pelo fornecimento da matéria-prima) e os trabalhadores. A indústria, por sua vez, se configuraria como uma revolução técnica que rejeita o trabalho manual e necessita de um mercado interno integrado, o capital passa então a dominar a produção separando os trabalhadores dos meios de produção, os restringindo apenas ao papel de assalariamento⁸⁹. Segundo Eulália, esse último, a indústria propriamente dita, seria incompatível com a “agricultura tropical escravagista com a hegemonia do comércio exportador de gêneros agrícolas.”⁹⁰.

Essa fórmula, que parece simples de encaixar, se torna confusa quando analisadas a documentação da época em que artesanato, manufaturas e indústria possuíam significados completamente diferentes do que foi apresentado. No parecer enviado pela Junta de Comércio à Regência do Império do Brasil, a comissão encarregada de escrever o parecer define cada um desses conceitos. De acordo com a Junta de Comércio: “Oficina

⁸⁸LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978.

⁸⁹Ibid; 1978, pp. 108-109

⁹⁰Ibdi. 1978, pp.109

[é] o estabelecimento industrial onde um ou mais indivíduos se empregam no trabalho de qualquer arte mecânica: fábrica, a que emprega muitas oficinas: e manufatura o que compreende diversas fábricas.”⁹¹ Na perspectiva de época tratava-se de uma visão inversa a descrita por Eulália Lobo: enquanto para a pesquisadora uma fábrica seria um estágio industrial mais complexo que uma manufatura, na documentação de época, uma manufatura seria um conjunto de fábricas, ou seja, o estabelecimento fabril mais complexo.

Koselleck alerta sobre essa problemática, de que há uma diferença entre a história passada e a linguagem utilizada para analisá-la⁹². A situação se torna mais confusa quando consideramos o termo “indústria”. Não são raros os casos em que nos relatórios dos Ministros da Secretaria de estado dos Negócios da Fazenda a palavra indústria apareça como sinônimo de “atividades produtivas”, ou seja, a indústria no Brasil se referindo como sendo tudo aquilo que o país produz através do seu engenho e trabalho. Também não é incomum, nos relatórios dos Presidentes de Províncias encontrarmos sessões destinadas a “indústria” e acompanharmos extensas descrições sobre o estado da agricultura naquela Província. A palavra indústria na primeira metade do século XIX possuía significado lato, e quando necessário era especificada a partir de complementos: indústria agrícola, indústria fabril, indústria de mineração, indústria criadora e etc. A associação do termo indústria ao trabalho assalariado, sistema fabril e revolução técnica como fez Eulália Lobo é menos um elemento dos contemporâneos da época, do que uma imposição de historiadores e economistas sobre as fontes.

⁹¹ ARQUIVO NACIONAL. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Caixa 428. Pacote 2. Rio de Janeiro. 16 de Junho de 1838

⁹² KOSELLECK, REINHART. “Modernidade”: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: **Futuro do Passado**: contribuição à Semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto. Ed. PUC-Rio. 2006.

Realizando essa mesma discussão, Braudel mostra como a palavra indústria ainda não teria se libertado em finais do século XVIII na Europa de seu sentido antigo, ou seja, como sinônimo de trabalho, habilidade e atividade. Não apenas isso, mas ressalta que indústria, fábricas, manufaturas e artes eram por vezes tratadas como sinônimos⁹³. Elemento esse que também encontramos na documentação da época para o Brasil.

Se observarmos os dicionários de época vamos encontrar praticamente as mesmas definições. De acordo com o vocabulário de português de Raphael Bluteau (1728) e reformado por Antônio de Moraes Silva (1789), o conceito indústria seria “arte, destreza para ganhar a vida, engenho”⁹⁴. Percebemos assim, como já tínhamos afirmado que o termo indústria no século XIX possuiu um significado mais lato. No mesmo dicionário encontramos os seguintes conceitos para fábricas e manufaturas. As fábricas seriam “casa onde se trabalham e fabricam panos, sedas, chapéus e outras manufaturas”⁹⁵, já a manufatura aparece como sendo “fábrica, mecânica, oficinas de artefatos de lanifícios, sedas, chapéus, panos e cia”⁹⁶. É perceptível como em certo sentido as duas expressões são próximas e podem ser intercambiáveis. Já oficina significava “casa onde se trabalha qualquer arte mecânica”⁹⁷.

De acordo com o “Novíssimo Dicionário de Economia” (1999), elaborado por Paulo Sandroni, a definição mais adequada para Indústria na contemporaneidade seria “o

⁹³BRAUDEL, Fernand. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII. Os Jogos das Trocas.** São Paulo. Martins Fontes. 2009.

⁹⁴Conceito de Indústria encontrado no Dicionario de Língua portuguesa composto pelo Padre Dom Raphael Blutou, reformado, acrescentado por Antonio Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 1.ed. Lisboa. 1789. Segundo Volume. P.963.

⁹⁵Conceito de Fábrica encontrado no Dicionario de Língua portuguesa composto pelo Padre Dom Raphael Blutou, reformado, acrescentado por Antonio Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 1.ed. Lisboa. 1789. Segundo Volume. P.811.

⁹⁶Conceito de Manufatura encontrado no Dicionario de Língua portuguesa composto pelo Padre Dom Raphael Blutou, reformado, acrescentado por Antonio Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 1.ed. Lisboa. 1789. Segundo Volume. P.1074.

⁹⁷Conceito de Oficina encontrado no Dicionario de Língua portuguesa composto pelo Padre Dom Raphael Blutou, reformado, acrescentado por Antonio Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 1.ed. Lisboa. 1789. Segundo Volume. P.1171.

conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas no sentido de fabricar mercadorias.”⁹⁸. Essa definição é bastante útil para que possamos afirmar a existência de uma indústria na primeira metade do século XIX.

Visto essas questões, se faz necessário que se aperfeiçoe ainda algumas arestas. Embora, a palavra indústria tenha sentido lato na época, trabalharemos aqui com a sua face fabril, ou seja, ao utilizarmos a palavra indústria estaremos nos referindo à indústria fabril. É importante que consideramos a indústria fabril como sendo o conjunto de fábricas e manufaturas. Cada uma dessas expressões é reconhecida pelo sentido empregado pelo Tribunal da Junta de Comércio, e pelas demais documentações que vamos utilizar, a saber: manufatura como um conjunto de fábricas, fábricas como um conjunto de oficinas, e oficinas como um estabelecimento onde trabalham um ou mais indivíduos em determinado ofício. As variações do “número de trabalhadores, da grandeza dos edifícios, do emprego de máquinas, da alteração dos cômodos, da circulação de capitais”⁹⁹ e da multiplicidade de mercadorias é o que define os estabelecimentos fabris que se encontraram em “ponto grande” ou não. Vale também ressaltar, que as fábricas de açúcar estão incluídas dentro do que estamos chamando de indústria (indústria fabril). Não apenas pelo fato de a indústria açucareira estar indicada no dicionário de Paulo Sandroni como sendo pertencente à indústria de transformação, mas porque no período que estamos analisando tanto os pensadores e membros do corpo político e burocrático do Estado a entendiam como sendo parte da indústria fabril, como a sua forma de produção se assemelhava a um processo manufatureiro.

⁹⁸SANDRONI, Paulo. Indústria. In: **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo. Best Seller. 1999. Pp. 299-300.

⁹⁹Esses critérios foram estabelecidos pela própria Junta de Comércio no parecer emitido em razão da Consulta feita pela regência. ARQUIVO NACIONAL. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Caixa 428. Pacote 2. Rio de Janeiro. 16 de Junho de 1838

Sendo assim, estamos analisando a indústria brasileira no século XIX pela sua face fabril: fábricas e manufaturas. Apesar disso, o leitor e leitora não precisam estranhar caso no decorrer da escrita das frases essas palavras sejam tratadas como sinônimos. Para o período aqui exposto, manufatura, fábrica e indústria eram palavras intercambiáveis muitas vezes, e isso estará também refletido nesse texto. O que não podemos confundir é que existe na documentação uma distinção clara entre fábricas e oficinas artesanais e mecânicas: existem estabelecimentos que são classificados como fábricas com o objetivo de distingui-los dos ofícios artesanais. Lembrando, que fábrica aqui se trata de um estabelecimento fabril que é um conjunto de oficinas e que pode ou não estar montada em “grande porte”. Também, não faremos o emprego da expressão “corporações de ofício”¹⁰⁰, mesmo sendo extintas legalmente apenas em 1824 e, portanto englobando uma boa parte do nosso recorte cronológico, concordamos com Jacob Gorender, segundo o qual haveria apenas às “externalidades formais” dos corpos de ofício. O seu conteúdo, segundo Gorender, seria dominado pelo escravismo, o que lhe faria completamente diferente da organização medieval fechada¹⁰¹.

Técnica e Tecnologia nos primórdios da Indústria

Como afirmado por Nícia Vilella Luz, a industrialização não pode ser iniciada por decreto¹⁰². a liberação de manufaturas no Brasil não tem por si própria a capacidade de

¹⁰⁰Sobre as corporações de ofício no Brasil, ver: MARTINS, Mônica de Souza. **Entre a Cruz e o Capital: As corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)**. Rio de Janeiro. Garamoud. 2008

¹⁰¹GOENDER, JACOB. Escravidão Urbana. In: **O Escravismo Colonial**. São Paulo. Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo. 2016

¹⁰² LUZ, Nícia Vilella. **Luta Pela Industrialização do Brasil**. São Paulo. Alfa Omega. 1978. P.20.

modificar o eixo da economia da agricultura para a indústria, a centralização das relações econômicas do campo para a o meio urbano e também não tem a capacidade de gerar uma sociedade baseada no que se vem chamando de sistema fabril. Qual o papel da indústria nessa economia escravista e predominantemente agroexportadora no século XIX será objeto de discussão dos demais capítulos. Por hora devemos nos ater nessa importante questão: o sistema fabril.

O Sistema fabril surgiu na Inglaterra durante a Revolução Industrial e é a forma na qual entendemos o universo industrial até hoje. Nas palavras de David Landes trata-se do surgimento de um novo modo de se produzir¹⁰³. Uma das explicações mais poderosas sobre esse sistema veio de Paul Mantoux e aquilo que ele chamou de “maquinismos”¹⁰⁴. Para Mantoux, o maquinismo era o principal fenômeno da revolução industrial, “dominando e impondo sua lei”¹⁰⁵ a todos os demais fatores daquela revolução. Ele observa como na humanidade, e na própria Inglaterra já existiam máquinas e também existiam ferramentas, porém o maquinismo é quando a máquina se transforma no fator essencial da produção sendo capaz de determinar a qualidade, a quantidade e o preço da mercadoria. Sendo assim, seria a indústria têxtil o primeiro exemplo de uma indústria transformada pelo maquinismo em “grande indústria moderna”¹⁰⁶.

A interpretação de que o maquinismo foi o principal fator para a revolução industrial foi uma perspectiva consolidada por David Landes. Através do que ele chamou de sistema fabril, afirma categoricamente que “No século XVIII uma série de invenções transformou a indústria do algodão no Inglaterra e deu origem a um novo modo de

¹⁰³ LANDES, David. A Revolução Industrial na Inglaterra. In: **O Prometeu Desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1994.

¹⁰⁴MANTOUX, Paul. O maquinismo na Indústria Têxtil. In: **A Revolução Industrial no Século XVIII: estudos sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra**. São Paulo. Hucitec. 1988. Pp.177.

¹⁰⁵Ibid; 1988. Pp.177.

¹⁰⁶Ibid; 1988. Pp.179

produção: o sistema fabril”¹⁰⁷. São as invenções, as inovações tecnológicas, a mecanização e as transformações técnicas os elementos responsáveis pela mudança econômica que ocorre a partir do sistema fabril. Para Landes, essas mudanças tecnológicas que se iniciaram na indústria do algodão e irradiaram-se para outros ramos da indústria, com isso aumentando a produtividade, a renda per capita e pela primeira vez na história da humanidade gerou um crescimento autossustentado. Ele agrupa as mudanças tecnológicas em três partes: 1) a substituição do esforço humano por máquinas. 2) a substituição das fontes animadas de energia (animais por exemplo) por fontes inanimadas (num primeiro momento as máquinas que transformavam calor em trabalho, mas também as forças hidráulicas e a vapor). E 3) a utilização de novas e abundantes matérias-primas¹⁰⁸. Esse conjunto de novas invenções, novas forças motrizes, novas matérias-primas por si só não configuravam o sistema fabril. Para isso era necessário combinar esses fatores com a concentração dos trabalhadores em um único lugar com supervisão e disciplina fabril.

É a partir dessa reflexão que podemos levantar os seguintes questionamentos: encontramos no Brasil até 1870 a presença de um sistema fabril? É possível falar de indústria nesse período sem a presença de um sistema fabril? Quais eram as máquinas existentes nas fábricas brasileiras? Para realizar essas observações, selecionamos algumas fábricas encontradas na Província do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é observar os fatores de produção dessas fábricas.

Na província do Rio de Janeiro as principais dinâmicas fabris estavam concentradas na cidade de Niterói e em Campos dos Goytacazes. Nesta primeira se

¹⁰⁷ LANDES, David. A Revolução Industrial na Inglaterra. In: **O Prometeu Desacorrentado**: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1994. P.43.

¹⁰⁸Ibid; 1994. Pp. 43

achava localizada a fábrica de produtos químicos de propriedade de Antonio Salustiano de Castro. A cada ano a dita fábrica passava por melhoramentos, segundo consta nos relatórios dos presidentes de província, e no ano anterior o edifício da fábrica tinha sido aumentado para instalação de um laboratório de evaporação. No decorrer da década de 1850 essa fábrica se tornará responsável inclusive pela iluminação pública de Niterói. Nesse período funcionava com filtros de vidro, tubos, cadinhos de porcelana, areômetros e peças de barro vindas da Inglaterra. Esse estabelecimento produzia mercúrio doce, iodureto de potassa, iodureto de ferro e tártaro emético¹⁰⁹. Em Campos dos Goytacazes também era possível identificar fábricas ligadas ao aspecto químico, como a fábrica de gás hidrogênio de Carlos Perret Gentil. A dita fábrica possuía prensas de ferro, três bombas de força; aparelhos de destilação, tonéis, reservatórios forrados com folhas de flandres e produzindo pipas de gás. Água-raz, pedras calcárias e etc. a fábrica de gás contava com 20 operários entre livres e cativos¹¹⁰.

Outras fábricas que recebem destaque são localizadas também em Campos dos Goytacazes, especialmente três fundições respectivamente de propriedade de Alexandre Davidson; Roberto e John Marc Tavesch. A primeira, era fabricante de máquinas a vapor e navios movidos a vapor, sendo uma embarcação construída em seu estabelecimento o primeiro Navio a vapor a atravessar as águas do rio Paraíba do Sul. A fundição de Roberto existia desde o início da década de 1830 e operava com seis operários livres (sendo todos estrangeiros) e sete escravos oficiais de diversos ofícios. Seu estabelecimento possuía diversas oficinas e produzia máquinas a vapor para as usinas de produção de açúcar. Já o

¹⁰⁹PROVÍNCIA. Relatório apresentado ao exímio senhor vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o comendador João Pereira Darrigue Faro pelo presidente o conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz. 3 de Maio de 1852.

¹¹⁰PROVÍNCIA. Relatório apresentado ao exímio senhor vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o comendador João Pereira Darrigue Faro pelo presidente o conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz. 3 de Maio de 1852

estabelecimento de John Tavesch contava com 10 operários livres (apenas 3 brasileiros) e sete oficiais escravizados. Sua especialidade era diferente das fábricas anteriores: sua produção era voltada para produzir caldeiras de ferro para engenhos¹¹¹.

A maior fundição, porém, ficava localizada na Ponta da Areia em Niterói de propriedade de Irineu Evangelista de Souza. Para se ter uma ideia, somente no ano de 1851-1852 a Companhia Ponta da Areia produziu uma ponte de ferro que seria colocada sobre o rio de Santo Antonio do Mato; em construção a ponte de ferro de maiores dimensões que será colocada sobre o Rio Pirahy; a fundição dos tubas para o encanamento das águas do Rio Maracanã; além de peças de artilharia, uma máquina de granulação, dois pares de máquinas marítimas a vapor, 25 canhões de bronze, moendas para engenhos de açúcar; grades, portões e um barco a vapor. Diante de tamanha produção e complexidade é de se imaginar que as máquinas utilizadas também fossem compatíveis. Somente na fábrica de fundição da Ponta da Areia era possível encontrar, já em 1857, grandes ventiladores, quatro fornos, guindastes e duas estufas. Na oficina de caldeireiro dessa fábrica era possível identificar uma máquina a vapor de alta pressão, e na oficina de ferreiros ventiladores a vapor também foram identificados. Já na oficina de maquinistas todas as máquinas eram movidas por uma grande máquina a vapor de alta pressão com força de 25 cavalos responsável por mover os engenhos de aplainar, tornos, máquinas de parafusos e roscas. Já no estaleiro havia uma máquina de serrar a vapor de 16 cavalos. Dos 667 operários dessa fábrica 162 eram escravizados, sendo desses 125 africanos, ou

¹¹¹PROVÍNCIA. Relatório apresentado ao exímio senhor vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o comendador João Pereira Darrigue Faro pelo presidente o conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz. 3 de Maio de 1852

seja, escravizados que chegaram via tráfico negreiro e não crioulos. Além claro, dos 202 operários portugueses, 96 estrangeiros de outros locais e os 207 operários nacionais¹¹².

Esses breves dados de algumas fábricas são interessantes e nos conduzem a uma dupla questão: pode-se falar em um sistema fabril? Qual era o papel dessas máquinas na produção fabril brasileira? Era o Brasil atrasado industrialmente? Vamos iniciar respondendo a última questão, que será mais detalhada posteriormente no próximo capítulo. David Landes ressalta que no final do século XVIII depois de já consolidado o start da revolução industrial as grandes fábricas que segundo ele “assombravam os contemporâneos” eram exceções.¹¹³ A maioria das fábricas oriundas da revolução industrial naquele período inicial eram entendidas como sendo “oficinas melhoradas”¹¹⁴ formados por uma dúzia ou meio de operários e também máquinas majoritariamente manuais. Nesse sentido, podemos compreender que as fábricas aqui abordadas estão de certa maneira não tão atrasadas como se imaginou. Além disso, comparar na primeira metade do século XIX qualquer nação que tenta desenvolver sua indústria com a Inglaterra a impressão sempre vai ser a do atraso tecnológico, exatamente porque a Inglaterra foi a primeira a industrializar-se no mundo, por isso uma revolução. Sendo assim, a obra de Landes nos possibilita a comparação com outros países da Europa continental. Segundo ele, a revolução industrial nos países do continente foi bem mais lenta que na Inglaterra, de maneira que ao tentar desenvolver sua indústria esses países encontraram muitos problemas que o Brasil também enfrentou: escassez de matérias-

¹¹² PROVÍNCIA. Relatório apresentado ao exímio senhor vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o comendador João Pereira Darrigue Faro pelo presidente o conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz. 3 de Maio de 1852.

¹¹³ LANDES, David. A Revolução Industrial na Inglaterra. In: **O Prometeu Desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1994. Pp.64.

¹¹⁴ Ibid; 1994. Pp.64. Geraldo Beauclair realiza essa mesma discussão sob o argumento de oficinas bem montadas. Ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Introdução. In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992.

primas, como o carvão, ausência de uma burguesia bem delimitada, dificuldades nas balanças comerciais e estilos de vida mais socialmente hierarquizados. Sendo assim, durante toda a primeira metade do século XIX, Landes aponta uma grande defasagem entre o continente e a ilha britânica, defasagem que só será equiparada no terceiro quarto do século¹¹⁵.

Sendo assim, Wilson Cano é perspicaz ao apontar que as fábricas brasileiras do período:

De conformidade com o estado do conhecimento técnico vigente no momento de seu nascimento, estas fábricas tinham dimensões e níveis técnicos “modernos”, dado que os equipamentos utilizados eram aqueles existentes, no mesmo momento, nos países industrializados¹¹⁶

Não havia um atrasado no que diz respeito a máquinas e outros mecanismos uma vez que os próprios países da Europa continental estavam em estágio próximo do Brasil em suas técnicas industriais. Nesse sentido, Hobsbawm demonstra que as inovações tecnológicas da revolução industrial não foram tão sofisticadas assim, ou seja, muitas vezes resumiam-se a modificações mecânicas simples. Segundo ele:

Felizmente poucos refinamentos intelectuais foram necessários para se fazer a revolução industrial. Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros¹¹⁷

¹¹⁵LANDES, David. Emulação Continental. In: **O Prometeu Desacorrentado**: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1994. Pp.131.

¹¹⁶CANO, Wilson. Alguns Aspectos da Concentração industrial. In: **Formação Econômica do Brasil**: A experiência da industrialização. São Paulo. Saraiva. 1978. Pp.107.

¹¹⁷HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**(1789-1848). São Paulo. Paz e Terra. 2012. p.39.

Se entendermos dessa maneira, podemos partir para o questionamento do sistema-fábril nessas fábricas no Brasil. Se consideramos o sistema-fábril a partir do parâmetro do “maquinismo” de Paul Mantoux ou da combinação das novas invenções com disciplina fábril de David Landes não é possível identificar um “sistema fábril”. Em primeiro lugar porque em nenhum dos estabelecimentos que observamos eram as máquinas que estavam, nas palavras de Mantoux, dominando as demais atividades. A centralidade desses estabelecimentos fábril ainda se concentrava na força e engenhosidade humana, especialmente de escravizados. Isso também significa dizer que por grande parte da mão de obra ser escravizada, e em fábricas onde encontrávamos uma faixa de 20 operários, não havia grandes concentrações de trabalhadores submetidos a uma disciplina fábril, mas uma concentração de escravizados submetidos a disciplina de uma sociedade escravista e a forma de organização do trabalho dividida entre “mestres e aprendizes”.

A presença da escravidão, longe de ser um empecilho, era a característica do desenvolvimento industrial brasileiro dos três primeiros quartos do século XIX. Em uma sociedade escravista como era a brasileira, Stanley Stein afirma que ocorreram movimentos para se consolidar quatro aspectos centrais do desenvolvimento industrial: mercados, capital, máquinas e homens. E isso, sem ser incompatível com a escravidão. Abordando a década de 1850, Stein, levanta as discussões nos relatórios de tarifa de 1853 e pondera a maior parte das fábricas do país utilizava trabalhadores escravizados e a escravidão não retarda o “andamento industrial” brasileiro¹¹⁸.

¹¹⁸STEIN, Stanley. A Força de Trabalho. In: **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950**. Rio de Janeiro. Campus. 1979. Pp.64.

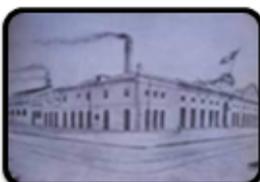
Será somente a partir da década de 1870 que vamos vislumbrar a transformação da Indústria Escravista. Nas fábricas surgem o sistema fabril: maquinismo mais disciplina fabril do trabalho. Foi a confusão entre o que é fábrica, indústria e sistema fabril que fez com que o passado da indústria brasileira fosse no máximo traçado a partir da década de 1870. Ao surgir o sistema fabril no Brasil as fábricas mudam a escala da sua produção, o predomínio das máquinas na produção e o caráter autossustentado de expansão que só entrará em declínio, como mostrou Suzigan, nos anos 1990. A fábrica “Brazil Industrial”, localizada em Paracambi e fundada na década de 1870 é um grande exemplo das primeiras fábricas no país a funcionarem com base no sistema fabril.

QUADRO 1: Conceitos de oficinas, fábricas, manufaturas, fazendas manufaturadas e Sistema Fabril no Brasil



OFICINA

- Concentração de apenas um tipo de arte mecânica, baixíssimo emprego de máquinas, mestre de ofício e aprendizes, baixa divisão do trabalho da produção, espaço físico que mesclava loja/ambiente de produção. Aplicação da disciplina escravista.



FÁBRICA/MANUFATURA

- Fábricas como um conjunto de oficinas bem montadas. Organizada divisão do trabalho da produção através das diferentes oficinas. Manufaturas como um conjunto de fábricas, produzindo mais de um tipo de mercadoria. Ambas conjugam máquinas modernas com disciplina do trabalho escravo.



FAZENDA MANUFATURADA

- Fábricas/Manufaturas localizadas na área rural ou fazendas que possuísem nelas fábricas para transformação das matérias-primas produzidas na própria fazenda. Utilização de máquinas modernas e da disciplina de trabalho escravista.



SISTEMA FABRIL

- Conjugação do maquinismo (predomínio da máquina na qualidade, preço e quantidade da mercadoria) com a disciplina fabril (o relógio, o supervisor, a sirene) associando-se a isso um crescimento na escala de produção e na estrutura física de maior gradação.

FONTE: Elaboração própria.

Capitalismo e Indústria: O prisma da escravidão

Nossa indústria, como se vê, não está no ócio. Cada dia inventa, melhora, produz mais ou melhor, e mais barato. Serve com maravilhosa docilidade nossas inclinações, nossos estudos, nossas necessidades, nossos trabalhos, nossos prazeres, a moleza de nossos hábitos ou a exquisitez de nossos gostos elegantes. Não seria possível dizer quanto espírito, tempo, sagacidade, paciência emprega grande número de inventores laboriosos, de fabricantes esclarecidos, de oficiais ativos, nessas descobertas novas, cujas vantagens com eles partilhamos.¹¹⁹

F. Barbieri, 18 de Dezembro de 1840.

com tudo na precisão de expor à V.A.R que a sua fábrica não pode trabalhar num ponto vasto por isso mesmo que todo o sistema de trabalho nesse país demanda fundos imediatamente disponíveis para comprar escravos bem como no caso do suplicante. Pois seria absurdo, além de prejudicial intentar trabalhar em ponto grande a jornais, quer com escravos alheios, quer com gente liberta; correndo risco dos inconvenientes que já experimentou; ensinando pessoas com as quais todo o tempo não pode contar; trabalhando com gente sem sujeição pelas bem conhecidas causas de desleixo, pouca indústria e atrasamento da economia doméstica na gente forra do Brasil. Vendo pois O Senhor a falta de um fundo disponível para a compra de mais alguns escravos tanto tecelões quanto outros, o único obstáculo que impede o suplicante de trabalhar em ponto grande, ele implora a V.A.R se digne tomar régia sempre sábia consideração a súplica que agora trás para que lhe seja prestado um socorro de DEZ CONTOS DE RÉIS na qualidade de empréstimo dos cofres que a V.A.R parecem mais próprios para a compra de escravos, tanto tecelões como outros¹²⁰

Antonio Maria Martin, 1812

¹¹⁹ NOTÍCIAS INDUSTRIAIS. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Sexta-Feira. 18 de Dezembro de 1840

¹²⁰ ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 423, Pacote 3

“Progressos, “maravilhas”, “prodígios”, “perfeição”, “melhoramentos” são algumas das palavras utilizadas por Barbieri para descrever o estágio da indústria naquele período¹²¹. Na edição de número 334 em dezoito de dezembro de 1840 o *Jornal do Comércio* abordou em suas quatro colunas de capa as “Notícias Industriais”, espaço onde Barbieri descreveu o que ele considerou as maravilhas da indústria: máquinas a vapor, novas maneiras de construir pontes e barragens, novas formas de criar tecidos e panos, além dos inúmeros artefatos de consumo comum que mudaram os hábitos e facilitaram a vida e cotidiano das pessoas. Nessa sua coluna no *Jornal* ele apontou que não haveria limites para a concretização dos sonhos da humanidade diante das maravilhas que dia após dia os inventores industriais conseguiam proporcionar.

Essas notícias industriais apresentadas no *Jornal do Comércio* davam o tom das perspectivas da primeira metade do século XIX: progresso, indústria e invenções incorporaram uma nova dimensão no imaginário e discurso no mundo ocidental. As maravilhas da indústria transformavam, nas palavras de Barbieri, brincadeiras de criança em novas realizações cada vez mais exatas e perfeitas em promover os luxos, necessidades e prazeres da humanidade.

Porém, o mundo encantador do progresso industrial era fundado em contradições. Os mesmos avanços e progressos que enfeitiçavam os observadores na época, produziam mais do que melhorias nas áreas da engenharia, física e ambiente fabril, mas também um conjunto de formas de viver extremamente degradantes: seja na Inglaterra, berço dessas transformações industriais onde surgia uma nova classe social, os proletários, ou em território brasileiro, como destacado no pedido de provisão do Tenente Coronel Antonio

¹²¹**NOTÍCIAS INDUSTRIAIS.** *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Sexta-Feira. 18 de Dezembro de 1840

Maria Quartin, em que as fábricas dependiam do trabalho de escravizados para funcionarem¹²².

Antonio Maria era proprietário de uma fábrica de tecidos desde o ano de 1808, quando por determinação da recém chegada família real nas terras brasílicas foi permitido a instauração de manufaturas no território da antiga colônia. O tenente-coronel foi um dos que investiram seus cabedais na instalação de um empreendimento fabril. Em março de 1812, porém ele envia um pedido de empréstimo ao Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Nele argumenta o motivo de suplicar pela quantia de dez contos de réis: a necessidade de comprar escravos especializados no trabalho de tecelões, pois caso contrário seria impossível para qualquer indústria neste país trabalhar em ponto grande. Bem articulado na política paulista, outros três personagens enviaram súplicas ao Tribunal da Junta de Comércio pedindo que o empréstimo em nome do Tenente-Coronel para compra de escravizados fosse deliberado: O Juiz de Fora da Capitania de São Paulo¹²³; o então ouvidor da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, Miguel Antonio de Araújo Veiga e o conselheiro do príncipe regente e capitão general da Capitania de São Paulo: Marquês de Alegrete. De acordo com todos eles a fábrica de Antonio Maria funcionava nos “mesmos princípios que as fábricas inglezas”.

Essa aparente contradição expostas entre as “maravilhas” e “prodígios” possibilitados pela carreira industrial e a existência de empreendimentos fabris que apresentavam como característica fundamental para o seu funcionamento as relações sociais da escravidão nos levaram a inúmeros questionamentos que pretendemos iniciar nesse capítulo. Os dois textos aqui enxertados nos descortinam fenômenos, instituições, práticas, agentes, discursos e relações econômicas essenciais para compreendermos um

¹²²ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 423, Pacote 3

¹²³O nome do Juiz de Fora não consta na documentação.

pedaço da história da escravidão, da história do capitalismo e da industrialização. Esses três pontos serão objeto de discussão nesse capítulo, em particular o amálgama entre a indústria e a escravidão, entre o que havia de “maravilhoso” e o que havia de “nefando” no Brasil na primeira metade do século XIX.

Esses pontos suscitam questões que pretendemos abordar aqui: Qual seria o lugar da indústria fabril na economia brasileira da primeira metade do XIX? Qual o lugar que o desenvolvimento dessa indústria colocou o Brasil no concerto das nações? Poderíamos considerar essa indústria enquanto atrasada? Seria a indústria incompatível com a escravidão? Ou seria a escravidão um limitador das atividades fabris?

Indústria e Capitalismo

A temática da indústria nos tempos contemporâneos geralmente esteve relacionada ao capitalismo. É inegável que as transformações econômicas, sociais e tecnológicas que ocorreram a partir e por causa da revolução industrial fundaram um mundo diferente daquele do Antigo Regime: sistema fabril; disseminação do trabalho assalariado, crescimento econômico sem precedentes e desigual entre as diversas partes do planeta, e avanços tecnológicos até então inimagináveis. Após a industrialização britânica, outros Estados se lançaram no caminho para tornar a indústria o eixo dinâmico de suas economias: Alemanha, Estados Unidos e França são alguns dos exemplos ainda no século XIX¹²⁴. No século XX a questão ficou latente para as economias de outras

¹²⁴CURY, Maria Vania. **História da Industrialização no Século XIX**. Rio de Janeiro. UFRJ. 2006

partes do globo e foi possível a consolidação da industrialização em espaços econômicos como o Brasil, China, Japão, Coréia do Sul e outros.

O que nos interessa é que a indústria e os processos de industrialização geralmente são associados ou como ponto de origem do capitalismo ou enquanto desdobramento do processo de expansão desse capitalismo. De uma forma ou de outra a temática da indústria geralmente surge relacionada com a história do capitalismo. Isso faz com que o debate sobre a relação do capitalismo com a indústria seja algo incontornável para os estudos sobre esse último. Se referindo à necessidade sempre recorrente de ter que trabalhar com a palavra e o conceito de capitalismo, Braudel afirma: “Irritados, expulsamo-la pela porta e ela volta em seguida a entrar pela janela”¹²⁵. E assim, o debate sobre o capitalismo volta pela janela em nosso trabalho. Não pretendemos aqui debater qual seria o ponto cronológico da origem do capitalismo: se no século XVI, XVIII ou XIX, nem qual teria sido seu principal agente motor de transformação: mercado ou produção. Nem aprofundar nas questões sobre a transição de antigos modos de produção para o modo de produção capitalista. Antes, pretendemos observar simplesmente o lugar que a indústria ocupa nas explicações sobre o capitalismo.

Analisar o lugar da indústria no capitalismo não significa que iremos debater a natureza e a definição *stricto sensu* de capitalismo. Ao relacionar capitalismo e indústria não vamos buscar nas guildas baixo medievais e nem nas corporações de ofício da idade moderna os fatores explicativos dessa relação. A concretude dessa relação se materializa e se torna cristalina com a chamada revolução industrial na Grã-Bretanha. O processo britânico assume um caráter essencial nessa discussão não por se tratar de uma abordagem de estudo de caso, mas como demonstrou Peter Mathias e John A. Davis, por ser o lugar

¹²⁵BRAUDEL, Fernand. Os Jogos das Trocas. In: **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro. Rocco. 1987. p. 32.

de ocorrência da primeira revolução industrial, ou seja, desnudando os segredos internos dos processos industriais¹²⁶. Não pretendemos também realizar um debate sobre as razões e circunstâncias da revolução industrial. Queremos compreender como foi construída a relação entre a revolução industrial inglesa e o capitalismo para compreendermos como na primeira metade do século XIX é possível conjugar as dinâmicas do escravismo brasileiro, o capitalismo e a indústria fabril nacional.

Em primeiro lugar, o próprio termo “revolução industrial” não é um consenso. Economistas e pesquisadores de raiz teóricas mais próximas ao liberalismo questionam a existência de uma “revolução”. Entre eles podemos citar Rondo Cameron e Walt Whitman Rostow. Por mais que não utilizem a ideia de uma revolução industrial há uma significativa diferença de abordagem: enquanto o primeiro enfatiza aspectos da continuidade histórica, o segundo trabalha com a concepção de um “arranco” no desenvolvimento econômico capitalista¹²⁷.

A perspectiva neoclássica de Cameron propõe o desprendimento dos processos políticos na história econômica e o questionamento de categorias consagradas, como a revolução industrial. Isso fica mais nítido quando analisado em seu contexto de escrita, na década de 1980, onde há a crise do mundo soviético e ascensão do neoliberalismo e, portanto, o termo revolução fica em xeque, seja na política ou na economia. Para isso ele compreende a formação de uma sociedade industrial enquanto um fenômeno sem rupturas. Ou seja, o que existe, e existiu, é um processo de industrialização que se iniciou antes de 1780 e se estende até o tempo presente. Para entender a especificidade das

¹²⁶ DAVIS, JOHN. A; MATHIAS, Peter. **As Primeiras Revoluções Industriais**. Publicações Dom Quixote. 1998.

¹²⁷ Para ver Cameron e Rostow: CAMERON, Rondo. O Despontar da Indústria Moderna. In: **História Econômica do Mundo**: De uma forma concisa, de há 30.000 anos até ao presente. Portugal. Publicações Europa-América. 2004. ROSTOW, Walt. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**: Um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1961.

mudanças ocorridas a partir do século XVIII ele perceberá o despontar de uma *Indústria Moderna*. Essa indústria moderna se diferencia da Indústria “Pré-Moderna”, ou “Indústria Antiga” e eclipsa a proto-industrialização. É a aplicação constante e combinada de tecnologia, máquina e energia que dá as características dessa indústria moderna. Dessa maneira ele percebe o processo de continuidade histórica da industrialização, ou seja, ainda hoje esses três elementos são novamente combinados e aperfeiçoados¹²⁸.

Para Rostow o período da virada do século XVIII para o XIX é interpretado pela chave do “arranco” econômico. Esse “arranco” consistiria na superação das antigas obstruções ao desenvolvimento regular e contínuo. Esse desenvolvimento se manifestou através do surgimento e expansão de novas indústrias, o que produz um lucro ainda maior e que por sua vez é reinvestido em novas instalações fabris. Ao mesmo tempo essas novas indústrias devido a necessidade cada vez mais crescente de operários estimulam a expansão de um setor de serviços, bens manufaturados e crescimento urbano, além do fortalecimento de uma nova, ampla e mais racional classe empresarial¹²⁹.

Tanto o “arranco” quanto a “indústria moderna” são conceitos que esvaziam as especificidades das transformações sócio-econômicas da Era das Revoluções. Ao ser fortemente influenciado pela obra de David Landes¹³⁰, Cameron assume a incorporação de novas tecnologias, especialmente as provenientes das economias ligadas ao ferro e ao carvão como elemento essencial da indústria moderna.

¹²⁸CAMERON, Rondo. O Despontar da Indústria Moderna. In: **História Econômica do Mundo**: De uma forma concisa, de há 30.000 anos até ao presente. Portugal. Publicações Europa-América. 2004.

¹²⁹ROSTOW, Walt. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**: Um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1961.

¹³⁰Sobre a tese de David Landes, ver: LANDES, David .S. **O Prometeu Desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro. Elsevier. 2005.

Por outro lado, Peter Mathias consegue estabelecer uma interpretação capaz de questionar tanto a abordagem de “continuidade” desenvolvida por Cameron, quanto à ausência do termo revolução, embora destacando as rupturas, como é o caso de Rostow. Adotando uma tese gradualista, Mathias observa a partir de novos dados seriais e quantitativos o crescimento econômico e as mudanças sociais acontecendo de maneira mais lenta e gradual do que prevista na historiografia do “arranco”. O fato de ter sido um crescimento menor do que apontado por Rostow não significa um predomínio das permanências como queria Cameron¹³¹.

Assim, Mathias distingue “crescimento econômico” de “desenvolvimento econômico”, o primeiro significa uma expansão econômica sem alteração da natureza da economia, já no segundo todos os aspectos principais da economia e da sociedade, incluindo valores culturais e sociais, irão integrar o desenvolvimento econômico. E por meio dessa integração, entre aspectos da sociedade como um todo e transformações econômicas, implicará em mudança estrutural na economia. É essa mudança estrutural na economia e na sociedade que permite entender a revolução industrial inglesa enquanto revolução e enquanto a primeira revolução industrial¹³².

Qual seria o lugar, ou melhor, qual seria o papel dessa revolução industrial para o capitalismo? Para Francisco Falcon existem dois eixos interpretativos sobre essa questão: um primeiro onde o capitalismo é fruto da revolução industrial e um segundo que separa a história do capitalismo da história da revolução industrial. O próprio Falcon demonstra ser partidário da primeira forma de interpretação ao atribuir ao período anterior ao século XVIII enquanto uma configuração social “pré-capitalista” ou “antigo regime econômico”

¹³¹DAVIS, JOHN. A; MATHIAS, Peter. A Revolução Industrial: Conceito e Realidade. In: **As Primeiras Revoluções Industriais**. Publicações Dom Quixote. 1998.

¹³²DAVIS, JOHN. A; MATHIAS, Peter. A Revolução Industrial: Conceito e Realidade. In: **As Primeiras Revoluções Industriais**. Publicações Dom Quixote. 1998

e a partir do século XIX uma formação já consolidadamente capitalista ou “novo regime econômico”¹³³.

Ao se referir à historiografia que separa o capitalismo da Revolução industrial, Falcon estava diretamente citando a corrente interpretativa de Braudel e Wallerstein. Segundo Falcon, ao trabalharem respectivamente com a ideia de “economia-mundo” e “sistema mundial moderno” esses autores pensavam a existência de uma única totalidade sistêmica integrada via mercado. A articulação desses mercados e a composição de diferentes formas de recrutamento de trabalho hierarquizam as regiões que estavam inseridas dentro do “sistema mundial moderno” em três zonas: centro, periferia e semi-periferia.¹³⁴ Esses conceitos e pressupostos teóricos são relevantes compreender nesse momento, pois posteriormente serão assimilados por parte da historiografia latino-americana que tenta analisar a relação entre revolução industrial e escravidão. Ainda assim, a demasiada ênfase nas relações de mercado, especialmente o mercado de longa distância, e o recorte cronológico ainda na primeira parte da era moderna geraram poucas contribuições para entender as especificidades da revolução industrial com o capitalismo.

Sendo assim, outros autores são mais eficazes na discussão entre a revolução industrial e capitalismo, entre eles Ellen Wood e Karl Polanyi. Apesar de ambos possuírem interpretações distintas, a capacidade heurística de suas análises são muito influentes. Polanyi escreve sua interpretação em meio à crise geral do capitalismo na primeira metade do século XX buscando compreender as origens e especificidades do tempo em que vivemos a partir de elementos da antropologia econômica. Já Ellen Wood

¹³³FALCON, Francisco José Calazans. O Capitalismo Unifica o Mundo. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O Século XX, o tempo das certezas**: da formação do capitalismo a primeira grande guerra. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.

¹³⁴FALCON, Francisco José Calazans. O Capitalismo Unifica o Mundo. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O Século XX, o tempo das certezas**: da formação do capitalismo a primeira grande guerra. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.

se engaja em uma leitura marxista refinada que busca superar as principais deficiências conceituais e explicativas do campo marxista na história. Essas duas poderosas interpretações possuem visões diferentes e relevantes sobre a relação entre revolução industrial e capitalismo.¹³⁵

Observando a obra de Ellen Wood é possível identificar a influência da obra e do debate de Robert Brenner. Até então parte das explicações marxistas associavam o surgimento do capitalismo com o advento do trabalho assalariado ou com o meio urbano, como diz Braudel: “No ocidente capitalismo e cidade no fundo são a mesma coisa”¹³⁶. Serão essas duas associações, entre capitalismo e cidade e capitalismo e trabalho assalariado que Wood tentará superar a partir do conceito de “Capitalismo Agrário”. Para ela, o capitalismo se constituiria não a partir de um caráter urbano ou mesmo rural, mas a partir de suas relações de propriedade e serão as relações de propriedade no campo agrário inglês que passarão por transformações decisivas na constituição do capitalismo. Para isso, Wood enfatiza menos os termos clássicos para definir as classes sociais no capitalismo, como burguesia e proletariado, e aborda a polarização de classes a partir das categorias de “produtores” e “apropriadores”, assim, essa ferramenta interpretativa seria usual tanto no espectro da agricultura, quanto da indústria, comércio e etc¹³⁷.

E foi no campo inglês que essas transformações nas relações de propriedade fizeram surgir o “Capitalismo Agrário”. A centralização do estado monárquico inglês, a concentração fundiária e as pressões dos grandes senhores sobre arrendatários e destes sobre os camponeses quando somadas com os cercamentos e as preocupações com os

¹³⁵Para ver Polanyi e Wood: WOOD, Ellen Meikisins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2001. POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro. Campus. 2000.

¹³⁶BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano**. São Paulo. Martins Fontes. 2005. p.471.

¹³⁷WOOD, Ellen Meikisins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2001.

“melhoramentos” deram luz ao surgimento da propriedade capitalista e da dependência, especialmente dos arrendatários, das dinâmicas do mercado.

O que nos interessa da explicação de Ellen Wood é que ao identificar as origens agrárias do capitalismo, a questão da revolução industrial se torna menos a causa e mais o resultado do advento de uma sociedade de mercado. Para ela, o “Capitalismo Agrário” foi capaz de criar um mercado interno unificado e uma massa de despossuídos que deveriam vender sua força de trabalho em troca de salários. E foi esse grande mercado consumidor composto por esses despossuídos que impulsionou a necessidade de mercadorias para consumo cotidiano produzidas nas fábricas inglesas. Segundo ela:

A conclusão que podemos extrair da história do capitalismo agrário é que uma dinâmica capitalista, enraizada em uma nova forma de relações sociais de propriedade, precedeu a industrialização, tanto em termos cronológicos como casuais. Na verdade a sociedade de mercado não foi o resultado da industrialização, mas sua causa primária.¹³⁸

Ao deslocar as origens do capitalismo para o mundo agrário, destacar as especificidades e relevâncias do mercado interno e elaborar uma nova forma de interpretação marxistas de classe, Ellen Wood não apenas apresenta uma renovação do campo marxista como abre caminhos para múltiplas agendas de pesquisa. Em relação aos estudos aqui desenvolvidos, sua principal contribuição é a percepção de que o capitalismo ocorre a partir de processos e fenômenos próprios de cada realidade nacional. Sendo assim, a trajetória francesa, alemã ou mesmo brasileira não necessariamente seguiu os mesmos passos e parâmetros da realidade inglesa. Isso abre brechas para estudos que tentem compreender o desenvolvimento do capitalismo dentro dos marcos e

¹³⁸Id.Ibid,p.111.

especificidades de suas próprias realidades nacionais. Ao abordarmos a indústria fabril no Brasil na primeira metade do século XIX, pretendemos seguir esse caminho. Não utilizando as categorias do “capitalismo agrário”, que pouco nos ajudariam para analisar a indústria fabril nesse período em que a agricultura ainda era predominante, mas para entendermos as especificidades da trajetória da indústria nas relações sociais escravistas no Brasil em um tempo de expansão das relações sociais do capital em outros espaços ocidentais.

Embora extremamente relevante, a tese de Wood, entende a revolução industrial como produto do capitalismo. Polanyi por sua vez tem interpretação oposta: a revolução industrial deu origem ao nosso tempo, deu origem à sociedade de mercado. Analisando o que chamou de padrão de mercado, Polanyi conclui que uma economia de mercado só é viável em uma sociedade de mercado. Isso significa dizer que, o mercado e o comércio sempre existiram, desde tempos imemoriais, especialmente os mercados do comércio local e os mercados do comércio de longa distância. Porém, o mercado estava subordinado a outras condicionantes como a cultura, a religião, a moralidade e etc. É somente com o advento da economia de mercado que o mercado impõe seu padrão aos outros elementos da vida humana. Mais especificamente, quando o trabalho, a terra e o dinheiro se transformam em mercadoria¹³⁹.

É essa transformação do trabalho, terra e dinheiro que a revolução industrial irá, segundo Polanyi, rodar as engrenagens do moinho satânico da grande transformação do capitalismo. Para ele, na sociedade mercantil, anterior a revolução industrial a produção começa a ser organizada por mercadores, que ao mesmo tempo, vendiam as mercadorias da indústria doméstica e proviam essas indústrias com as matérias-primas em um tipo de

¹³⁹POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Campus. 2000.

empreendimento de baixíssimo risco. Ou seja, “a indústria era um acessório do comércio” até meados do século XVIII. Essa relação só mudaria, segundo ele, com a invenção de máquinas especializadas, capaz de transformar o outrora trabalho doméstico em um sistema fabril. O sistema fabril modificou a relação do mercador com a indústria, tornando essa última um investimento de auto-risco uma vez que dependia de recursos aplicados em longo prazo e a produção contínua de mercadorias para venda. Segundo ele:

A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria - trabalho, terra e dinheiro - foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade' comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda. Isto estava de acordo com a exigência de um sistema de mercado.¹⁴⁰

Para Polanyi, portanto, o trabalho, terra e dinheiro só se tornam mercadorias fictícias devido ao sistema fabril oriundo da revolução industrial. E o capitalismo só pode ser compreendido a partir da existência de uma economia de mercado que se estabelece quando aqueles três elementos se tornam mercadorias.

A obra de Polanyi foi muito influente na historiografia econômica, especialmente ao demonstrar que o “homo economicus” e os padrões de mercado não eram inerentes à natureza da sociedade humana. No Brasil, o trabalho de Polanyi foi utilizado para romper com as análises que imputaram ao período colonial a existência de um “capitalismo comercial”, tentando de maneira inovadora compreender a colônia a partir de aspectos culturais, religiosos e códigos próprios dos agentes da época.

Porém, consideramos que a grande contribuição de Polanyi é destacar a revolução industrial como o momento da grande transformação do mundo no capitalismo, como sendo o momento de transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria. O

¹⁴⁰POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Campus. 2000.p. 97

que nos interessa, não é uma aplicação plana de sua visão teórica, ou seja, buscar entender o momento em que trabalho, terra e dinheiro se tornaram mercadorias no Brasil, mas sim, ressaltar que a transformação oriunda da revolução industrial foi capaz de gerar uma sociedade diferente daquela que existia anteriormente e levar outros Estados e espaços econômicos a buscar novas formas de organização socioeconômicas. Entre eles, o Estado Imperial, onde na resposta a consulta feita pela regência ao Tribunal da Junta de Comércio a comissão inicia dizendo: “nenhum Povo pode ser admitido na primeira ordem das Nações se ele não avança na carreira industrial”¹⁴¹. Compreender como um Estado recém fundado, ex-colônia de uma nação europeia e que tinham como base da sua economia e sociedade as relações sociais da escravidão avançou na carreira industrial é nosso objetivo. Para isso, não basta apenas apontar o papel que a revolução industrial teve em estabelecer uma grande transformação no mundo, mas essencialmente como esse capitalismo se relacionou com a escravidão.

Capitalismo e Escravidão

A temática da relação entre escravidão e capitalismo ressurgiu com força nos últimos anos na academia brasileira. Muito disso se deve as releituras do livro clássico de Eric Willians¹⁴², “Capitalismo e Escravidão”, como também da disseminação do conceito estabelecido por Dale Tomich: “Segunda Escravidão”. O conceito tem sido utilizado para rever temáticas econômicas e políticas do século XIX no Império do Brasil e se apresenta como uma resposta a historiografia dominante no meio acadêmico, pelo menos desde

¹⁴¹ARQUIVO NACIONAL. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Caixa 428. Pacote 2. Rio de Janeiro. 16 de Junho de 1838.

¹⁴² WILLIANS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo. Companhia das Letras 2012.

1993, quando foi pela primeira vez publicado o “Arcaísmo como Projeto”¹⁴³, de João Fragoso e Manolo Florentino.

Fragoso e Manolo definiram a relação entre a economia brasileira no século XIX e o capitalismo pelo signo da negação. Seríamos, segundo eles, uma economia não-capitalista. Com o passar do tempo e a consolidação historiográfica da corrente que ficou conhecida como Antigo Regime nos Trópicos, os debates sobre as relações econômico-sociais foram sendo deixadas de lado. Multiplicaram-se conceitos que excluía as problemáticas dessa relação das pautas de pesquisa: o colonial tardio, a autonomia das repúblicas, a hierarquia social costumeira dentre outros termos que deram o tom do debate por boa parte dos anos 1990 e nas primeiras décadas do século XXI não se associavam a explicações sobre o capitalismo.

A obra de Dale Tomich foi então utilizada para dar um novo fôlego teórico e historiográfico aos simpatizantes do outrora Antigo Sistema Colonial. Publicado em 1988, “Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial”¹⁴⁴ pretendida recolocar a temática da escravidão a partir de novos ângulos que rompessem com os extensos e aparentemente eternos debates dicotômicos em torno de mercado interno x mercado externo; capitalismo x pré-capitalismo; mercado x produção. Para isso, realizou profundas críticas a três correntes historiográficas poderosas: A Nova História Econômica, o Marxismo e o Sistema Mundial de Wallerstein. Apesar das críticas a este último, Tomich se aproxima bastante dos pressupostos teóricos Wallerstein, como também de Fernand Braudel e de Max Weber, principalmente ao enfatizar o mercado e

¹⁴³ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **Arcaísmo como Projeto**: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840). Rio de Janeiro. Diadorim. 1993.

¹⁴⁴TOMICH, Dale. **Pelo Prisma da Escravidão**: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo. Edusp. 2011.

as integrações de mercado e possuir uma análise que privilegie mais os aspectos sistêmicos do capitalismo do que propriamente as relações de produção.

Fato é, que para Tomich a “SE” consiste em uma relação sinérgica entre revolução industrial e escravidão. Interligados via mercado mundial a Revolução Industrial demandou matérias-primas tropicais e produtos energéticos em escala sem precedentes. Ou seja, construiu uma nova Divisão Internacional do trabalho onde as commodities exportadas da América para a Grã-Bretanha garantiam o funcionamento das fábricas, assim como o baixo custo de vida do proletariado. Por sua vez, isso significou a formação de uma “nova” escravidão, essa escravidão, fruto do processo de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e da revolução industrial seria intensificada, em particular em três espaços escravistas especializados em três mercadorias: Sul dos EUA (Algodão), Cuba (Açúcar) e Vale do Paraíba (Café). Tudo isso em um momento de estabelecimento de uma Hegemonia Britânica via mercado. Sendo assim a “Segunda Escravidão” concilia os conceitos de Mercado Mundial/DIT/Hegemonia Britânica e busca compreender a Revolução Industrial e a Hegemonia do Reino Unido a partir do prisma da escravidão. A produção em massa de produtos tropicais realizados por massas de africanos escravizados e destinados ao consumo em massa do proletariado inglês¹⁴⁵.

Dada as ideias é preciso apresentar o contexto de sua concepção. Publicada em 1988, “Pelo Prisma da Escravidão” propunha uma interpretação totalizante e globalizante do recrudescimento da escravidão e um olhar sobre o Capitalismo a partir da ótica da escravidão nas Américas. Ainda nos anos finais da década de 1980 e na década de 1990

¹⁴⁵ Ver também: MARQUESE, Rafael. Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre escravidão brasileira. **Revista de História**. São Paulo. n. 169. pp. 223-256. 2013. e: MARQUESE, Rafael; Tomich, Dale. O vale do paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. V.2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009

as ideias de Tomich passariam despercebidas e só seriam retomadas pelos historiadores a partir especialmente da publicação da tese de doutorado de Rafael Marquese. Segundo Ricardo Salles, isso ocorreu devido à “crise dos paradigmas” da história, ou melhor, a ascensão da micro-história, da história do cotidiano e da virada linguística teria eclipsado a leitura e disseminação das ideias de Tomich.¹⁴⁶

Ainda que os anos 1980 e 90 tenham visto a disseminação cada vez maior da micro-história e da história cultural e das mentalidades, acreditamos que essa explicação seja no mínimo insuficiente. Afinal, o avançar de novos métodos, abordagens e fontes não elimina um campo científico e nem leva a agonia outras perspectivas. Há uma coexistência historiográfica prática e possível. Se assim não o fosse não existiria história econômica no período de crescimento dos estudos culturais. Ora, a física quântica de Einstein embora tenha se tornado predominante não “aniquilou” os físicos newtonianos. O que então teria feito com que as ideias de Tomich não fossem férteis no período aqui abordado pode ser revelador também de suas limitações conceituais.

Atribuimos essa questão especialmente às conclusões que a historiografia nacional já havia chegado até aquele momento. Quando observamos as produções historiográficas que se preocuparam em estudar a economia e a escravidão do Brasil no século XIX até finais da década de 1980 vamos perceber que as ideias de Tomich não apresentavam grandes novidades para a academia brasileira. Isso devido à força da obra de dois grandes autores: Ilmar Rohloff de Mattos em “O Tempo Saquarema-1987”¹⁴⁷ e de João Manuel Cardoso de Mello em “O Capitalismo Tardio- 1982”¹⁴⁸.

¹⁴⁶ SALLES, Ricardo. Segunda Escravidão. **Revista Tempo**. Volume 19. Número 35. Resenha. 2013.

¹⁴⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo. HUCITEC. 1987.

¹⁴⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Editora Brasiliense. São Paulo. 1982

Ilmar constrói em seu primeiro capítulo¹⁴⁹ o conceito de “Moeda Colonial”, dessa maneira ele seria capaz de superar as dicotomias envolvendo mercado interno x mercado externo; produção x mercado, uma vez que a “Moeda” possuía duas faces. A primeira face seria a metropolitana onde o colonizador seria o locus da geração dos monopólios (monopólios da circulação, produção, financiamento, dos súditos e da religião). Podemos ver essa face metropolitana de acordo com Ilmar no aparelho administrativo, no fiscalismo e também nos negociantes de grosso. Já a face colonial da moeda, a colonização, gera como seu primeiro produto a figura do colono, o agente que irá gestar a riqueza e que na outra face será também o agente dos monopólios (terra, mão de obra e poder sobre os excluídos: escravos, indígenas, agregados). Dessa maneira Ilmar destaca como a relação entre colono e colonizador é imbricado na medida em que um deve manter e resguardar o monopólio do outro. As duas faces da “Moeda Colonial” se completavam e se reforçam. Quando a metrópole rompeu com a moeda colonial, coube aos proprietários “recunhar essa moeda” a partir de novas condições para garantir a propriedade (da terra e mão de obra). É no processo de “Recunhagem da Moeda Colonial” que podemos ver em uma face a hegemonia do Império Britânico e na outra a classe senhorial. Dessa maneira, conseguimos perceber como as ideias de Tomich sobre a hegemonia britânica e sua relação com o Estado Imperial na mudança dos processos históricos não significou novidade surpreendente para os historiadores brasileiros que já haviam tido contato com o conceito de “Recunhagem da Moeda Colonial”.

Por outro lado, a perspectiva de que havia uma relação profunda entre escravidão no século XIX e revolução industrial também já era conhecida pela historiografia, Dessa vez a partir de um economista: João Manuel Cardoso de Mello. O autor busca explicar a

¹⁴⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. O Império do Brasil. In: **O Tempo Saquarema**. São Paulo. HUCITEC. 1987

natureza do capitalismo tardio ou retardatário brasileiro e para isso elucida como passamos de uma economia agroexportadora colonial para agroexportadora capitalista. Nesse processo, em pleno século XIX temos a formação de uma Economia Mercantil-Escravista Cafeeira Nacional. Esse conceito interliga Estado Imperial/Escavidão/mercantilização. Cardoso de Mello consegue enxergar o crescimento da escravidão e a expansão industrial britânica, vejamos:

Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o “sentido” da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas e metais preciosos, e, sim, alimentos agrícolas e matérias-primas produzidas em massa (pelo conjunto da periferia) porque só a produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear os custos dos elementos componentes do capital constante¹⁵⁰

Dessa maneira podemos compreender como as ideias de Dale Tomich não trouxeram na virada dos anos 1980-1990 grandes novidades para a historiografia. Pelo contrário, a ausência do Estado em sua análise sobre a “Segunda Escravidão” a tornou inclusive um tanto incompleta, uma vez que Cardoso de Mello e Ilmar enfatizam o papel do Estado. As relações entre Estado e “Segunda escravidão” vão adotar perspectivas mais sofisticadas apenas na segunda década do século XXI com Robin Blackburn¹⁵¹ e Tamis Parron¹⁵².

¹⁵⁰ MELLO, João Manuel Cardoso de. Raízes do Capitalismo Retardatário. In: **Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1982 pp. 44-45

¹⁵¹ BLACKBURN, Robin. Porque Segunda Escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2016

¹⁵² PARRON, Tamis. **Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação de Mestrado em História. USP. São Paulo. 2009.

Além disso, algumas concepções de Tomich há muito já haviam sido bombardeadas por críticas severas na academia brasileira. O “sistema-mundial” de Wallerstein não encontrou espaço de grande relevância no universo intelectual brasileiro no período e recebeu críticas a luz exatamente do debate que era centro das discussões mais profícuas do período: o modo de produção. Nesse sentido, seria Ciro Cardoso quem havia apontado suas artilharias contra o “sistema-mundial” de Wallerstein. Para Ciro¹⁵³ seria impossível pensar em um modo de produção capitalista que fosse dominante via sistema-mundial já a partir do século XVI, o sistema capitalista estaria ainda incipiente e em processo de formação de maneira que não seria possível chamá-lo de capitalista desde o início. Wallerstein privilegiaria o mercado e a vontade dos empresários em detrimento da produção, e apesar de advogar-se uma concepção marxista, Ciro encontra fortes bases weberianas em seus argumentos. Porém, consideremos que a principal contribuição crítica de Ciro, que também pode ser utilizada quando trabalhamos com a tese de Dale Tomich, é de que a escravidão não seria a principal alavanca para a revolução industrial. Essa ideia central para os dois autores é questionada uma vez que não se pode ignorar os fatores internos entre outros muitos fatores relevantes para a revolução industrial. Ciro, não nega a importância, apenas descarta a proeminência da escravidão enquanto alavanca principal da revolução industrial.

Logo em seguida, o fortalecimento da interpretação do “Antigo Regime dos Trópicos” no cenário historiográfico nacional proporcionou um ambiente acadêmico por hora infecundo as ideias apresentadas na “Segunda Escravidão”. Apesar disso, a sua recuperação foi essencial para reestabelecer a problemática da relação entre capitalismo e escravidão nos debates historiográficos e consolidar o rompimento com perspectivas

¹⁵³CARDOSO, Ciro Flamariom. **Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo**. Brasiliense. São Paulo. 1982.

dicotômicas da economia brasileira. Criticando as ideias de atraso e de arcaísmo que marcaram o debate da historiografia econômica brasileira: ligado via mercado mundial com o processo de industrialização britânico, a escravidão e o capitalismo seriam assim compatíveis, e, portanto apresentando uma realidade bem mais complexa, dinâmica e moderna do que se pensava. Nesse sentido Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico afirmam que:

talvez o ponto mais importante que o conceito de Segunda Escravidão trouxe para a História Econômica do Brasil foi ter demonstrado a necessidade de rever as visões estereotipadas de nossa economia marcado pelo atraso estrutural provocado pela escravidão e grande dependência ao mercado internacional demonstrando um dinamismo muito maior.¹⁵⁴

Dessa maneira, Saraiva e Rita, relacionam diretamente a escravidão e a modernização capitalista podendo observar a partir desse prisma os processos de financeirização, industrialização e urbanização no Brasil. Consideramos ser esse um ponto fundamental para compreendermos o lugar das fábricas nacionais em uma economia escravista, como veremos mais a frente.

Ainda assim, apesar de romper com o “atraso” e “arcaísmo” da historiografia permitindo enxergar as relações escravidão/capitalismo novamente, a “Segunda Escravidão” ainda apresenta dois limites: o primeiro diz respeito a sua visão espacial limitada (Vale do Paraíba, sul dos EUA e Cuba) e a segunda a sua perspectiva plantacionista da economia escravista. No que diz respeito ao primeiro ponto, Almico e Saraiva asseguram¹⁵⁵, que não apenas no vale do Paraíba, mas em outros espaços do

¹⁵⁴ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da modernização capitalista. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. 2017.

¹⁵⁵Ibid. 2017.

Império do Brasil há um recrudescimento da escravidão e fortalecimento do setor primário exportador. Seguindo a partir dessa perspectiva, Silvana Andrade¹⁵⁶ mostra como a “Segunda Escravidão” deixou lacunas ao não abordar outras regiões escravistas em sua temática. Regiões essas, que devido à intensidade do tráfico transatlântico ilegal também estariam atravessando processos de dinamização (e não apenas o vale do Paraíba).

O segundo limite da “Segunda Escravidão” apresenta-se na sua perspectiva plantacionista. Ao dar ênfase na plantation escravista, no café e no vale do Paraíba (sem falar no açúcar caribenho e algodão americano), Dale Tomich está inserido naquilo que de acordo com Barrickman, Maria Yedda Linhares¹⁵⁷ chamou de uma visão plantacionista, ou seja, uma perspectiva que só enxerga como relevante na economia brasileira os setores relacionados à grande lavoura para agroexportação. Ao estudar a escravidão em Minas Gerais, Roberto Borges Martins¹⁵⁸ critica esse destaque e proeminência atribuído as plantações agroexportadoras e afirma se tratar de um olhar colonizado. Martins atribuiu isso ao fato de que observam apenas aquilo que os colonizadores ou estrangeiros teriam interesses, exatamente no setor da economia ligado diretamente ao mercado internacional e nos produtos exportados.

Mais recentemente, com a consolidação de mais estudos a partir da perspectiva da “Segunda Escravidão”, alguns dessas limitações foram trabalhadas a partir de pesquisas empíricas. Em um esforço conjunto, Ricardo Salles e Mariana Muaze, organizaram “O

¹⁵⁶ SANTOS, Silvana Andrada dos. Nestas Costas Tão Largas: O tráfico transatlântico de escravizados e dinamização das economias regionais no Brasil (1831-1850). **Revista de História** (São Paulo), n. 177, a08317, 2018.

¹⁵⁷ BARRICKMAN, B. J. Introdução. In: **Um contraponto Baiano: Açúcar, Fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780- 1860)**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003.

¹⁵⁸ MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980. 55 p. (Texto para Discussão, 10) CDU 33 (091) (815.1) e MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR. 1994

Vale do Paraíba Escravista e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão”¹⁵⁹. Nessa obra, uma grande gama de temáticas foi abordada: o espaço disciplinar das fazendas cafeicultoras, o papel do Estado em relação à escravidão, as relações de crédito, bancárias e a construção de ferrovias no vale do Paraíba foram alguns dos assuntos tratados, embora em muitas daquelas pesquisas o conceito de “Segunda Escravidão” não tenha em si influenciado a produção de novas conclusões ou novos dados empíricos. Ainda assim, demonstrou certa vitalidade do conceito ao engajar um grupo sofisticado de pesquisadores de campos historiográficos diversos e tendo em comum o Império e o Vale do Paraíba como pontos de suas pesquisas.

Elaborado para explicar a Revolução Industrial britânica a partir da escravidão, o conceito foi assumindo formas diversas ao ser aplicado em outras realidades para além do Vale do rio Paraíba do Sul. É o que podemos visualizar no trabalho de Luiz Alberto Couceiro e Rejane Valvado sobre a economia algodoeira no Maranhão¹⁶⁰. Há uma ausência dos principais pressupostos de formação do conceito de Segundo Escravidão, a começar pelo período temporal que se localiza no século XVIII incluindo diálogos com a primeira metade daquele século, em um período em que eles não identificam a presença de plantation escravista e nem de novas formas de exploração do trabalho para o aumento da produtividade dos escravizados, elementos cruciais para o conceito de “Segunda Escravidão”. Outra utilização heterodoxa do conceito de Segunda Escravidão foi realizada por Daniel Barroso e Luiz Carlos Laurindo que analisaram o vale escravista amazônico nos quadros de uma economia-mundo capitalista. Aqui, a “Segunda

¹⁵⁹MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro. 7 Letras. 2015

¹⁶⁰COUCEIRO, Luiz Alberto; SILVA, Rejane Valvanoda. Possíveis Análises sobre a Produção do Algodão na Maranhão (1755-1818): relacionamento o conceito “segunda escravidão” com práticas de crédito”. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, 12(20)

escravidão” foi abordada a partir da consideração do incremento de escravizados via tráfico e lavouras cuja produção se destinava ao mercado externo¹⁶¹.

Essas aplicações do conceito de “Segunda Escravidão” de forma heterodoxa não é um fenômeno particular de pesquisadores que tem recortes geográficos para além do vale do Paraíba. Há divergências na aplicação entre os próprios estudiosos do conceito no centro-sul, como foi possível observar nos debates e comentários entre Ricardo Salles¹⁶², Leonardo Marques¹⁶³ e Rafael Marquese¹⁶⁴ no evento de 10 anos do grupo *O Império do Brasil e a Segunda Escravidão*, posteriormente publicado em livro¹⁶⁵. Na própria apresentação do livro, Dale Tomich afirma que a “Segunda Escravidão” é um

¹⁶¹BARROSO, Daniel Souza; JÚNIOR, Luiz Carlos Laurindo. À Margem da Segunda Escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. **Revista Tempo**. Volume 23. N. 3. 2007

¹⁶²SALLES, Ricardo. A Segunda Escravidão e o Debate sobre a Relação entre Capitalismo e Escravidão: Ensaio de Historiografia In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica**. São Leopoldo. Casa Leiria. 2020.

¹⁶³MARQUES, Leonardo. Unidade de Análise, Jogos de Escala e a Historiografia da Escravidão no Capitalismo. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica**. São Leopoldo. Casa Leiria. 2020.

¹⁶⁴MARQUESE, Rafael. Escravidão Histórica e Capitalismo Histórico. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica**. São Leopoldo. Casa Leiria. 2020.

¹⁶⁵A primeira parte do livro, “Segunda Escravidão e Capitalismo Histórico em Perspectiva Atlântica”, é composta pela exposição de Ricardo Salles e Leonardo Marques sobre a relação entre Segunda Escravidão e Capitalismo e conta com comentários de Rafael Marquese. Ao final dessa parte do livro é possível observar três abordagens distintas sobre a escravidão, o capitalismo e a Segunda Escravidão em um debate que pode ser assim resumido: Discordando diretamente da perspectiva de Marquese e utilizando referencial teórico baseado em Gramsci, Salles afirma que em sua visão a segunda escravidão é uma “estrutura histórica específica, abrangente e transnacional, referente a uma mesma morfologia nas relações de produção comum aos distintos blocos históricos escravistas no século XIX. Apesar de reconhecer a importância das conexões econômicas e políticas empíricas entre os blocos, não as considero essenciais na definição dessa estrutura histórica.” (pp.49). A divergência de Salles é exatamente no ponto em que coloca trabalho assalariado e trabalho escravo dentro de uma mesma totalidade integrada, a adoção do sistema-mundo como categoria teórica no plano de fundo e a exclusão de abordagens com recortes nacionais. A resposta de Marquese consistiu em afirmar que o referencial teórico de Salles rompia com a principal inovação teórica proporcionada por Dale Tomich e levava em risco a inutilização do conceito de Segunda Escravidão. Segundo ele: “A proposta original da segunda escravidão, no entanto, fundou-se em uma rejeição explícita de tal método. São as relações substantivas que Brasil e Estados Unidos mantiveram entre si por meio da economia-mundo capitalista que permitem a conceituação de cada qual como partes de uma mesma estrutura histórica. [...] Conferir primazia analítica ao conceito de bloco histórico pode nos trazer de volta às dualidades integradas[...] A seguir este caminho, há o perigo real de nos restar apenas um conceito-muleta para escrevermos a história da escravidão no Brasil e nos Estados Unidos em bases estritamente nacionais.” (pp. 86-87).

“conceito aberto”¹⁶⁶. Sendo assim, apesar de pensar a relação entre capitalismo e escravidão, as múltiplas dificuldades de aplicação do conceito, inclusive em pesquisas empíricas sobre o vale do café, o tornou também difícil de ser aplicado no estudo que relacione as fábricas no Brasil na primeira metade do século XIX, a escravidão e o capitalismo. Sobre a utilização de conceitos, Peter Mathias nos ensina uma máxima fundamental:

Temos de especificar os critérios e o significado se quisermos localizar o fenômeno no tempo e no contexto. Somente quando se identifica um termo ou um conceito, com critérios fundamentados, é que se pode começar a pôr a prova a realidade da mudança histórica à luz desse conceito. Esse problema não é só conceitual, como é operacional: é necessário distinguir entre a identificação sublinhada pela definição ou pelo conceito e a narrativa de mudança empírica utilizada para descrever e dar corpo (e também para por à prova) as teorias contidas no conceito.¹⁶⁷

Sendo assim, apesar das inúmeras contribuições historiográficas disponibilizadas pelo conceito de “Segunda Escravidão”, no qual destacamos a perspectiva de que a escravidão no século XIX não era uma instituição “moribunda”, mas antes viveu uma fase de expansão, o conceito não se configurou como uma ferramenta operacional para apreensão da realidade fabril brasileira no oitocentos, e acreditamos que o mesmo venha a valer para outros espaços que não o vale do Paraíba. Além disso, ao colocar a revolução industrial pelo prisma da escravidão, corresse o risco de se concretizar o caminho inverso: observar as dinâmicas da escravidão no século XIX pelo prisma das transformações do capitalismo europeu.

¹⁶⁶TOMICH, Dale. Introdução. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica**. São Leopoldo. Casa Leiria. 2020.

¹⁶⁷DAVIS, JOHN. A; MATHIAS, Peter. A Revolução Industrial: Conceito e Realidade. In: **As Primeiras Revoluções Industriais**. Publicações Dom Quixote. 1998. pp.19.

Ao defender, e com mérito, o retorno da problemática do capitalismo para os estudos sobre escravidão, Rafael Marquese se contrapôs tanto a escola social da escravidão da UNICAMP, de forte base thompsoniana, quanto à história agrária e da autonomia do mercado interno sediada na UFF. Por mais justas que sejam, e são, os apontamentos ali levantados é necessário incorporar avanços produzidos pelas pesquisas dessas duas escolas, em particular as análises que considerem o mercado interno¹⁶⁸. Aliás, as tensões e conjugações entre mercado interno e externo são elementos difíceis de serem postos em diálogo. Corresse o risco de por um lado enfatizar a extrema autonomia do mercado interno, ou de outro recrudescer os processos políticos-econômicos aos ditames da temporalidade histórica britânica. Nesse sentido, o estudo sobre a indústria fabril na primeira metade do oitocentos pode fornecer uma excelente janela de observação para compreensão da relação entre essa indústria e o desenvolvimento da revolução industrial e o seu papel no mercado interno e externo.

Essas limitações presentes no conceito e na historiografia sobre “Segunda Escravidão” são menos encontradas nas produções dos pesquisadores associados à “Nova História do Capitalismo”¹⁶⁹. Seus integrantes apresentam forte compromisso público com políticas de reparação histórico-raciais e com críticas a estruturas desiguais da sociedade. Nesse sentido, buscam compreender as origens e relações entre a construção do capitalismo e do Estado norte-americano com a escravidão. Focando suas análises dentro do território nacional do Estado Unidos, ou seja, não engajando a perspectivas de “sistema mundial moderno”, defendem que as plantações de algodão no sul e as fábricas do norte do país formavam uma totalidade econômica sinérgica e coerente. Tomando como ponto

¹⁶⁸MARQUESE, Rafael. Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre escravidão brasileira. **Revista de História**. São Paulo. n. 169. pp. 223-256. 2013.

¹⁶⁹ Sobre a Nova História do Capitalismo, ver: BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth. **Slavery’s Capitalisms: A New History of American Economic Development**. Philadelphia. Penn. 2016.

de partida da totalidade histórica o espaço nacional e não as interrelações mercantis que envolvem os países que trocam produtos no mercado externo. Essa concepção é mais do que historiográfica, é também política, uma vez que aponta que o DNA do capitalismo americano não está na liberdade e busca pela felicidade, mas nas plantations, no chicote e na exploração da mão de obra negra escravizada.

Nessa visão, o “Capitalismo Escravista” americano possuiria tecnologias para aumentar a produtividade negra e através de uma série de interligações financeiras, comerciais e produtivas, norte e sul estariam empenhados na expansão desse sistema, no que significaria uma união entre “senhores do chicote e senhores do tear”¹⁷⁰. Isso envolveu não apenas a utilização de novas invenções tecnológicas, como o descaroçador de algodão, mas também novas tecnologias de organização do trabalho. Como mostrou Edward Baptist à tortura, e a violência do chicote nos mais diversos aspectos da escravidão, foi responsável pela mais eficaz tecnologia de gerenciamento de trabalho no período¹⁷¹.

Sven Beckert e Seth Rockman¹⁷² vêem a relação entre o sul escravista e o norte como algo extremamente dinâmico. Isso seria capaz de impulsionar o crescimento de bancos e mercados financeiros, assim como especulações imobiliárias e de terras, no Norte e no Sul. Além, é claro, do tráfico de escravizados e das muitas companhias de seguro, assim como as companhias de navegação a vapor para transporte de mercadorias. Ao mesmo tempo, investigam as relações diretas entre norte e sul, tanto no âmbito do

¹⁷⁰BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth. Introduction. In: **Slavery's Capitalisms: A New History of American Economic Development**. Philadelphia. Penn. 2016. pp.26.

¹⁷¹BAPTIST, Edward. Toward a Political Economy of Slave Labor. In: BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth. **Slavery's Capitalisms: A New History of American Economic Development**. Philadelphia. Penn. 2016

¹⁷²BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth. **Slavery's Capitalisms: A New History of American Economic Development**. Philadelphia. Penn. 2016.

trabalho, da política e dos investimentos. O que consideramos mais importante, porém é a relação entre a escravidão do sul e as fábricas no norte. Essas concepções da “Nova História do Capitalismo” possuem instrumentos analíticos e metodológicos que nos permitem recolocar o debate sobre capitalismo em meio aos estudos sobre a escravidão ao mesmo tempo em que possibilitam enxergar enquanto moderno os mais diversos aspectos de uma economia escravista. A escravidão, portanto teria ajudado a constituir a modernidade capitalista tanto ao norte, quanto ao sul dos Estados Unidos.

A “Nova História do Capitalismo” não se propõem a travar a discussão da definição sobre se a escravidão seria ou não capitalista. Segundo eles: “The issue is not whether slavery itself was or was not capitalist (an older debate) but rather the impossibility of understanding the nation's spectacular pattern of economic development without situating slavery front and center.”¹⁷³.

O autor que realiza reflexão sobre a natureza capitalista da escravidão é John Clegg¹⁷⁴. Ele aponta que há na historiografia uma confusão, uma mistura entre dois debates distintos: o primeiro sobre a contribuição da escravidão para o desenvolvimento capitalista. Já o segundo trataria se a escravidão seria em si capitalista. O primeiro ponto é brilhantemente discutido pelos autores da “Nova História do Capitalismo”. Já a segunda discussão, que é enfatizada por Clegg, nos permite compreender o funcionamento do que ele chamou de “escravidão capitalista”.

Utilizando da influência de Robert Brenner e Ellen Wood, ele pretende estabelecer os parâmetros que demonstrem a configuração na América de uma escravidão capitalista. Segundo ele: haveria nessas economias padrões de desenvolvimento que estabeleceriam

¹⁷³BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth. **Slavery's Capitalisms: A New History of American Economic Development**. Philadelphia. Penn. 2016. pp. 27.

¹⁷⁴ CLEGG, John. **A Teory of Capitalist Slavery**. J. Hist. Social. 33. 2020.

uma produção voltada para o lucro monetário e o persistente crescimento de produtividade. Seguindo lógicas de reprodução que subordinavam os trabalhadores (escravos, livres e/ou assalariados) aos proprietários (senhores, capitalistas, negociantes e etc...) ao mesmo tempo em que impunham pressões às empresas pôr competitividade as obrigavam a buscar a especialização, inovação e acumulação. O que pode ser explicado através das relações de propriedade que vão concomitantemente eliminando o acesso direto aos meios de subsistência e disseminando a capacidade do mercado de alocar o capital, a terra e o trabalho.

Embora esse debate seja enfrentado por Clegg, pretendemos dar mais ênfase na discussão sobre a relação entre escravidão e capitalismo, do que propriamente discutir a natureza e leis de movimento desses dois. O que nos é nítido, é que a economia brasileira em grande parte do século XIX é escravista, isso porque todos os seus fatos fundamentais se construíram a partir das relações sociais escravistas. Essas perspectivas apontadas até aqui nos permitem tanto romper com visões de atraso e arcaísmo da economia brasileira no XIX, quanto entender que as fábricas no Rio de Janeiro no século XIX estariam inseridas em uma modernidade capitalista em meio ao fortalecimento da escravidão. Ainda assim, a indústria fabril no Brasil coloca um desafio a essa historiografia: como compreender o desenvolvimento de fábricas em meio a uma sociedade escravista?

Escravidão e Indústria

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor”¹⁷⁵. A clássica afirmação do padre Antonil, elaborada ainda no período colonial, é bastante conhecida e esboça a centralidade do trabalho de escravizados na economia colonial. Para a literatura “plantacionista” ser mãos e pés do senhor significava o conjunto de trabalho braçal realizado por africanos escravizados nas lavouras açucareiras e cafeeiras. Porém, vários estudos sobre escravidão revelam que ser “as mãos e os pés do senhor” incluem diversos trabalhos e ofícios, inclusive os serviços fabris¹⁷⁶.

Embora, durante um bom tempo a historiografia tenha questionado a possibilidade de utilização do trabalho escravizado em indústrias, à história da escravidão urbana demonstrou que os escravos eram também oficiais de calafates, carpinteiros, ferreiros e inclusive operadores de maquinismos entre diversos outros ofícios mecânicos e industriais. Sendo assim, que escravizados trabalhavam nas primeiras fábricas no Brasil não é uma novidade. Antes, trabalhos como de Luiz Carlos Soares vieram a discutir os principais elementos da escravidão industrial no Rio de Janeiro de maneira primorosa, somando-se também, a pesquisa de Ilana Pelicari Rocha que ressalta que nas fábricas pertencentes ao Estado brasileiro havia o emprego de escravos da nação.

O que queremos chamar atenção aqui é menos sobre a questão da incompatibilidade ou compatibilidade do trabalho escravo e indústria, e antes um debate sobre o sistema de uma economia escravista e as dinâmicas da indústria em movimento relacional. Ou seja, a Escravidão seria compatível com a Indústria? Uma das primeiras pesquisas desenvolvidas no Brasil que tentaram fornecer uma resposta a essa pergunta foi a dissertação de mestrado de Luiz Carlos Soares. Tendo o mérito de ser um dos primeiros

¹⁷⁵ANTONIL, André João. Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>.

¹⁷⁶Para isso, ver: KARASCH, Mary. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo. Companhia das Letras. 2000. MATOSSO, Kátia de Queiróz. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 2003.

pesquisadores a identificar que o trabalho de escravizados também era extremamente habilidoso e engenhoso, Soares contribuiu de maneira significativa para os estudos da escravidão urbana¹⁷⁷.

Porém, sua perspectiva da relação estrutural entre escravidão e indústria era bastante diferente. Apropriando-se de um repertório teórico marxista, Soares ao identificar a existência de fábricas existentes já no século XIX no Brasil recorre a termos e conceitos como: mais-valia absoluta e relativa, acumulação primitiva de capital, designação de artesanato, manufatura e maquinofatura tal qual em Marx. Embora tenha sido um dos precursores do estudo sobre essa indústria no Brasil, esse ferramental teórico demonstrou-se ineficaz para a compreensão da realidade da indústria fabril e sua relação com a escravidão¹⁷⁸.

Para Soares, as manufaturas existentes na cidade do Rio de Janeiro em meio a uma sociedade escravista e economia agroexportadora significavam uma forma embrionária das relações capitalistas de produção. O proprietário da fábrica era analisado por ele como proprietário do Capital e responsável pela extração de mais-valia dos trabalhadores das fábricas que eram apartados dos meios de produção. Ao observar a complexidade das relações de trabalho no interior dessas fábricas, onde coexistiam trabalhadores livres por jornada e trabalhadores escravizados próprios e/ou alugados, Soares dividiu as manufaturas em duas categorias de negócios: em fábricas onde mais de 80% de seus trabalhadores fossem livres e assalariados seria uma empresa capitalista, já em fábricas

¹⁷⁷SOARES, Luiz Carlos. A Escravidão Industrial no Rio de Janeiro no século XIX. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica & Sexta Conferência de História de Empresas. Caxambu. 2003.

¹⁷⁸ SOARES, Luiz Carlos. **A Manufatura na formação econômico e social escravista no sudeste**: Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense. 1840-1880. Dissertação (Mestrado em História). Niterói. Universidade Federal Fluminense. 1980. 2v.

com menos de 80% da mão de obra livre, ou seja, que majoritariamente empregava escravizados, seria a configuração de uma empresa escravista.

A incompatibilidade entre a escravidão e o capitalismo para ele também poderia ocorrer dentro de uma mesma fábrica: os trabalhadores livres assalariados de uma manufatura eram sinônimo de uma relação capitalista de produção que ocorria no mesmo espaço onde também havia relações escravistas de produção. No caso dos escravizados fabris alugados e que recebiam algum tipo de pecúlio ou pagamento de jornada, esses foram explicados por Soares como sendo uma “brecha assalariada” na escravidão. Ele seguia assim, o conceito de Ciro Cardoso e seu debate com Jacob Gorender sobre a “brecha camponesa”¹⁷⁹, mas como se tratava da escravidão urbana e de relações de assalariamento, que ele julgava ser um embrião do capitalismo, trabalhou com a ideia de “brecha assalariada”.

Enxergando o setor manufatureiro como uma atividade embrionária do capitalismo, a escravidão era associada por Soares como um obstáculo ao desenvolvimento industrial. Para ele, os interesses dos senhores de engenho e de comerciantes, que controlavam o Estado Imperial, seria na manutenção da escravidão, o que impediria a capacidade de proteção e apoio do Estado às atividades fabris. Além disso, o próprio investimento na compra de escravos seria um empecilho ao desenvolvimento fabril uma vez que congelaria capitais impedindo assim que esses recursos fossem aplicados em novas máquinas e transformações técnicas. Segundo ele:

A possibilidade de acumulação de capital e sua reprodução ampliada, ficava, assim travada no interior das manufaturas que operavam com trabalhadores escravizados existindo nesses estabelecimentos uma acumulação de escravos que na sua essência aparecia mais com um

¹⁷⁹ Sobre o conceito e debate sobre a Brecha Camponesa ver: CARDOSO, Ciro Flamariom. **Escravo ou Camponês?: O Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo. Brasiliense. 1987. GORENDER, Jacob. Brecha Camponesa, Mercado Interno e Agricultura de Subsistência. In: **Escravidão Reabilitada**. São Paulo. Ática. 1990.

inevitável fator de descapitalização e conseqüentemente de desacumulação de capital¹⁸⁰

Essa visão de que o trabalho escravizado em fábricas servia como elemento de “descapitalização” é questionado por Jacob Gorender. Para ele, ao comprar um escravo, artesão ou não, e treiná-lo em determinado ofício, o proprietário de uma fábrica poderia tanto reproduzir internamente a especialização dos ofícios de sua mão de obra, quanto alugá-los a outras fábricas por valores consideráveis¹⁸¹. Além disso, a concepção de Luiz Carlos Soares que associa trabalho livre com assalariamento e capitalismo já foi muito questionada, inclusive na bibliografia que já trabalhamos aqui, que tendem a (tanto Ellen Wood, quanto Polanyi e outros) não considerar o assalariamento como único e derradeiro elemento definidor do capitalismo. A realidade de uma economia escravista como a brasileira era bastante complexa, com múltiplas situações volúveis de trabalho e a coexistência de formas de exploração do trabalho livre ao mesmo tempo em que predominava flagrantemente a escravidão.

Pesquisas mais recentes, especialmente a de Silvana Andrade, vem demonstrando que o capital comercial embora comprometido com a manutenção de uma sociedade escravista não foi opositor aos empreendimentos fabris. Pelo Contrário, Silvana mostra como a firma Sociedade Lacerda & Cia composta por três negociantes envolvidos, inclusive, com o tráfico transatlântico ilegal de escravizados, investiram seus capitais na construção de uma fábrica têxtil chamada Todos os Santos, localizada no Sul da Bahia, em 1844. Essa fábrica foi durante meados do século XIX a maior fábrica existente no Brasil, funcionando com o emprego de trabalhadores livres e também escravizados. O

¹⁸⁰SOARES, Luiz Carlos. **A Manufatura na formação econômico e social escravista no sudeste**: Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense. 1840-1880. Dissertação (Mestrado em História). Niterói. Universidade Federal Fluminense. 1980. 2v.pp. 324.

¹⁸¹GORENDER, JACOB. Escravidão Urbana. In: **O Escravidão Colonial**. São Paulo. Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo. 2016.

caso da fábrica de Todos os Santos deixa nítido que não há uma incompatibilidade entre indústria e escravidão. O capital oriundo do comércio e tráfico é diversificado em outros investimentos por seus agentes, e particularmente também em fábricas e também na compra e aluguel de mão de obra escravizada para essas fábricas¹⁸².

Ainda assim, uma historiografia de raiz liberal, tem recentemente, apontado na escravidão as origens do atraso industrial brasileiro. Em “Slavery and Development in Ninetenth Century Brazil”¹⁸³ os autores a partir de uma comparação entre o Maranhão (considerados por eles como escravistas) e o Ceará (onde para eles o trabalho livre era mais predominante) houve uma diferença nas relações de trabalho x produção de algodão, com o objetivo de derrubar a tese de Sven Becker e Edward Baptist de que a exploração e a violência de senhores sobre escravos seria produtiva. O objetivo dos autores era exercer uma crítica a “Nova História do Capitalismo” e utilizando recursos metodológicos contra-factuais e separar o papel da escravidão do surgimento do capitalismo no Brasil. O argumento utilizado trás um viés de teleologismo uma vez que afirmam que “a escravidão certamente não transformou o Brasil em uma potência industrial”. Ainda assim, os argumentos mobilizados por eles para evidenciar a incompatibilidade da indústria com a escravidão no Brasil não foram nada novos. Na concepção deles, São Paulo foi o grande motor industrial do Brasil, e isso se atribuí ao fato de ter supostamente realizado a substituição da mão de obra escrava pela branca imigrante mais cedo do que outros estados. Ou seja, a alavanca industrial seria o trabalho branco, imigrante, alfabetizado e assalariado. Além disso, a partir do cálculo de Gini, da

¹⁸²SANTOS, Silvana Andrade dos. Do Tráfico à Indústria: o caso da fábrica têxtil Todos os Santos (Bahia, 1831-1860). In: SARAIVA, Luiz Fernando; SANTOS, Silvana Andrade; PESSOAS, Thiago Campos. **Tráfico & Traficantes na Ilegalidade**. São Paulo. HUCITEC. 2021.

¹⁸³PALMA, Nuno; PAPADIA, Andrea; PEREIRA, Thales; WELLER, Leonardo.

Slavery and Development in Ninetenth Century Brazil. Pensilvânia. Capitalismo: um jornal de História e Economia. Vol. 2, N.2. 2021.

concentração fundiária e do número de manufaturas e trabalhadores em manufaturas eles concluem que a escravidão afetou o desenvolvimento industrial em nível local e desacelerou ou atrasou totalmente o desenvolvimento geral do Brasil enquanto uma nação industrial¹⁸⁴.

Esse último argumento relativo ao suposto atraso industrial medido através do cálculo de Gini pode ser duramente questionável: Através de um estudo de caso sobre o município de Juiz de Fora, com uma metodologia de trabalho multidisciplinar, Elione Guimarães, Luiz Fernando Saraiva, João Mathias e Seme Gebara buscaram investigar de maneira mais profunda os efeitos intertemporais da escravidão sobre a desigualdade econômica-social. Através da inclusão do valor do trabalho dos escravizados no cálculo de Gini foi possível observar como havia uma desigualdade social acentuada e concluir que sem a incorporação do elemento escravizado o cálculo de Gini seria enviesado¹⁸⁵.

Mas, o que queremos chamar atenção precisamente é sobre a tese que foi defendida por Palma e outros de que a escravidão teria sido o fator central para a construção do atraso industrial brasileiro. Nesse sentido, Rita Almico e Luiz Fernando Saraiva constroem uma agenda de pesquisa com uma interpretação que considera que a escravidão foi elemento definidor do processo de modernização capitalista no Brasil. Isso significa dizer que as raízes do processo de industrialização no Brasil têm sua base na economia escravista do século XIX¹⁸⁶.

¹⁸⁴Ibid. 2021.

¹⁸⁵ MATHIAS, João Felipe; SARAIVA, Luiz Fernando; NETO, Seme Gebara; GUIMARÃES. Escravidão, renda negativa e desigualdade no Brasil: uma proposta de agenda de pesquisa. XXVI Encontro Nacional de Economia. Goiana. Editora UFG. 2021.

¹⁸⁶ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da modernização capitalista. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. 2017.

Por meio de um conjunto de mapas georreferenciados eles observaram que a concentração industrial, bancária e de patentes inventivas se acumulavam nas regiões de maior concentração de escravizados. Essa relação entre dinamização da escravidão e seus desdobramentos e investimento em áreas modernas da econômica esteve no âmago de um processo de modernização que culminou no capitalismo brasileiro. Somasse a isso o fato de não considerarem o Brasil um país atrasado quando comparado a outros no concerto das nações.

Observando as inúmeras pautas de exportação das variadas economias mercantis escravistas regionais concluíram que não apenas o vale do café estava passando por um processo de recrudescimento da escravidão, aumento das exportações e modernização econômica, mas diversas outras regiões e mercadorias no Brasil estavam passando por processo similar. Isso, ao ser comparado com outros países, colocava o Brasil entre as dez maiores economias do mundo na época. Segundo Almico e Saraiva:

Mais do que simplesmente superar a dicotomia campo x cidade, lavoura x indústria que durante algum tempo dominou parte da historiografia brasileira, é preciso entender a relação entre o crescimento do campo (via mão de obra escrava) e o impacto que isso trará para as cidades (também habitada por um significativo número de cativos). Em outros termos, trata-se de entender as raízes escravas do processo de industrialização / modernização / urbanização / financeirização do país.¹⁸⁷

Essa chave explicativa permite grandes avanços nos estudos sobre as fábricas na primeira metade do século XIX porque retira delas o viés de atrasadas ou de fora lugar no sistema econômico escravista, e as insere em um processo de modernização construído a partir da dinamicidade da economia escravista e sua relação com o crescimento do capitalismo industrial. Com ela é possível pensar a indústria fabril dentro dos seus

¹⁸⁷ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da modernização capitalista. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. 2017. pp.14-15.

próprios marcos de relações sociais e econômicas e não enquanto uma relação de produção embrionária ou incompatível com a economia escravista em expansão no século XIX.

A questão que surge a partir dessa ideia de um processo de modernização é o que nos autoriza a definir os empreendimentos fabris na primeira metade do século XIX como modernos? O que está se entendendo enquanto modernidade? O que caracteriza um processo de modernização? Essas são definições fundamentais para utilizarmos esses conceitos. Quando falamos em alguma atividade moderna ou economia moderna sempre associa-se ao seu exato oposto: o atraso. A perspectiva de que a economia brasileira era atrasada tinha como ponto de partida a comparação com as relações “modernas” que ocorriam nos países centrais europeus e nos Estados Unidos. Ao nos referirmos a “moderno” e “modernidade” não vamos realizar um movimento de comparação de instituições, ideias e empreendimentos. Partimos do pressuposto apropriado de Ellen Wood de que cada nação desenvolveu mecanismos próprios de ingresso no capitalismo e especificidades próprias em suas formações sociais do capitalismo.¹⁸⁸

Trabalhar com os conceitos de “moderno”, “modernidade” e “modernização” exigem alguns cuidados específicos. O primeiro deles é delimitar que ao mobilizar esses termos não estamos fazendo referência direta ao “projeto iluminista”. Em uma forte crítica, Ellen Wood questiona o atrelar das ideias do iluminismo, especialmente o francês, com o conceito de modernidade do capitalismo¹⁸⁹. Outro cuidado que devemos ter é demarcar que não estamos imputando valorização positiva ao conceito. Ao compreendermos aspectos “modernos” seja na economia escravista seja no capitalismo

¹⁸⁸ WOOD, Ellen Meikisins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2001. Para as especificidades nas novas interpretações de Ellen Wood, ver também: WOOD, Ellen Meikisins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo. Boitempo. 2011.

¹⁸⁹ WOOD, Ellen Meikisins. A Modernidade e Pós-Modernidade. **In: A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2001

não estamos assumindo uma superioridade ou uma melhor qualidade de vida e de relações sociais do Capitalismo (ou da escravidão) em relação ao período anterior.

A palavra “moderno” em si assumiu muitos significados nas formas de sua utilização pelos pesquisadores sociais e historiadores. Ao debater sobre esse conceito, João Feres Júnior aborda as três possibilidades de aplicação do termo: 1- “moderno” como sinônimo do “presente”. 2- “moderno” como sinônimo do “novo” em oposição ao “antigo”. 3- Por fim, o “moderno” como significando um “período transitório”. Ainda de acordo com Feres Júnior haveria duas matrizes básicas para apreensão da modernidade: uma marxista e outra weberiana. Essa primeira trabalharia o moderno como sendo materializado pelo modo de produção capitalista, pelo estado controlado pela burguesia e pelas forças revolucionárias das massas proletárias. Já nas análises weberianas a modernidade é associada à dominação racional-legal, ao regime constitucional, às formas de ação racionais, tudo em detrimento das ações e organizações tradicionais¹⁹⁰. É importante ressaltar que para Weber, apesar de identificar a racionalidade como característica fundante da modernidade, não imputa aspectos positivos a isso. Pelo contrário, a modernidade oriunda da nova ordem econômica (capitalismo) colocou a humanidade em uma gaiola de ferro¹⁹¹.

Se por um lado não há consenso na apropriação desses termos, Koselleck consegue esboçar uma reflexão conceitual sobre o que é “moderno”, e que, portanto se torna essencial para as nossas conclusões. Analisando a palavra alemã *Neuzeit* (tempos modernos ou modernidade) Koselleck arquiteta uma trajetória histórica desse conceito. O que nos interessa mais diretamente é o novo significado que essa palavra vai adquirir

¹⁹⁰JÚNIOR, João Feres. Introdução a uma crítica da Modernidade como conceito sociológico. Londrina. **Mediações**. V.15. n. 2. 2010.

¹⁹¹ Para ver o sentido de “moderno” e “modernidade”: WEBER, Max. O Estado Racional. O desenvolvimento da Mentalidade Capitalista. In: **A Gênese do Capitalismo Moderno**. São Paulo. Ática. 2006. WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Martin Claret. 2013.

em finais do século XVIII e início do século XIX, exatamente o período em que nosso estudo empírico está inserido. A primeira grande contribuição de sua explicação para a nossa pesquisa é a percepção de que não existe uma definição de “atraso” x “moderno” na virada do setecentos para o oitocentos. Antes, a partir da expansão marítima europeia, o conhecimento sobre civilizações foi multiplicado e inseriu a comparação histórica entre nações. As mudanças na percepção de tempo nesse período fez com que o tempo não fosse mais percebido enquanto uma sucessão de acontecimentos, mas um realizar-se da história através do tempo. Isso faz com que civilizações que estão em temporalidades históricas diacrônicas, se comparam de maneira sincrônica. Essas comparações sincrônicas envolvendo tempos históricos diacrônicos construiu por volta de 1800, segundo Koselleck, uma base comum de experiência, que foi interpretada como “Progresso”. Esse “progresso”, em meio a um conjunto de acontecimentos simultâneos que faziam parte de processos não-simultâneos, que vão estabelecer as diferenças no desenvolvimento econômico, técnico e científico. O que possibilita a partir dessa experiência histórica comum a elaboração de novas formas de organização social, política, econômica e do trabalho¹⁹².

Ou seja, a perspectiva de Koselleck nos permite enxergar como em meados de 1800 não existe a presença de um centro econômico “moderno” e uma periferia “atrasada”, mas antes, os jovens e nascentes Estados americanos estavam inseridos no concerto das nações, apesar de estarem postos em processos históricos próprios. Sendo assim, também partilhavam de um processo histórico comum e simultâneo que faziam com que novas formas de organização da economia, técnica e ciência fossem adotadas em nome do “progresso”. As ideias de “república”; o “constitucionalismo”,

¹⁹² KOSELLECK, REINHART. “Modernidade”: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: **Futuro do Passado**: contribuição à Semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto. Ed. PUC-Rio. 2006

“conservadorismo”, “liberalismo”, “emancipação”, “monarquismo” e “industrialização” são pensadas e atualizadas constantemente nos mais diferentes espaços na primeira metade do século XIX.

O segundo aspecto que Koselleck nos ajuda a considerar é de que essa experiência histórica vivida no oitocentos não representa mais um “fim” ou um “começo”, mas um “tempo de transição”. Isso fica mais nítido quando recorremos a explicação do filósofo Marshaal Berman¹⁹³. O filósofo buscou a elaboração de uma dialética da modernização e do modernismo onde divide o “ser moderno” em três fases, sendo a segunda fase aquela que se estende do final do século XVIII até o início do século XX. Nessa fase, segundo ele, é caracterizada por uma grande onda revolucionária que reverbera de maneira dramática na vida pessoal, política e social das pessoas da época. Isso faz com que ao mesmo tempo em que elas experimentam essas transformações, também se recordam de como é viver no tempo anterior a essas mudanças. É esse conhecimento de estar próximo temporalmente do que era antes ao mesmo tempo em que percebe as transformações constantes que dão o caráter de “tempo transitório” da modernidade. Para Berman: “É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização.”¹⁹⁴

Alguns exemplos podem ser esclarecedores. Como vimos anteriormente, o Tribunal da Junta de Comércio era uma instituição do Antigo Regime Português, porém na primeira metade do século XIX precisou lidar, agir e julgar a partir de demandas econômicas cada vez mais complexas. O mesmo ocorre com as fábricas. Como afirma Gorender, embora mantenham a aparência de uma “corporação de ofício”, ou seja, uma

¹⁹³BERMAN, Marshaal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das Letras. 1989.

¹⁹⁴BERMAN, Marshaal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das Letras. 1989. pp.16.

forma “feudal” de organização fabril, suas dinâmicas, trabalho e produtividade são marcadas pela escravidão¹⁹⁵.

Quando aplicamos isso aos processos históricos fica mais nítido a funcionalidade de termos como “moderno”, “modernidade” e “modernização”. O mundo da virada do século XVIII para o século XIX assistiu pela primeira vez uma colônia se tornar independente; uma revolta escrava se transformar em uma revolução e vencer a metrópole, uma família real europeia pisar em solo americano, em novos Estados surgirem adotando os princípios do liberalismo e do constitucionalismo. Viu também as “maravilhas” da inventividade humana com a máquina a vapor, as ferrovias e a revolução industrial, mas também assistiu há proletarização em massa de trabalhadores, uma urbanização que pauperizou grande parte da população das cidades e o início dos maiores problemas ambientais até então conhecidos. Ao mesmo tempo, grupos políticos e econômicos permaneceram nos lugares mais altos das hierarquias sociais, seja na Europa ou nas Américas; a escravidão e o tráfico foram expandidos e o livre-cambismo intensificou as relações marítimas comerciais. O mundo da primeira metade do século XIX era, portanto, um grande movimento dialético que é a síntese do que estamos chamando de “moderno”. Era “moderno” porque era um período marcado por aceleradas transformações; era “moderno” porque era um período em que se sobressalta também as permanências; era moderno porque a combinação das permanências e revoluções gerou novas dinâmicas sociais e econômicas.

Nesse sentido, concordamos com Karl Polanyi ao identificar na Revolução Industrial a grande transformação do nosso tempo, porém, não apenas pelo estabelecimento de uma sociedade de mercado, mas pela construção de uma base comum

¹⁹⁵GORENDER, JACOB. Escravidão Urbana. In: **O Escravidão Colonial**. São Paulo. Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo. 2016

de experiência histórica que envolvendo processos históricos que eram diacrônicos e sincrônicos no tempo, consolidou a ideia de progresso através da modernização capitalista, assumido essa modernidade em todo o seu conjunto de contradições e mazelas, entre elas a ampliação do escravismo nas Américas. O que nos permite entender as fábricas existentes no Brasil na primeira metade do século XIX como “modernas” é serem frutos dessa síntese dialética que em sua face brasileira levou a dinamização e fortalecimento da economia escravista através do crescimento do tráfico transatlântico de escravizados, expansão da escravidão no âmbito interno, seja nas lavouras de agroexportação ou nas produções para o mercado interno e na diversificação de capitais em casas comerciais, firmas associativas de capital e sobretudo: fábricas. Como vimos no início desse capítulo as atividades industriais ao mesmo tempo em que eram vistas como uma “maravilha” da humanidade para suprir as necessidades “esquisitas” dos homens, também utilizavam-se do emprego massivo de escravizados em suas operações. A aparente contradição é parte de um mesmo paradoxo que expressa a modernidade e o processo de modernização.

A partir disso, pretendemos abordar a relação da tríade indústria-escravidão-capitalismo através de outro prisma. Um prisma que considere as atividades industriais existentes na primeira metade do século XIX como compatíveis com o que havia de basilar na economia brasileira: a escravidão. E que por isso, não poderia tratar-se de um fenômeno econômico alheio, externo ou fora do lugar em relação às dinâmicas da economia escravista. Essa relação entre indústria e escravidão, que consideramos se configurou enquanto uma Indústria Escravista será vista mais detalhadamente no capítulo 3. A inserção do Brasil na ordem das nações industriais, observando as escolhas e as maneiras em que esse movimento ocorreu, discutindo o que era considerado como Indústria na época será o nosso objeto do próximo capítulo.

Para além da “Pré-Indústria” e da “Proto-Indústria”: As fábricas que distinguem o Brasil

Antonio Vieira da Costa, mestre cordoeiro é um daqueles gênios industriais sempre raros e agora mais que nunca necessários no Brasil.¹⁹⁶

Relatório Junta de Comércio, 1811

Assim, mesmo destituído o suplicante de qualquer proteção, tem criado a dita fábrica, e com um tal aumento, que já se principiam de experimentar vantagens consideráveis para o Estado, como o suplicante humildemente mostrou a mesa de inspecção deste distrito uma representação para com ela informar V.A.R do adiantamento em que se acha a dita fábrica. Porém, para esta produzir maiores vantagens precisa de mais de 20 a 25 escravos[...]Despesas essas que excedem as possibilidades do suplicante. Se V.A.R porém como PAI e MORAL de seus fiéis vassallos e Protetor das fábricas de seu Reino se dignar-se a olhar para a fábrica do suplicante com suas reais e paternas vistas...¹⁹⁷

Manoel Luis da Veiga, Pernambuco¹⁹⁸, 1813

A presença de indústria no Brasil na primeira metade do século XIX foi pouco enxergada por economistas e historiadores, especialmente devido ao véu que o paradigma do atraso estabeleceu entre a análise da economia brasileira do oitocentos e empreendimentos fabris naquele período. Quando não muito, as citações se referiam ao pioneirismo inovador e capitalista de homens de negócio, como o Barão de Mauá e o

¹⁹⁶ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

¹⁹⁷ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

¹⁹⁸ O português Manoel Luis da Veiga foi um fabricante, publicista, negociante reinou. Preso no governo de Dom João VI participou d Revolução Pernambucana e escreveu obras referentes as aulas de comércio. Para saber mais sobre ele, ver: CHAVES, Cláudia Maria das Graças e SLEMIAM, Adréia. “**Memorial**” as **Cortes de Lisboa por Manoel Luis da Veiga (1821)**: Constitucionalismo e formas de governo no Brasil. *Análise Social*. 218. 2016.

posterior “sufocamento” de suas empresas pelas forças retrógradas e estatais¹⁹⁹. Esse quadro é bastante diferente do que encontramos na documentação: Mauá não era um empresário isolado do ramo fabril, mas um grande comerciante de um setor da economia brasileira que vinha crescendo, não apenas na província fluminense e no município neutro da Corte, mas em outras regiões econômicas do Brasil.

Antonio Vieira da Costa e Manuel Luis da Veiga, proprietários de fábricas de cordoarias para embarcações, respectivamente em Pernambuco e Bahia, são exemplos de que o fenômeno de crescimento da indústria fabril no século XIX não foi uma exclusividade fluminense. Na década de 1810, Vieira da Costa estabeleceu em Salvador uma fábrica de cordoaria, que manufaturava plantas indígenas como a Maçambira para constituir os melhores produtos destinados a esquadra armada do Império Luso-brasileiro e da marinha mercante. Em 15 de abril de 1811 envia ao Tribunal da Junta de Comércio pedido de provisão para que sua fábrica fosse protegida conforme possibilitava o Alvará de 1809. Anexado ao pedido enviado para o Rio de Janeiro foram levadas amostras de suas mercadorias. O conselho fiscal, em relatório afirma a genialidade do fabricante e que essa seria tão necessária ao Brasil. O Tribunal da Junta de Comércio então provê a cordoaria de Vieira da Costa com loterias nacionais, apoio utilizado para a compra de um novo terreno e estabelecimento de um novo edifício. Seu estabelecimento era um dos poucos montados em grande porte no país naquele momento, possuindo de forma própria nove escravizados oficiais e vinte e um escravos serventes, além de seis escravos jornaleiros e outros seis alugados²⁰⁰.

¹⁹⁹Para ver trabalhos com a perspectiva mítica de Mauá: CALDEIRA, Jorge. Mauá: **Empresário do Império**. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 1995.

²⁰⁰ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

Os quarenta e dois escravizados empregados na fábrica de cordoaria de Vieira da Costa eram o dobro do que almejava Manuel Luis da Veiga para o seu estabelecimento do mesmo ramo em Recife, para estar montado em ponto grande. Embora seu pedido de provisão não tivesse sido atendido, o que fez o Tribunal da Junta de Comércio recomendar que recorresse ao monarca, ela já havia passado por diversos investimentos como a compra de máquinas, engenhos, praça de fiação com as águas do mar, além de trazer hábeis mestres da Europa. Esse caso de Luis da Veiga é paradigmático: ao mesmo tempo que é possível encontrar as permanências de uma monarquia de Antigo Regime, em que há uma busca de mercês ao “Pai e Moral”, também há o investimento em máquinas para a fábrica e especialmente a necessidade de obter mais escravizados. Isso não exclui o acréscimo de invenções e a nova realidade de proteção ao setor fabril que o Alvará de 1809 permitiu²⁰¹.

Os dois casos são importantes, pois nos permitem visualizar que existiam fábricas em outros espaços econômicos do Brasil logo em seguida a liberação de manufaturas efetuada por Dom João VI. E que mesmos nesses espaços há a presença de algumas características fundamentais da indústria fabril (que pretendemos desenvolver no decorrer desse trabalho): a centralidade da escravidão; a associação com outros setores da economia, como agricultura e navegação; os investimentos em novas máquinas e adaptação do investimento em fabril em produtos que atendessem as dinâmicas econômicas locais.

Indústria Fabril no Brasil

²⁰¹ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

Vale observar que não temos como objetivo escrever uma história da indústria de cada província ou região do Brasil. Também não estamos propondo uma análise da conformação econômica de cada um desses lugares. Sabemos que devido à extensão do recorte espacial existem muitas variáveis políticas, econômicas, sociais e culturais que influenciam nas formas de desenvolvimento industrial de cada uma delas. Nosso intento é construir um mapeamento panorâmico da indústria na primeira metade do oitocentos, para a partir de uma visão mais geral sobre seu estado, setores e quantidade de fábricas, conseguir analisar esse período em conjunto com as demais temporalizações da história da indústria no Brasil. Considerando isso, deixamos claro que estamos entendendo que essas diferentes regiões atravessam alguns processos comuns no século XIX: recrudescimento do escravismo, dinamização de suas economias mercantis escravistas nacionais e inserção no novo mundo industrial em expansão.

Diante desse prisma, é preciso tentar compreender qual o lugar dessa indústria fabril na história da indústria no Brasil. A partir de quais fontes podemos ter uma dimensão geral e conjunta do estado dessa indústria em diferentes partes do território? Quantas fábricas existiriam no Brasil em meados do século XIX? Quais os principais setores fabris em que os proprietários estavam investindo seus capitais?

Para analisar todas essas perguntas foi feito um esforço empírico em que somamos três escopos documentais diferentes: os Almanques mercantis, os relatórios dos Presidentes de Província e os processos de pedidos de provisão no Tribunal da Junta de Comércio. Com essa documentação acreditamos ser possível mesclar dados quantitativos (oriundos de levantamentos feitos nos Almanques mercantis e da Junta de Comércio),

com dados qualitativos, a partir de informações e detalhes de processos na Junta de Comércio e descrições nos relatórios dos Presidentes de Província.

Uma importante documentação que encontramos sobre a Indústria do período foram os processos no Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; documentação base das pesquisas do professor Geraldo Beauclair. Em relação ao setor fabril a Junta de Comércio foi bastante atuante, sendo responsável pela fiscalização e administração das fábricas do Estado, tendo também capacidade de intervenção na importação de produtos e suas tarifas alfandegárias e na emissão de pareceres especializados como também na seleção de fábricas que deveriam ser privilegiadas com os favores régios²⁰². Entre a documentação da Coleção da Junta de Comércio no Arquivo Nacional encontram-se os processos de pedido de provisão. Receber uma provisão significava receber um “privilégio” que poderia variar desde a isenção das tarifas de importação, a concessão de exclusividade por 14 anos para fabricação de determinado produto (privilégio em si), a liberação de prêmios através de loterias ou inúmeros outros favores que fossem atendidos pela Junta de Comércio, como por exemplo, encaminhamento de mestres manufactureiros ou aprendizes para sua fábrica. Nesse sentido, Geraldo Beauclair traz em seu livro “Raízes da Indústria do Brasil” uma tabela valiosa com todos os pedidos de provisão deferidos pelo Tribunal da Junta de Comércio no período na região fluminense²⁰³.

²⁰² Sobre as funções e atribuições da Junta de Comércio, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Visão e Revisão: Pensamento e Práticas (1808-1860). In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992. LOPES, Walter Mattos. “A Real Junta de Comércio Agricultura, Fábricas e Navegações, deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos”: Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI 91808-1821). Niterói. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. 2009.

²⁰³ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Estudo de Casos: o setor privado. In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992. pp. 122-129

Porém, ao avaliarmos a documentação da Junta de Comércio encontramos alguns limites nas avaliações de Beauclair. Dentre eles, convém destacar a escolha metodológica em não quantificar essas fábricas e os dados contidos nos processos em relação a todo o Brasil. Quantas fábricas existiriam? Quantas teriam provisões negadas? Quais os destinos de suas mercadorias produzidas?

Nesse sentido, iniciamos nossa pesquisa nessas possibilidades abertas por Geraldo Beauclair e chegamos aos primeiros resultados já na monografia de conclusão de curso. Nela, o primeiro passo foi realizar um levantamento de todas as fábricas encontradas na documentação relativa aos pedidos de provisão na Junta de Comércio²⁰⁴. Nesse primeiro esforço mapeei a Indústria Fabril tendo um panorama de suas diferenças regionais.

Cabe ressaltar, primeiramente, que uma fábrica, manufatura ou oficina não precisava estar matriculada na Junta de Comércio para funcionar, da mesma maneira que não necessitava de autorização da Junta para ser instalada. Sendo assim, não é apenas possível afirmar, como é verdadeiro, que teríamos mais fábricas, oficinas e manufaturas no Brasil oitocentista do que o número que encontramos na Junta de Comércio. Um segundo ponto que precisamos considerar é que a Junta de Comércio ficava localizada na cidade da Corte, isso facilitava o acesso dos fabricantes locais às suas deliberações. Portanto, não podemos pensar no número de fábricas de outras províncias como um quadro exato da Indústria Fabril naquela determinada região uma vez que seria difícil realizar um pedido de provisão dado o distanciamento geográfico. Dessa forma os dados da Junta de Comércio seriam uma amostra de um universo fabril bem maior.

²⁰⁴Todos os dados quantitativos sobre as fábricas na Junta de Comércio foram analisados e levantados na monografia de conclusão de curso. Porém, não utilizamos de maneira qualitativa, como faremos aqui, e nem cruzamos com outros escopos documentais. SINDER, Matheus. **A Indústria Fabril no Oitocentos: Escravidão, Economia Nacional e História e Historiografia da Indústria no Brasil**. Niterói. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal Fluminense. 2020.

A dificuldade de realizar um pedido de provisão sendo um proprietário de um estabelecimento fabril de fora da cidade da Corte se dava pelos próprios trâmites burocráticos de concessão da provisão. No caso dos fabricantes no Rio de Janeiro, após o pedido de provisão, a fábrica era visitada por um deputado-inspetor, que fiscalizava se as informações contidas no pedido de provisão eram de fato verdadeiras. A partir daí, o deputado-inspetor escrevia um parecer destinado ao Tribunal da Junta de Comércio recomendando ou não o deferimento da provisão. Quando se tratava de fábricas para além da Corte esse processo era bem mais difícil. O primeiro desafio era o fabricante conseguir provar que sua fábrica realmente existia; o segundo de que suas informações fossem reais.

Para superar esses problemas, tanto a Junta de Comércio quanto os fabricantes recorreram a inúmeros expedientes. Em relação à Junta de Comércio não são raros os pedidos de consulta emitidos pelo Tribunal para que autoridades dos locais das fábricas respondessem. Já no caso dos fabricantes as estratégias eram variadas. Algumas, como foi o caso de Manuel Luis da Veiga, o proprietário de uma fábrica de cordoaria em Pernambuco, que vimos no início do capítulo, que para convencer a Junta de Comércio sobre o seu novo invento enviou amostras do produto de sua fábrica²⁰⁵. Outra estratégia foi utilizada por Antonio Carvalho Câmara, negociante da praça de comércio da Bahia e que introduziu em 1818 alguns maquinismos de beneficiamento de algodão para sua lavoura do mesmo produto. Em seu pedido de provisão, Carvalho Câmara arrola uma série de abaixo assinados de outros negociantes da praça de comércio da Bahia para que o Tribunal atendessem seu pedido de provisão²⁰⁶. Essa, aliás, era uma prática comum entre os negociantes de diversas partes do país: enviar abaixo-assinados de outros negociantes. Havia também estratégias que envolviam o envio de notícias em jornais locais, mapas das

²⁰⁵ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

²⁰⁶ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 424, Pacote 1

fábricas ou mesmo desenhos e pinturas. Esse último foi o caso de uma fábrica de tecidos de seda localizada no Espírito Santo, que em 1814 entrou com pedido de provisão na Junta de Comércio e para comprovar seus argumentos envia uma pintura do bicho da seda que utiliza²⁰⁷.

No total foram encontrados 179 estabelecimentos fabris compostos em sua maioria por fábricas e manufaturas e algumas oficinas. Podemos visualizar a grande concentração da Indústria Fabril no município da Corte. Das 179 fábricas encontradas na documentação da Junta de Comércio, 116 delas estavam na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, 64,8% da Indústria Fabril nacional estariam localizadas no Rio de Janeiro. Isso ocorre como comentamos anteriormente tanto porque o Tribunal da Junta de Comércio estava localizado na Capital, como também devido à grande dinamicidade econômica oriunda da interiorização da metrópole, do aquecimento do tráfico legal e ilegal de escravizados e o recrudescimento da escravidão tendo como lócus o Vale do Paraíba Fluminense²⁰⁸.

²⁰⁷ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 424, Pacote 1

²⁰⁸ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 424, Pacote 1

IMAGEM 6: Bicho da Seda retratado em Pedido de Provisão, 1814



FONTE: ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 424, Pacote 1

Apesar disso, essa amostra a partir da documentação da Junta de Comércio também traz dados relevantes sobre as demais partes do país. Aproximadamente 11,7%

do total das fábricas encontradas (equivalente a 21 fábricas) estavam localizadas na Bahia, que era a segunda maior localidade do país em número de fábricas. Foram encontradas também sete fábricas em Pernambuco, duas fábricas no Maranhão e uma fábrica de louças no Pará e uma fábrica de óleos vegetais em Alagoas. As fábricas encontradas no Maranhão foram um empreendimento têxtil e uma refinaria de açúcar movida a vapor. Já em Pernambuco a diversidade foi maior: fundição de ferro, fábricas de destilaria, fábrica têxtil, fábrica de cordoaria e uma fábrica de cabos e amarras estão entre os estabelecimentos encontrados. Na Bahia a variedade foi grande: Além da própria fábrica têxtil Todos os Santos, foi possível também encontrar fábricas de sabão, chapéus, velas, fundições, uma fábrica de asfalto, estamparias, estaleiros, fábricas de rapé e refinarias de açúcar. Em São Paulo foram encontradas dez fábricas, entre elas estavam estabelecimentos têxtil, chapéus, refinarias de açúcar, couros e também a Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. No Rio Grande do Sul foram encontradas seis fábricas, de tecidos, vinagre, velas, rapé e sabão. Já em Minas Gerais, foram encontrados somente quatro empreendimentos: uma fundição, uma fábrica de tecidos, uma fábrica de louças e uma fábrica de chapéus.²⁰⁹

Ao todo, foram 53 fábricas encontradas para além do Rio de Janeiro por meio da documentação da Junta de Comércio. Um número surpreendente diante do quadro que tínhamos até então na historiografia e diante de uma economia predominantemente agroexportadora. Porém, sabemos que esses dados são relativos apenas aos estabelecimentos em que seus proprietários recorreram à Junta de Comércio para conseguir algum tipo de provisão de fábrica, o que nos leva a perceber que existiriam mais fábricas além daquelas que estavam presentes nos processos da Junta de Comércio.

²⁰⁹ARQUIVO Nacional. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428.

Algumas das fábricas encontradas na documentação da Junta de Comércio receberam suas respectivas provisões. A partir das fábricas provisionadas pela Junta de Comércio é possível avaliar qual o papel de proteção do Estado em relação ao setor fabril nacional.

QUADRO 2: Quadro de Provisões concedidas pelo Tribunal da Junta do Comércio para fábricas fora da região fluminense

Data	Local	Fábrica	Suplicante	Provisão
20 de Outubro de 1813	São Paulo	Tecelagem de Algodão	João Marcos Vieira & Companhia	Isenção de direitos alfandegários de importação e dois novos peritos pagos pelo Estado
29 de Janeiro de 1814	São Paulo	Tecelagem de Algodão	João Marcos Vieira & Companhia	“Levantar no pórtico da fábrica as armas reais” (fábrica nacional)
03 de Agosto de 1814	Minas Gerais/Arraial do Brumado	Fábrica de Ferro	João Baptista Ferreira	Privilégio Exclusivo por 14 anos
14 de Novembro de 1814	Bahia	Fábrica de Vidros	Francisco Ignácio de Siqueira Nobre	-----
17 de Abril de 1817	Bahia	Fábrica de Vidros	Francisco Ignácio de Siqueira Nobre	“Levantar no pórtico da fábrica as armas reais” (fábrica nacional)
11 de Fevereiro de 1818	Bahia	Fundição	Nicolas Marques	Privilégio Exclusivo por 10 anos e isenção de direitos alfandegários de importação por 10 anos
17 de Outubro de 1818	Bahia	Estaleiro (a vapor)	Felisberto Caldeira Brant Pontes, Pedro Rodrigues Bandeira e Manoel Bento de Souza Guimarães.	Privilégio Exclusivo de 14 anos para fabricação de um navio a vapor
26 de Maio de 1819	Bahia	Máquina de descascar arroz	Antonio Julião da Costa	Privilégio Exclusivo

28 de Maio de 1819	Bahia	Enfardar algodão	Anotnio Julião da Costa	Liberação da entrada de nova máquina de enfardar na província
31 de Maio de 1823	Pernambuco	Fábrica de Panos e Tecidos de Algodão	Gregório Gomes Ferreira	Isenções de direitos alfandegários de importação de matérias-primas
17 de Maio de 1826	Bahia	Fundição	Francisco Pereira Dutra	Isenção de Direitos alfandegários de Importação de Matérias-Primas
12 de Janeiro de 1829	São Paulo/Santos	Fábrica de Carros	João Baptista Rodrigues da Silva	Isenção de Impostos por 14 anos
20 de Julho de 1833	São Paulo/Santos	Refinaria de Açúcar	Frederico Fanm e Francisco Milliet	Concessão de Patente e isenção de direitos alfandegários de importação de matérias-primas
15 de Dezembro de 1847	Alagoas/Penedo	Fábrica de óleos Vegetais	Araújo & Filhos	Título de Fábrica Nacional
21 de Abril de 1849	Bahia	Fábrica de Tecer e Fiar Algodão	Lacerda & Companhia	Isenção de direitos alfandegários de importação de matérias-primas
16 de Junho de 1849	Bahia	Fábrica de Asfalto	Companhia Brasileira de Asfalto	Título de Fábrica Nacional

FONTE: ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Códice 127 Volumes 1, 2 e 3. (tabela elaborada pelo autor)

Avaliando as provisões concedidas podemos observar uma concentração dentre as que receberam na Bahia. Mais da metade, ao todo nove provisões, foram concedidas para aquela região, seguida ao longe apenas por São Paulo com quatro provisões deferidas. Além de uma baixa dispersão regional as provisões demonstram que a forma que o Estado joanino e Imperial escolheu para proteger a indústria nacional foi principalmente a concessão de isenção de impostos alfandegários na importação de matérias-primas, como já previa o Alvará Régio de 28 de Abril de 1809. Soma-se a isso o recebimento do título de “fábrica nacional”, provisão que permitia ao estabelecimento

além de contar com as armas reais (e posteriormente imperiais) nos pórticos de entrada da fábrica, contar também com a isenção de impostos sobre matérias-primas importadas. É interessante observar como que com o passar do tempo a concessão de “privilégios exclusivos” se limitam em maioria ao período joanino, quando o liberalismo ainda não havia apresentado a sua razão de Estado de forma completa e os resquícios do pensamento mercantilista mantinha-se nas políticas régias.

Grande parte dessas fábricas estava associada de alguma maneira com as atividades agrícolas: refinarias de açúcar, tecelagem e fios de algodão e descascar arroz foram essas, especialmente as tecelagens de algodão. Há também uma ausência de provisões concedidas entre 1833 e 1847 a qual atribuímos as perturbações do período regencial e demais revoltas no Império. O que é interessante destacar é que o Tribunal da Junta do Comércio não deferia exatamente o que o suplicante pedia, mas o que era entendido como sendo merecido a partir da letra da lei. O caso de Francisco Pereira Dutra é luminoso nesse sentido: em seu pedido de provisão suplica um terreno do Estado em Nazareth no termo da Villa de Jaguaripe para que possa ali estabelecer sua fundição. Além disso, pede a isenção de todos os direitos alfandegários de importação de matérias-primas, o privilégio exclusivo da produção de ferro por 10 anos e a proibição de que o Império importasse qualquer outro elemento de ferro que não o que fosse fabricado em sua fundição. O Estado Imperial defere sua provisão, mas somente o direito de isenção fiscal, todos os outros não foram atendidos²¹⁰.

Esses dados quantitativos e qualitativos a partir da Junta de Comércio são essenciais para compreender o fenômeno de diversificação do capital e de modernização da economia nacional, em que um de seus desdobramentos foi na atividade industrial.

²¹⁰ ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Códice 127 Volumes 1

Ainda assim, é necessário ter uma maior quantidade de dados sobre as fábricas do período. Sem um censo nacional industrial existente na época, a capacidade de construção de dados seriais e quantitativos se torna remota. Porém, encontramos nos Almanques uma possibilidade de quantificar o maior número de fábricas possíveis. O Almanque é um periódico que traz com ele listas e informações das mais diversas profissões, ofícios, empresas, cargos públicos e etc. Ele é uma fonte importantíssima para historiadores e economistas do período e contribui tanto para análises prosopográficas quanto para levantamentos quantitativos como os que escolhemos.

Eulália Lobo em sua pesquisa sobre a história do Rio de Janeiro fez amplo uso das fontes dos almanques. Metodologicamente, ela fez uma série de levantamentos de dados contendo as informações coletadas. No caso das fábricas, Eulália listava as que foram localizadas²¹¹. Nosso procedimento será diferente. Em vez de listar cada fábrica encontrada pretendemos agrupá-las em setores produtivos. Dessa maneira, poderíamos identificar ramos fabris mais dinâmicos e suas especificidades.

Pesquisamos os Almanques a partir da base de dados disponíveis na Hemeroteca Digital. Lá verificamos a existência de Almanques para as províncias da Bahia, Pernambuco e Recife. São eles: O Almanque Político, Civil e Comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845²¹²; o Almanak do Maranhão com folhinha para o ano de 1849²¹³; o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão com as edições para os anos de 1858, 1859, 1860, 1864 e 1868²¹⁴; o Almanak Administrativo, Mercantil e

²¹¹LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978.

²¹²ALMANQUE Civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. Edição Fac-similar. Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1998.

²¹³ALMANAK do Maranhão com folhinha para o ano de 1849. Por A. Rêgo. Escritório do Progresso. 1848.

²¹⁴ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1858, 1859, 1860, 1864 e 1868. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829188&pagfis=1>.

Industrial da Bahia com as edições para os anos de 1854, 1855, 1857, 1858, 1860 e 1863²¹⁵; o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o ano de 1860²¹⁶ e o Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da província de Pernambuco para o ano de 1870²¹⁷. Somando-se a esses trabalhamos também com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano bissexto de 1869²¹⁸ do Pará e especialmente com as edições do Almanack Laemmerth para a província e Corte do Rio de Janeiro com as edições das três décadas a partir de 1845²¹⁹. Especificamente sobre o Rio de Janeiro algumas escolhas foram feitas: como é disponível o ano a ano do Almanak Laemmerth realizamos um recorte de amostra com um intervalo de cinco anos. Isso porque de um ano para outro não ocorrem mudanças bruscas no universo fabril fluminense. O espaço de cinco anos nos permitem visualizar melhor as mudanças, ritmos de crescimento entre outros tópicos. Além dos dados da quantidade de fábricas e o que elas produziam também foi possível obter as informações como nome completo dos proprietários e o endereço dos estabelecimentos

A impressão dos Almanques Mercantis vinha na esteira dos processos de modernização da sociedade e economia brasileira no oitocentos, o que incluía o alargamento do espaço público de opinião e informação, a especialização de tipografias mais eficientes e a maior circulação de impressos²²⁰. Dentre esses impressos, o almanaque

²¹⁵ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854, 1855, 1857, 1858, 1860. Typographia de Camillo Lellis Masson e Cia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706825&pagfis=1>.

²¹⁶ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da província de Pernambuco para o ano de 1860. Typographia de M. F. de Faria. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706345&pagfis=1>.

²¹⁷ALMANACK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da província de Pernambuco para o ano de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706060&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=1>.

²¹⁸ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano bissexto de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705985&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=1>.

²¹⁹ALMANACK Laemmerth. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1659%2C-198%2C5588%2C3942>.

²²⁰Sobre a expansão do espaço público e papel da imprensa na primeira metade do século XIX, ver: MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo. Contexto. 2008. COHEN, Ilka Stern.

e suas listas desempenhavam papel fundamental. De acordo com Patrícia Trizotti os Almanques eram essenciais para a vida urbana uma vez que disponibilizavam informações rápidas sobre produtos e serviço, economizando o tempo não apenas dos consumidores, mas também de proprietários e seus negócios. Não por acaso os editores do Almanque Laemmerth o definem como sendo uma “bússola entre mares.”²²¹

Ainda assim, existem alguns limites nas fontes. O primeiro deles é como dissemos, não se trata de um censo. Então, não necessariamente é possível localizar todas as fábricas existentes no período, mas nos fornece as ferramentas necessárias para chegarmos o mais perto disso possível. Além disso, a ampliação do espaço público no século XIX ocorreu de forma múltipla no Brasil, obedecendo a variações regionais. Dessa maneira, apenas nos almanques listados acima foram encontradas as informações sobre as fábricas existentes. As demais províncias ou não possuíam almanques disponíveis na hemeroteca digital ou possuindo os almanques, nesses não constavam as informações. Em alguns casos, como na província do Rio Grande do Sul, o relatório do presidente de Província contém dados quantitativos sobre os estabelecimentos fabris, porém, a partir de uma fonte de origem diferente dos almanques as informações também são um pouco diferentes, de maneira que vamos trabalhar metodologicamente os dados sobre o Rio Grande do Sul em separado.

Além disso, nos chamou a atenção a ausência de informações para Províncias como São Paulo e Minas Gerais, não coincidentemente a intitulada “pioneira” na industrialização do país e a outra, a região que Libby indicou como proto-industrial. Vale ressaltar, que São Paulo na primeira metade do oitocentos realmente possuía uma

Diversificação e segmentação de impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo. Contexto. 2008.

²²¹ TRIZOTTI, Patrícia Trindade. Almanques: histórias, contribuições e esquecimentos. Ribeirão Preto. DIALOGUS. V.4, n.1. 2008

atividade fabril rarefeita, constatação possível tanto pelos dados da Junta de Comércio e a ausência dos Almanques, como também pelas diminutos, breves e por vezes inexistentes discussões sobre o tema nos relatórios de seus presidentes de Província até 1860. O caso de Minas Gerais requer um pouco mais de atenção devido as ênfases que a historiografia, especialmente por meio de Douglas Cole Libby e Roberto Borges Martins, disponibilizou sobre a indústria caseira mineira. Os bancos de dados das listas nominativas para Minas Gerais em meados da década de 1830, apesar de serem muitos completos, não fornecem informações sobre empresas, firmas, estabelecimentos fabris, mas sim sobre o ofício de indivíduos. Dessa maneira, é possível mapear a ocupação de trabalho, como fez Libby, porém impede que se estabeleça um panorama geral da indústria fabril e das atividades industriais caseiras na “insular” Minas Gerais do oitocentos. Mesmo assim, acreditamos que não trará maiores prejuízos para a análise uma vez que possuímos dados qualitativos sobre a indústria na província por meio da documentação da Junta de Comércio, dos relatórios dos presidentes de Província e da bibliografia especializada.

É imprescindível alertar que ao realizarmos os levantamentos a partir dos dados disponíveis nos almanques, rigidamente nos restringimos aos estabelecimentos conceituados como fábricas. Isso significa que não foram computadas a quantidade de oficinas artesanais e mecânicas existentes e nem os ofícios artesanais. Sendo assim, o quadro que vamos apresentar representa as fábricas, para além delas havia um número ainda maior de oficinas e um número também considerável de oficiais artesãos.

Tabela 1: Total de fábricas encontradas por Província nos Almanques

Ano/Províncias	Bahia	Maranhão	Pernambuco	Pará	Rio de Janeiro
-----------------------	--------------	-----------------	-------------------	-------------	-----------------------

1845	43			
1849		143*		
1850				46
1854	31			
1855	38			178
1857	35			
1858	37	63		
1859		84		
1860	84 (INTERIOR)*	30*	69	107
1863	37			
1865		62		115
1868		70		
1869				57
1870			131 (234)*	81

Fonte: 1- ALMANQUE Civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. Edição Fac-similar. Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1998. 2- ALMANAK do Maranhão com folhinha para o ano de 1849. Por A. Rêgo. Escritório do Progresso. 1848. 3- ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1858, 1859, 1860. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso. 4- ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854, 1855, 1857, 1858, 1860. Typographia de Camillo Lellis Masson e Cia. 5- ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da província de Pernambuco para o ano de 1860. Typographia de M. F. de Faria. (Tabela elaborada pelo autor)

* as explicações sobre as discrepâncias estão no corpo do texto

A partir desses dados foi possível perceber que o número de fábricas encontradas nas três Províncias sempre foi igual ou maior ao número de fábricas encontradas em toda a documentação da Junta de Comércio em um período de 42 anos para toda a região Norte e no caso do Rio de Janeiro, somente o interior da província sempre se aproximou dos números totais até então encontrados ou do total que fora encontrado para a Corte. Além disso, é relevante lembrar que por não se tratar de um censo e sim informações contidas em um periódico, que segue os dados conforme pedidos e seguindo declarações dos assinantes, é possível que houvesse mais fábricas além das que apareceram nessa documentação. Por exemplo, a Fábrica Têxtil de Todos os Santos não consta nos Almanques para a Província da Bahia.

As informações para o Maranhão possuem duas especificidades. A Primeira delas é que o Almanaque para o ano de 1849 não apresentou a ocorrência de nenhuma fábrica

e sim a existência de 143 oficinas. Como esse Almanaque foi consultado acrescentamos a informação na tabela, porém trata-se de oficinas e não de fábricas ou manufaturas. Já os dados para o ano de 1860 são apenas para o interior da Província. Nesse ano o Almanaque não vinculou os dados de estabelecimentos fabris sobre a cidade de São Luís. Fenômeno parecido ocorre com o ano de 1860 na Bahia: o almanaque privilegia as informações sobre o interior da província. Já os dados para Pernambuco em 1870 parecem bastante inflados devido a uma outra especificidade. Nesse ano a categoria apresentada pelo Almanack combinou fábricas e lojas, especialmente de chapéus e calçados, ficando impossível discernir se seriam fábricas com lojas ou estabelecimentos separados. A notação que encontramos era de “fábricas e lojas de chapéus” assim como “fábricas e lojas de sapato”. Porém, se retirarmos essas fábricas da listagem, considerando que poderiam se tratar de apenas lojas em sua maioria, os números sofria um corte pela metade praticamente, de 234 fábricas iríamos para 131 estabelecimentos fabris.

Os dados para a Província da Bahia por sua vez são mais consistentes e apresentam certas tendências: mesmo sendo dois Almanaques distintos o número de fábricas jamais foi menor do que 30. Poderíamos nos deter a listar anualmente cada uma dessas fábricas, porém objetivamos fazer um exercício de categorização para visualizarmos em quais setores estavam se concentrando o crescimento fabril do período. Decidimos utilizar as categorias que propus em artigo recente para o caso da indústria fabril no Rio de Janeiro²²². São ao todo 11 categorias: Associadas à Agricultura; associadas à navegação; vestuário e limpeza; fumo; acomodação geral do povo; bebidas, meios de transportes, química, obras urbanas, têxtil e alimentos processados.²²³

²²²SINDER, MATHEUS. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas do Rio de Janeiro (1808-1850). Varginha. ABPHE. XIV Congresso Nacional de História Econômica e XV Conferência Internacional de História de Empresas. 2021.

²²³A elaboração dessas categorias tem como referência a obra de Geraldo Beauclair. Em capítulo chamado “As Fábricas que distinguem o Brasil”, que fizemos menção no título desse nosso capítulo, Beauclair se

A partir dessas categorias pretendemos realizar algumas modificações pontuais: primeiramente as olarias de tijolos, fábricas de cal e companhias de asfalto encontradas vão ser classificadas na categoria “Obras” no lugar “Obras Urbanas”, uma vez que há grande presença de fábricas de Cal e Olarias em regiões interioranas das províncias. Além disso, as fundições de ferro que no caso do Rio de Janeiro, foram contabilizadas como sendo fábricas associadas à navegação, devido à fabricação de peças para aquele fim, porém como a partir dos dados dos almanaques não é possível determinar a característica do que é produzido nas fundições, podendo variar desde peças para engenhos até instrumentos e mecanismos para atender outras fábricas, decidimos separar as fábricas Associadas à Navegação das fundições. Para essa última, resolvemos categorizar enquanto “Metalúrgica”. Elaboramos uma outra categoria, com o objetivo de melhor adequar ao cenário fabril baiano: tanto em Salvador como no interior da Província, havia um número considerável de serrarias. Essas fábricas de serrar por vezes funcionavam com motores a vapor ou sistemas hidráulicos e contavam com oficinas de marcenaria, carpintaria dentre outras em seu interior. Esses estabelecimentos foram agrupados em uma única categoria de mesmo nome: serrarias.

Os critérios utilizados para estabelecer as categorias variam em três, podendo ser relacionados aos *mecanismos de transformação da matéria-prima*, a *utilização de consumo da mercadoria* e as *afinidades de investimento, operação e trabalho*. O segundo

apoia na visão de José da Silva Lisboa sobre os ramos fabris que caracterizavam nossa indústria. Seriam três: fábricas associadas à agricultura; fábricas associadas à navegação e as fábricas associadas a acomodação geral do povo. Essa última, para Beauclair possuiria desdobramentos: Vestuário e Limpeza, obras urbanas, alimentos. Embora ainda não estivessem sendo abordadas enquanto categorias sistematizadas esse foi o primeiro esforço de racionalizar a indústria fabril nacional. Ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. As fábricas que distinguem o Brasil. In: **A Construção Inacabada: A economia brasileira 1828-1860**. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001.

Em um artigo de 2021, procuramos pela primeira vez sistematizar e adequar categorias de análise para a indústria fabril. Nos baseamos para isso na referida obra do professor Geraldo Beauclair. SINDER, MATHEUS. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas do Rio de Janeiro (1808-1850). Varginha. ABPHE. XIV Congresso Nacional de História Econômica e XV Conferência Internacional de História de Empresas. 2021.

caso foi o mais frequente. As fábricas de carros, carroças e carruagens foram agrupadas no setor de Transportes porque tinham como utilização de consumo o deslocamento de cargas e pessoas. O mesmo critério foi utilizado para estabelecer a categoria Fumo, compreendendo as fábricas de rapé, cigarros e charutos. Diferentemente, foi o caso do setor Têxtil, que abarcava as fábricas de transformação restrita do algodão, como fiações e tecelagens, mas também as fábricas de seda. Por Acomodação Geral do Povo estamos entendendo como sendo um conjunto variado de bens manufaturados para consumo de comodidades cotidianas: fábricas de pianos, cadeiras, colchões, papéis e etc. Alimentos Processados, seria a categoria das fábricas de massas e chocolates. Associadas à agricultura e Associadas à navegação foram contabilizadas os estabelecimentos que tinham íntima relação com a lavoura ou com a marinha mercante e militar. No primeiro caso o exemplo das refinarias e fábricas de açúcar deixam nítida a relação com as lavouras de Cana-de-Açúcar, ou como veremos no Maranhão: a relação entre as lavouras de arroz e as fábricas de descascar arroz. Estaleiros encontrados, fábricas de graxa, cordoarias, fábricas de agulhas náuticas, foram contabilizadas como sendo o setor de fábricas Associadas à Navegação. O setor de Vestuário e Limpeza talvez apresente o nosso maior desafio, agrupado por Beauclair como contendo as fábricas de chapéus, sabão e velas, é necessário ficar atento para não atribuir a palavra “vestuário” o sentido de fabricação de roupas, panos e tecidos²²⁴. As fábricas de sabão e velas possuíam processos produtivos parecidos, e por vezes em um mesmo estabelecimento funcionavam as duas fábricas. As fábricas de chapéu entram nesse setor, não pela sua semelhança de mecanismos de produção, mas como vamos observar no capítulo três, por sua configuração em relação a sociedade escravista semelhante as das fábricas de velas e sabão.

²²⁴OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. As fábricas que distinguem o Brasil. In: **A Construção Inacabada: A economia brasileira 1828-1860**. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001

QUADRO 3: Categorias Fabris

Setor	Fábricas	Critério
Acomodação Geral do Povo	Fábricas de colchões, caixotes, papel, papelão, instrumentos musicais	Finalidade do Consumo
Alimentos Processados	Fábricas de chocolates e Massas prontas	Finalidade do consumo
Associadas a Agricultura	Fábricas de descascar arroz, refinarias de Açúcar, fábricas de máquinas de beneficiamento de café	Transformação da matéria-prima
Associadas a Navegação	Fábricas de velas para navios, agulhas náuticas e estaleiros	Finalidade do consumo
Bebidas		Finalidade do consumo
Fumo	Fábricas de rapé, cigarros e charutos	Transformação da Matéria Prima
Metalurgia	Fábricas de fundir metais, fundições e demais estabelecimentos de transformar metais	Transformação da Matéria-Prima e afinidades de operações
Obras	Fábricas de asfalto, tijolos e telhas	Finalidade do Consumo
Química	Fábricas de produtos químicos, de colla, de fósforos, fogos de artifício	Afinidade de operação
Saúde	Fábricas de fundas, instrumentos de cirurgias, produtos farmacêuticos, pomadas	Finalidade de Consumo
Serraria	Serrarias, serrarias a vapor	Afinidade de Operação
Têxtil	Fábricas de tecidos, de fiação, tecelagem, de seda e juta	Transformação da matéria-prima e afinidade de operação
Transportes	Fábricas de carroças, carros e carruagens	Finalidade do Consumo
Vestuário e Limpeza	Fábricas de chapéus, velas e sabão	Afinidade de investimentos, operações e trabalho

Cada uma dessas fábricas possuía especificidades. Havia fábricas de açúcar movidas a vapor enquanto outras eram movidas por força hidráulica. Da mesma maneira existiam fábricas que produziam Velas a partir do espermacete, outras a partir da cera de abelha, e as de Pernambuco a partir da Carnaúba. O que estamos querendo chamar

atenção é que essas categorias são capazes de funcionar em sua aplicação em todas as regiões do Brasil nessa primeira metade do século XIX, e, portanto, serão utilizadas em todos os levantamentos que realizamos aqui. Começaremos pela Bahia, por essa apresentar os dados mais completos.

Bahia

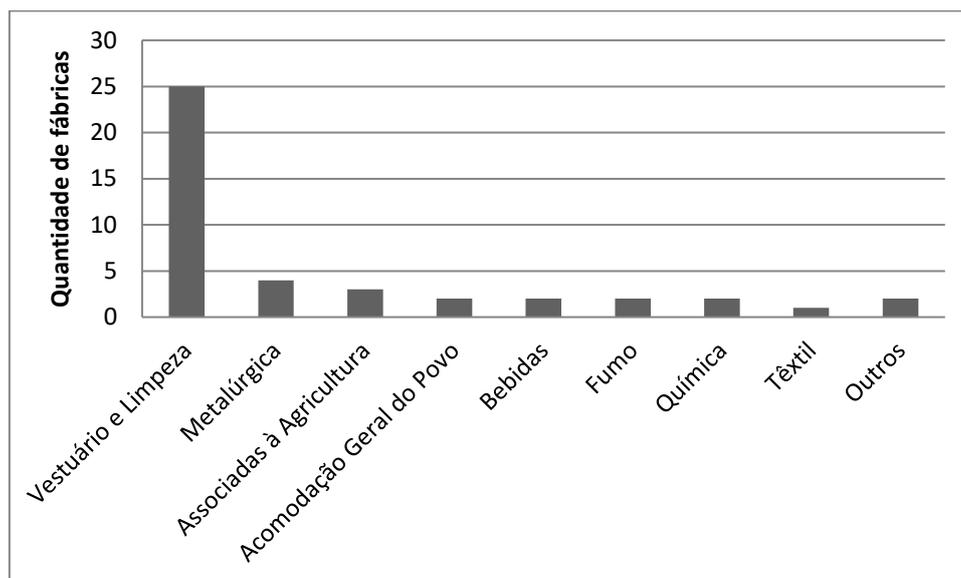
A história da indústria no Brasil deve passar impreterivelmente pela história da indústria na Bahia. Analisando as fábricas têxteis no Brasil, Stanley Stein defende que seria nessa província o principal polo industrial brasileiro antes da década de 1860²²⁵. Em comparação com outras regiões do Brasil até o número de trabalhos historiográficos sobre as fábricas da região é maior, especialmente no setor têxtil e de fumo. Além do próprio trabalho de Stanley Stein, ressalta-se as pesquisas de Jean Baptiste Nardi²²⁶ sobre a indústria do fumo brasileira, principalmente a baiana e mais recentemente a pesquisa de Silvana Andrade dialogando com o surgimento de fábricas a diversificação dos capitais negreiros na Bahia²²⁷. Logo nos primeiros dados quantitativos encontrados sobre a indústria fabril na Bahia é possível identificar sua relevância.

²²⁵ STEIN, Stanley. A Força de Trabalho. In: **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950**. Rio de Janeiro. Campus. 1979. Pp. 35.

²²⁶ NARDI, Jean Baptist. A (Des)montagem da Indústria brasileira do fumo (1808-1913) – o caso da Bahia. ABPHE.

²²⁷ SANTOS, Silvana Andrade dos. **Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista: A sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica têxtil de Todos os Santos (1844-1878)**. Tese de Doutorado. Instituto de História. UFF. Niterói. 2020

GRÁFICO 1: Quantidade de Fábricas por setor produtivo na Bahia em 1845



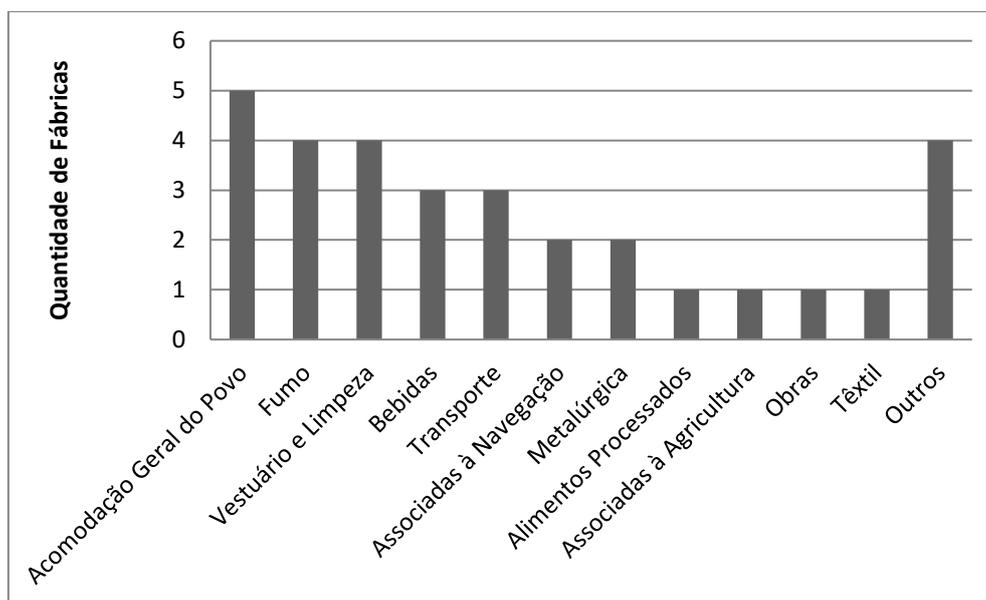
FONTE: ALMANQUE Civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. Edição Fac-similar Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1998. (Elaborado pelo autor)

Chama atenção o predomínio do setor de Vestuário e limpeza, representando 58% das fábricas encontradas em 1845. Como em pesquisa anterior observamos para o caso do Rio de Janeiro, as fábricas de chapéus, velas e sabão seriam aquelas que mais investiram em novas máquinas a vapor, que contavam com grande número de escravizados e que exportavam suas mercadorias e tinham relações com o tráfico ilegal de escravizados²²⁸. Esses indícios para o Rio de Janeiro podem indicar vestígios do por que a proeminência desse setor também em Salvador nesse período. Especialmente, porque como veremos no Gráfico 2 há uma queda no número de fábricas do setor de Vestuário e Limpeza, no primeiro ano de que dispomos de dados de almanaques após 1845.

²²⁸SINDER, MATHEUS. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas do Rio de Janeiro (1808-1850). Varginha. ABPHE. XIV Congresso Nacional de História Econômica e XV Conferência Internacional de História de Empresas. 2021.

Além disso, o setor de Vestuário e Limpeza em todo território nacional era o que detinha maior proteção estatal através das isenções alfandegárias. No relatório do Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda apresentado pelo então ministro Joaquim José Rodrigues Torres e referente ao ano de 1850 podemos observar como essas fábricas receberam mais isenções do que outros setores²²⁹. Das duas fábricas de Pernambuco que receberam isenção, uma delas era de sabão. Das três que receberam isenção na Bahia, uma também era de Sabão. Já no Maranhão e no Pará apenas uma fábrica em cada província recebeu o direito a isenção alfandegária sendo uma fábrica de velas e uma fábrica de sabão respectivamente.

GRÁFICO 2: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1854

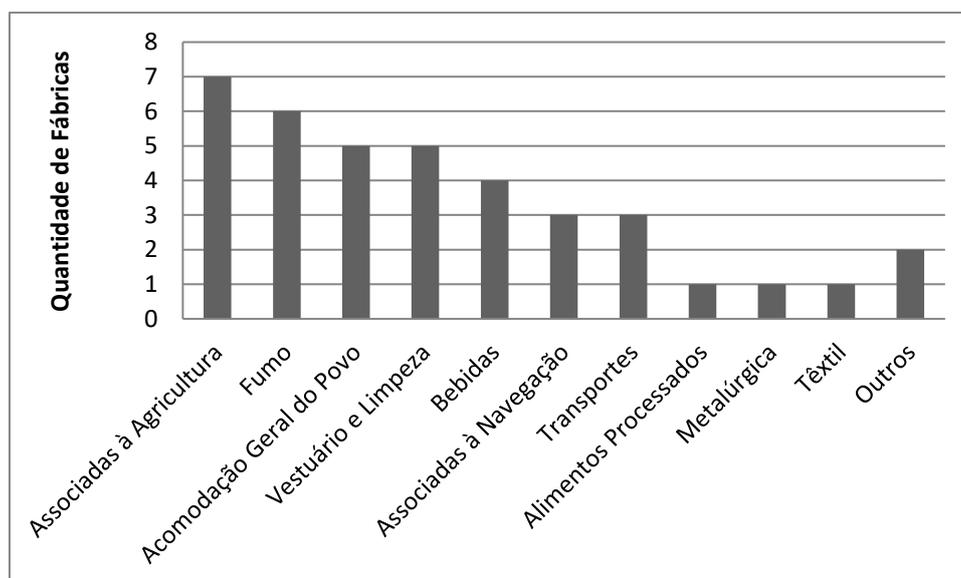


FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854.
(Elaborado pelo autor)

²²⁹ BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim José Rodrigues Torres. Proposta e Relatório do anno de 1850 apresentados a assembléa geral legislativa da terceira sessão e oitava legislatura. 1850. P. 84-87.

A diminuição de 25 fábricas do setor de vestuário e limpeza em 1845 para apenas quatro fábricas no ano de 1854 pode ter alguns motivos: o primeiro é que por se tratarem de almanaques diferentes isso pode ter influenciado na exposição, coleta e reconhecimento de informações, ou seja, parte dessas fábricas podem ter continuado existindo, porém sem terem sido listadas no almanaque de 1854. Observando os números do setor, essa queda nos dados relativos de um almanack para o outro foi puxada pela diminuição na quantidade de fábricas de chapéus. Enquanto em 1845 elas somavam 21 fábricas de chapéus das 25 localizadas para aquele ano, em 1854 das quatro fábricas de Vestuário e Limpeza, nenhuma era de chapéus. Porém, isso não significa que as fábricas de chapéus foram todas fechadas ou faliram, conforme vamos observar mais a frente nas TABELAS 3, 4, 5 e 6, a Bahia exportava chapéus na década de 1850. Além disso, nas edições subsequentes do Almanack as fábricas de chapéus voltam a aparecer.

GRÁFICO 3: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1855

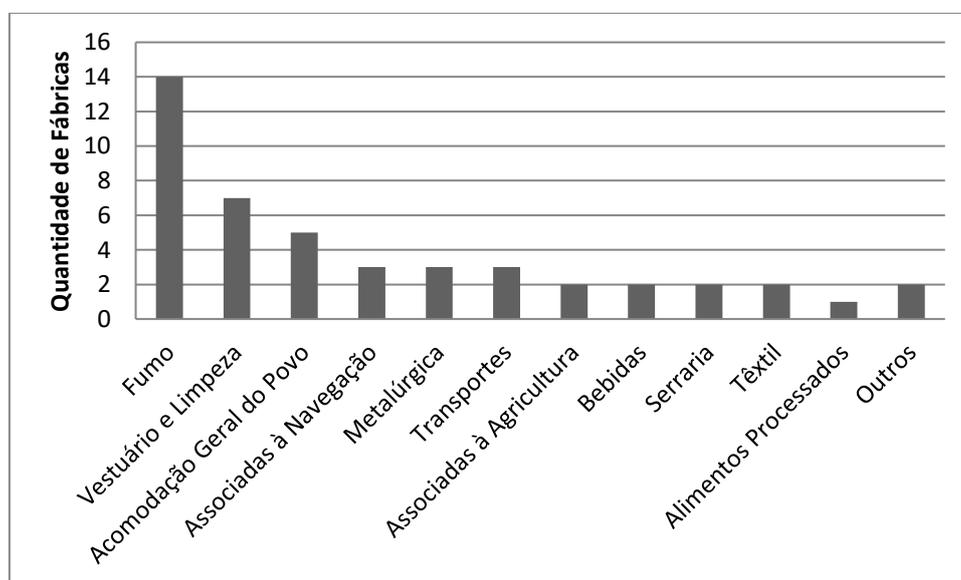


FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1855.
(Elaborado pelo autor)

Os dados do Almanak de 1855 começam a ter mais informações do que do ano anterior. Uma tendência que vai se seguindo nos anos subsequentes. Como vimos no GRÁFICO 3, o crescimento do número de fábricas Associadas à Agricultura se deve a inclusão das refinarias de açúcar na lista de fábricas existentes. Ao todo foram incluídas seis refinarias de açúcar na cidade de Salvador naquele ano.

Mudanças significativas também ocorrem nos dados em relação ao ano de 1857, conforme consta no GRÁFICO 4. Neste ano, o Almanak reportou apenas as fábricas existentes na cidade de Salvador, e vimos um acréscimo na quantidade de estabelecimentos ligados a fabricação de charutos e rapé. A partir desse ano, o setor de Fumo não irá se retrair nos dados do Almanak, demonstrando que não se tratava apenas de uma limitação da fonte que estamos utilizando.

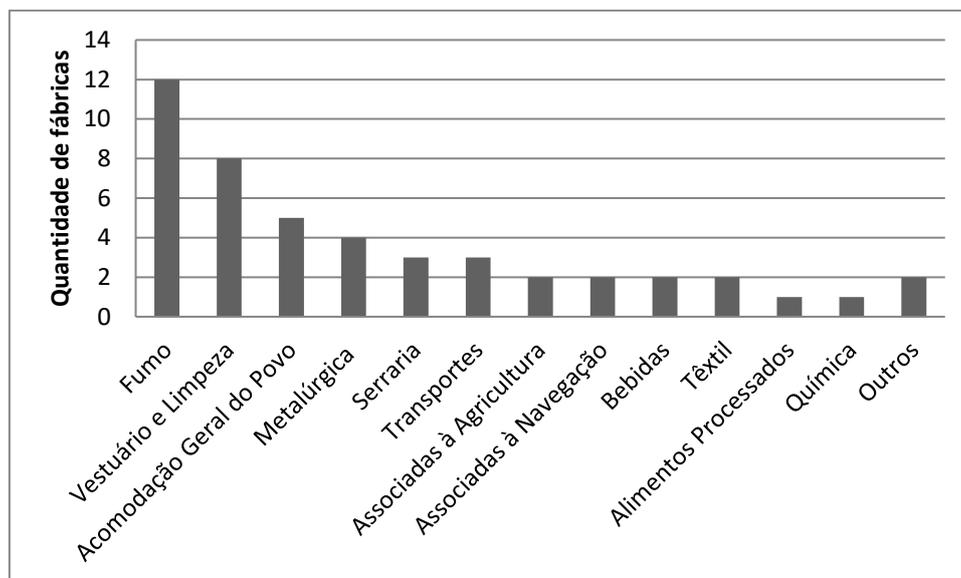
GRÁFICO 4: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1857



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1857.
(Elaborado pelo autor)

Para o ano de 1858 os dados não sofrem muitas alterações. O que nos chama atenção é que anualmente começam a crescer o número de fábricas do setor de Vestuário e Limpeza: em 1854 eram apenas quatro estabelecimentos desse ramo, em 1855 passaram para cinco, já em 1857 esse número chegou a sete fábricas do setor. Em 1858 há o acréscimo de uma fábrica, um total de oito. Outro ponto importante é que as fábricas de Acomodação Geral do Povo, apresentam uma constância de por volta de cinco estabelecimentos listados todos os anos.

GRÁFICO 5: Quantidade de fábricas por setor na Bahia no ano de 1858

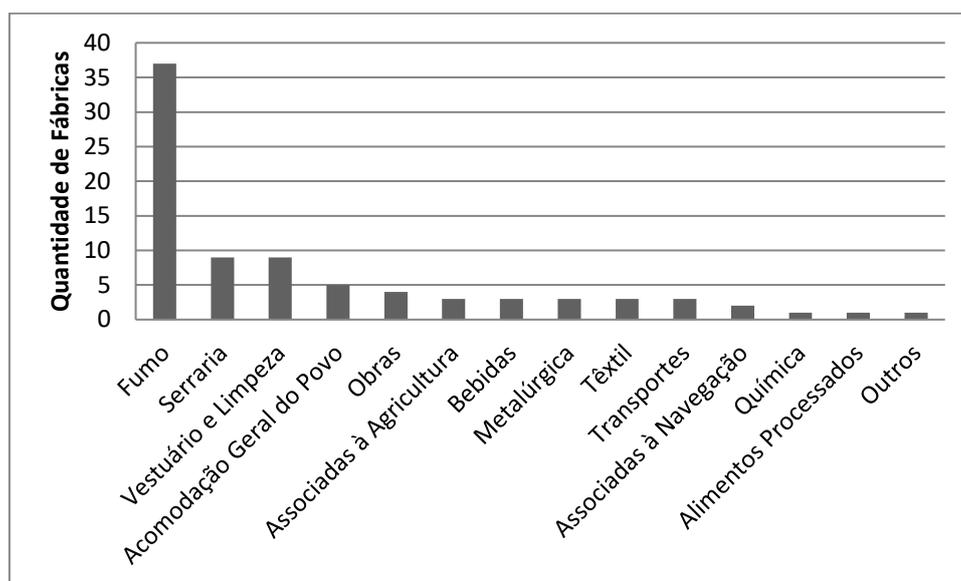


FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1858.
(Elaborado pelo autor)

No ano de 1860 é sem dúvidas o ano mais rico em informações disponível no Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia. Nesse ano, a edição da mais atenção aos dados sobre o interior da Província. Especialmente nas localidades de Maragogipe, Cachoeira, Santo Amaro e Nazareth, foi possível encontrar uma expressiva quantidade de fábricas, particularmente no setor de Fumo. Ao todo foram identificadas

35 fábricas de charutos responsáveis por representar 72% de todos os empreendimentos fabris localizados no interior da província.

GRÁFICO 6: Quantidade de fábricas por setor na Bahia em 1860



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1860. (Elaborado pelo autor)

Observando esses dados, podemos nos questionar quantas fábricas em cada ano seriam novas fábricas ou a mesma do ano anterior. Para solucionar isso, conferimos os nomes dos proprietários de fábricas dos anos 1845, 1854 e 1860. Assim conseguimos saber quais fábricas continuaram em funcionamento durante o período do nosso recorte. Entre o ano de 1845 e 1860 apenas três fábricas permaneceram constando nos levantamentos: a fábrica de sabão da firma “Lima e Irmãos e Companhia”; a “Companhia Meuron” e a sua fábrica de rapé e a fábrica de sabão de Wencesláu Miguel de Almeida. Por serem almanaques diferentes, pode ser que isso tenha manchado o resultado, mas não deve se deixar de considerar as mudanças conjunturais da passagem da década de 1840 para 1850, principalmente o fim do tráfico de escravizados. Se tomarmos como ponto de

comparação a primeira edição do Almanack Administrativo, Industrial e Mercantil para a Bahia de 1854, podemos perceber uma continuidade maior no número de fábricas encontradas no primeiro ano (1854) e no ano de, 1860.

QUADRO 4: Fábricas com os mesmos proprietários da Bahia em 1854 que permaneceram em 1860

Proprietário	Fábrica
Antonio Carlos Gercent	Fábrica de Carros
Antonio Pereira de Carvalho Oliveira	Fábrica de Vinagre
Augusto Coutivile	Fábrica de Carros
Cameron Smith	Fundição
Carlos Tappe	Fábrica de Pianos
Francisco Sette	Fábrica de Azeite de Mamona
Francisco Xavier da Rocha Pita	Fábrica de Agulhas Náuticas
Joaquim Antonio Soares	Fábrica de Licor
José Antonio Martins	Fábrica de Velas
José Francisco do Nasciemnto	Fábrica de Chocolates
José Salvi	Fábrica de Pianos
Lima e Irmãos e Cia	Fábrica de Sabão
Meuron e Cia	Fábrica de Rapé
Paulino Theodoro Verge	Fábrica de Cadeiras
Paulo Pereira Monteiro	Fábrica de Tecidos
R. Ariani	Fábrica de Carros
Raymundo José Verge	Fábrica de Cadeiras
Rogério da Costa Ferreira	Fábrica de Anzóis

FONTE:ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854 e1860. (Elaborada pelo autor).

Podemos observar que os setores de Transportes e de Acomodação Geral do Povo foram os que mais permaneceram com fábricas no início e no final do ciclo. Também é importante destacar que pelo menos uma fábrica de cada setor, excetuando as serrarias, continuaram de 1854 para 1860. Infelizmente, para a década seguinte, encontramos edições de almanacks para Bahia apenas até o ano de 1863. Impossibilitando uma análise quantitativa maior por esse período.

Quando confrontados esses dados quantitativos com a perspectiva dos relatórios de presidentes de província, esses números ganham sentido, principalmente a tendência das fábricas de Fumo de serem as mais relevantes em quantidade, como vimos. De acordo com Herculano Ferreira Penna, presidente da Província da Bahia, em seu relatório para o ano de 1860, o setor de produção de charutos encontrava-se em excelente estágio na Província:

felizmente esta indústria caminha cada dia mais animada, e a exportação continua a ser considerável, tendo chegado no último ano financeiro a quantidade de 45.987:092 charutos no valor de 553:941\$606, e no primeiro trimestre de 1859 a 1860 à 26.461: 513 no valor de 335:327\$060.²³⁰

As fábricas baianas de charutos foram responsáveis por exportar quase 46 milhões de unidades de charutos em um único ano. Esse dado é interessante porque revela que a produção da indústria fabril não se limitava a atender apenas as demandas do mercado interno. Sendo as fábricas do setor de Fumo estabelecimentos relacionados também a exportação, justifica a classificação de “animada” para esse setor dada por Herculano. A partir daí algumas questões surgem: seria somente o setor de Fumo o que exportava suas mercadorias? Para quais locais as fábricas baianas estavam exportando suas mercadorias manufaturadas?

TABELA 2: Manufaturados da Bahia exportados para países estrangeiros (1854-1857)

Produto	Unidade	1854-1855		1855-1856		1856-1857		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Calçado	Pares	-----	-----	-----	-----	200	300\$	300\$
Charuto	Unidade	783,73	8:022\$	834,02	12:405	1;776,24	30:116	50:543
		0		3	\$	0	\$	\$
Estopa em Fio	Arrobas	2,347	3:890\$	1,063	1:703\$	298	476\$	6:069\$

²³⁰ PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860. p.65.

Licores	Medida	----	----	----	----	39	88\$	88\$
Mobília	Alqueires	----	382\$	----	----	----	----	382\$
Rapé	Arrobas	14	476\$	114	2:828\$	94	2:618\$	5:922\$
Vassouras	Dúzias	14	13\$	38	71\$	----	----	84\$
Total			12:783\$		17:007\$		33:598\$	63:388\$

FONTE:PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província João Luis Vieira Cansansão de Sinumbu. 1857.

TABELA 3: Manufaturados da Bahia exportados para países estrangeiros (1857-1860)

Produto	Unidade	1857-1858		1858-1859		1859-1860*		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Amarras e Cabos	Peças	----	----	81	313\$	----	----	313\$
Calçado	Pares	73	241\$	100	272\$	----	----	513\$
Chapéus	Unidades	26	104\$	----	----	----	----	104\$
Charutos	Unidades	1.461.425	26:200\$	1.776.825	33:710\$	896.360	13:600\$	73:510\$
Chocolates	Arrobas	25	8\$	----	----	----	----	8\$
Estopa em Fios	Arrobas	513	827\$	130	357\$	133	489\$	1:673\$
Louças	Medida	----	26\$	----	94\$	----	19\$	139\$
Mobília	Alqueires	----	303\$	----	2;113\$	----	104\$	2:525\$
Rapé	Arrobas	20	663\$	52	1:679\$	33	1:131\$	3:473\$
Tamancos	Pares	117	124\$	733	336\$	752	301\$	761\$
Velas	Arrobas	4	33\$	42	632\$	2	30\$	695\$
Total			28:529\$		39:506\$		15:674\$	83:709\$

FONTE:PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província João Luis Vieira Cansansão de Sinumbu. 1857. *Representava apenas um semestre do ano financeiro

TABELA 4: Manufaturados da Bahia exportados para as demais províncias do Império

Produto	Unidade	1854-1855		1855-1856		1856-1857		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Fios de Algodão	Arrobas	1.270	19:417\$	1.733	24:937\$	1.901	29:204\$	73:558\$

Amarra se Cabos	Peças	14.25 5	391\$	511	1:104\$	-----	-----	1:495\$
Calçad o	Pares	1.303	1:681\$	-----	-----	24	28\$	1:709\$
Cerveja	Medidas	322	300\$	-----	-----	-----	-----	300\$
Chapéu s	Unidade	8.608	8:001\$	3.952	4:223\$	6.890	6:143\$	18:367\$
Charut os	Unidade	27.70 8.345	221:93 0\$	30.251.3 50	352:65 6\$	43.061.1 00	516:73 3\$	1.091:32 8\$
Chocol ate	Arrobas	5	26\$	-----	-----	-----	-----	26\$
Estopa	Arrobas	4.088	6:350\$	3.724	5:638\$	1.894	3:021\$	15:009\$
Cordas	Peças	-----	-----	305	339\$	630	866\$	1:205\$
Graxa	Arrobas	-----	-----	-----	-----	12	72\$	72\$
Licores	Medida	309	319\$	316	492\$	2,325	1:336\$	2:147\$
Louças	Medida	-----	5:423\$	-----	3:611\$	-----	4:779\$	13:813\$
Pano de Algodã o	Vara	334.3 49	79:881 \$	199.688	47:925 \$	81.149	19:473 \$	147:279 \$
Rapé	Arrobas	322	15:003 \$	313	14:098 \$	337	11.005 \$	40:106\$
Sabão	Arrobas	13.88 9	53:314 \$	10.738	37:800 \$	10.940	38:883	129:997 \$
Sal	Alqueire	4.448	2:224\$	2.000	1:000\$	1.000	500\$	3:724\$
Taman co	Pares	31.66 3	7.613\$	30.174	7.897\$	36.693	10.021 \$	25.531\$
Tijolo	Quantida de	61.00 0	732\$	89.000	1:204\$	69.700	696\$	2:632\$
Vassou ra	Dúzias	95	66\$	-----	-----	214	191\$	257\$
Velas	Arrobas	359	3:973\$	399	6:822\$	866	9:960\$	20:755\$
Total			426:64 4\$		509:75 5\$		652:91 1\$	1.589:31 0\$

FONTE:PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província João Luis Vieira Cansansão de Sinumbu. 1857.

TABELA 5: Manufaturados da Bahia exportados para as demais províncias do Império

Produ to	Unid.	1857-1858		1858-1859		1859-1860*		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Fios de Algodã o	Arrob a	2.193	36:000 \$	1.716	34:782 \$	920	18.885 \$	89:671\$
Amarr as e Cabos	Peças	30	120\$	-----	-----	-----	-----	120\$
Cal	Mios	6	32\$	-----	-----	-----	-----	32\$
Calçad o	Pares	200	46\$	48	96\$	44	321\$	463\$
Chapéu s	Unida de	22.296	28:335 \$	12.045	14:901 \$	14.691	21:136 \$	64:372\$

Charutos	Unidade	43.205.175	518:462\$	45.987.092	333:941\$	26.461.315	333:327\$	1.185:730\$
Chocolate	Arroba	-----	-----	-----	-----	3	38\$	38\$
Estopa	Arroba	2.492	4:896\$	2.637	7:970\$	1.347	4:444\$	17:310\$
Cordas	Peças	-----	-----	-----	-----	249	64\$	64\$
Licores	Medida	1.556	2:177\$	1.272	1:326\$	799	940\$	4:443\$
Louças	Medida	-----	5:357\$	-----	4:374\$	-----	3.077\$	12:808\$
Pano de Algodão	Vara	328.599	78:863\$	133.408	32:301\$	434.330	92:772\$	203:936\$
Rapé	Arroba	438	14:626\$	484	15:559\$	240	7:839\$	38:024\$
Sabão	Arroba	18.942	54:333\$	16.007	54:431\$	13.440	49:429\$	158:393\$
Sal	Alqueire	1.200	600\$	3.000	1:500\$	1.200	600\$	2:700\$
Tamanho	Pares	40.019	13:246\$	46.749	12:619\$	14.916	4:399\$	30:264\$
Tijolo	Medida	138.000	2:489\$	275.000	3:422\$	37.000	766\$	6:677\$
Vassoura	Dúzias	270	290\$	74	818\$	93	111\$	1:219\$
Velas	Arroba	1.263	13:733\$	1.248	13:744\$	818	9:433\$	36:910\$
Total			773:221\$		477:143\$		547:581\$	1.797:945\$

FONTE:PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província João Luis Vieira Cansansão de Sinumbu. 1857. *Representava apenas um semestre do ano financeiro.

Nos dados acima, fica nítido a relevância do setor se Fumo para a indústria fabril na Bahia, por ser o que mais movimentou capitais na sua exportação, seja para países estrangeiros ou para outras Províncias do Império. Apesar desse destaque do setor de Fumo, é muito relevante mapear essas exportações para o mercado internacional e o comércio para o mercado interno em consolidação. Os indícios contidos nos relatórios de presidente de Província permitem observar que o mercado interno era mais frutífero para o consumo das mercadorias da indústria fabril: além de uma variedade maior de produtos sendo destinada ao mercado interno, havia uma maior quantidade no comércio interno

das mercadorias similares destinadas ao mercado externo. Alguns produtos se destacam para além dos charutos, como os panos e fios de algodão, o sabão e os chapéus.

Tendo visto o campo do mercado consumidor dos produtos dessas fábricas, podemos também observar a esfera da produção dessas mercadorias. Dentre as fábricas de Fumo, a Meuron & Companhia destacava-se. Responsável por produzir um famoso rapé no século XIX, o Arêa Preta, produziu no ano de 1857 um valor de 150,000 libras esterlina. O rapé, segundo Nardi, é um aperfeiçoamento do tabaco em pó e até meados do século XIX era a forma de fumo mais popular no país, sendo substituído ao final do século pelo charuto. Segundo ele, dentre todo o setor de Fumo (rapé, charutos e cigarros) o rapé seria o que utilizaria uma maior estrutura industrial devido a complexidade de seus processos de produção como umidificação, secagem, fermentação, aquecimento e necessidade de contar com máquinas de cortar, fornos e por vezes máquinas a vapor. A indústria Meuron & Companhia é, portanto, um bom exemplo do que era uma fábrica “montada em grande porte” para o período analisado. Na pintura abaixo, armazenada na Pinatoteca do Estado de São Paulo é possível identificar o bom estabelecimento dessa fábrica e também sua localização estratégica para exportação de sua mercadoria.

IMAGEM 7: A fábrica de Rapé Meuron & Companhia na Bahia em 1837



Fonte: Pintura “Vue de la rade de Bahia prise du Jarin Public. A la frabric de tabac de M.M. de Meuron e cie.”1837. Armazenado na Pinatoteca de São Paulo. Disponível me: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23424/a-fabrica-de-rape-que-fez-historia-na-bahia-e-no-rio-de-janeiro>.

Esse estabelecimento montado em ponto grande empregava um total de 27 trabalhadores, em sua maioria de escravizados. No total quatro eram nacionais, três eram estrangeiros e vinte escravizados. Contava também com duas grandes máquinas a vapor²³¹. A fábrica de sabão da firma Lima & Irmão era outro empreendimento fabril que empregava majoritariamente o trabalho de escravizados na sua fábrica, a composição era de vinte e seis escravos para apenas dois livres. O mesmo fenômeno acontecia na fábrica

²³¹PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860. p.65

de chapéus da empresa Ferreira Pinto & Companhia, dos 54 trabalhadores 36 eram escravizados, 14 brasileiros e 4 trabalhadores estrangeiros²³²

Os dois maiores setores produtivos da Bahia, Fumo e Vestuário e Limpeza, dessa maneira não eram incompatíveis com a escravidão. Tanto no emprego massivo de trabalhadores escravizados em três das maiores fábricas do período, quanto na produção de mercadorias manufaturadas que tinham competitividade em diferentes mercados. O emprego de escravos nas fábricas da Bahia não era um fenômeno restrito aos setores predominantes da indústria fabril. Dois anos após o alvará de liberação de manufaturas no Brasil, Antonio Vieira da Costa, negociante da praça de comércio da Bahia, funda uma fábrica de cordoaria para navios com o apoio régio. No ano seguinte inicia seu processo de pedido de provisão na Junta de Comércio, seu principal argumento é de que seria um inventor ao utilizar plantas indígenas para produzir as melhores mercadorias de seu ramo²³³.

Alegando que os preços cômodos dos produtos da marinha Real e da marinha mercante dependiam do bom andamento do estabelecimento de Vieira da Costa, reafirma a “notória utilidade pública” da fábrica do suplicante, a Junta de Comércio recomenda que se passe provisão para o fabricante, alegando também se tratar de um “gênio industrial”. A Junta de Comércio então passa valores das loterias como forma de provisão em auxílio financeiro. O que nos chama atenção é o documento anexo ao pedido de provisão, enviado pelo suplicante para a Junta de Comércio provando que seu estabelecimento estava montado em condições necessárias para receber a provisão, para

²³²PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província Herculano Ferreira Penna. 10 de Abril de 1860. p.65

²³³ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

isso, lista os nomes de seus funcionários. Ao todo eram vinte e quatro trabalhadores livres e quarenta e dois escravizados e dois mestres manufatureiros, sendo:

Mestre: Sebastião José

Contra-Mestre: José da Silva Santos

Oficiais Livres: José Pires Viana, Manoel José Pereira, Joaquim José da Silva, José Joaquim, Joaquim, João José, Antonio José da Silva, João José Calçado, Salvador José, Sebastião Roiz, Mathias Coelho, Simão Caldeira, João da Cruz, José Antonio, Francisco Roiz, Manoel do Nascimento, Antonio da Luz, Lourenço Antonio, Estevão dos Passos.

Aprendizes Livres: José da Silva, José da Costa Coimbra, João do Couto, Joaquim Alves Teixeira, José Antonio

Escravos Oficiais: João, José, Pedro, Manoel, Joaquim, Lucas, Domingos, Cristóvão, Antonio

Escravos serventes: Matheus, Estevão, Salvador, Sebastião, Lourenço, Francisco, Mathias, Matheus, Roberto, Antonio, João, Manoel, Antonio, Manoel, João, Joaquim, Francisco, José, Joaquim, Manoel, João.

Escravos Serventes jornaleiros: Izidro, Sibério, Tobias, Dimas, Antonio, Domingos

Além desses listados, havia na fábrica outros seis escravizados trabalhando, porém eram alugados e seus nomes não foram listados²³⁴. O que nos fica nítido é que seja em fábricas de fumo, sabão, chapéus, cordoarias ou outras; independente se fosse no início do século ou em meados do oitocentos, a escravidão desempenhava papel fundamental no interior das fábricas. Possuir escravizados era uma possibilidade de argumento para

²³⁴ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

conseguir a provisão de fábrica na Junta de Comércio, argumento utilizado para conseguir alcançar benefícios do Estado. É o que faz Nicolas Marques, mestre caldeireiro, branco, e proprietário de uma fundição na cidade de Salvador e que envia em 1815 um pedido de provisão de fábrica para a Junta de Comércio solicitando que sua fábrica recebesse o privilégio exclusivo de dez anos garantindo que seria a única fábrica do ramo a funcionar na cidade de Salvador e que não pagaria tributos nas importações de matéria-prima pelos mesmos dez anos. O Tribunal da Junta de Comércio recusa o pedido de Nicolas, que recorre da decisão e se apropria de três argumentos para defender o seu direito de ter deferida sua provisão: primeiro, sua fábrica seria responsável por fornecer o Estado com peças de artilharia, além de fabricar para agentes privados engenhos, chapas de ferro e caldeiras de fundir. O segundo argumento é que teria investido seus capitais para trazer hábeis artífices do estrangeiro. E por último, argumenta que sua fábrica está pronta, com tudo que for necessário para o funcionamento: escravos²³⁵.

O escravizado, portanto, não era um empecilho ao desenvolvimento fabril. Pelo contrário, fabricantes buscavam instâncias estatais em busca de capitais para obter mais escravizados para suas fábricas. Escravos eram em grande parte dos casos a força de trabalho majoritária em empreendimentos industriais e muitas vezes apresentados como sinônimo de que uma determinada fábricas estaria bem equipada.

Sendo assim, a Bahia é importante janela para observarmos os movimentos entre a economia escravista e a indústria em meio a um processo de modernização econômica. Essas transformações e os fluxos de tentativas de instalação de empreendimentos fabris no Brasil e da Bahia levaram a confecção de um documento que consideramos importantíssimo para compreendermos as modernizações dessa sociedade escravista no

²³⁵ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 2

século XIX e da indústria fabril na Bahia e no Brasil. Trata-se da reflexão do presidente da Província da Bahia, logo após o fim das guerras de independência, sobre o “derramamento de capitais estrangeiros” no setor de transformação de matérias-primas.

Em 1826 uma Companhia de Mineração Britânica envia um pedido de provisão para o Tribunal da Junta de Comércio suplicando um privilégio exclusivo de exploração de ferro e carvão durante quatorze anos em qualquer uma das seguintes Províncias: São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Segundo os sócios da Companhia²³⁶, no Brasil não haveria capitais e nem ciência para que tal empreendimento fosse estabelecido, por isso o investimento dos capitais da firma deles seria tão necessário para o desenvolvimento da indústria no Brasil. Por isso, pedem que em alguma daquelas três Províncias eles tenham o direito de serem os únicos, por quatorze anos, na atividade mineradora do ferro e do carvão.

Aparentemente, a Junta de Comércio anexou cópias desse pedido e consultou as referidas Províncias. Porém, só contamos com a rica resposta do presidente da Província da Bahia, João Severiano Maciel da Costa, o então Visconde com grandeza de Queluz e futuro Marquês de Queluz. Em sua resposta, defende que haja liberdade para o derramamento de capitais na economia brasileira, principalmente naqueles ramos em que nem os países europeus encontravam-se ainda plenamente aperfeiçoados. Porém, em outros setores, em particular o que almejava as riquezas nacionais, deveria dar prioridade aos empreendedores nacionais. Segundo ele, as companhias estrangeiras ao se instalarem no Brasil não fariam proveito dos hábeis oficiais artesãos nacionais, e para não esvair seus capitais não irão contratar jornaleiros estrangeiros, empregando, portanto mão-de-obra escravizada. É nesse ponto que é construída uma análise sobre o porquê as

²³⁶Os sócios da companhia são os seguintes: Frederick Deslile, Samuel Eustace Magan, Frederick Fox, Francis Fox, Henry Habberly Price, Francis Le Breton e Benjamim Rotch.

companhias estrangeiras, e mesmo os nacionais, não utilizariam a população livre do país nesses empreendimentos. Segundo o Visconde de Queluz: “Gente livre do país não sacrificará a esses trabalhos penosos enquanto um tatu, uma paca, um veado, e na beiramar um par de charéus ou de caranguejos se adquirirem sem trabalho.”²³⁷

A afirmação do Marquês de Queluz ilustra bem o processo de modernização capitalista. Como vimos, a partir de Karl Polanyi, a revolução industrial possibilitou a grande transformação do mundo em um moinho satânico da economia de mercado, onde terra, trabalho e capital se constituíram enquanto mercadoria. O que é ressaltado naquela frase é a ausência de um “mercado de trabalho”, havendo ainda mecanismo para a sobrevivência e subsistência fora dos padrões de mercado²³⁸. Bom, se esse é o elemento explícito do argumento, o implícito é que esse momento em que a população livre passasse a depender do trabalho para subsistir iria chegar, indicando que os sujeitos da época têm a percepção das contradições da chegada e desenvolvimento da modernidade.

A modernização da primeira metade do século XIX implica em “derramamentos” de capitais; estabelecimentos de companhias mercantis, mineradoras e fabris e a expansão de fábricas e abertura de mercados para esses produtos manufaturados. Mas também significavam, no caso brasileiro, que esse processo ocorreria tendo como origem fundamental a escravidão, seus limites e possibilidades. Seja o capital estrangeiro até o investimento nacional ou nos diferentes setores da indústria fabril vão ser as relações sociais da escravidão que constituirá os aspectos fundamentais das dinâmicas econômicas.

²³⁷ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 2.

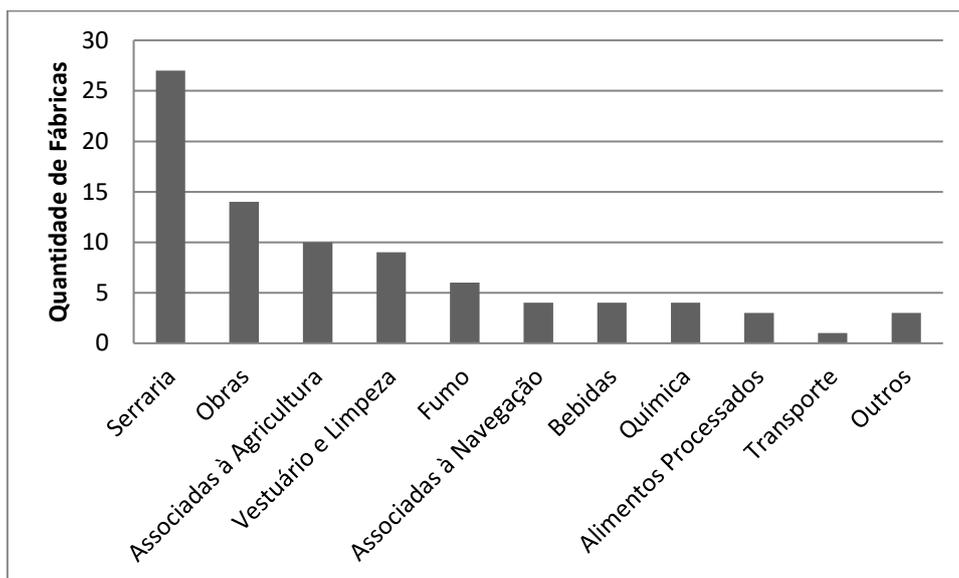
²³⁸POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Campus. 2000.

Vários desses aspectos que encontramos na indústria fabril da Bahia foram identificados também em outros espaços de desenvolvimento da indústria no Brasil. Com isso, apesar da diversidade regional e toda a diferença conjuntural de uma região para outra, é possível caracterizar certas tendências no funcionamento da indústria fabril na primeira metade do século XIX.

Maranhão e Pará

No Maranhão podemos ver algumas aproximações e diferenças entre sua indústria fabril e a indústria fabril na Bahia. Além da presença de fábricas de charutos, chocolates, licor, rapé, olarias e refinarias de açúcar, havia algumas que não foram encontradas em outras províncias, especialmente as fábricas de fogos e as fábricas de descascar arroz. Ainda assim, a presença das fábricas do setor de Vestuário e Limpeza era constante, particularmente as de sabão e chapéus. As chamadas fábricas de Marcenaria foram encontradas em abundância na cidade de São Luís e foram agrupadas na categoria Serraria. Já as salineiras encontradas estão na categoria “Outros”.

GRÁFICO 7: Quantidade de fábricas por setor no Maranhão em 1859



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1859. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso. (Elaborado pelo Autor)

As quatro fábricas de descascar arroz e as cinco refinarias de açúcar alavancaram o setor de fábricas associadas à agricultura, porém mantiveram-se muito próximas ao número de fábricas do setor de Vestuário e Limpeza. As oito olarias presentes em São Luís também foram responsáveis por colocar o setor de Obras entre os que detinham o maior número de fábricas. Quando observados o interior apenas o interior da Província percebemos o mesmo fenômeno que ocorreu no interior da província da Bahia: uma maior concentração de fábricas em um setor específico da indústria fabril. No caso do Maranhão, no setor de Obras, por meio das olarias, fábricas de tijolos e fábricas de cal. Ao todo o setor de obras representava 70% das fábricas encontradas no interior da Província. Um número próximo aos 72% do setor de Fumo encontrado no interior da Província da Bahia.²³⁹

²³⁹ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1860. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso

Chama-nos atenção o investimento que as fábricas no Maranhão realizaram na obtenção de máquinas a vapor. É o caso das fábricas de descascar arroz de João Gualberto da Costa, que funcionava movida a vapor. Aliás, as fábricas de descascar arroz utilizavam de tecnologias interessantes em seu processo produtivo, como é o caso da fábrica de André de Castro Reis que era movida pelas águas da maré. Já as fábricas de descascar arroz de Antonio Gomes Pereira e da Viúva Sá Vianna e Companhia moviam suas fábricas por meio da força do vento²⁴⁰. Outras fábricas também empregavam maquinário moderno, como é o caso da Manufatura de Fundição da Companhia de Navegação à Vapor no Maranhão. Estabelecimento montado em ponto grande e que muito se assemelhava a Fundição de Ponta d' Areia em Niterói. Devido ao seu aperfeiçoamento para a época e o local, sua existência rendeu uma breve apreciação no Almanack mercantil sobre a importância das máquinas a vapor naquela época. Segundo o texto contido naquela edição:

“O vapor é a necessidade mais palpitante da nossa época, é o veículo da civilização, da rapidez, da comunicação de idéias, de transporte de mercadorias e da ação da justiça. É a varinha mágica de condão que transforma as matas em cidades, e que atraem a população e com ela a riqueza e abundância.”²⁴¹

Os investimentos em máquinas para as fábricas do Maranhão surtiram efeito. Tal qual na Bahia foi possível encontrar produtos manufaturados no Maranhão sendo exportados tanto para países estrangeiros, quanto para outras províncias do Império do Brasil.

²⁴⁰ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1854, 1855, 1857, 1858. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso

²⁴¹ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1860. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso

TABELA 6: Manufaturados no Maranhão exportados para países estrangeiros

Produção	Unidade	1854-1855		1855-1856		1856-1857		Total
		Quant	Valor	Quant.	Valor	Quant	Valor	
Charuto	Unidade	6.515	6:517\$	974.06	9:838\$	666	6:422\$	22:831
				0				\$
Licor	Dúzias	1.561	6:374\$	808	2:802\$	2.755	2:655\$	1:831\$
						2		
Mobília	Alqueir	-----	3:114\$	-----	519\$	-----	2:310\$	5:943\$
	e							
Redes	Unidade	1.070	8:569\$	388	1:894\$	364	2:730\$	13:193
								\$
Sabão	Arrobas	2.714	6:141\$	3.062	9:367\$	4.350	13:361	28:869
							\$	\$
Sal	Alqueir	19.54	5:075\$	6.777	1:985\$	9.975	2:366	9:426\$
	e	4						
Velas	Libra	6.601	1:476\$	2.062	2:035\$	8.073	3:119\$	6:710\$
Total			37:266		28:440		39:63\$	98:669
			\$		\$			\$

FONTE:PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo presidente da Província Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques. 1857.

A exportação de produtos manufaturados nas fábricas do Maranhão com destino a países estrangeiros revela que não se tratava de um setor econômico irrelevante. A partir

deles, podemos assimilar certas tendências da indústria fabril, especialmente a importância do setor de Fumo e Vestuário e Limpeza, ambos responsáveis por boa parte das exportações dessas mercadorias. Porém, é notório observar que a partir da década de 1860 há uma grande queda nas exportações de mercadorias manufaturadas no Maranhão para países estrangeiros.

TABELA 7: Manufaturados no Maranhão exportados para países estrangeiros

Produto	Unidade	1861-1862		1862-1863		1863-1864		Total
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Charutos	-----	-----	407\$	-----	8\$	-----	-----	415\$
Estopa	-----	-----	45\$	-----	806	-----	411\$	1:262\$
Redes	-----	-----	30\$	-----	-----	-----	-----	30\$
Sabão	-----	-----	660\$	-----	-----	-----	-----	660\$
Sal	-----	-----	3\$	-----	-----	-----	-----	3\$
Total	-----	-----	1:145\$	-----	814\$	-----	411\$	2:370\$

FONTE:PROVÍNCIA. Relatório dos Presidentes de Província da Bahia para os anos de 1821, 1862, 1863, 1864 e 1865

Nos cabe avaliar se esse declínio das exportações para o exterior significa um declínio também da participação dos manufaturados do Maranhão no mercado interno. Para isso buscamos analisar as exportações de suas mercadorias fabris para outras províncias do Império.

TABELA 8: Manufaturados do Maranhão exportados para outras províncias

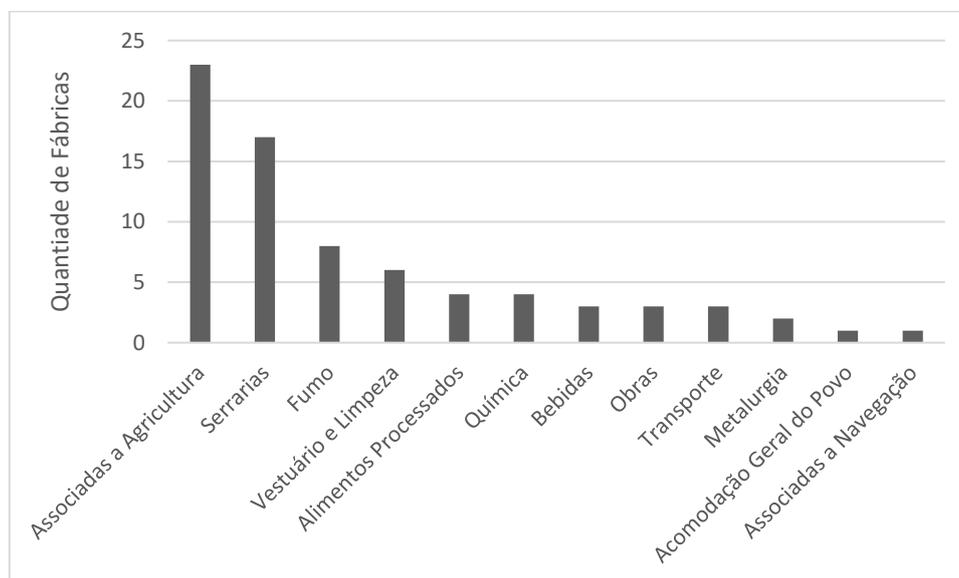
Produto	1861-1862		1862-1863		1863-1864		Total
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Calçado	-----	1:624\$	-----	-----	-----	-----	1:624\$
Chapéu de Palha	-----	1:400\$	-----	1:832\$	-----	-----	3:232\$
Carroças	-----	-----	-----	-----	-----	80\$	80\$
-							
Chocolate	-----	-----	-----	1:130\$	-----	1:045\$	2:175\$
Charutos	-----	284\$	-----	1:151\$	-----	4:992\$	6:427\$
Cigarro	-----	-----	-----	-----	-----	200\$	200\$
Fogos de Artifício	-----	1:613\$	-----	1:321\$	-----	435\$	3:369\$
Licor	-----	1:761\$	-----	994\$	-----	216\$	2:971\$
Mobílias	-----	1:616\$	-----	717\$	-----	840\$	3:173\$
Obras de Caldeireiro	-----	11:481\$	-----	5:848\$	-----	13:208\$	30:537\$
Rapé	-----	1:797\$	-----	-----	-----	311\$	2:108\$
Redes	-----	3:478\$	-----	8:716\$	-----	1:595\$	13:789\$
Sabão	-----	11:383\$	-----	3:191\$	-----	6:201\$	20:775\$
Sal	-----	-----	-----	4:600\$	-----	-----	4:600\$
Velas	-----	39\$	-----	921\$	-----	888\$	1:848\$

Total	3:476\$	28:383\$	30:011\$	94:870\$
--------------	---------	----------	----------	----------

FONTE: PROVÍNCIA. Relatório dos Presidentes de Província da Bahia para os anos de 1821, 1862, 1863, 1864 e 1865

As exportações para outras províncias do Império, que tendem a ser maiores do que para países estrangeiros, se demonstrou menor em seu total no triênio 1861-1864 do que no recorte anterior. Essa queda no nível das exportações das manufaturas do Maranhão na década de 1860-1870 pode se dar por uma perda de competitividade de seus produtos mais do que necessariamente declínio da atividade fabril. Levantando os dados do Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão para o ano de 1868 foi possível identificar uma pequena diminuição no número total de estabelecimentos fabris.

GRÁFICO 8: Quantidade de fábricas por setor no Maranhão em 1868



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1868. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829188&pagfis=1>.

Comparando os anos de 1859 e 1868 é possível observar que há uma queda de 83 fábricas para 70 fábricas. Esse valor é puxado principalmente pelas serrarias que caem de 27 para 17 estabelecidas. Ou seja, no restante nós temos uma estagnação. Além disso, surgem no Almanack um maior número de fábricas associadas a agricultura. Isso ocorre pela presença mais significativa das fábricas e refinarias de açúcar e das novas fábricas de prensar algodão.

Outra tendência que encontramos no Maranhão foi a utilização de escravizados nos empreendimentos modernos das fábricas da região. Isso fica claro no pedido de provisão feito por Guilherme Wellstud, um súdito britânico que se instalou no Brasil em razão da abertura dos portos e comprou terrenos no Maranhão. Em 1826 ele envia para a Junta de Comércio um pedido de isenção do pagamento dos dízimos por um período de 10 anos e isenção na exportação de sua mercadoria. Localizado seu estabelecimento as margens do rio Pindaré, no Maranhão, o inglês investiu em uma lavoura de Cana-de-açúcar e importou, diretamente de Liverpool, máquinas a vapor para montar uma fábrica de Açúcar de sua propriedade. Para isso, trouxe operários ingleses para operar a fábrica de açúcar. Porém, alguns desses operários faleceram enquanto outros desejaram voltar para o seu país, de maneira que Guilherme teve que custear as viagens de retorno. “Restou-lhe”, comprar noventa escravos para que pudesse “custear a lavoura” e “suprir” a ausência dos operários ingleses. Diante dessa “monstruosa despesa” é que o suplicante procura a proteção do Estado²⁴².

Ao lado do Maranhão, a província do Pará surpreendeu por sua atividade fabril no período. Em meados do século XIX em meio ao processo de construção e consolidação do Estado Nacional brasileiro era difícil para os administradores imperiais (ministros e

²⁴²ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 426, Pacote 1

presidentes provinciais) recolher informações dos Municípios, fossem quais fossem, mas especialmente sobre o estado da indústria fabril. Porém, no relatório de presidente de província para o ano de 1862 o Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque consegue organizar dados importantes sobre a indústria fabril na província. De acordo com o relatório existiria na cidade de Belém ao todo 1.273 estabelecimentos industriais, sendo desses, 1.165 estabelecimentos de fabricar farinha. Os números parecem inflados quando comparados com outras regiões com atividades econômicas mais dinâmicas, porém vale ressaltar as principais fábricas destacadas por Araújo Brusque: ao todo 7 fábricas de açúcar; 10 fábricas de serrar; 8 fábricas de descascar arroz; 15 olarias de tijolos, 9 fábricas de cal; 6 fábricas de louça e 4 fábricas de sabão. As fábricas de sabão no Pará por sua vez apresentavam algumas especificidades como ter como produto base o Cacau. Isso aconteceu em outras provinciais, como em Pernambuco e no Maranhão em que a matéria-prima para as fábricas de vela era a Carnaúba. Ou seja, formas de produção regionais.²⁴³

O relatório de Araújo Brusque consegue ainda estimar como estaria o quadro geral das atividades fabris em outros municípios além de Belém. Encontrou fábricas em Vigia, Cintra, Cametá, Souré, Mauaná e Macapá²⁴⁴. Nessas fábricas no restante da província segue-se a lógica já observado na Bahia e no Maranhão: presença demasiada de um tipo específico de estabelecimento fabril, nesse caso principalmente fábricas de tijolos e cal. É importante destacar que os dados advindos dos relatórios de presidentes de província sobre a quantidade de fábricas costumam trazer dados maiores do que os almanacks. Por exemplo, Macapá possui 60 fábricas de sabão. Por isso devemos considerar que há uma

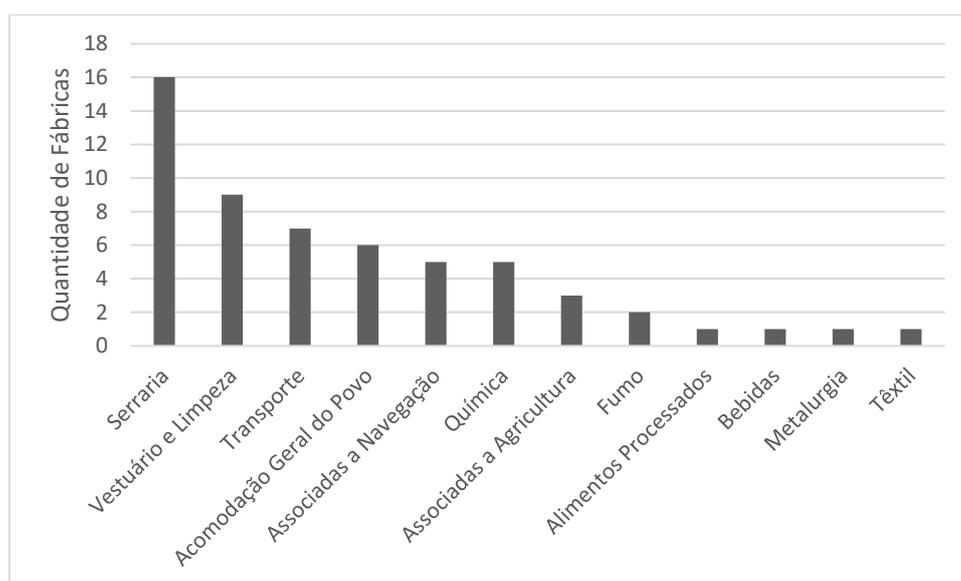
²⁴³ PROVÍNCIA. Relatório apresentado a assembleia legislativa da Província do Pará pelo exímio senhor Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque em primeiro de setembro de 1862.

²⁴⁴ PROVÍNCIA. Relatório apresentado a assembleia legislativa da Província do Pará pelo exímio senhor Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque em primeiro de setembro de 1862.

tendência dos presidentes de província e das câmaras municipais inflarem determinados números que mostrem os melhoramentos da região.

No almanack encontrado para o ano de 1869 na província do Pará confirma essa atividade industrial relatada por Araújo Brusques, embora não nessa quantidade de 1.275 fábricas. Considerando que no dito almanack não foi relatado a presença das fábricas de farinha o número parece ainda mais distante do total expostos no relatório: 57 fábricas. Dessas, era possível encontrar os mesmos tipos de estabelecimentos fabris que em outras províncias.

GRÁFICO 9: Quantidade de fábricas por setor encontradas no Pará em 1869



FONTE: ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano bissexto de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705985&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=1>.

As 17 fábricas de serrar se demonstraram ser as de maior quantidade na província, seguidas pelo setor de Vestuário e Limpeza, especialmente com a presença de seis fábricas de chapéus, sendo 5 de chapéus de seda. Além dessas, fábricas de tecidos, fogos

de artifício, de descascar arroz, de charutos, chocolates e estaleiros também foram encontrados.

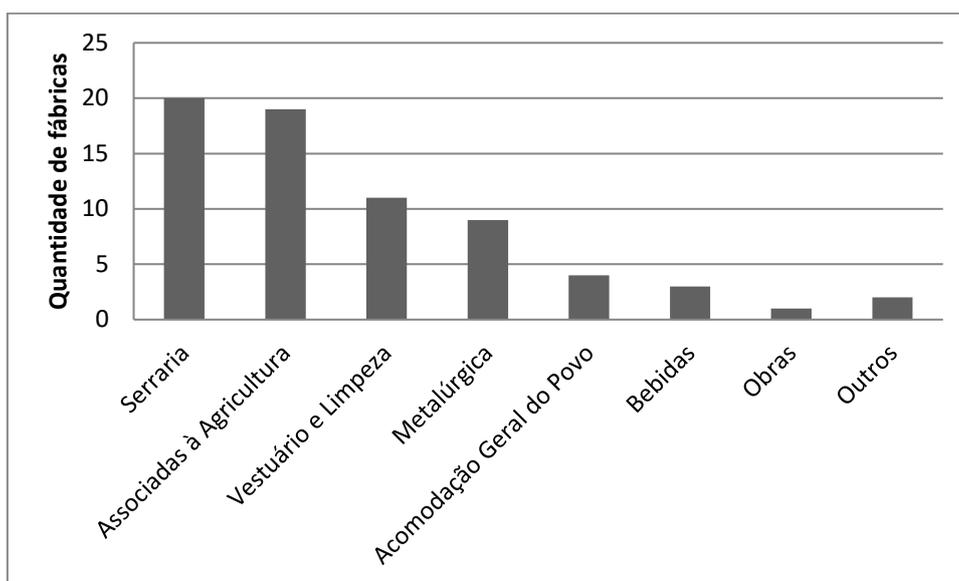
Pernambuco e Ceará

Em Pernambuco, se repetiu o que foi encontrado nas outras províncias, especialmente na Bahia, Maranhão e Minas Gerais. O mesmo argumento relativo à escravidão se repete. Dessa vez, no pedido de provisão de Manoel Luis da Veiga para sua fábrica de Cordoaria em Pernambuco. Luis da Veiga já havia conseguido uma provisão da Junta do Comércio anteriormente, e agora entrava com novo pedido para poder aperfeiçoar sua fábrica. Segundo ele, a fábrica já estaria muito bem montada pelo seu “esforço e despesa” tendo terreno próprio, casa de trabalho, engenhos, máquinas, praças de fiação e escravos. Mas para aperfeiçoar ainda mais seu empreendimento seria necessária para o fabricante a construção de um depósito de matérias-primas, a construção de uma cobertura para a praça de fiação e, o mais importante, a necessidade de ter mais de 20 a 25 escravos.

Pernambuco, onde estava localizada a fábrica de Manoel Luis da Veiga, foi outra região econômica que desenvolveu a Indústria Fabril no século XIX. A configuração das atividades industriais nesta província seguiu as tendências já observadas nas outras regiões: empreendimentos relacionados a importantes produtos agrícolas locais, importância de fábricas do setor de Vestuário e Limpeza, e também a presença de fábricas

que forneciam produtos especializados para os demais ramos econômicos, como as fábricas de serrar, e as fábricas de marcenarias.²⁴⁵

GRÁFICO 10: Quantidade de fábricas por setor em Pernambuco em 1860



FONTE:ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da província de Pernambuco para o ano de 1860. Typographia de M. F. de Faria. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706345&pagfis=1>. (Elaborado pelo autor).

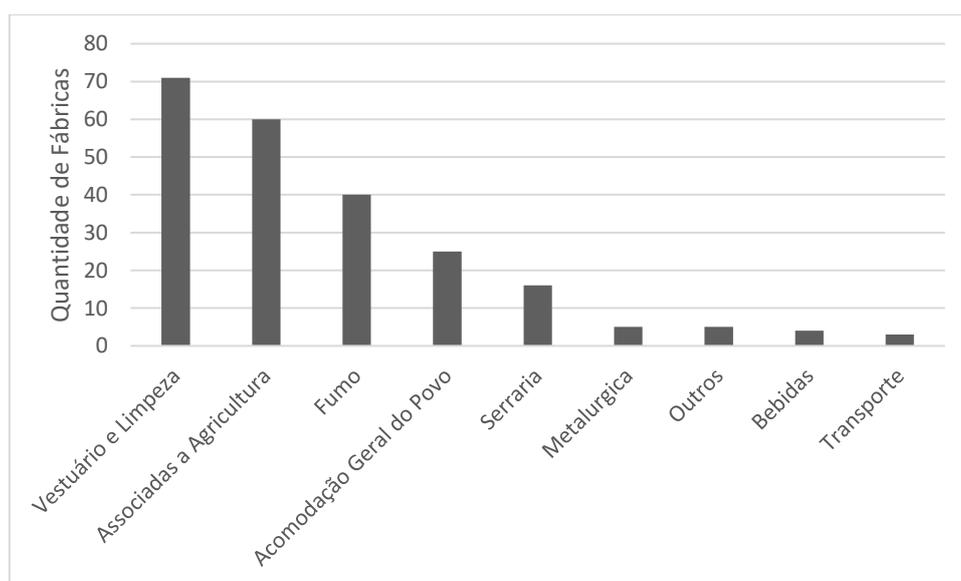
Ao todo são 19 refinarias de açúcar encontradas apenas em Recife, sendo, portanto, um dos empreendimentos predominantes na cidade. O outro eram as cerca de 20 fábricas de serraria, algumas movidas pelo motor a vapor. Além dessas, Recife contava com outras fábricas já vistas no Maranhão e na Bahia: fundições, fábricas de velas, fábricas de sabão, fábricas de chapéus, fábricas de licor, de pianos e de asfalto. Os dados do Almanak para Pernambuco não permitiram contabilizar os estabelecimentos fabris do interior da província. Temos que dar atenção também as fábricas de Cera da Carnaúba

²⁴⁵ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 423, Pacote 3

que foram contabilizadas no setor de Vestuário e Limpeza uma vez que essa cera era matéria-prima das fábricas de Velas do Recife.²⁴⁶

Podemos considerar que a atividade fabril se desenvolveu bastante em Pernambuco no decorrer da década de 1860. Além do crescimento do número de fábricas já encontradas também identificamos outras como as fábricas de baú, cerveja, gelo e violões. Mas gostaríamos de destacar o crescimento do setor de fábricas associadas a agricultura, principalmente pelo número de estabelecimentos voltados para prensar o algodão.

GRÁFICO 11: Quantidade de Fábricas por setor em Pernambuco em 1970



FONTE: ALMANCK Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da província de Pernambuco para o ano de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706060&pasta=ano%201870&pesq=&pagfis=1>

²⁴⁶ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da província de Pernambuco para o ano de 1860. Typographia de M. F. de Faria. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706345&pagfis=1>

Como observamos anteriormente, os números para o setor de Vestuário e Limpeza e fumo para o ano de 1870 podem estar inflacionados uma vez que o almanack não distingue as fábricas de sabão, charutos, chapéus e etc das lojas desses produtos. Podendo ser fábricas que possuem lojas, o que era muito comum, ou dois estabelecimentos distintos. Mas o que podemos perceber com clareza, considerando essa possibilidade de números inflados para Vestuário e Limpeza é a consolidação do predomínio das fábricas associadas a agricultura na província.

Já no Ceará, concordamos com as palavras do presidente de província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello: “a indústria manufatureira da província está por assim dizer em sua infância. Fabricam-se imperfeitamente os artigos mais indispensáveis aos usos da vida e exportam-se, em pequena quantidade, calçado, vela de carnaúba, redes...”.²⁴⁷ A indústria no Ceará ainda era muito limitada em seu desenvolvimento, porém é possível encontrar alguns ramos industriais que eram constantes nas demais províncias, especialmente as fábricas do setor de Vestuário e Limpeza: sabão, chapéus e velas. Quanto as exportações citadas se referem em grande parte as destinadas ao Piauí, quase que exclusivamente. Devido ao estado de “infância” de sua indústria fabril possuía pouca dinamicidade e competitividade no mercado interprovincial frente a outras regiões como o Pará, Maranhão e Pernambuco. Porém, o aspecto que consideramos fundamental para explicar isso é a baixa intensidade da escravidão na região quando comparado com aqueles outros locais. A indústria até 1870 tem relação íntima com as configurações da economia escravista

²⁴⁷ ROVÍNCIA. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa provincial do Ceará pelo excelentíssimo senhor Doutor Lafayette Rodrigues Pereira. 1 de Outubro de 1864.

Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul

O caso de São Paulo e Minas Gerais dentro da história da indústria talvez sejam os mais emblemáticos. No caso paulista, muito devido ao mito do pioneirismo da “locomotiva do Brasil” no campo industrial e da utilização de mão de obra branca e imigrante. Já o segundo caso, o de Minas Gerais, ocorre pela famosa “especificidade mineira” que data desde o século XVIII uma produção artesã/industrial nada desprezível. Porém, com a documentação que estamos lidando os dois aspectos não se confirmam: nem a proeminência das duas provinciais na carreira industrial e nem que o trabalho fabril existente era majoritariamente branco. Pelo contrário, não seria errôneo afirmar que Bahia, Maranhão, Pernambuco e até certo ponto o Pará, possuíam atividades fabris mais dinâmicas. Podemos considerar isso, uma vez que, além da pouca disponibilidade de Almanacks para essas duas províncias, o que impediu o levantamento quantitativo de estabelecimentos fabris para o período, nos relatórios dos presidentes de províncias também temos poucas menções a possíveis atividades industriais nessas regiões. Apenas o relatório para a província de São Paulo de 1870 cita a fábrica de tecidos São Luís, na municipalidade de Itu e o relatório para a província de Minas Gerais de 1864 que cita a fábrica de Tecidos Cana do Reino. Porém, isso não significa que não existam fábricas nessas províncias. Pelo contrário, se observarmos o que trabalhamos até aqui veremos que a primeira provisão de fábrica concedida para fora do território fluminense foi para uma fábrica em Santos. Ou seja, há fábricas em São Paulo e há fábricas em Minas Gerais, o fato de através da documentação que utilizamos não conseguirmos localizá-las só comprovam o nosso argumento anterior: é errôneo pensar São Paulo como sendo pioneiro da indústria no Brasil e é necessário pensar Minas Gerais através das suas especificidades econômicas.

Mesmo assim, a partir dos dados disponíveis na documentação da Junta de Comércio, mais uma vez, o trabalho escravizado assumia papel central nos empreendimentos da indústria fabril que serão aqui analisadas. Esse fenômeno não se restringe somente ao Maranhão, mas também em outras províncias. Não apenas no fato da relação da fábrica com a escravidão, mas também a organização da unidade produtiva. A unidade produtiva que possuía uma lavoura agrícola e uma fábrica para transformação daquele produto primário era chamada no seu todo de Fazenda Manufaturada. O proprietário Guilherme Wellstud, como vimos, possuía uma fábrica de açúcar movida a vapor e uma lavoura de Cana-de-Açúcar no mesmo estabelecimento. Igualmente ocorria com Antonio Maria Quartin, que desde 1808 era proprietário de uma fábrica de tecidos na cidade de São Paulo e de uma lavoura algodoeira, no seu conjunto era dono de uma Fazenda Manufaturada. A atividade da indústria fabril, portanto, não se limitava aos empreendimentos urbanos.

IMAGEM 8: Mapa da Fazenda Manufaturada de Antonio Maria Quartin em São Paulo

*Mapa das Fazendas Manufacturadas
na Fábrica do Tenente Coronel Antonio Maria Quartin na Cidade de São Paulo*

	N.º do Fio	Valor do fio por vara	Por Covado					Covado
			Varas do fio	Valor do fio	Quantidade de fio em 100 libras	Valor do volume	Quantidade de fio	
1.ª Fios de São João	N.º 400	3/4 onças	162 1/2	16	70	10	2.ª	
2.ª Fios com listras de setina	N.º 400	3 onças	150	15	90	10	2.ª	
3.ª Cotas de setina cada hum	N.º 400	2 1/2 onças	125	12	90	10	2.ª	
4.ª Fios lavrados com listras de setina	N.º 400	3 onças	200	20	90	10	2.ª	
5.ª Fios de listras de setina atravessadas	N.º 400	3 onças	200	20	90	10	2.ª	
6.ª Fios de listras ao comprimento	N.º 400	3 onças	200	20	90	10	2.ª	
7.ª Fios de listras de setina ao comprimento	N.º 400	3 onças	120	12	60	10	2.ª	
8.ª Guardanapos	N.º 400	3 onças	90	9	60	10	2.ª	
9.ª Fios de listras lisas	N.º 400	2 3/4 onças	82 1/2	8	60	10	2.ª	
10.ª Fios com listras e de setina	N.º 400	3 onças	90	9	60	10	2.ª	
11.ª Fios de listras	N.º 400	2 1/2 onças	75	7	60	10	2.ª	
12.ª Fios de listras miúdas	N.º 400	3 onças	90	9	60	10	2.ª	
13.ª Fios de setina	N.º 400	3 onças	90	9	60	10	2.ª	
14.ª Fios de São João	N.º 400	3 onças	90	9	60	10	2.ª	

FONTE: ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 423, Pacote 3

Antonio Maria era também Tenente Coronel na cidade de São Paulo. Parte do seu processo de pedido de provisão na Junta de Comércio foi abordada no capítulo anterior, mas ainda pretendemos retratar alguns detalhes; especialmente em relação à tecnologia aplicada em sua fábrica, que produzia tecidos a partir de maquinismos como tear (12 no total), um engenho de cortar e um engenho de fiar de quarenta e quatro fusos; Quartin, afirmava que sua fazenda manufacturada funcionava de acordo com o que era empregado na indústria inglesa. E em sua súplica, pede a quantia de dez contos de réis para poder comprar escravizados tecelões para a sua fábrica²⁴⁸.

Em Minas Gerais o papel da escravidão nos estabelecimentos industriais não parecer ter sido diferente. Antonio Veloso Xavier, proprietário de uma fábrica de Louças finas localizada na Comarca de Rio das Mortes em Minas Gerais e que conseguiu ter seu

²⁴⁸ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 423, Pacote 3.

pedido de provisão deferido em 23 de Março de 1811. Veloso Xavier havia contratado um mestre manufactureiro de Lisboa para sua fábrica, porém esse acabou falecendo. Mesmo assim, segundo o suplicante, a fábrica seguia se aperfeiçoando, uma vez que além de mestres oleiros, também possuía uma “escravatura” para todos os serviços na mesma. O pedido de Veloso Xavier diz respeito da isenção alfandegária sobre a importação de chumbo e estanho, matérias-primas de sua fábrica²⁴⁹.

Tendo visto a presença de atividades industriais na Bahia, Maranhão, Pará, São Paulo e Minas Gerais, o extremo sul do país não seria de se duvidar que também tivesse desenvolvido estabelecimentos fabris. Mesmo não encontrando essas informações por meio dos Almanques, o relatório do presidente de Província para o ano de 1849 contém dados valiosos. É no relatório de Francisco José de Souza Soares de Andréa, que encontramos um quadro de todos os estabelecimentos fabris da Província. Dessa maneira, por se tratar de um documento oficial do Estado e apresentado para a Assembléia Legislativa local, ele é completamente diferente na maneira de exposição das informações do que os Almanques mercantis. Dados como o nome dos proprietários das fábricas, ou as ruas que funcionavam as fábricas não são informados. A partir de cada cidade da Província o Relatório informa o número de fábricas existentes de cada ramo industrial. Por exemplo, em São Leopoldo havia 31 fábricas de Couro; ou em Pelotas existiam 28 fábricas de tijolo e etc. Sendo assim, pegamos esses números totais de cada cidade, separamos por setor industrial e somamos para conseguirmos obter o panorama da Província.

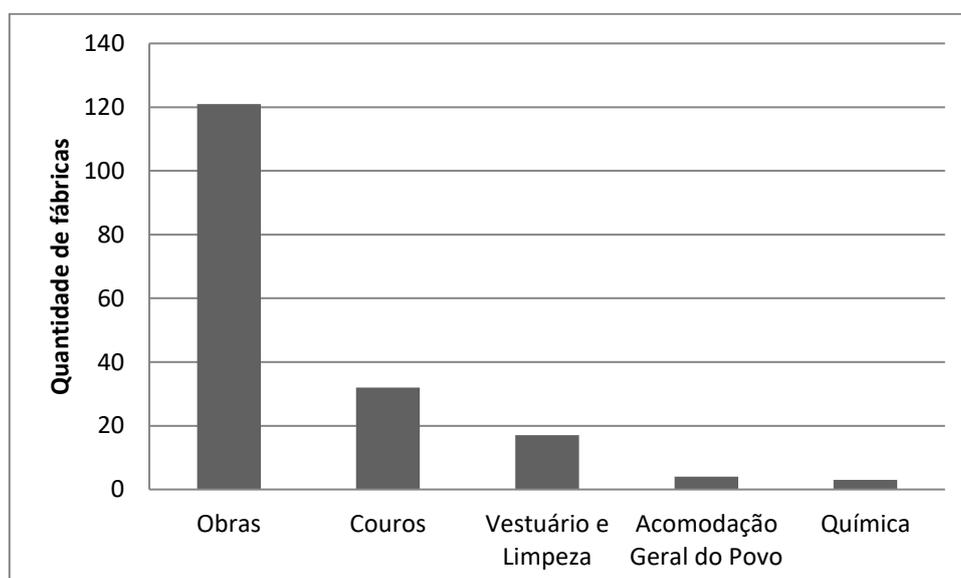
O leitor e a leitora vão perceber que os dados contidos dessa forma no relatório expressam um número muito maior de fábricas do que quando comparadas com as outras províncias. Pensamos que isso não signifique que o Rio Grande do Sul seja um maior

²⁴⁹ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

produtor industrial do que as outras, mas que provavelmente as listas de fábricas contidas nos Almanacks mercantis não representam toda a realidade fabril. Além disso, no caso específico do Rio Grande do Sul foram encontradas muitas fábricas de Couro, de maneira que resolvemos agrupá-las em um setor próprio.

Ao todo, foram encontradas 177 fábricas, divididas da seguinte maneira: Em São Leopoldo encontramos 58 fábricas; em Pelotas um total de 43 fábricas; Já em Triunfo foram 27 estabelecimentos fabris. A partir dessas três o número começa a ser menor. Em Porto Alegre foram 12 fábricas; 9 no Rio Grande e em Caçapava; 8 em São Gabriel; 6 em São José do Norte e 5 em Rio Pardo.²⁵⁰

GRÁFICO 12: Quantidade de fábricas por setor no Rio Grande do Sul em 1849



FONTE:PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andrea. 01 de Junho de 1849. (Elaborado pelo Autor)

²⁵⁰PROVÍNCIA. Relatório recitado na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andrea. 01 de Junho de 1849

Já na década de 1860 os relatórios, embora mais detalhados, não esboçam grandes informações sobre essas fábricas. Apenas no relatório do presidente da Província do Rio Grande do Sul Dr. Antonio da Costa Pinto Silva para o ano de 1868 é que foi possível localizar a exportação de algumas mercadorias manufaturadas, embora ainda em pequenas quantidades. Foram ao todo 28 barricas de cerveja; 161.900 unidades de cigarros além de 145.000 unidades de charutos. Soma-se a esses os 2.000 alqueires de Cal e os 10.383 pares de tamancos. Mas o destaque fica realmente com o setor de obras, foram exportadas 1 milhão e 350 mil e 500 unidades de telha e 45.000 mil tijolos²⁵¹.

Indústria Escravista no Brasil

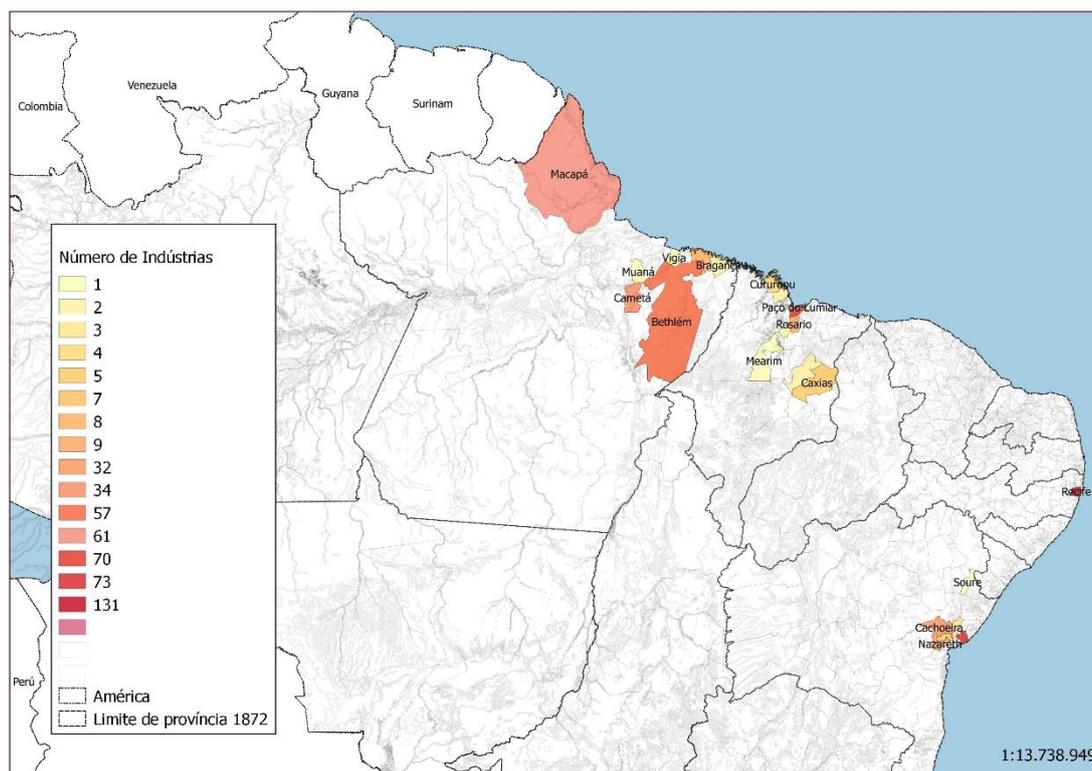
Esses dados nos permitem compreender algumas características fundamentais da indústria fabril no Brasil. O predomínio das fábricas Associadas à agricultura e das fábricas de Vestuário e Limpeza nos espaços observados é uma dessas características. Além disso, a concentração de um ramo da indústria fabril no interior das Províncias como é o caso das fábricas de charuto no interior da Bahia e as olarias e fábricas de cal no interior do Maranhão, é outra característica marcante. Outra tendência geral é que as especificidades regionais se associam às culturas econômicas e produtivas locais, como por exemplo: apenas no Maranhão e Pará havia fábricas de descascar arroz, sendo o Maranhão um grande produtor de arroz; ou, como se vê também, apenas na Bahia havia

²⁵¹ Província. Relatório com que o Exímio Senhor Doutor Francisco Marcondes Homem de Melo passou a administração dessa província ao excelentíssimo senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha. 13 de Abril de 1868.

fábricas de azeite de mamona; somente no Rio Grande do Sul foi possível encontrar tão grande quantidade de fábricas de couro e etc.

O que pretendemos demonstrar no decorrer desse texto é de que a indústria fabril não foi um fenômeno concentrado apenas no Centro-Sul do Brasil. Havia um número considerável de fábricas nas principais províncias do Norte do Império e também estabelecimentos nada desprezíveis no sul do país. Para visualizarmos isso, utilizamos as ferramentas do Georreferenciamento para localizarmos essas fábricas no espaço. Foi utilizado para isso o mapa do censo nacional de 1972. Apesar de serem um pouco fora do nosso recorte todos os municípios puderam ser localizados. Consideramos, portanto todas as fábricas encontradas, mas não de maneira cumulativa. Por exemplo, as fábricas encontradas em Salvador em 1858 não foram computadas, apenas as que apareceram no último ano do levantamento de dados e assim por diante. Caso alguma cidade tenha aparecido no levantamento de 1858 e não aparecido no último levantamento, computou-se aquele. Ou seja, todas as fábricas no período estudado e de caráter não acumulativo.

MAPA 2: Todas as fábricas encontradas no Norte do Brasil (1845-1870)



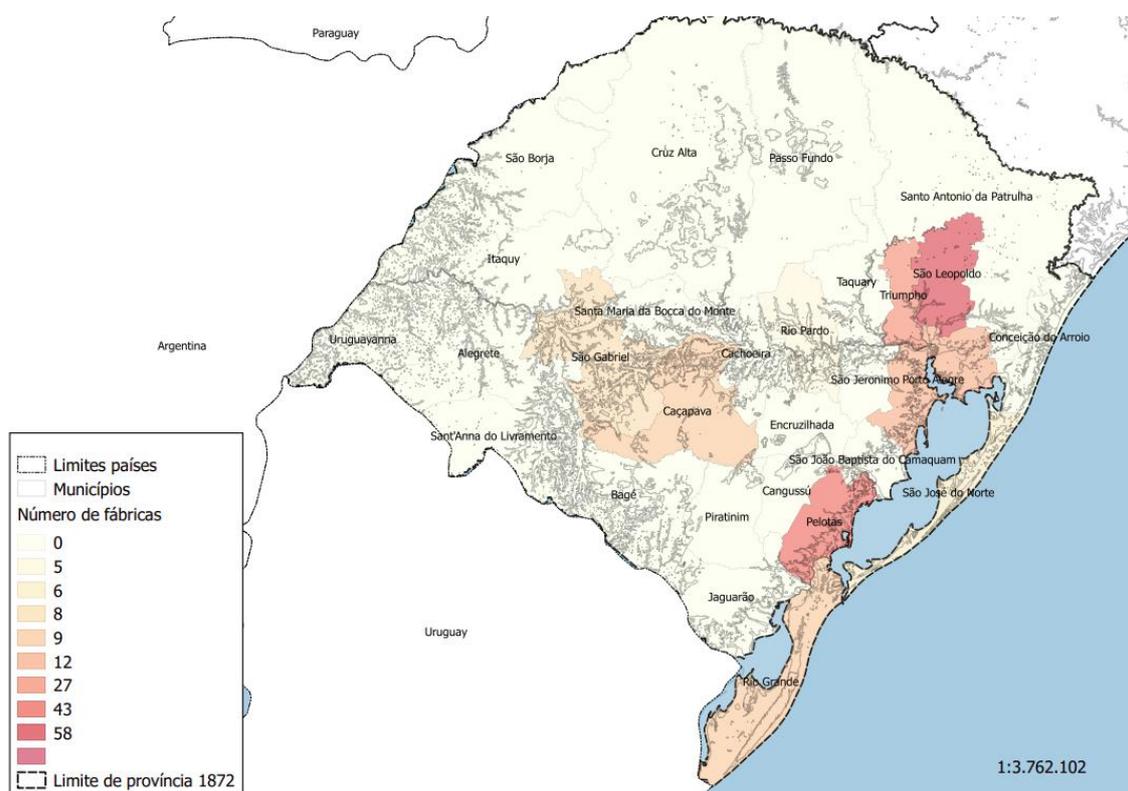
FONTE: Mapa elaborado a partir dos dados encontrados nos Almanacks e relatórios de províncias e processados no Software Qgis.

O primeiro ponto que chamo atenção é para a configuração da intensidade fabril na província do Pará. Como discutido anteriormente os dados oriundos dos relatórios dos presidentes de província sempre apontam para um número maior de fábricas do que o que encontramos nos almanaques. O mesmo ocorrerá quando observarmos as fábricas no Rio Grande do Sul que são dados advindos dos relatórios. Muito disso ocorre não apenas pela capilaridade estatal e força em produzir dados, mas também pelo fato de os presidentes das províncias tenderem a apresentar o melhor quadro possível para as assembleias legislativas, inflando um pouco os números totais.

Fato é que fica nítido a concentração industrial nos maiores centros urbanos: Salvador, Recife, São Luís e Belém. No caso da Bahia há uma considerável concentração

fabril no entorno da baía de todos os santos na região do recôncavo baiano. A cidade com maior número de fábricas é Recife em Pernambuco, muito puxada pelas refinarias de açúcar. No Rio Grande do Sul o fenômeno será parecido, concentração fabril nos principais centros urbanos e geralmente próximos ao litoral.

MAPA 3: Todas as fábricas encontradas no Sul do Brasil (1849)



FONTE: Dados obtidos através do relatório de presidente de província e processados através do Software Qgis.

Para compreender de maneira mais ampla a expansão dessa indústria no Brasil, os conceitos explicativos utilizados pela historiografia econômica brasileira até então apresentavam deficiências. Por isso, buscamos não trabalhar nem com a ideia de uma “Pré-Indústria” e nem com a ideia de uma “Proto-indústria” e sim entender quais os principais setores e fábricas do período diante de um processo maior de diversificação de

capitais em outras atividades e de uma modernização econômica que também em uma de suas faces se desdobrou em indústrias.

O pressuposto teórico utilizado por Wilson Suzigan para estudar as origens da indústria no Brasil demonstra ser muito adequado para o período que estamos investigando. O panorama que construímos sobre a indústria fabril brasileira até 1870 torna nítido como o conceito de linkagens pode ser determinante para entender o desenvolvimento industrial Brasil²⁵². Exemplo são as fábricas associadas a produtos básicos de exportação, como as fábricas de descascar arroz no Maranhão, as fábricas de Açúcar e refinarias de açúcar, especialmente em Pernambuco; as poucas fábricas de tecidos do algodão.

Se observarmos bem a interpretação de Suzigan sobre as origens da indústria no Brasil, vamos perceber que os primeiros ramos fabris que ele menciona na década de 1860 e 1870, já estão presentes nessa primeira metade do século XIX que estamos estudando. Obviamente, a conjuntura econômica e política são bastantes diferentes, especialmente depois da Guerra Civil americana e da Guerra do Paraguai. Mesmo assim, em seu livro no terceiro capítulo, “Investimento Industrial induzido pela expansão da economia agrícola-exportadora” todos os setores industriais que ele menciona já estão presentes nos nossos dados para a primeira metade do século XIX: fábricas têxteis, fábricas de juta; fábricas de chapéus; fábricas de calçados; engenhos de moer trigo; refinarias de açúcar; fábricas de cerveja; fósforos e fundições²⁵³. Ou seja, o investimento nessas fábricas se inicia já na primeira metade do oitocentos em meio ao recrudescimento da escravidão.

²⁵²SUZIGAN, Wilson. Origens do desenvolvimento industrial brasileiro: principais interpretações e questões em aberto. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. 3.ed. São Paulo. HUCITEC. 2021. p.74-79.

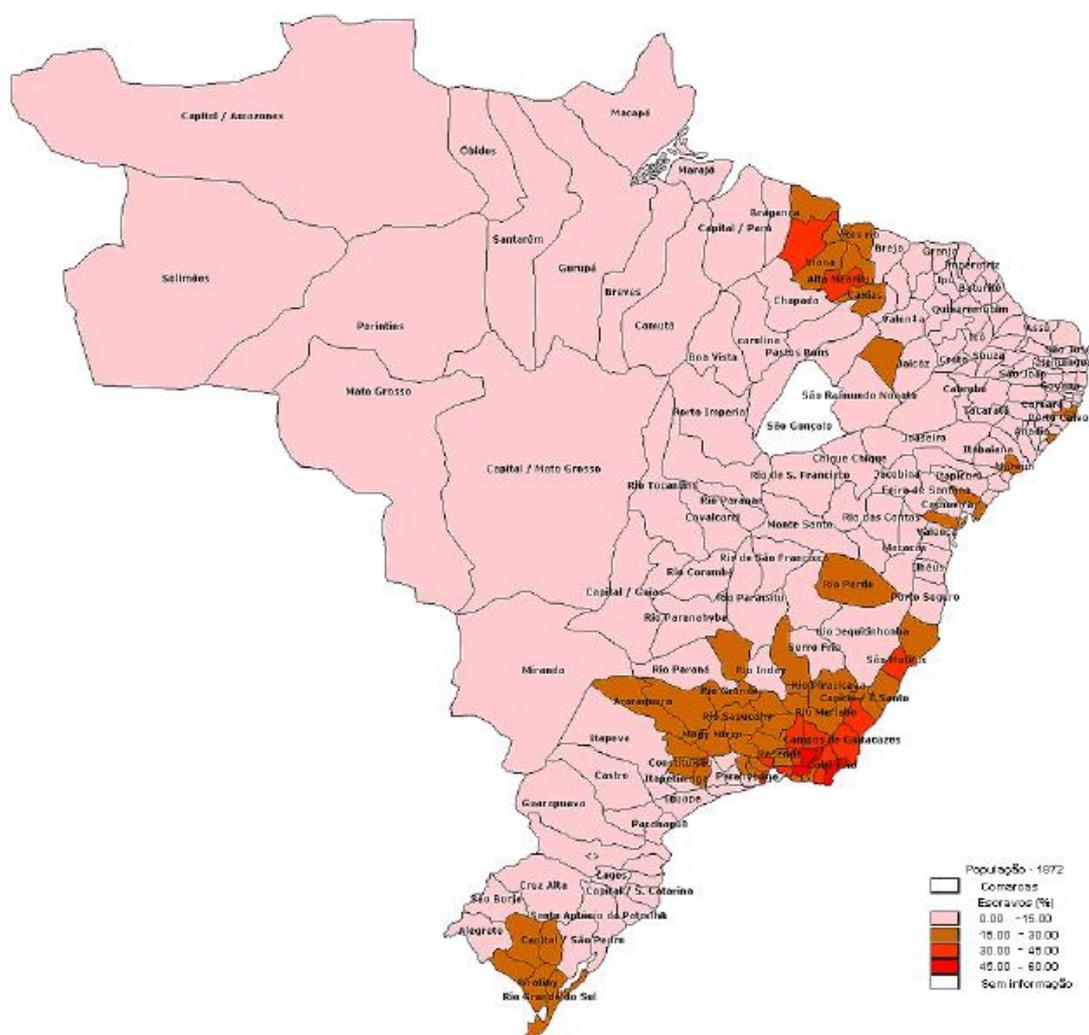
²⁵³SUZIGAN, Wilson. Investimento industrial induzido pela expansão da economia agrícola-exportadora. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. 3.ed. São Paulo. HUCITEC. 2021

Os linkagens nos permitem também compreender outra característica da economia nacional em construção diante das alterações sistêmicas da economia capitalista no século XIX. A formação de um mercado nacional integrado, como vê Polanyi, aqui ocorre via Região. Ou seja, não é a integração do mercado nacional, mas a integração de mercados regionais o que se apresenta e nos leva a observar como as mercadorias manufaturas permite transparecer esse processo, que seja: Para Polanyi antes da ‘grande transformação’ havia dois mercados: o mercado local e o mercado de longa distância, será a integração desses dois mercados o que forma o mercado nacional e permite com que terra, trabalho e dinheiro se transformem em mercadoria. O que estamos assistindo é a integração do mercado local com o mercado de longa distância em escala regional.

Grande parte das fábricas no período estudado necessitava de insumos e matérias-primas importadas, demonstrando assim a ligação com o mercado de longa distância. As fábricas de tecidos de algodão importavam pó branqueador e soda cáustica; as fábricas de chapéus importavam feltro; as fábricas de cerveja importavam lúpulo e malte; as fábricas de sabão e velas importavam soda cáustica e estearina; as fábricas de fundição importavam aço, ferro, ferro gusa... ou seja, essas fábricas possuíam uma relação vital com os mercados de longa distância. Como nós vimos, elas também eram responsáveis por exportações de manufaturados. Ao mesmo tempo dependiam da produção regional: as fábricas de tecidos de algodão necessitavam de algodão; as fábricas de rapé, cigarros e charutos necessitavam de tabaco; as fábricas de velas e sabão necessitavam de cera de abelha, de animal ou de carnaúba; ao mesmo tempo, como vimos, a maior parte da produção dessas fábricas vai para o consumo regional, local, e ainda, ao mesmo tempo elas vendem suas mercadorias para outras províncias. A dinâmica fabril é um agente da integração dos mercados regionais no Brasil em meio a consolidação da economia escravista.

Esse recrudescimento da escravidão e seu papel no surgimento dessas fábricas ficam nítidos também espacialmente. Se observarmos os dados do censo de 1872 a concentração fabril se estende pelas regiões com maior concentração de escravizados. Apesar de após o fim do tráfico de escravizados em 1850 haver um aumento do tráfico interprovincial e por isso uma diminuição da concentração de escravizados nas províncias no Norte, isso comprova ainda mais nossa hipótese uma vez que antes da intensificação do tráfico interprovincial havia maior concentração ainda de escravizados.

Mapa 4: Concentração Escrava segundo o recenseamento de 1872



FONTE: Mapa retirado de artigo da professora Rita Almico e professor Luiz Fernando Saraiva. ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da modernização capitalista. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª

Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/34%20Raizes%20escravas%20da%20modernizacao%20capitalista%20no%20Brasil.pdf>.

Como dissemos, por se tratar dos dados do pós-1850 e em um período posterior ao nosso recorte ele pode ter sofrido alterações para baixo nos dados da concentração escrava. Ainda assim, vale ressaltar que as regiões com maior concentração de escravizados e, portanto, maior quantidade de negócios envolvendo a economia escravista foram também as regiões com significativo desenvolvimento fabril.

Desde 1808 o Brasil buscou se inserir na carreira industrial. A Revolução Industrial reorganizou a produção e comércio na Inglaterra, mas também criou uma atmosfera de propagação da necessidade de progresso, essencialmente o industrial. Longe de ser um país atrasado industrialmente, o Brasil encontrou as origens de sua indústria logo na primeira metade do século XIX e a desenvolveu dentro das características que vimos nesse capítulo. O escravismo em meio ao seu processo de dinamização econômica produziu uma via particular para inserção no mundo industrial. Por isso, defendemos que esse período deva ser incluído nas “fases” da história da indústria e da industrialização do Brasil. Que fase seria essa? Como vamos ver no capítulo seguinte por meio da observação do caso das fábricas do Rio de Janeiro, a fase escravista da indústria no Brasil.

A Grande Oficina do Brasil: a Indústria Escravista no Rio de Janeiro

“O europeu que chegasse ao Rio de Janeiro em 1816, mal poderia acreditar, diante do número considerável de sapatarias, todas cheias de operários, que esse gênero de indústria se pudesse manter numa cidade em que os cinco sextos da população andam descalços.”²⁵⁴

Jean Baptist Debret, 1826

“Toda espécie de ofício era exercida por artesãos negros e aprendizes”²⁵⁵

Ewbank, 1856

O olhar do viajante é sempre carregado de alteridade. Observa como peculiar os aspectos muitas vezes comuns para o cotidiano da outra sociedade, por vezes rompe o pacto tácito de silêncio sobre determinados assuntos. Por isso, sempre foram fontes de pesquisa histórica do maior grau de relevância e muito utilizada por historiadores dos mais variados recortes temporais e temáticos. O francês Jean Baptist Debret, integrante da missão artística francesa, e o inglês radicado americano Thomaz Ewbank são exemplos dos relatos deixados por esses viajantes sobre o Rio de Janeiro do oitocentos. Ambos já

²⁵⁴ DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, 1940. Prancha 29

²⁵⁵ Citação de Ewbank pode ser encontrada em: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Considerações Finais. In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio Fes Editora. 1992. Pp. 179

são muito conhecidos pela historiografia e utilizados como fontes e como objetos históricos. Viagem Pitoresca de Debret é publicada em 1826, dez anos após o início da missão artística francesa. Vinte anos depois, em 1846, Ewbank aporta no Rio de Janeiro e somente em 1856 publica sua obra mais completa sobre essa viagem, embora artigos tenham sido publicados já no início da década de 1850.

Esses dois viajantes separados por uma média de cerca de 30 anos desde a chegada no Rio de Janeiro assinalam basicamente dois pontos muito relevantes: a presença proeminente de atividades mecânicas e a utilização generalizada de escravizados nas atividades industriais. Essa conformação entre atividades fabris e escravidão foi também capaz de produzir contradições, percebidas pelos dois viajantes. Apesar de grande quantidade de estabelecimentos industriais na cidade do Rio de Janeiro, a grande parte da população da cidade, formada majoritariamente por escravizados, era excluída do acesso ao consumo desses bens, ou poderia consumir apenas parte desses bens. Ao mesmo tempo, a indústria na escravidão adotou formas de organização do trabalho próprias através da apropriação do sistema de mestre-aprendiz. O que queremos destacar é que a cidade do Rio de Janeiro como vamos observar configurava-se como sendo a grande oficina do Brasil. E essa grande oficina em uma sociedade escravista tinha como principal característica a escravidão.

O Rio de Janeiro do Século XIX

A “hipertrofia comercial”, nas palavras de Eulália Lobo explicam em grande parte as transformações urbanas da cidade no século XIX²⁵⁶. Isso significava que a cidade ampliava sua função portuária e sua capacidade de centralização. As mudanças se aprofundam definitivamente com a chegada da Corte em 1808. A então capital da colônia transforma-se em metrópole interiorizada²⁵⁷. Esse movimento combinado com a abertura dos portos conduziu ao crescimento da “parceria” comercial com os britânicos em um período de império da ‘teoria das vantagens comparativas’. No decorrer do século a atividade e importância do porto e da cidade do Rio de Janeiro iria se expandir, principalmente por ser o lócus da exportação do café, produto que fora tomando a primazia das exportações nacionais e primazia dos arranjos políticos do nascente país.

Como vimos a industrialização da Inglaterra foi analisada por boa parte da historiografia especializada como o momento crucial de expansão do capitalismo. O crescimento industrial experimentado pela Grã-Bretanha no final do século XVIII e início do século XIX proliferou, com as devidas especificidades locais e nacionais, em outros espaços: Estados Unidos, Alemanha e França. As relações sociais nesses locais foram graduais e também violentamente migrando da economia rural para uma economia industrial. Indústrias, desenvolvimentos técnicos e tecnológicos, exploração de energia advinda do carvão, máquinas a vapor, ferrovias, crescimento populacional urbano foram expressões da expansão do Capital e da consolidação de uma Economia de Mercado²⁵⁸. Novas relações no mundo do trabalho, novas possibilidades de investimentos e a mercantilização de aspectos antes considerados tradicionais inauguraram as contradições e transformações do capitalismo.

²⁵⁶ LOBO, Eulália. Organização Econômica na etapa de formação do Estado Nacional. In: **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978

²⁵⁷ ODILA, Maria. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo. Alameda. 2005

²⁵⁸ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro. Campus. 2000.

Esse conjunto de destruição de estruturas antigas, novas roupagens na manutenção de aspectos tradicionais e inovações que se estendiam desde a vida privada até as formas de acumulação de riqueza não se limitaram ou foram impulsionadas apenas pelo setor fabril/manufatureiro. Aliás, para acelerar a circulação de mercadorias, produzidas em quantidades cada vez maiores, os portos e as cidades portuárias também atravessaram um profundo processo contraditório de transformação diante das demandas do Capital. Londres, Liverpool, Hamburgo, Cadiz, cidade do Porto estão dentre essas Cidades Portuárias que reconfiguraram desde suas formas de funcionamento operacional até as relações no seio de suas comunidades portuárias. A consolidação da economia capitalista de mercado e a expansão de suas relações sociais precisam, portanto, serem compreendidas a luz das transformações socioeconômicas das fábricas e seus centros urbanos. No caso da cidade do Rio de Janeiro, Emília Viotti observa que é uma herança colonial a organização do meio urbano a partir de seu porto²⁵⁹. E quando falamos sobre o Rio de Janeiro estamos falando sobre uma moeda com duas faces escravistas: a maior cidade negreira das Américas e o maior porto de desembarque negreiro das Américas.

Parte dessas transformações serão captadas por Maurício Abreu. O Rio de Janeiro colonial, segundo ele, era uma cidade apertada entre morros e que com a chegada da família real e as transformações vindouras se modificou racialmente, ampliando a estratificação social. A chegada da Corte gerou uma necessidade de bens materiais a serem consumidos na própria cidade do Rio de Janeiro que antes era inexistente. A urbanidade da cidade se restringiu durante certo tempo a cinco freguesias: Candelária, São José, Santana, Santa Rita e Sacramento. O maior volume de capital estrangeiro aportado no Brasil oriundo das formas de reprodução do capitalismo em expansão do

²⁵⁹ Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Urbanização no Brasil no Século XIX*. In: **Da Monarquia à República**. 6. ed. São Paulo. Unesp. 1999

século XIX somado com o crescimento e consolidação da nova escravidão produziu contradições que marcaram a organização econômica-social do Rio de Janeiro. Para Maurício Abreu, esse início da estratificação social urbana do Rio de Janeiro leva a organização das classes mais abastadas em regiões de expansão da cidade, como chácaras na Glória, Catete, Botafogo, enquanto em Santa Rita e Santana iam-se adensando um contingente populacional mais pobre e escravizados²⁶⁰. Não podemos deixar de ressaltar que a pequena África, o cais do valongo estavam nessa região e o porto se concentrava nela.

A cidade da Corte possuía um elevado percentual de população escrava em relação a população livre. Trabalhando com o censo de 1821, Luiz Carlos Soares, mostra que dos 86.323 habitantes do município do Rio de Janeiro 46,76% eram de escravizados, num total de 40.376 escravizados. Soares também aponta estimativas da chegada de 24.000 portugueses após a vinda da família real, foram os inúmeros estrangeiros que para cá vieram em seguida a abertura dos portos. A cidade se dilatou, a escravidão se dilatou e também os negócios se ampliaram. Essa dilatação pode ser observada no censo organizado por Haddock em 1849, onde da população total do Rio de Janeiro, 266.466 habitantes, contava com 78.855 escravizados e 10.732 libertos.²⁶¹

É essa gigantesca cidade, para os padrões do Brasil, que no período abordado irá atravessar um considerável processo de transformação: Casas bancárias, modificações no porto, novos serviços urbanos como canalização de rios e iluminação pública, serviços de bondes e principalmente fábricas irão marcar as características dessa modernização. Ao fim e ao cabo, trata-se da maior cidade escravista no período em um amplo processo de

²⁶⁰ ABREU, Maurício de. Da cidade colonial à Cidade Capitalista. In: **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3.ed. Rio de Janeiro. InplanRio. 1997.

²⁶¹ Sobre as modificações urbanas no período e os dados dos censos do Rio de Janeiro, ver: SOARES, Luiz Carlos O Rio de Janeiro do século XIX: Desenvolvimento urbano e populacional. In: **O povo de cam na capital do Brasil: escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro. 7letras. 2011.

expansão econômica, comercial, habitacional e também escravista, diversificando e complexificando cada dia mais seus negócios. É essa cidade escravista a que cria as condições para se tornar a grande oficina do Brasil.

Cidade Fabril

A história do porto do Rio de Janeiro é também a história do desenvolvimento urbano da mesma cidade. Inicialmente confinada em um “quadrilátero” cercada pelos morros do castelo, São Bento, Santo Antonio e Conceição já apresentava atividades portuárias nessa região. Em finais do século XVIII já foi possível identificar uma tendência que prosseguiria até o século XX. As atividades portuárias seguiriam se ampliando e se intensificando em uma região específica da cidade. Como destacado por Lamarão, por volta de 1769 e 1779 o mercado de escravos antes localizado na Rua Direita muda para o Vallongo²⁶². Retirava-se assim o comércio negreiro da área mais central da cidade. A posição do mercado de escravos no Vallogo teve o efeito de aumentar populacionalmente a região e indicava a tendência daquela localidade em abrigar as atividades portuárias com maior intensidade a partir de então.

E foi no século XIX que as principais transformações ocorreram no desenvolvimento do porto do Rio de Janeiro. Se considerarmos a liberação do comércio com outras nações, particularmente a Inglaterra que em 1810 passou a contar com tarifas alfandegárias privilegiadas para os seus produtos, houve um crescimento da necessidade das atividades portuárias. Segundo Lamarão “É fácil imaginar os transtornos decorrentes

²⁶² LAMARÃO, Sérgio Tadeu. **Dos Trapiches ao Porto**: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Segunda Edição. Rio de Janeiro. Departamento Geral de documentação e informação cultura. 2006.

da súbita chegada de 15 mil pessoas em um espaço urbano que não abrigava mais de 50 mil habitantes.”²⁶³ Podemos completar esse raciocínio se pensarmos os transtornos portuários causados pela expansão da demanda de consumo com a chegada da família real e com a ampliação da chegada de produtos importados, especialmente pela Grã-Bretanha em plena expansão industrial.

Ora, o caos urbano e o crescimento das atividades portuárias e a preponderância dos negociantes levaram ao governo joanino e posteriormente Imperial a tentativas de organização e racionalização do porto do Rio. Quando observadas as rendas de alfândega do porto do Rio de Janeiro é possível perceber a relevância da sua racionalização não apenas para a organização urbana e entrada e saída mais rápida de mercadorias, mas principalmente para os cofres do Estado. Segundo Maria Velasco e Cruz a receita da alfândega do Rio de Janeiro representou entre 1828 e 1860 mais de 50% da renda nacional. Comparando a renda de Alfândega do Rio de Janeiro, Velasco e Cruz demonstra que nas décadas de 1840 e 1850 a receita da alfândega do Rio representou mais de 79% da Receita Alfandegaria Geral do Império.²⁶⁴

Gerir bem o porto era fundamental tanto para evitar o congestionamento de navios e a perda de mercadorias quanto para aumentar a arrecadação estatal. A arrecadação estatal crescia com a movimentação do porto do Rio de Janeiro. As primeiras normatizações foram feitas ainda no reinado de Dom João VI. As modificações e escolhas de legislação e formas de controle dos portos são bem explicadas por Velasco e Cruz. Dentre as muitas que se efetivaram na primeira metade do século XIX, uma em específico é fundamental para a nossa compreensão. Em decreto de 21 de Janeiro de 1809 houve a

²⁶³ Ibid; 2016. Pp.38.

²⁶⁴ VELASCO e CRUZ, Maria Cecília. O Porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas facetas. Niterói. Tempo, vol. 8, n.2 p. 123-147. 1999

expansão da área geográfica do porto do Rio de Janeiro. Essa expansão foi determinada nos sentidos da Gamboa e Alferes, regiões mais próximas de onde já estava localizado o mercado negreiro do Vallango. Isso foi feito a partir do aforamento e arrendamento de trapiches nessas regiões a quaisquer particulares que quisessem e pudessem estabelecer ali. Com o passar do tempo, outras medidas foram tomadas como por exemplo a priorização dos despachos por estiva. Na visão de Velasco Cruz essas decisões reafirmaram “a forma desintegrada de expansão do sistema portuário”²⁶⁵ no Rio de Janeiro.

A atividade portuária no Rio de Janeiro pode ser considerada o ponto prolífero para a indústria na cidade. As operações portuárias exigiam um conjunto de atividade mecânicas disponíveis no seu entorno que iam desde fábricas de graxa, fábricas de velas, cordoarias até um conjunto de oficinas artesanais de calafates, caldeiros, carpinteiros, ferreiros, serralheiros, fogueteiros, funileiros, maquinistas, marceneiros, torneiros e outros. Ou seja, por si só a atividade portuária induzia a presença de estabelecimentos fabris.

Como era essa região portuária na Corte no século XIX? o que é isto que estamos chamando de Porto? Segundo Velasco e Cruz o porto do Rio de Janeiro era “um enorme complexo de unidades independentes”²⁶⁶ Mantuano e Honorato são mais detalhistas:

“O que na época se considerava um porto não passava de um conjunto mal articulado e mal construído de trapiches de madeira onde encostavam pequenas embarcações que levavam as cargas destinadas aos navios que, por sua vez, permaneciam fundeados ao largo, em profundidade precavida do movimento das marés”²⁶⁷

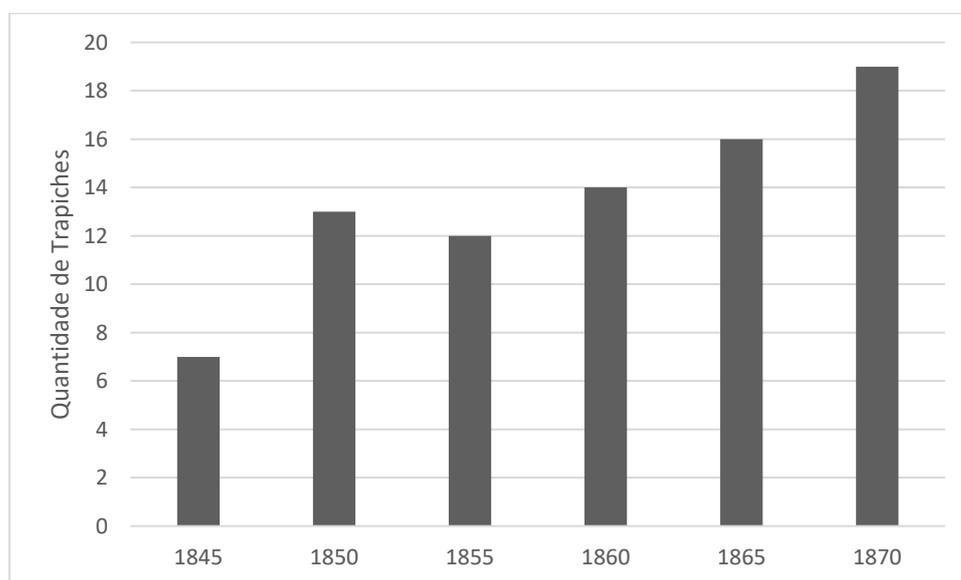
²⁶⁵ Ibid; 1999. Pp.7

²⁶⁶ Ibid; 1999. Pp.4

²⁶⁷ HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. “O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Revista Acervo. 2015. Vol. 1, 15 p. 147.

Há, portanto, um consenso de o que entendemos por porto nesse período é o seu conjunto de trapiches, embora fossem unidades independentes e mal articuladas. Porém, esses trapiches além das suas operações de carga e descarga são essencialmente negócios. Para Mantuano e Honorato havia três maneiras no funcionamento desse negócio: geridos pelos próprios proprietários ou por um administrador especializado e por último um trapiche arrendado²⁶⁸. Utilizando os dados da documentação encontrada no Almanak Laemmert os dois autores chegam as informações para os trapiches do final do século XIX, especificamente entre 1870-1890.²⁶⁹ Seguindo essa mesma fonte, realizamos operação de levantamento de dados próxima para a década de 1845-1870, os quais detalharemos o que encontramos em seguida.

GRÁFICO 13: Trapiches Alfandegados por ano



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

²⁶⁸ Ibid; 2015.

²⁶⁹ Ibid; 2016.

Importante destacar, que os trapiches encontrados podem não representar todos os trapiches existentes no Rio de Janeiro. Porém, revelam realidades importantes, principalmente porque nesse período analisado todos os trapiches observados passam por um processo de alfandegamento. Por outro lado, é possível identificar as formas de gestão dos negócios de trapiches, por exemplo, o trapiche de João Manoel Fernandes Pereira, o Barão da Gamboa, localizado na Praia da Gamboa N.105 passa a ser administrado por Domingos da Costa Araújo Barros em 1850.

Outros trapiches apresentaram variedades na forma de gestão de negócios com o decorrer do tempo. O trapiche do Damião é um desses casos. Constando na documentação pela primeira vez no ano de 1848, o trapiche alfandegado de propriedade de Damião Pereira Costa é arrendado duas vezes, para pessoas distintas. No mesmo ano de 1848 o trapiche parece arrendado em nome de José Ferreira Ramos, porém nos dois anos seguintes o trapiche fora arrendado por Antonio José Ribeiro. A situação muda quando em 1851 Braz Martins da Costa Passos se torna proprietário do trapiche, que porém continua arrendado para Antonio José Ribeiro. No ano seguinte há a inclusão de um administrador, Joaquim da Motta Bastos. Ele permanece durante dois anos como administrador do Trapiche. Em 1855 o negócio se torna uma sociedade entre Braz Martins da Costa Passos e Braz dos Santos Coelho.

Essas múltiplas possibilidades de gestão de negócios de um mesmo trapiche revela a complexidade e a importância econômica dessa temática. Além da variação nas maneiras de gestão também havia uma circulação entre os sujeitos que administravam e que possuíam os diversos trapiches. Por exemplo, Joaquim da Motta Bastos, administrador do Trapiche do Damião entre 1852-1853 passa a ser o administrador do Trapiche do Maia em 1854 e 1855. José Ferreira Maia não possuía apenas esse trapiche

que era localizado na Praia da Saúde N.46. Também era proprietário do Trapiche do Vallongo na Rua da Saúde N.18 administrado por José Ferreira Ramos. Havia uma circulação de administradores, novos investimentos e ampliação de uma mesma pessoa no número de trapiches alfandegados.

Esses dados nos levam a ver outro ponto importante, todos os trapiches estavam localizados na região em que o Alvará de Dom João VI indicou para expansão das atividades portuárias. Thiago Mantuano e Cezar Honorato, investigando a economia portuária do final do XIX estabelecem um conceito de *Comunidade Econômica Portuária*²⁷⁰. Para eles isso representaria o conjunto de atividades econômicas e de serviços que surgem enquanto necessárias e complementares as atividades portuárias. Os autores passam a refletir sobre inúmeras atividades econômicas desde a presença de carroceiros, cocheiros até a presença de estaleiros e fábricas induzidas pela operação portuária.

Sendo assim, a *Comunidade Econômica Portuária* tem suas imbricações diretamente relacionadas às atividades portuárias. Porém, nos dados que encontramos para as fábricas no Rio de Janeiro há uma demonstração que havia mais empreendimentos e negócios ali do que aqueles diretamente induzidos pelas operações no porto. Sendo assim, vamos trabalhar com a ideia básica de região portuária, que acompanhou uma tendência desde o final do século XVIII e na tentativa de organização e racionalização do porto se concentrou em uma região específica da cidade do Rio de Janeiro. É nessa região que tanto a *Comunidade Econômica Portuária* se desenvolveu, quanto outras atividades, incluindo outras atividades fabris para além daquelas relacionadas com a operação do porto. Ainda assim, concordamos com Honorato e Mantuano de que há um amálgama

²⁷⁰ Ibid; 2015.

entre a indústria e os trapiches dessa região. O que pretendemos discutir, portanto, é esse amálgama da indústria do Rio de Janeiro e essa região portuária

É preciso estabelecer os limites espaciais do que estamos compreendendo por Região Portuária. A cidade do Rio de Janeiro, fundamentalmente sua região central, excluídas as freguesias mais distantes e rurais como Campo Grande, era composta pelas freguesias da Candelária, Santa Rita, Sacramento, Santana e São José, como já vimos. Os principais bairros e ruas das atividades portuárias ficavam localizados nas freguesias de Santa Rita e Santana. Porém, esses limites eram muito fluídos, seja pela movimentação de sujeitos e mercadorias pela cidade seja pela delimitação da própria freguesia. Nos mapas do censo da cidade do Rio de Janeiro de 1906 as freguesias aparecem também delimitadas de uma maneira que um tanto quanto complicada para dizer onde começa uma e termina a outra. Até porque muitas ruas na cidade atravessavam diferentes freguesias em sua extensão.

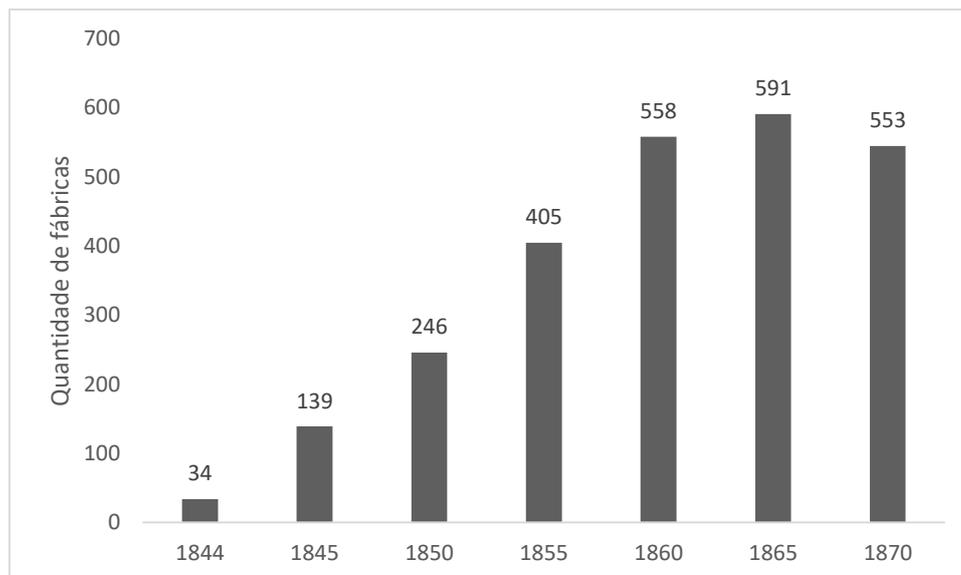
Sendo assim, resolvemos não apenas analisar uma freguesia em específico, mas entender a existência de uma região, ou de uma zona que se expandiu tanto economicamente quanto no número de habitantes e trabalhadores devido a expansão da cidade como um todo, do porto, da escravidão e de suas atividades econômicas como as fábricas. Nessa zona vamos encontrar aspectos sociais e demográficos próprios e também um desenvolvimento econômico dinâmico. Por isso, desde os primeiros decretos de Dom João VI entendemos essa área enquanto uma Região: tanto a expansão de trapiches, ancoradouros, estaleiros e atividades relacionadas ao porto quanto novas manifestações culturais e empreendimento econômicos vão ocorrer ali. Geograficamente encontra-se estendida entre o Morro de São Bento e a Ponta do Caju, passando por São Cristóvão.²⁷¹

²⁷¹ Ibid; 2019.

Sabendo que os principais trapiches e as principais atividades portuárias concentraram-se nessa Região Portuária, qual seria a relação da Indústria Escravista com essa região? Quantas fábricas se desenvolveram ali e o que produziam? Eulália Lobo, em sua História do Rio de Janeiro, um incrível trabalho de levantamento de informações e dados sobre a cidade, realiza um esforço nesse sentido. Apropriando-se das informações do censo do Rio de Janeiro de 1852 ela faz a distinção do número de fábricas por freguesia²⁷². O que pretendemos é ampliar o primoroso trabalho iniciado por Eulália Lobo. Para isso utilizamos a documentação do Almanack Laemmert e realizamos um levantamento sobre as fábricas existentes no Rio de Janeiro desde a sua primeira edição em 1844 até o final do nosso recorte em 1870. Nos Almanacks foi possível identificar não apenas o número de fábricas e o que era produzido, mas também a localização exata do empreendimento e o nome do proprietário. Por se tratar de um grande período de tempo e com poucas variações anuais na listagem de fábricas realizaremos a exposição desse levantamento de dados em recortes de 5 em 5 anos.

GRÁFICO 14: Quantidade de fábricas na cidade do Rio de Janeiro

²⁷² LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978.



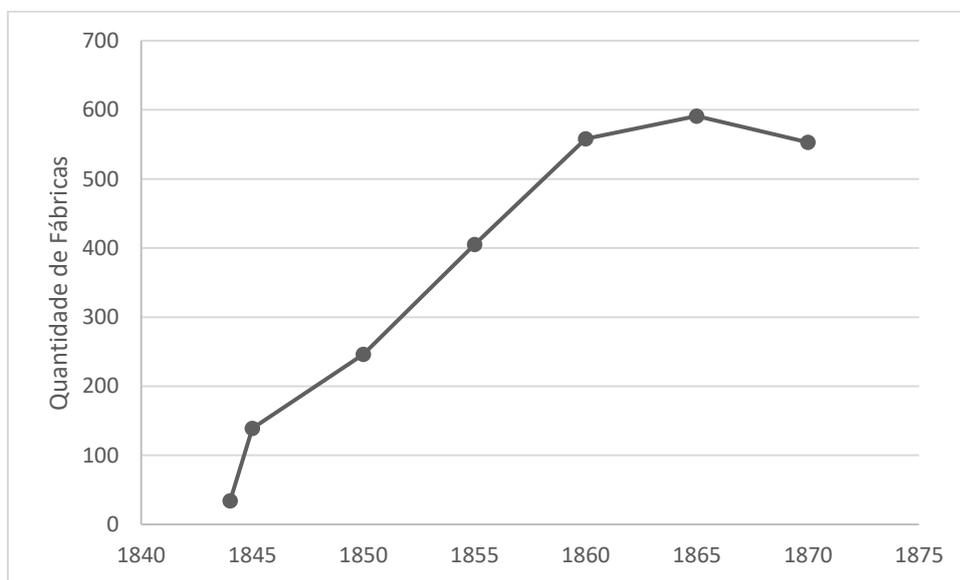
FONTE:ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Se considerarmos que era uma economia predominantemente rural e agroexportadora os números em si são impressionantes. Podemos assim identificar que, ao menos entre as décadas de 1840 e 1870 houve uma grande dinamicidade no setor fabril da economia do Rio de Janeiro. Grande parte dessa dinamicidade do setor fabril no Rio de Janeiro pode também ser atribuído a maior proteção estatal dadas as fábricas da cidade do município neutro. Comparando os dados do quadro do professor Geraldo Beauclair sobre os pedidos de provisão concedidos para fábricas no Rio de Janeiro com os nossos dados do capítulo anterior para as provisões de fábrica para o restante do Brasil isso fica nítido. Ao todo foram concedidas para o Rio de Janeiro segundo Beauclair 104 provisões²⁷³, enquanto para o restante do Brasil apenas 16. Ou seja, das 120 provisões de fábrica concedidas pelo Tribunal da Junta de Comércio 86,6% foram destinadas apenas a região fluminense.

²⁷³ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Estudos de Caso: o setor privado como organizador da produção. In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992

Ainda assim, o que nos chama atenção nos dados da quantidade de fábricas na cidade do Rio de Janeiro foi os dois momentos encontrados: um de grande crescimento e outro de acomodação e estagnação. Como podemos ver no Gráfico 15 a curva de crescimento do setor fabril mostra que entre 1845 e 1860 há uma tendência de crescimento elevado, embora o ritmo venha arrefecendo com o passar dos anos. A partir de 1865 temos um recorte de estagnação, o ritmo do crescimento fabril desacelera, embora não perca sua musculatura. A queda no número de fábricas de 1865 para 1870 não é preocupante e nem sinal de um início de declínio do setor fabril, mas apenas uma situação circunstancial pois foi puxada pela diminuição de apenas um tipo de fábrica: o setor de fumo. Em 1865 nós encontramos 164 fábricas do setor de fumo, enquanto em 1870 esse número foi para 120 fábricas nesse setor. Ou seja, há uma diminuição de 44 fábricas de fumo, o que afeta a diminuição de 38 fábricas no total entre 1865 e 1870.

GRÁFICO 15: Quantidade de Fábricas na cidade do Rio de Janeiro



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Esse gráfico nos convida a refletir sobre a relação do tráfico negreiro com o desenvolvimento fabril. No período anterior a 1850, o tráfico é apontado como um

inibidor do investimento em outros setores da economia, já com o fim do tráfico, Eulália afirma que esse capital será reinvestido, embora seja difícil mapear esse investimento²⁷⁴. Beauclair conclui que se esse capital liberado pelo fim do tráfico negreiro chegou até das fábricas fluminenses isso se deu via “mercado de ações” e destaca que o capital associado empregado na indústria de transformação após 1850 foi ínfimo. Se por um lado o mercado de ações teria um papel pequeno no crescimento fabril, as casas bancárias também apresentariam deficiências nesse sentido. Beauclair argumenta que os recursos bancários raramente corriam para o setor manufatureiro. Ainda assim, após a crise de 1857 e a lei bancária e monetária de 1860 (lei dos entraves) as possibilidades de financiamento bancário e acionário se eximiram. O argumento final de Beauclair é que o mercado de ações e as casas bancárias pouco contribuíram para o setor fabril²⁷⁵.

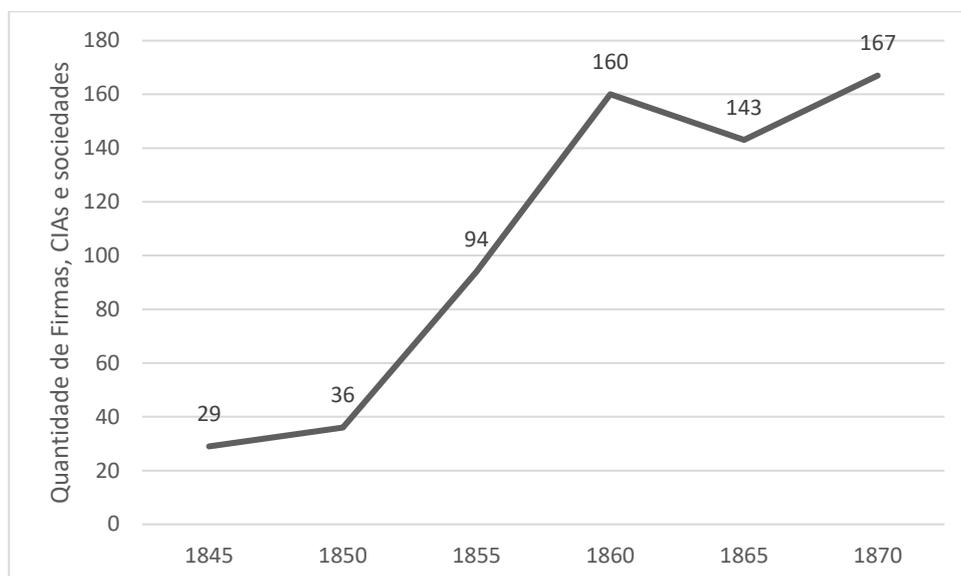
Vale ressaltar, como aponta Eulália Lobo, que o capital do tráfico de escravizados em deslocamento após 1850 toma rumos que por vezes não é possível traçar. O que se observa é a manutenção do crescimento do setor fabril iniciado na década de 1840. A lei dos entraves, apesar de sua rigidez para acabar com a “superabundância” de notas, não foi um impeditivo ao crescimento do número de firmas e companhias industriais no Rio de Janeiro. Para identificarmos essa questão relacionamos as fábricas que fossem propriedade de alguma firma societária ou companhia. Parte dessas empresas era organizada de três formas, como mostra Stanley Stein, propriedades individuais, sociedades individuais, sociedades intrafamiliares²⁷⁶. Esse último será muito presente nos nossos dados.

²⁷⁴ LOBO, Eulália. Período de Desenvolvimento e Predominância da Economia de Plantação do Café. In: **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978.

²⁷⁵ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. A Industrialização Adiada. In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992

²⁷⁶ STEIN, Stanley. Organização, Finanças e Maquinaria. In: **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950**. Rio de Janeiro. Campus. 1979.

GRÁFICO 16: Firmas, Companhias e Sociedades no Rio de Janeiro (1845-1870)

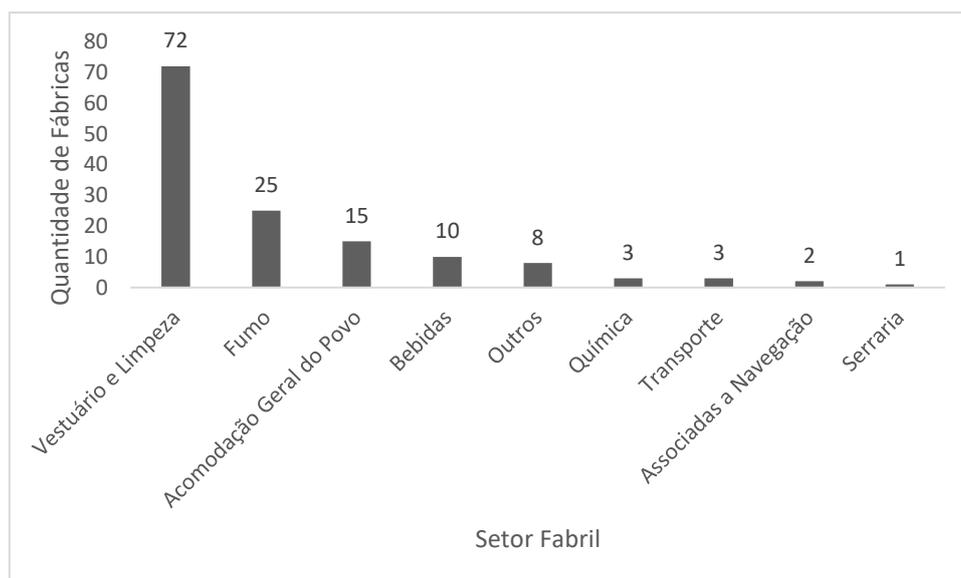


FONTES: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Ao contrário do que afirmado por Beauclair, após 1850 há um grande crescimento nas formas de associação de capital no setor fabril. O único período que parece confirmar uma tendência contrária é em 1865 após a crise da casa Souto, mas já em recuperação em 1870.

As articulações e associações de capital nos levam a refletir sobre quais seriam os setores dinâmicos da indústria fabril no Rio de Janeiro. Mantendo a tendência do restante do país o setor de Fumo e Vestuário e Limpeza foram os principais encontrados.

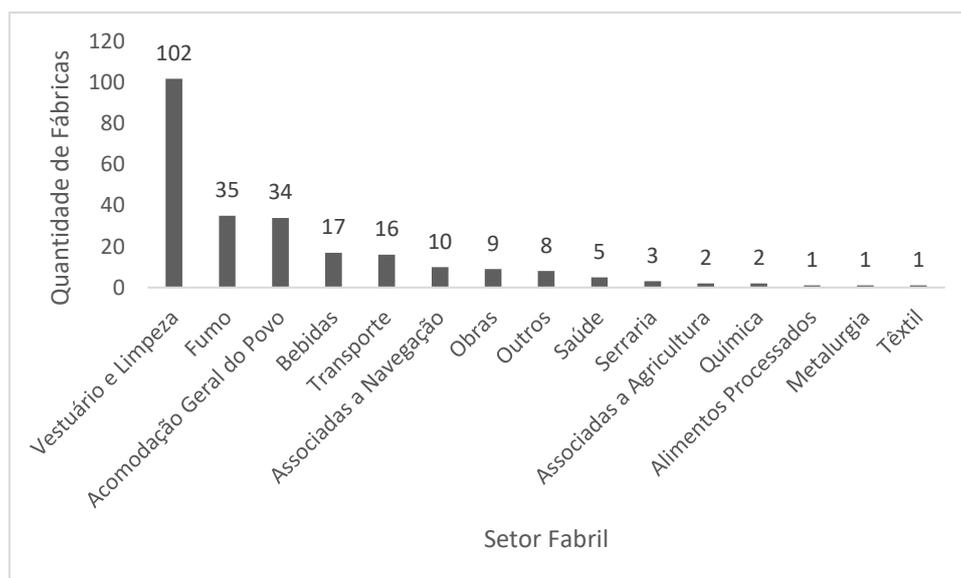
GRÁFICO 17: Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1845



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1845

Já no primeiro ano do nosso levantamento nas páginas do almanaque é possível observar o predomínio do setor de vestuário e limpeza. Sozinho representava 51,79% de todas as fábricas na cidade. Ainda assim é seguido pelo setor de fumo que representando 18% da indústria fabril ainda dava os seus primeiros passos no Rio de Janeiro. Ao final da década de 1840 a conformação da indústria do Rio de Janeiro manteria determinadas tendências, mas com o aumento do número de fábricas novos setores entrariam em expansão.

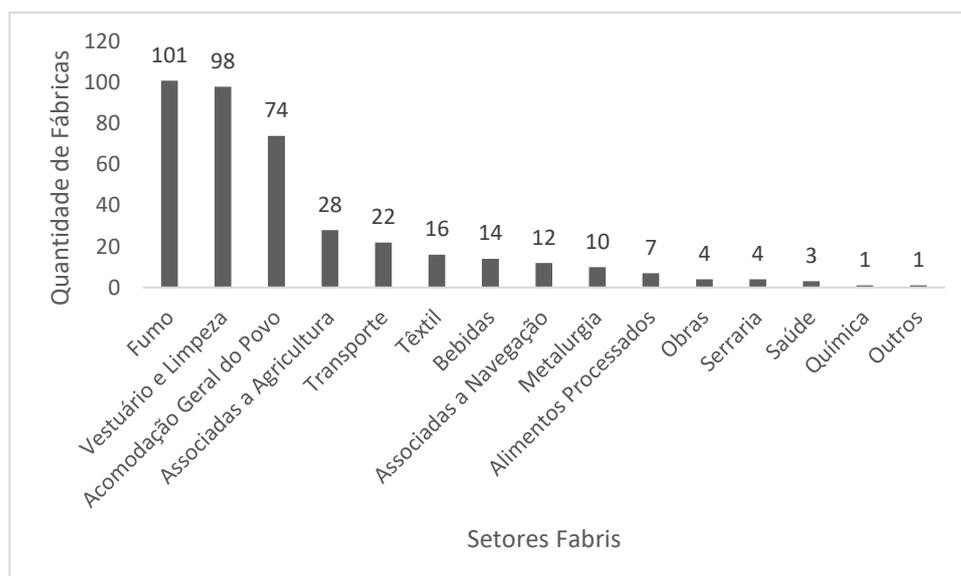
GRÁFICO 18: Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1850



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1850

Antes de discutirmos o elevado crescimento do setor de vestuário e limpeza, cabe ressaltar que tanto o setor de fumo quanto o setor de Acomodação Geral do Povo se expandiram em cerca de 10 fábricas a mais de 1845 para 1850. Porém, mais de 30 fábricas surgiram no setor de vestuário e limpeza, demonstrando um período de grande vitalidade. Exatamente no período destacado por inúmeros historiadores como sendo de “surto industrial” no Rio de Janeiro, a tendência mostra que as fábricas de sabão, velas e chapéus foram as que mais se fortaleceram nesse “surto”. O que produziu essa expansão do setor de vestuário e limpeza será discutida na última parte deste capítulo.

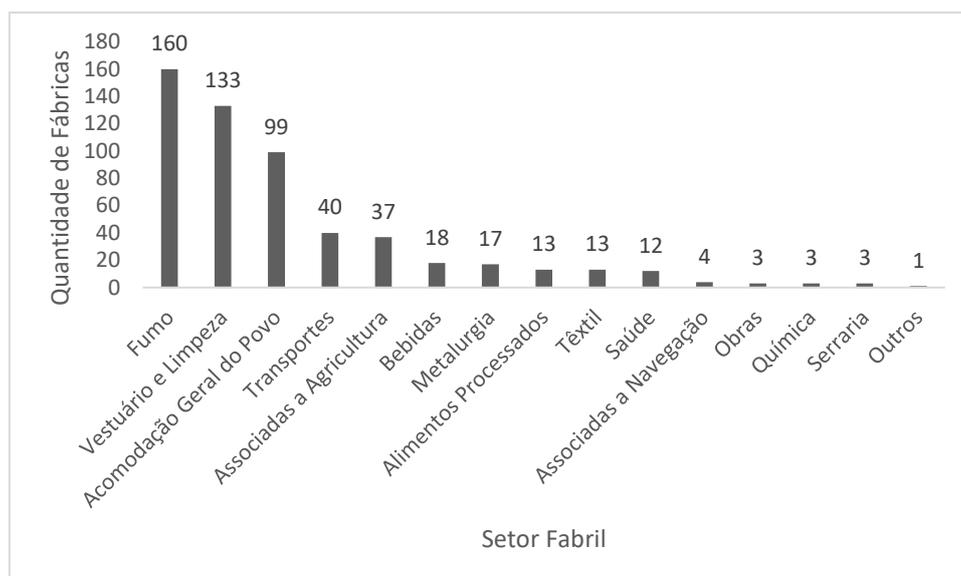
GRÁFICO 19: Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1855



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1855

Entre 1850 e 1855 é perceptível a estagnação no setor de Vestuário e Limpeza. O grande eixo dinâmico do crescimento fabril em meados da década de 1850 foi o setor de fumo, principalmente a multiplicação nas fábricas de charutos e cigarros. Saindo de 35 fábricas em 1850 para 101 em 1855 o setor a partir de então manteve-se juntamente com o de Vestuário e Limpeza no topo do setor fabril pelos anos subsequentes.

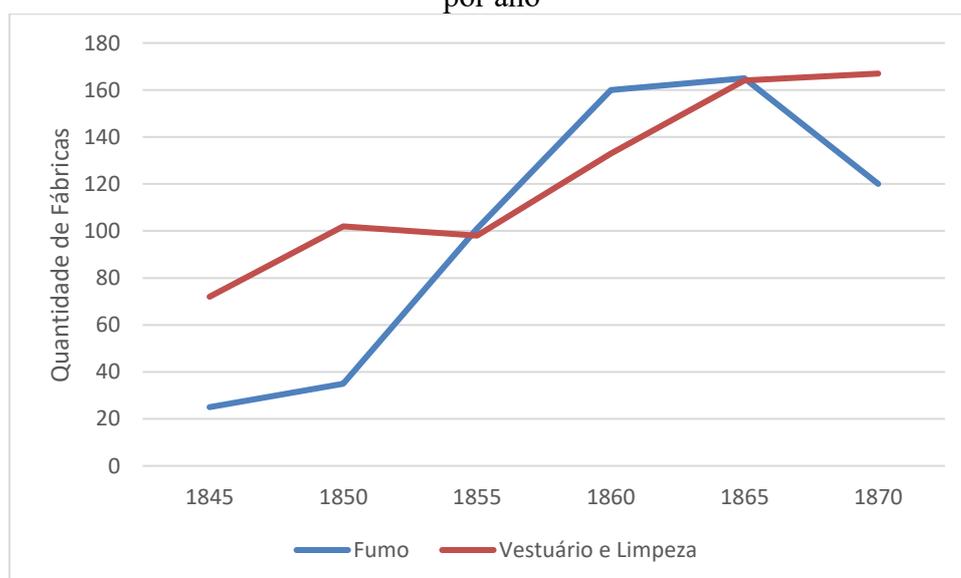
GRÁFICO 20: Quantidade de fábricas por setor no Rio de Janeiro em 1860



FONTES: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1860

A tendência de um crescimento superior do setor de fumo em relação ao setor de vestuário e limpeza se mantém durante toda a década de 1850. No gráfico abaixo podemos ver de maneira conjunta a trajetória desses dois setores no decorrer do período analisado.

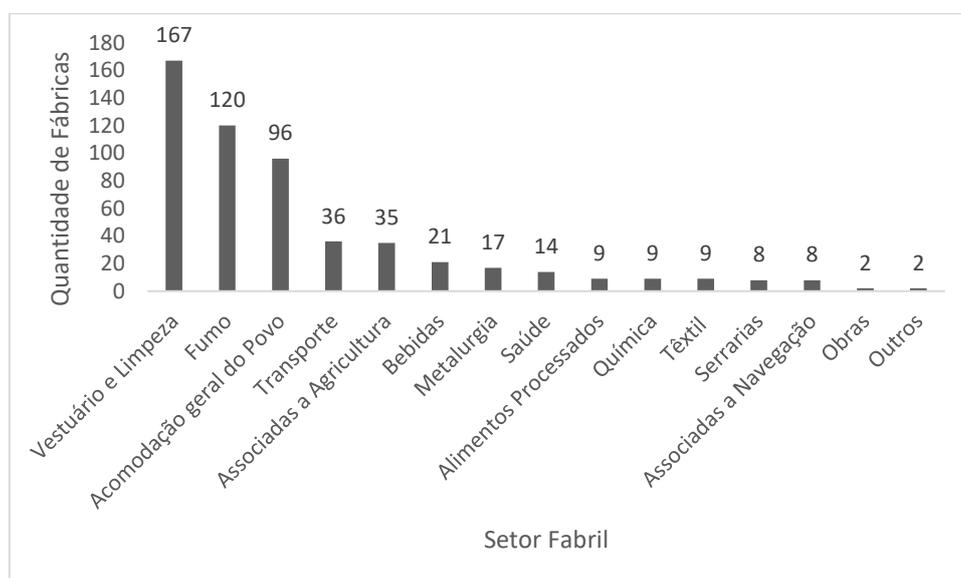
Gráfico 21: Quantidade de fábricas de Fumo e Vestuário e Limpeza no Rio de Janeiro por ano



FONTES: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.

Apesar de diferentes conjunturas, como o fim do tráfico de escravos, o fim do Tribunal da Junta de Comércio, a crise de 1857, a lei dos entraves e a crise do souto, ambos somados os setores de fumo e vestuário e limpeza representam mais de 50% das fábricas do Rio de Janeiro desde 1845, primeiro ano do nosso recorte. Também foram os setores que mais cresceram nesse tempo.

GRÁFICO 22: Quantidade de fábrica por setor no Rio de Janeiro em 1870



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

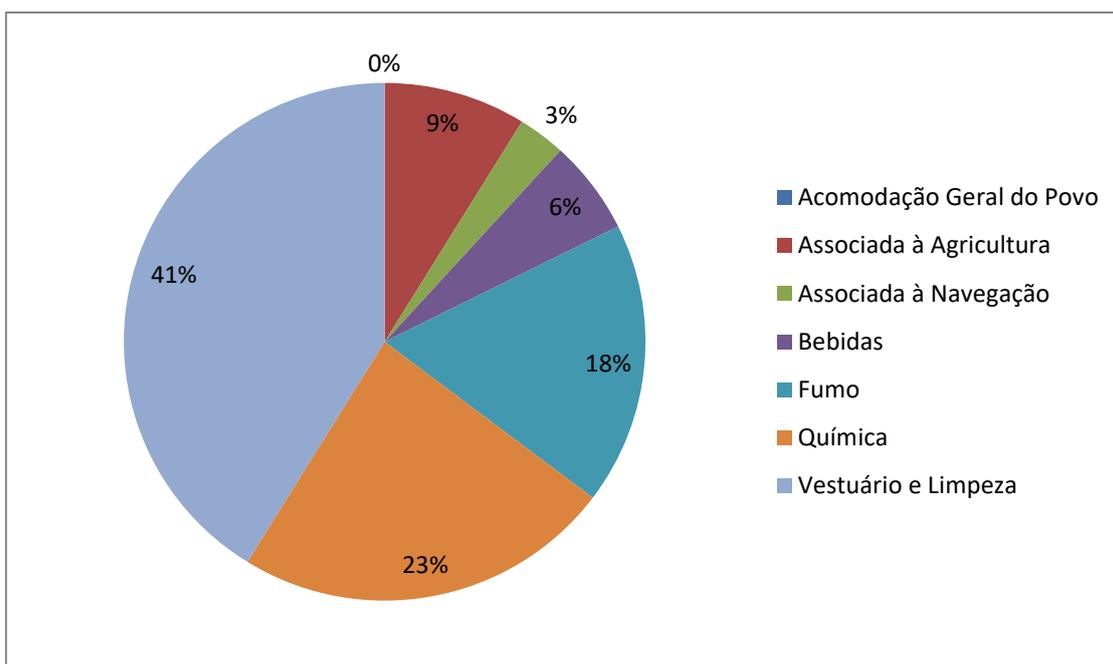
No final da década de 1860 é possível afirmar que a indústria no Rio de Janeiro havia se consolidado, embora estivesse entrando em uma curta fase de estagnação. Além disso, ela se diversificou, comparando os dados de 1845 com 1870 fica evidente que não apenas o número de setores fabris aumentou, mas também os tipos de fábrica que surgiram variaram positivamente. A expansão urbana no decorrer de meados do século XIX no Rio de Janeiro criou um interessante mercado consumidor que não ficou restrito a compra de mercadorias manufaturadas importadas, uma vez que se desenvolveu um significativo conjunto fabril na cidade. Os dados para o Rio de Janeiro chamam a atenção

principalmente se comparadas com as outras provinciais. Nenhum outro lugar no Brasil chegou perto de desenvolver nem a metade dos estabelecimentos industriais encontrados no Rio de Janeiro. Por isso, se no século XIX a Grã-Bretanha era a oficina do mundo, o Rio de Janeiro era a grande oficina do Brasil.

Em trabalho anterior começamos a identificar essa relevância das fábricas do setor de Vestuário e Limpeza sendo gerada por múltiplos fatores: a grande quantidade de trabalhadores escravizados nessas fábricas, a utilização de máquinas modernas, como máquinas a vapor, mas principalmente por serem produtos que eram exportados. No ano de 1849 56% das mercadorias manufaturadas exportadas pelo porto do Rio de Janeiro eram do setor de vestuário e limpeza, tendo como principais destinos a Bacia do Rio da Prata (41% das mercadorias), a Califórnia (32%) e a África (19% das exportações) (SINDER, 2021). Ou seja, essas fábricas estavam envolvidas com o mercado mundial e, como veremos, também com o comércio negreiro.

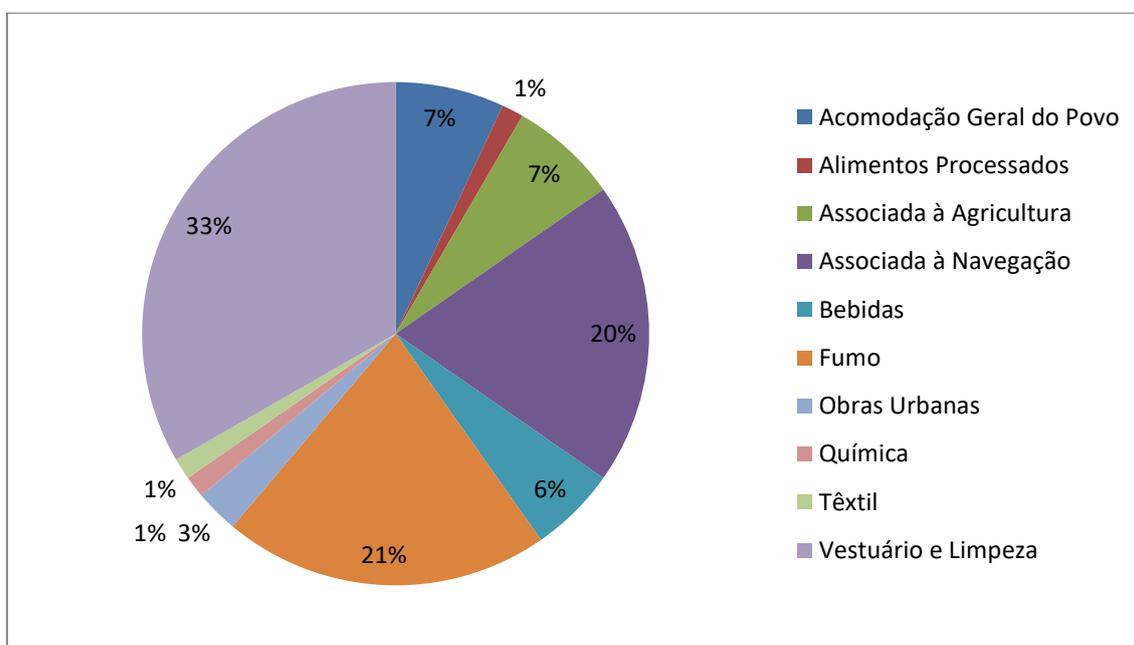
Na Região Portuária o quadro não é muito diferente. Podemos perceber o predomínio do setor de vestuário e limpeza. Em números totais há um crescimento de 52% na quantidade de fábricas encontradas em 1845 para 1855. No primeiro ano analisado observamos a presença de 34 estabelecimentos fabris e posteriormente encontramos 72 fábricas.

GRÁFICO 23: Porcentagem de Fábricas por setor encontradas na Região Portuária (1845)



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para o ano de 1845

GRÁFICO 24: Porcentagem de Fábricas por setor encontradas na Região Portuária (1855)



Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para o ano de 1855

Acompanhando esse período de expansão industrial nas décadas de 1840 e 1850 é possível notar que em 1855 já há uma presença de setores não encontrados em 1845. No que diz respeito ao setor de Vestuário e Limpeza apesar de uma aparente diminuição de sua presença na região, uma vez que representava 41% do total de fábricas em 1845 enquanto em 1855 representava 33%, também cresceu em números absolutos. Eram 14 fábricas em 1845 e saltaram para 24 fábricas no ano de 1855. Se observarmos esse dado mais atentamente iremos perceber que há fábricas específicas do setor que se estabeleceram na região. Das nove fábricas de sabão existentes na cidade do Rio de Janeiro em 1845, todas se localizavam na Região Portuária. Em 1855 das treze fábricas de sabão encontradas, apenas duas se localizavam em outras regiões da cidade. Isso pode ser compreendido por ser o sabão o principal produto manufaturado de exportação do período.²⁷⁷ Sendo assim, sua localização na Região Portuária seria fundamental para a maior velocidade nos despachos das mercadorias produzidas nas fábricas de sabão. Estarem estabelecidas nas praias da saúde, Gamboa, São Cristóvão e demais bairros e ruas da região, próximas aos trapiches era vital para a dinamicidade do setor.

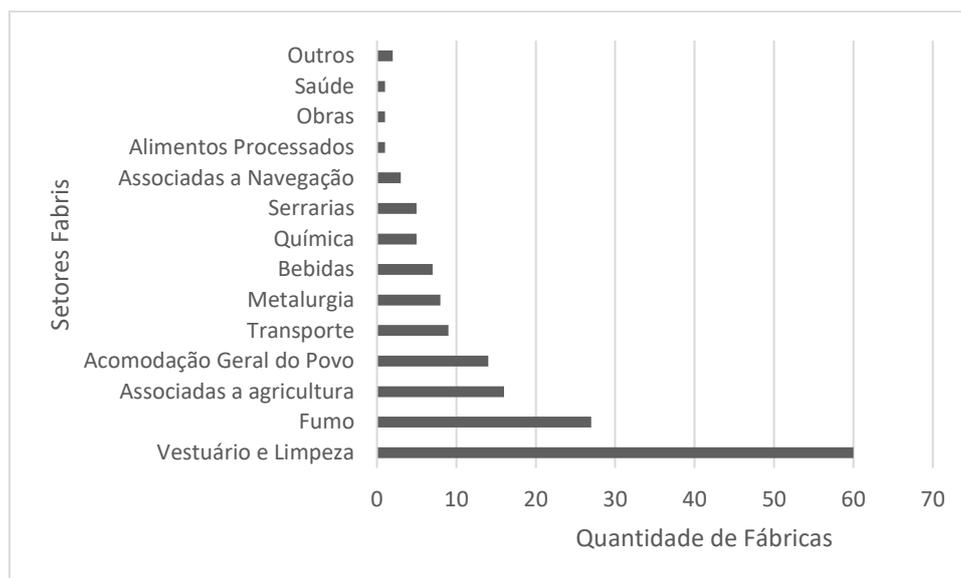
Porém, surpreende nos dados a informação de que apenas 7% das setenta e duas fábricas encontradas na região em 1855 eram do setor de Associadas a Navegação. Não apenas por estarmos analisando a Região Portuária, mas também pelos indicativos historiográficos para as décadas de 1870 e 1880. Segundo Honorato e Mantuano “A fabricação e o reparo naval criaram e condicionaram uma série de fábricas e oficinas

²⁷⁷ SINDER, Matheus. A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas no Rio de Janeiro (1808-1850). Varginha. XIV Congresso Brasileiro de História Econômica e Décimo Quinto Encontro Internacional de História de Empresas. 2021

dedicadas ao trabalho como a fundição de ferro, a construção de motores a vapor e cascos de navios.”²⁷⁸

Ora, se observarmos apenas o número de fábricas Associadas a Navegação em atividade na região poderíamos não encontrar esse horizonte. Porém, se passarmos a considerar as oficinas mecânicas e artesanais podemos visualizar a dinamicidade das atividades econômicas na Região Portuária.

GRÁFICO 25: Quantidade de fábricas por setor na Zona Portuária em 1870



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1870

A partir dos dados da década de 1870 é possível observar que a presença de fábricas do setor de vestuário e limpeza teve um salto, indo para 38% do total de fábricas na região portuária, que era no período de 161 estabelecimentos fabris. Além da presença do principal setor de exportação outras fábricas de grande porte também se fincaram na

²⁷⁸ HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. “O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Revista Acervo. 2015. Vol. 1, 15 p.15

região. Isso pode ser visto no crescimento no número de refinarias de açúcar ali localizadas, 10 ao todo, e das 8 fábricas de fundição presentes na região. Uma dessas fábricas ali encontradas era a fábrica de gás de propriedade do Barão de Mauá, localizada no aterrado. No início do século XIX essa região era uma área rural da cidade em um completo mangue. Agora, já próximo a última parte do século a região do aterrado ficava cada vez mais próxima das atividades portuárias e comporia o que futuramente seria a pequena África. Além da fábrica de gás de Mauá a fábrica de sabão e velas da Companhia de Luz Esteárica, na praia dos Lazáros, também ficava localizada no que estamos chamando de zona portuária. Diferentemente da região central do Rio de Janeiro, um grande emaranhado de ruas estreitas, sobrados e becos, a região portuária possuía tanto o espaço necessário para o desenvolvimento fabril quanto um colchão de estrutura devido a presença de oficinas artesanais e da própria atividade portuária.

IMAGEM 9: Fábrica de Gás do Aterrado



FONTE: Disponível em: [http://bndigital.bn.gov.br/artigos/historia-e-memoria-1854-
comecam-a-funcionar-os-primeiros-lampioes-a-gas-no-rio-de-janeiro/](http://bndigital.bn.gov.br/artigos/historia-e-memoria-1854-comecam-a-funcionar-os-primeiros-lampioes-a-gas-no-rio-de-janeiro/).

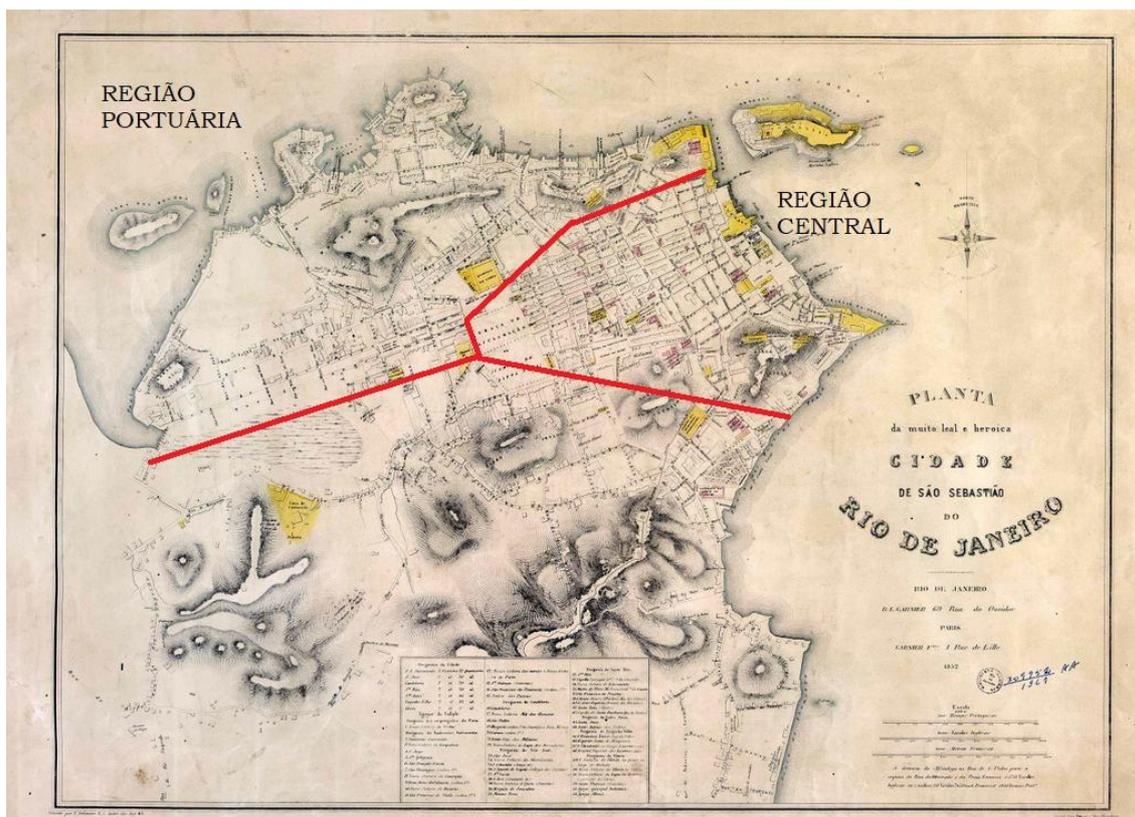
IMAGEM 10: Fachada da antiga fábrica de gás do aterrado



FONTE: Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/ceg-predio-historico-cedido-microsoft-nao-guarda-mais-acervo-do-museu-do-gas-6691832>.

Ainda assim, é importante perceber que essa região não estava isolada do restante da cidade do Rio de Janeiro. E que se observarmos os números para as fábricas podemos perceber que a maior parte ainda estava localizada na região central da cidade (Freguesias da Candelária, Sacramento e São José). Para entendermos essa dinâmica dividimos a cidade em três regiões: Região Portuária, Região Central e Periferia. A periferia estamos entendendo como todas as regiões para além daquele eixo histórico das cinco freguesias principais. São Cristóvão está sendo considerada dentro das dinâmicas da região portuária. Localidades como catete, laranjeiras e botafogo foram arroladas como regiões da periferia do centro da cidade.

Mapa 5: Planta da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1852)

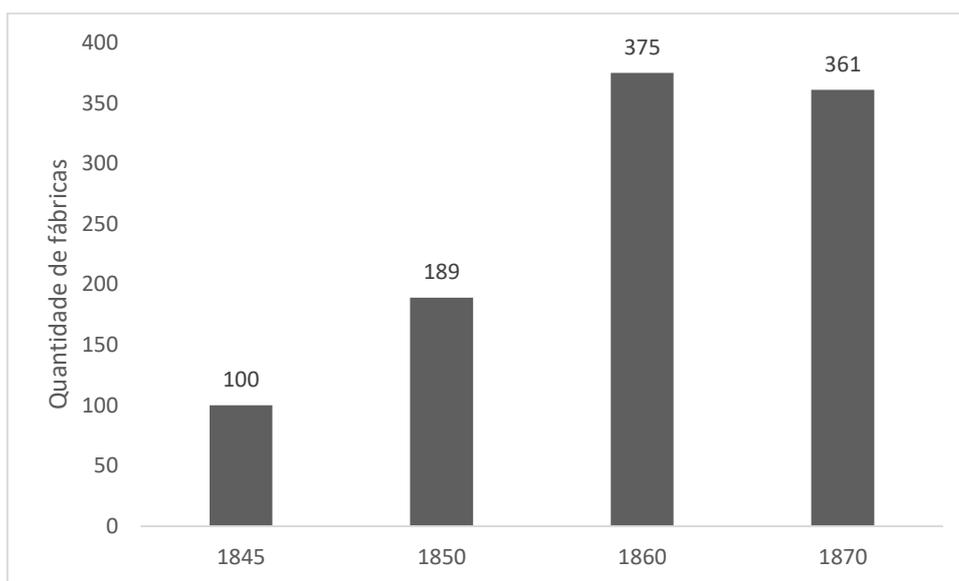


FONTE: Esta planta para a cidade do Rio de Janeiro pode ser encontrada no seguinte banco de dados: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart309952/cart309952.jpg. Observação: Todas as alterações no Mapa foram feitas com objetivo didático e de elaboração própria, não constando no original.

Será na região central onde a maioria das fábricas estarão localizadas. Apesar disso, durante grande parte do século XIX, especialmente a partir de 1840, o poder público municipal irá empenhar esforços em retirar as fábricas da região central. Para Daiane Estevam, historiadora que investigou as posturas municipais sobre fábricas no arquivo geral da cidade do rio de janeiro, mostra que o centro urbano do Rio de Janeiro era um território de constante disputa de interesses sociais e econômicos e que apesar de

todo o engajamento do poder público retirar as fábricas da área central da cidade enfrentou muitos desafios e resistências²⁷⁹.

GRÁFICO 26: Fábricas localizadas na região central do Rio de Janeiro



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

O que vemos é que o Rio de Janeiro configurou-se como sendo a grande oficina do Brasil, uma cidade fabril. O Rio de Janeiro do oitocentos, capital do Império Ultramarino português e posteriormente capital do Império do Brasil, possuía a economia mais dinâmica e pujante do período no Brasil. O porto do Rio de Janeiro se configurou na primeira metade do século XIX não apenas enquanto o maior escoador de café (que se tornara o principal produto de exportação do Brasil), mas o maior local de desembarque de escravos nas Américas. A cidade negreira do Rio tinha uma elite mercantil relevante e portadora de grandes cabedais que amalgamaram seus interesses políticos e econômicos com a Corte portuguesa vinda em 1808. As

²⁷⁹ AZEREDO, Daiane Estevam. Nas tramas do espaço: os estabelecimentos fabris nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro entre 1830 e 1870. Revista Cantareira. Niterói. 35 edição. 2021.

novas dinâmicas do mercado mundial também superlativiza o embarque e desembarque de mercadorias no Rio de Janeiro, entre elas a mercadoria humana e levou a uma expansão e diversificação dos capitais oriundos da esfera da circulação. Comerciantes, negociantes e negociantes de grosso trato investiram em novas fazendas, especulação e imóveis urbanos, formação de sociedades anônimas, companhias de seguros e atividades bancárias, mas também em fábricas.

O capital advindo do comércio possibilitou uma diversificação econômica dos negócios de inúmeros agentes do período. O caso mais emblemático é o de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá²⁸⁰. Negociante, Irineu investiu seus cabedais em companhias comerciais, concessões públicas, casas bancárias e em uma manufatura localizada na Ponta d' Areia, no outro lado da baía de Guanabara. O caso em si é capaz de demonstrar a relação de negociantes e do tráfico de escravizados com aspectos da modernidade capitalista do período: estabelecimento de um sistema financeiro; relações público-privadas e o que mais nos interessa: o investimento no setor fabril. Dessa maneira, investigamos quantitativamente as fábricas existentes na cidade do Rio de Janeiro no período

Para além da Capital: o outro Rio

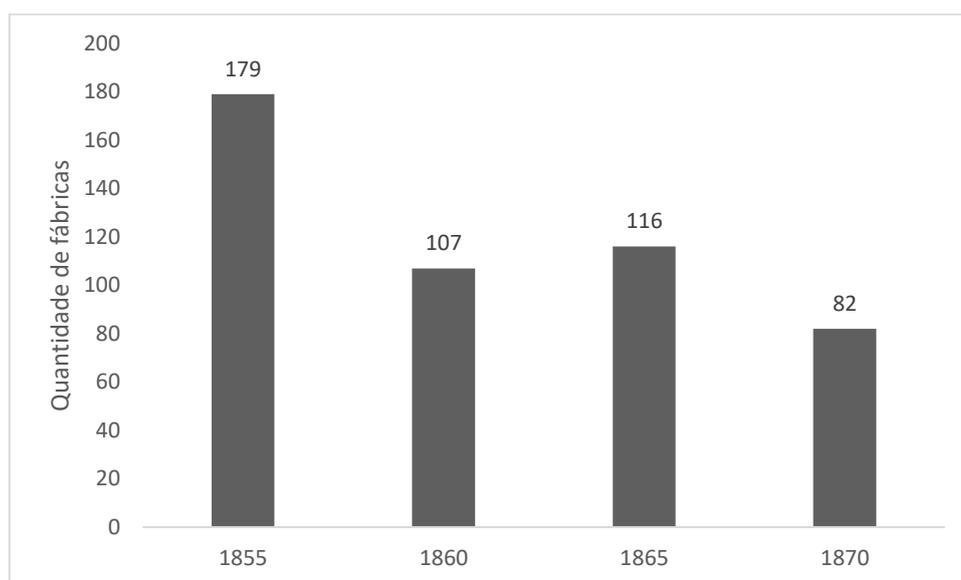
No capítulo anterior observamos que uma das características da indústria fabril antes de 1870 era que o interior das províncias apresentava uma diversidade menor na produção de gêneros manufaturados e uma concentração na produção de mercadorias

²⁸⁰ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio inglês no Império Brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co. 1824 – 1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007.

manufaturadas relacionadas a economia local, especialmente ao principal produto agroexportador local. Colocamos aqui a província do Rio de Janeiro para observarmos suas dinâmicas e produção: afinal teria o município do Rio de Janeiro irradiado para a província do Rio as atividades fabris?

Apesar de muito estudada, especialmente por Geraldo Beauclair, a indústria fluminense também não atravessou um processo de quantificação. Para isso, utilizamos também o Almanack Laemmert. A partir de 1850 as edições passaram a contar com as informações das cidades da província do Rio de Janeiro. Mantivemos a mesma metodologia adotada para o município da Corte e para o restante do país: não levantamos os estabelecimentos descritos como oficinas ou simplesmente oficiais mecânicos, apenas os dados que apareciam como fábricas. Cabe ressaltar, que, portanto, os engenhos de açúcar não foram computados, mas somente as refinarias de açúcar.

GRÁFICO 27: Quantidade de fábricas por setor na Província do Rio de Janeiro

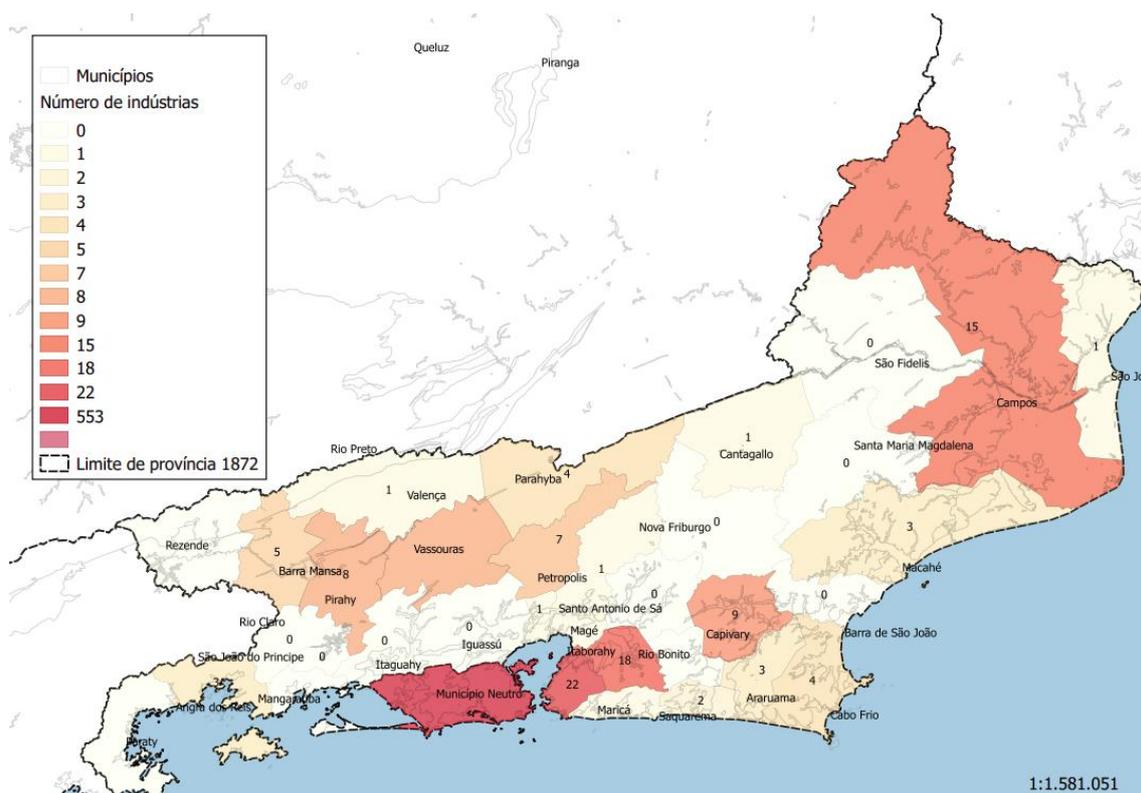


FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

A primeira impressão ao olharmos a tabela é de que houve um declínio nas fábricas na província do Rio de Janeiro com o passar do tempo, mas trata-se apenas de uma questão metodológica. Ao anotarmos todas as fábricas, o fizemos também para as inscrições como “fábricas de açúcar”. Essas foram as grandes responsáveis pelo elevado número de fábricas no ano de 1855. Nos anos seguintes esse tipo de expressão vai diminuindo nos almanaques sendo substituído por “engenhos”, “engenhos a vapor” e outras. Há também uma variação no aparecimento de fábricas em determinadas cidades, em determinados anos algumas cidades constam o setor fabril e as vezes no ano seguinte não constam e assim por diante. Apenas Niterói e Campos dos Goytacazes apresentavam dados mais sólidos e constantes.

Ainda assim, os dados apresentados nos permitem afirmar que a indústria na província do Rio de Janeiro ocupava a segunda posição nas regiões industriais do Brasil, atrás apenas do Município da Corte. O desenvolvimento fabril na província foi significativo graças tanto a proximidade com a Corte e seu centro de poder econômico e político, quanto também pela elevação da renda oriunda do café e do açúcar, plantations em plena expansão das exportações. Com podemos observar no mapa abaixo, ao final de 1870 foi se criando uma espécie de cinturão de fábricas na Província, que seguia por um lado o vale do rio paraíba do sul e descendo do norte-noroeste fluminense rumo a baixada da região dos lagos, saquarema. A região serrana e a baixada fluminense ainda não haviam passado por um processo de ocupação mais denso do território e estaria começando a adentrar nos círculos da modernidade econômica.

MAPA 6: Todas as fábricas encontradas no Rio de Janeiro (1850-1870)



FONTE: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870 processados através do Software Qgis.

A distribuição dos setores fabris no Rio de Janeiro não foi muito diferente do interior das demais províncias: muitas fábricas relacionadas a agricultura, especialmente refinarias de açúcar, fábricas de cal e tijolos e particularmente em Niterói, fábricas de sabão, velas e fumo. Havia também fábricas de chapéus em outras localidades, mas a

partir de 1865 há um crescimento do número da fábrica de cerveja, principalmente em Petrópolis.

TABELA 9: Fábricas encontradas na província do Rio de Janeiro por setor.

	1855	1860	1865	1870
Associadas a Agricultura	124	52	29	33
Fumo	9	13	37	16
Obras	24	14	21	10
Vestuário e Limpeza	5	7	7	9
Bebidas	3	7	8	8
Química	2	2	8	2
Metalurgia	2	1	1	1
Serraria	3	2	3	2
Acomodação Geral do Povo	0	5	0	0
Associadas a Navegação	0	2	0	0
Têxtil	0	0	1	0
Outros	1	1	0	0

Fonte: ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

A Indústria Escravista no Rio de Janeiro

A relação do trabalho dos escravizados com as atividades econômicas e estruturas sociais constituíram divergências entre alguns pensadores do século XIX. Intelectuais, fazendeiros, políticos e outros agentes refletiram sobre essas questões. O que podemos notar é que no século XIX, devido à revolução industrial e a construção de um Estado Imperial, foram produzidas algumas teses e pensamentos que permearam as concepções sobre o trabalho escravo, especialmente o trabalho escravo em fábricas. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, considerado um dos primeiros pensadores econômicos brasileiros realizou importante análise sobre a indústria fabril luso-brasileira da primeira

metade do XIX. Como demonstrado por Fernando Novais e Jobson Arruda na percepção de Cairu haveria oito pré-requisitos para o crescimento fabril nas terras brasílicas, sendo alguns desses relacionados diretamente a questão que estamos abordando: não haveria no Brasil nem uma tradição artesanal e nem um sistema de ensino científico o que alinhado a uma mão de obra composta por escravizados tornaria inviável um desenvolvimento industrial semelhante ao da Inglaterra por exemplo²⁸¹.

Por mais que o escravismo tenha recrudescido no século XIX sua importância e necessidade quando não foi questionada foi algumas vezes ao menos relativizada. Já no início do Império, após a independência é de conhecimento a famosa frase de José Bonifácio contida na sua representação a Assembléia Geral sobre a escravatura: a escravidão seria o “cancro que corrói as entranhas do Brasil”²⁸². A lógica dessa afirmação volta a aparecer anos depois, mas dessa vez nas palavras de um fazendeiro de café. Em sua Memória sobre a fundação e o custeio de uma fazenda o Barão de Paty do Alferes expressa que: a escravidão seria o “cancro roedor do Império do Brasil”. Após essa afirmação o barão começa a descrever qual a melhor maneira de administrar os escravizados de uma fazenda. A utilização das mesmas expressões não seria mero acaso e vale ressaltar as contradições e ambiguidades de um manual para administração de uma fazenda (e conseqüentemente seus escravos) e uma “crítica” à instituição da escravatura.

Essas visões ambíguas que envolveram intelectuais, políticos e fazendeiros da época contrastam com alguns relatos de viajantes e percepções mais holísticas sobre a escravidão. Geraldo Beauclair em sua tese de doutorado traz a citação de um viajante, Ewbank, que utilizamos no início do capítulo, ele realiza uma afirmação para nós

²⁸¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade; e NOVAIS, Fernando. Prometeus e Atlântis na forja da Nação. Economia e Sociedade. Campinas. V.12. n.2. 2003.

²⁸² CARVALHO, José Murilo. Escravidão e Razão Nacional. In: **Pontos e Bordados**: Escritos de História e Política. Belo Horizonte. UFMG. 1999. Pp.49.

fundamental: “Toda espécie de ofício era exercida por artesãos negros e aprendizes.” Isso nos revela indícios de que apesar de ser considerada por Cairu enquanto um elemento incompatível com a indústria, a mão de obra escravizada era empregada em larga escala nos ofícios mecânicos e fabris no Brasil.

O relato de Ewbank vai de encontro à produção historiográfica especializada. Luiz Carlos Soares identificou a presença de uma escravidão industrial na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX²⁸³. Nesses empreendimentos, havia uma maior presença de trabalhadores escravizados do que livres nas atividades industriais. Segundo Soares:

“Em quase todos os ramos da atividade industrial, os trabalhadores escravos desenvolviam as mesmas tarefas que os trabalhadores livres, demonstrando habilidade, perícia e destreza, qualidade estas indispensáveis ao processo manual de trabalho vigente nas oficinas artesanais e manufaturas”.²⁸⁴

É possível identificar a coexistência do trabalho de escravizados e livres em um mesmo empreendimento fabril no Brasil. Ainda assim, Soares destaca que há uma maior presença de escravos, e que estes seriam especializados para o trabalho industrial. Diante de um contexto de expansão das atividades fabris em meio a revolução industrial e o predomínio de trabalhadores livres nas fábricas inglesas, por que a opção dos proprietários de fábricas no Brasil foi continuar com os trabalhadores escravizados em sua maioria?

²⁸³ SOARES, Luiz Carlos. A Escravidão Industrial no Rio de Janeiro no século XIX. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica & Sexta Conferência de História de Empresas. Caxambu. 2003.

²⁸⁴ Ibid, 2003. Pp.2

Nesse sentido, Marcel Van der Linden esboça que para compreendermos o porquê o dono de um negócio opta por uma determinada relação de trabalho e não por outra é necessário analisar as considerações práticas que ele realiza. Entre essas considerações estão inclusos os custos de aquisição, de treinamento, supervisão, manutenção e substituição²⁸⁵. Isso nos guia a perguntar, qual seriam as considerações adotadas pelos proprietários das fábricas para optar pelo predomínio do trabalho escravizado?

Pretendemos pensar as configurações da escravidão industrial na cidade do Rio de Janeiro em um esforço de compreender a simbiose entre trabalho dos escravizados, estruturas escravistas e atividade fabril. Para isso, recorreremos a seguinte documentação: os anúncios de compra, venda, aluguel, procura e fuga de escravizados em fábricas nas páginas do Jornal do Comércio.

Essa documentação utilizada, o jornal do Comércio, apesar de ser um fenômeno recente no tempo histórico, remontando ao início da revolução francesa, os periódicos e a imprensa modificaram completamente o cotidiano e também estruturas sociais. A partir da difusão da palavra impressa transformaram-se as formas de sociabilidade, a percepção de tempo, as discussões políticas que saem dos palácios e ganham as ruas de maneira sem precedentes. De modo geral a imprensa é fundamental para o alargamento do espaço público e o aprofundamento do debate público. Não apenas isso, a imprensa acompanha e é partícipe da grande transformação da economia do ocidente que mercantiliza inúmeros aspectos da vida social inclusive a vigência de uma economia de mercado. Os anúncios, pagos por privados para que fossem publicados no jornal, são parte desse processo de expansão dos mercados.

²⁸⁵ LINDEN, Marcel Van Der. **Trabalhadores do Mundo**: Ensaio para uma história global do trabalho. Campinas. UNICAMP. 2013

Para esse trabalho selecionamos não os anúncios de propaganda das fábricas, mas aqueles que vendiam, compravam, alugavam ou procuravam trabalhadores escravizados. Dessa maneira, seria possível compreender as ofertas e demandas na força de trabalho escravas nas fábricas, suas mudanças no decorrer do tempo e a movimentação da ação e dos próprios sujeitos históricos no tempo e no espaço. Sendo assim, confeccionamos uma amostra da pesquisa, selecionando um mês dos respectivos anos 1840, 1845, 1850, para analisá-lo diariamente.

Selecionamos o mês de julho desses anos para fazermos nossa análise do espaço amostral da pesquisa. A partir do levantamento diário de informações foi possível chegar ao número de 105 anúncios envolvendo as fábricas do período e o trabalho escravizado. Entre todos esses anúncios, 100% deles se referiam a homens, havendo ausência de mulheres no exercício dos ofícios procurados para serem vendidos, comprados, alugados e etc...

Observando os números totais há um predomínio nos anúncios de venda de escravizados se somados todo o período. Como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 10: Anúncios totais de escravos operários nos anos de 1840, 1845 e 1850

Anúncio	Aparições	%
Vende-se	66	63%
Fugiu	16	15%
Precisa-se	13	12%
Aluga-se	10	10%
Total	105	100%

Fonte: Jornal do Comércio. Todas as edições para os anos de 1840, 1845, 1850. (Número percentual aproximado)

A aparição majoritária de anúncios vendendo escravizados demonstra que a possibilidade de venda era lucrativa e também que a procura essencial ocorria para ter escravizados próprios e não apenas alugá-los. Através da documentação da Junta de Comércio podemos verificar que essa tendência se confirmava. Em 1849 a fábrica de velas de propriedade de Afonso Vellado possuía o grande número de oitenta trabalhadores escravizados, sendo todos próprios.²⁸⁶ Uma quantidade elevada até mesmo se comparadas a fazendas de café do vale do rio Paraíba naquele mesmo período. João Eduardo Lajoux possuía em sua fábrica de sabão onde vinte e um de seus trabalhadores eram escravizados enquanto apenas seis estariam livres. Novamente todos os escravizados próprios²⁸⁷.

Diferentemente de outras práticas de escravização urbana, a preferência pelo escravizado próprio no lugar do trabalhador alugado nas fábricas do Rio de Janeiro possuía uma racionalidade. A possibilidade de reproduzir, não a força de trabalho, mas a técnica e o saber de determinado ofício no interior da unidade produtiva poderiam significar uma redução dos custos com aluguéis de escravizados oficiais e o aumento da própria produção mediante a compra de escravizados. Seria uma estrutura semelhante as das corporações de ofício, onde há mestres e aprendizes, porém com a compra de um escravo que possui conhecimento manufatureiro pode-se comprar outros que não possuam e o primeiro atuar enquanto “mestre” dos demais.

Tudo indica que seria isso que ocorria na fábrica de pentes de José Vieira Sarmiento. No ano de 1829 seu processo de pedido de provisão é analisado pela Junta de Comércio. Nele identificamos Joaquim Cabinda, João Moçambique, Francisco Dillo e José Carvalho como oficiais, portadores do conhecimento de um ofício mecânico, escravizados de propriedade de Vieira Sarmiento, ao mesmo tempo identificamos

²⁸⁶ ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 425, Pacote 1

²⁸⁷ ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 425, Pacote 1

Lourenço Cabinda, Luiz Dillo, Manoel Monjollo, Januário Benguela e Antonio também como escravizados, porém na função de aprendizes.²⁸⁸

A fábrica de chapéus da Companhia Braga & Rocha, que enviou pedido de provisão para Junta de Comércio no ano de 1848, nos leva a perceber também como o crescimento de uma unidade produtiva industrial se dava a partir da compra de trabalhadores escravizados. Em 1846 a fábrica possuía quatro trabalhadores escravizados, já ao final de 1847 esse número saltou para dezoito escravizados²⁸⁹.

Um dos escravos comprados nesse período se chamava Ricardo. É a partir da trajetória trágica desse escravizado que podemos abrir uma nova janela para observar as dinâmicas escravistas na indústria fabril, a saber: a violência. Encontramos no jornal Diário do Rio de Janeiro, no ano de 1852, a descrição de um processo criminal envolvendo um trabalhador escravizado. Tratava-se de Ricardo, escravo crioulo nascido em São Gonçalo, chapeleiro de profissão. Analfabeto, se apresentava ao tribunal aos 28 anos de idade apenas. Ricardo era escravo na fábrica de chapéus Braga & Rocha desde 1847/1848 quando foi comprado. Na frente da fábrica funcionava a dita loja de chapéus, tendo aos fundos a sala de administração, o local de produção de chapéus e a senzala. A fábrica era considerada de grande porte e segundo o testemunho de Ricardo contava com cerca de 30 trabalhadores escravizados, 12 a mais do que em 1847.

O destino inglório desse chapeleiro se inicia no relato do tribunal aproximadamente um ano antes, quando encontra com seu irmão pelas ruas do Rio de Janeiro e decide visitá-lo. Após voltar para a fábrica, Ricardo é punido tendo que carregar grilhões de ferro aos pés por mais de um ano. Durante esse tempo continuou realizando

²⁸⁸ ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 427, Pacote 1

²⁸⁹ ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x. Coleção da Junta de Comércio. Caixa 425, Pacote 1

seu ofício no empreendimento fabril. O mestre manufatureiro, responsável tanto pelo controle e correção dos escravos quanto pela organização do processo produtivo da fábrica era Thomaz Rocha, irmão do proprietário dos escravizados.

Após um ano com o ferro nos pés e a recusa de Thomaz Rocha em retirar-lhe o instrumento de tortura, Ricardo tenta, em vão, degolar-se. A atitude resulta em mais uma série de torturas na casa de correção, onde fora castigado. Em um domingo, Ricardo foi castigado mais uma vez, dessa vez com o uso da palmatória e do vergalhão. Desesperado e inconformado planeja se vingar do mestre manufatureiro e para isso esconde uma faca junto de si. Na segunda-feira, Ricardo compareceu à loja, na parte da frente da fábrica, onde estava sendo realizada uma obra. Obra esta, que no domingo ele havia deixado pela metade. Percebendo que seria mais uma vez castigado se atirou contra Thomaz Rocha, que no momento estava deitado, e com duas enxadadas o feriu na cabeça.

Outro homem, de nome Albino estava presente e tentou conter Ricardo. Momento o qual ele utiliza a faca que havia escondido. Porém, rapidamente a guarda de quarteirão chega e convence Ricardo a se entregar. Ao final do processo o chapeleiro consegue escapar da pena máxima: a condenação à morte. Sua sentença foi levar um ferro no pescoço por seis anos; quinhentos açoites na forma da lei e a condenação às galés perpétuas²⁹⁰.

A trágica história de Ricardo não era incomum. As fábricas na escravidão desenvolveram formas de disciplinar o trabalho e controlar as atividades laborais dos africanos escravizados a partir da utilização da tortura e dos aparelhos repressivos do então jovem Estado constitucional e seu dever de proteger os senhores e manter a ordem da escravidão. Para Ricardo, coube a resistência das mais variadas e possíveis formas.

²⁹⁰ JORNAL Diário do Rio de Janeiro. Todas as edições de 1840. Edição N. 8926

Algumas dessas formas de resistência envolveram retirar a própria vida, outras retirar a vida do senhor.

A tendência em buscar escravos próprios também levava com que se buscasse escravizados especializados em determinadas técnicas e ofícios. Isso é perceptível nos anúncios do Jornal do Comércio. Alfaiates, carpinteiros, calafates, canteiros, charuteiros, ferreiros, licoeiros, marceneiros, tanoeiros, oleiros, sapateiros, serradores, tamanqueiros foram os principais ofícios encontrados nas páginas de anúncios do Jornal.

No total dos anos selecionados há uma presença maior de anúncios relacionados aos escravizados que exerciam o ofício de alfaiate. Os alfaiates representavam 30% dos ofícios dos anúncios. Seguidos por sapateiros, 20%, e carpinteiros, 14%.

Se decomposmos esses dados nos anos vamos perceber que ocorre uma diversificação dos ofícios com o passar do tempo. Em 1840 é possível encontrar os seguintes ofícios: alfaiate, carpinteiros, ferreiro, oleiro, serrador, tanoeiro. Já em 1850 aumentam o número de ofícios encontrados, sendo eles: alfaiate, carpinteiro, calafate, canteiro, ferreiro, charuteiro, marceneiro, sapateiro, serrador, tamanqueiro e tanoeiro.

A diversificação é observada não apenas na maior variação dos ofícios, mas na não concentração dos anúncios em torno do ofício de alfaiate. Em 1840, 36% dos anúncios eram sobre escravizados oficiais em alfaiataria. Uma porcentagem superior a porcentagem geral dos três anos somados. Já em 1850, além de possuir um número maior de anúncios (47 anúncios), os alfaiates não são mais um ofício tão predominante. Foram encontrados 13 anúncios sobre escravizados alfaiates, oito de escravos carpinteiros, sete sapateiros, seis ferreiros e seis charuteiros.

Essa maior diversidade se relaciona com o crescimento fabril ocorrido durante a década de 1840. Se considerarmos a documentação da Junta de Comércio podemos

observar um maior número de fábricas encontradas nessa década, mesmo comparada com a primeira década após a liberação do estabelecimento de manufaturas em solo brasileiro.

Tabela 11: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio na Corte por década (1809-1850)

Década	Fábricas encontradas na Corte
1809- 1818	33
1819-1828	19
1829-1838	19
1839-1850	45

Fonte: Todas as fábricas encontradas na cidade da Corte na Junta de Comércio pôr década (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

O crescimento das fábricas nesse período também é perceptível se consideramos os dados do Almanack Laermert. Realizamos um levantamento das fábricas encontradas no almanack para os anos de 1844 até 1850 e podemos perceber como há mais fábricas ao final da década.

Tabela 12: Fábricas encontradas na Corte entre 1844-1850

Ano	Fábricas encontradas na Corte
1844	34
1845	139
1846	153
1847	185
1848	213
1849	226
1850	246

Fonte: Todas as fábricas da corte por ano através dos Almanaks Laemmert. Fonte: Laemmert. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850

A grande pergunta que se impõem é: porque no aos 1840 houve um acelerado crescimento industrial no Rio de Janeiro? O “surto” manufatureiro nos anos 1840 é um consenso entre os historiadores que investigam a indústria nesse período. Porém, as razões que conduziram a isso não são tão consensuais. Eulália Lobo defende que o bom ambiente para o crescimento industrial na década de 1840 se dava por duas razões: a introdução de máquinas a vapor e hidráulicas na produção manufatureira e a tarifa Alves Branco de 1844 que teria garantido pela primeira vez e por um certo período proteção as fábricas nacionais²⁹¹. Sobre esse último ponto concorda Luiz Carlos Soares, mas mostrando que o Estado brasileiro adotou outras medidas de incentivo que foram fundamentais para o crescimento fabril como subvenções aos estabelecimentos de grande porte e a extensão a todos os estabelecimentos de grande porte isenções alfandegárias²⁹².

Apesar de coerentes, esses argumentos se demonstram insuficientes. Em primeiro lugar, como observamos não foram apenas as fábricas de grande porte (as que estavam sendo protegidas pelo estado) as que se expandiram. As fábricas como um todo se multiplicaram e isso não fica restrito a uma medida protecionista, uma vez que parte das mercadorias fabricadas nas fábricas nacionais tinha como destino a exportação. Concordamos com Beauclair que foi preciso ao demonstrar que mesmo que Alves branco quisesse imprimir a reforma tarifária um caráter protecionista, a tarifa de 1844 foi eminentemente para aumento de arrecadação do orçamento do Estado. Sendo assim, explicar o crescimento fabril na década de 1840, responsável por construir as bases para o crescimento na década seguinte e a posterior consolidação da industrialização no Rio

²⁹¹ LOBO, Eulália. Período de Desenvolvimento e Predominância da Economia de Plantação do Café. In: **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978.

²⁹² SOARES, Luiz Carlos. *Escravidão Industrial*. In: **O povo de cam na capital do Brasil: escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro. 7letras. 2011.

de Janeiro é um desafio. Nas palavras de Beauclair, é esse período o responsável por ser a raiz da nossa indústria²⁹³. Nossa primeira opção é em não separar as atividades fabris da economia escravista. A economia escravista que após o regresso conservador e reabertura do tráfico ilegal de escravizados demonstrou sua face de crescimento e expansão mais pujante. Nosso pressuposto é que o crescimento do tráfico ilegal de escravizados e o recrudescimento da escravidão impulsionaram a multiplicação das atividades fabris no Rio de Janeiro. Nessa mesma perspectiva, Silvana Andrade desenvolveu sua pesquisa sobre a fábrica Têxtil de Todos os Santos na Bahia, mostrando como capital do tráfico ilegal de escravizados se diversificou em um empreendimento fabril de grande porte e moderno, sendo durante um bom período a maior fábrica têxtil do Brasil²⁹⁴.

E aqui que nos cabe uma nova pergunta: porque não o têxtil? Como vimos anteriormente os principais setores fabris a crescer foram o setor de fumo e o setor de vestuário e limpeza. Porque esses e não outros? A questão que se coloca é porque seriam aqueles setores (vestuário e limpeza e fumo) os predominantes? Porque foram as fábricas de chapéu, velas, sabão, cigarros e charutos as que mais floresceram, adquiriram maior escravaria e investiram em novas tecnologias? Porque são essas fábricas que estão se concretizando enquanto diversificação do capital?

Para responder essas perguntas recorreremos a um duplo caminho: a exclusão dos escravizados do mundo do consumo de boa parte dessas mercadorias manufaturadas e a participação dessas mercadorias no comércio negreiro. O primeiro ponto é o que vamos chamar de aspecto ideológico da mercadoria manufaturada. Um escravizado que trabalha

²⁹³ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Visão e Revisão: pensamentos e práticas. In: **Raízes da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992.

²⁹⁴ Silvana Andrade dos. **Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista**: A sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica têxtil de Todos os Santos (1844-1878). Tese de Doutorado. Instituto de História. UFF. Niterói. 2020

em uma fábrica tem uma relação social diferente de um escravizado que trabalha em uma lavoura de café por exemplo. Ao colher, torrar, plantar o café, a mercadoria posteriormente sai do espaço da fazenda e vai ser destinada a exportação, e mesmo que seja para o mercado local trate-se de commodities e não de insumos básicos de subsistência. O café, o açúcar, o tabaco e o algodão não alteram em si as hierarquias de uma sociedade escravista.

Porém, a produção de mercadorias manufaturadas fabricadas pelos próprios escravizados tem uma função ideológica. O colete, o sapato, o sabão, o tipo de chapéu, o cigarro, o charuto, a carruagem entre quase todas as outras mercadorias manufaturadas são elementos não apenas de distinção social, mas também definem e marcam visualmente e no cotidiano da vida do século XIX quem é livre e quem é escravizado. Por isso, a frase de Debret no início do capítulo. Uma cidade com muitas fábricas de sapato, repletas de trabalhadores escravizados que andam descalços.

O escravizado, descalço, produzia a mercadoria que distinguia na hierarquia social, livres e escravos, como era o caso dos sapatos. A produção das fábricas nesse período era de um conjunto de produtos que eram signos das diferenças sociais contribuindo para perpetuar o ethos senhorial. Na nova escravidão do século XIX, senhores, negociantes e outros proprietários investiam seus cabedais em fábricas, investiam na compra de escravizados especializados para trabalhar nessas fábricas para que esses escravizados produzissem artigos que seriam consumidos exatamente para diferenciá-los. Essa perversidade não se encontra necessariamente em uma lavoura de café ou de cana-de-açúcar, onde sabidamente estão produzindo, em sua maioria, para fora dos limites das fazendas e das comunidades do interior. Nas fábricas, era o escravo o responsável em nível de trabalho pela produção dos elementos que significariam a sua própria exclusão social. E esse aspecto está longe de ser simbólico, mas passa pela cultura

material de uma sociedade escravista. Afinal, quem foi forçado a andar com os pés no chão pelas ruas do Rio de Janeiro após passar o dia a produzir vários sapatos sabia que se tratava de um elemento material. E por ser algo material, algo que atua diretamente no corpo do escravizado e nos sentidos sociais é que estamos chamando de ideológico e não de um aspecto simbólico.

O mesmo que ocorria com os sapatos acontecia também com as outras mercadorias produzidas nas fábricas brasileiras do oitocentos; sabão; velas; chapéus; carruagens; charutos; cigarros entre outros. O tipo de chapéus utilizado, o acesso a materiais de higiene pessoal como o sabão (e as diferentes qualidades do mesmo), a iluminação do ambiente noturno, além dos costumes, tudo isso havia diferenças entre livres e escravizados e eram delimitados pelos produtos confeccionados nas fábricas. Luiz Felipe Alencastro já havia apontado os esforços de livres, especialmente senhores, em estabelecer diferenças de hábitos para os escravizados. E isso iria afetar o consumo de artigos manufaturados. Segundo ele:

“Mas fumar o charuto, e não o cachimbo, preferido pelos europeus. O motivo desse desvio da moda ocidental respondia à constatação de que muitos negros brasileiros também fumavam cachimbo, seguindo o costume ancestral africano. [...] Não teria sido esse o único momento em que os brasileiros tiveram de apartar-se da moda ocidental por causa do chão social do país.”²⁹⁵ (ALENCASTRO, 1997, p.62-63)

²⁹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando. História da Vida Privada no Brasil: Império, a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo. Companhia das Letras. 1997. Pp. 62-63.

Dessa maneira é possível compreender também um pouco da explosão no número de fábricas de charutos e cigarros por todo o país. O mesmo pode-se estendido para outros produtos.

Ainda assim, as mesmas engrenagens das relações sociais escravistas que originaram escravos produzindo mercadorias que significassem sua exclusão social, também gerou fábricas que utilizaram mão de obra livre para atender as demandas e dinâmicas da escravidão. É o caso da fábrica de Santo Aleixo, localizada em Magé, a companhia norte-americana se instalou no Brasil em 1849 e fabricava tecidos de algodão. Nela trabalhavam 100 operários, todos livres e apenas um décimo de trabalhadores nacionais. Sendo assim, esse caso isolado poderia dar a entender que se tratava de uma fábrica alheia as dinâmicas de uma economia escravista. Porém, é nos seus anúncios correntemente vinculados ao Jornal do Comércio que podemos observar que sua produção de tecidos era voltada para atender as demandas do escravismo. Santo Aleixo produzia panos grossos a partir do algodão, utilizado principalmente como vestimenta dos escravizados.

“Vende-se, no depósito da fábrica nacional de Santo Aleixo, na rua do hospício n.11, pano de algodão grosso, muito encorpado, feito na dita fábrica, próprio para roupa de preto por ser muito forte, servindo também para sacos.”²⁹⁶

A escravidão fabril, portanto, possui uma dimensão ideológica na escolha de quais fábricas serão abertas, em quais fábricas investir e em quais produtos fabricar. Mesmo os casos isolados, de fábricas que possuíssem mão de obra completamente livre, é impossível separá-las das redes e conexões da economia escravista e por isso mesmo,

²⁹⁶ (Jornal do Comércio, Janeiro de 1850)

impossível de que uma fábrica com trabalhadores livres opere em sentido contrário a estrutura da escravidão.

Consideramos que essas fábricas cresceram na década de 1840 devido a essa função ideológica, mas também a participação desses empreendimentos no trato negreiro. Nossa primeira suspeita era de que as mercadorias desses setores eram em grande parte exportadas. Buscamos, então nos relatórios dos ministros da secretaria de negócios da fazenda mais indícios sobre a exportação de manufaturados brasileiros. No ano financeiro de 1841-1842 consta no relatório do ministro Joaquim Francisco Vianna que sabão, pólvora, chocolate, tamancos e rapé estariam entre as principais mercadorias exportadas naquele ano²⁹⁷. Esse indício confirma que de fato havia mercadorias manufaturadas sendo exportadas pelo Brasil. No ano seguinte, primeiro do ministério de Alves Branco, além dessas mercadorias, o relatório indica algodão em fios, charutos e cigarro como componentes das principais exportações nacionais²⁹⁸. O Relatório para o ano seguinte traz informações mais detalhadas como a quantidade, valores e locais para os quais os manufaturados nacionais foram exportados.

TABELA 13: Mapa de exportações do consolado da Corte

Ano financeiro 1843-1844

Mercadoria	Destino	Quantidade	Valor (Réis)
Charutos e Cigarros	Estados do Rio da Prata	101.500 unidades	710\$500
	Chile	33.450 unidades	234\$150
	Grã-Bretanha e Possessões	86.300 unidades	604\$100
	Portugal e possessões	908.600 unidades	6:213\$550

²⁹⁷BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim Francisco Vianna. Proposta e Relatório do ano de 1842 apresentados a assembléia geral legislativa segunda sessão da quinta legislatura. 1843.

²⁹⁸BRASIL. Ministério da Fazenda. Manoel Alves Branco. Proposta e Relatório do ano de 1843 apresentados a assembléia legislativa terceira sessão quinta legislatura. 1844.

Chocolate	Estados do Rio da Prata	147-7 arrobas	1:443\$800
	Grã-Bretanha e possessões	9 arrobas	80\$400
	Portugal e possessões	9 arrobas	80\$400
Rapé	Chile	428 libras	428\$000
	Cidades Hanseáticas	154 libras	154\$000
	Estados do Rio da Prata	3.817 libras	3:817\$000
	França	36 libras	36\$000
	Grã-Bretenha e possessões	100 libras	100\$000
	Portugal e possessões	428 libras	428\$000
	Sabão	Chile	868-24 arrobas
Sabão	Estados do Rio da Prata	203-16 arrobas	651\$200
	Portugal e suas Possessões	705- 4 arrobas	2:550\$400
	Tamancos	Estados do Rio da Prata	14.412 unidades
Tamancos	Portugal e suas Possessões	200 unidades	107\$300

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Manoel Alves Branco. Proposta e Relatório do ano de 1844 apresentados a assembléia geral legislativa primeira sessão sexta legislatura. 1845

É surpreendente tanto a diversidade de locais que recebiam os produtos manufaturados advindos do Brasil, quanto à quantidade. Continuamos a verificar os relatórios dos ministros da fazenda nos anos seguintes e encontramos mais informações sobre as exportações de manufaturados. Por exemplo, para o ano financeiro de 1844-1845 consta a exportação de cerveja e licor para outros países. Já para o ano de 1845-1846 consta uma tabela comparativa dos últimos cinco anos, ou seja, compara as exportações de 1840 com de 1845. A partir desse dado é possível perceber como se confirma a expansão do setor fabril na década de 1840. Vejamos:

Tabela 14: Demonstração Comparativa da exportação do Rio de Janeiro (1839-1840, 1844-1845)

Mercadoria	1839-1840		1844-1845	
	Quantidade	Valor (Réis)	Quantidade	Valor (Réis)
Calçado	45.182 pares	13:619\$880	18.689 pares	4:111\$580
	749.090 uni.	4:491\$540	1.352.340 uni.	9:183\$580
Charuto e Cigarro	2.949 libras	2:923\$500	821 libras	246\$300
Chocolate	20.189 libras	5:678\$156	12.922 libras	4:017\$420
Fios de Algodão	-----	-----	30.208 libras	12:272\$000
Pólvora	2.815 libras	2:815\$000	4.174 libras	4:984\$000
Rapé	9.581 libras	1:150\$200	124.522 libras	12:425\$500
Sabão	6.909 varas	2:432\$100	2.776 varas	700\$540
Tecidos de Algodão				

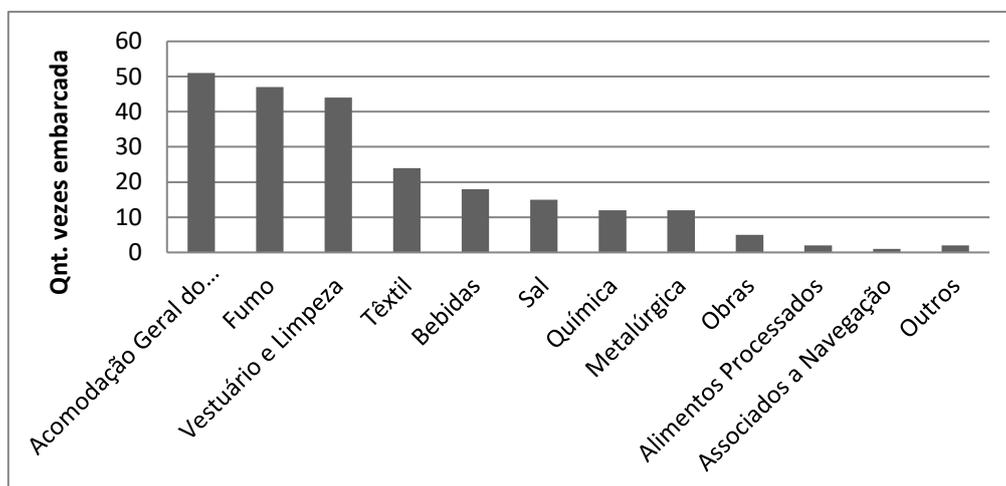
Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Antonio Francisco di Paula e Yollanda e Cavalcanti de Albuquerque. Proposta e Relatório do ano de 1846 apresentados a assembléia geral legislativa quarta sessão sexta legislatura. 1847

Diante desses indícios, buscamos no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro dados que pudessem confirmar essas observações. Em sua parte comercial, que publicava diariamente os navios, os consignatários, o destino e as mercadorias exportadas foi possível encontrar as mercadorias manufaturadas da Corte sendo comercializadas para o exterior. É possível, portanto, realizar um levantamento diário de todas as saídas de exportação de manufaturados brasileiros pelo porto do Rio de Janeiro. Nossa primeira precaução foi identificar se tratava-se de mercadorias exportadas produzidas por nacionais ou simplesmente reexportações. Embora os dados dos relatórios do ministério da fazenda especificassem que eram exportações nacionais. Observamos que as informações sobre exportações e reexportações eram discriminadas de maneira distinta no Jornal do Comércio. Por exemplo, na edição do dia 18 de outubro de 1845, na parte comercial o jornal arrola a lista de exportações realizadas no dia anterior. Entre elas está um carregamento feito por J.J. de Souza de 1.200 espingardas e 600 caixas de sabão com destino a Angola. Porém, é indicado pela edição do jornal que se tratavam de mercadorias reexportadas. O mesmo acontece dezenas de outras vezes indicações das mercadorias que estariam sendo reexportadas.

Dessa maneira, analisamos diariamente a parte de exportações do Jornal do Comércio em três anos distintos: 1840, 1845 e 1850. Essa escolha foi feita para termos um panorama geral das exportações de manufaturados brasileiros na década de expansão da atividade fabril no Rio de Janeiro, de multiplicação das associações anônimas de negócios e da intensificação do tráfico ilegal de escravizados. Nosso objetivo posteriormente é construir uma série histórica com as exportações diárias de manufaturados. Para isso desconsideramos as mercadorias que estivessem sendo reexportadas por entendermos que não se tratavam de produtos confeccionados no Rio de Janeiro. Além disso, buscamos como objeto as mercadorias manufaturadas, isso significa dizer que não pretendemos dar conta de toda mercadoria que estava sendo exportada em uma determinada embarcação. O que estamos perseguindo é a produção das fábricas do Rio de Janeiro sendo escoadas pelo porto. Dessa maneira, anotamos demais mercadorias como café, açúcar, aguardente e outras apenas quando despachadas na mesma embarcação, pelo mesmo negociante e de forma conjunta com produtos manufaturados. Com isso foi possível construir um banco de dados para cada um desses anos com informações como: nome, tipo e bandeira da embarcação; negociante que exportava os manufaturados; a mercadoria exportada; a quantidade além das demais mercadorias em conjunto.

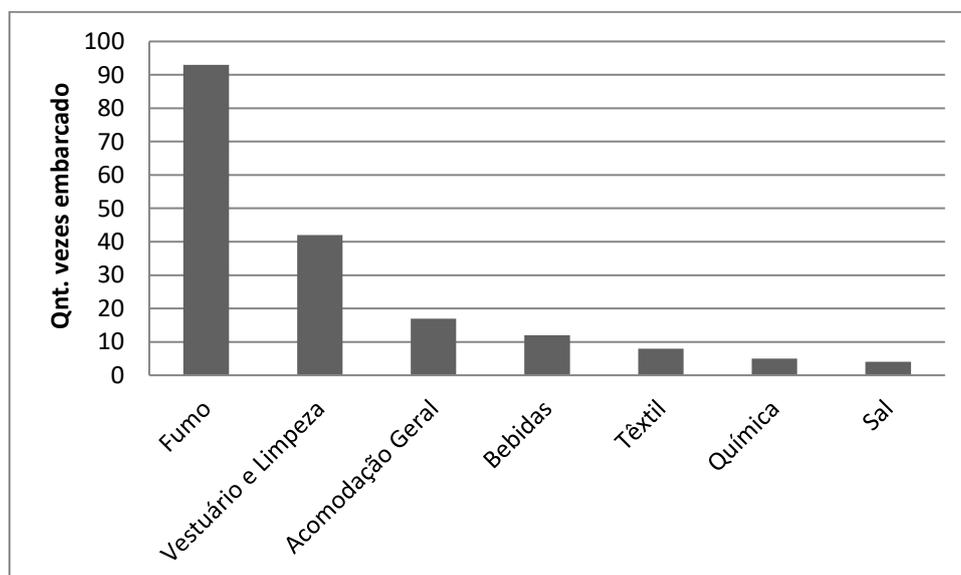
A partir desses dados, nossa primeira questão foi tentar compreender qual setor da indústria fabril mais exportava. Para isso não comparamos a quantidade, uma vez que cada mercadoria possuía métodos de produção, unidades de medida e formas de exportação (algumas em caixas outras em sacos) distintas. Contabilizamos as vezes que cada mercadoria embarcou para ser despachada. Depois disso, reagrupamos cada mercadorias nas categorias que estabelecemos anteriormente de setores fabris.

GRÁFICO 28: Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1840



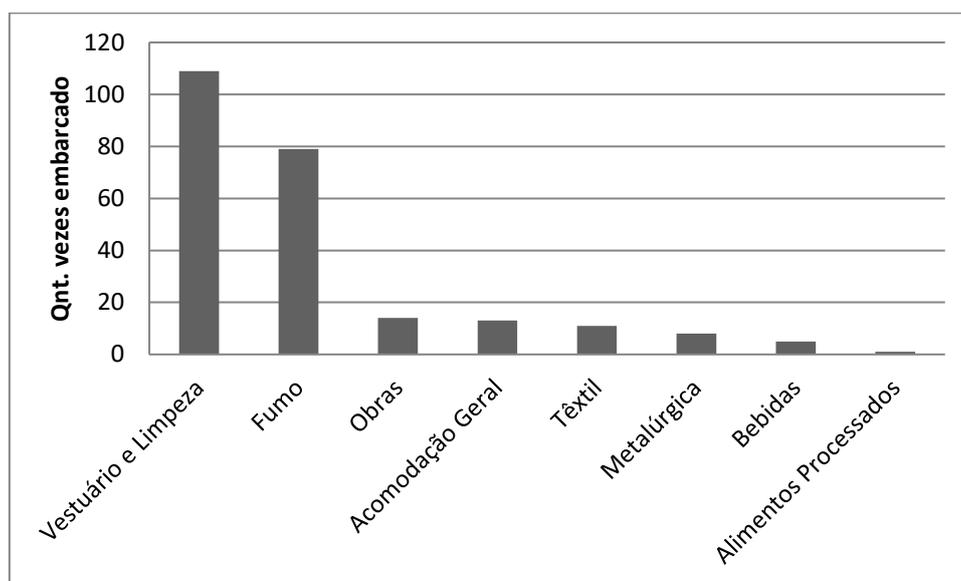
FONTE: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para o ano de 1840.

GRÁFICO 29: Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1845



FONTE: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para o ano de 1845

GRÁFICO 30: Mercadorias manufaturadas exportadas por setor fabril em 1850



FONTE: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para o ano de 1850

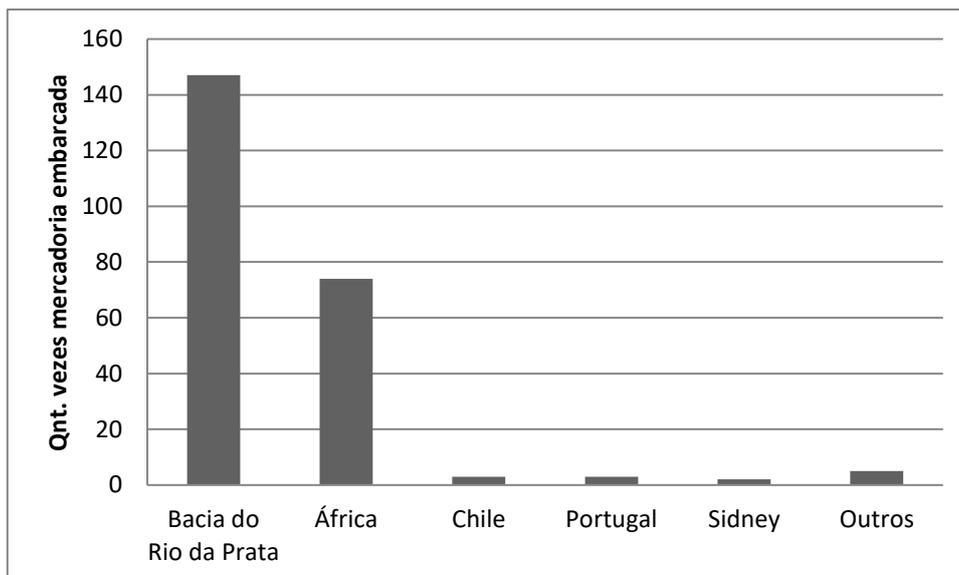
Obviamente, as flutuações nos setores exportadores precisam ser consideradas a partir de análises conjunturais de cada momento. Ainda assim, algumas apreensões são possíveis de serem feitas, como por exemplo, o fato de o setor de fumo e de vestuário e limpeza estarem entre os que mais exportam. Se somados, representam 51% das exportações em 1840; 75% das exportações em 1845 e 78% das exportações em 1850. Também existe uma diminuição no número de setores exportadores se compararmos 1840 com 1850. Se adicionarmos esse último dado com as informações sobre a expansão das fábricas e os setores que estão se expandindo é possível se tratar de uma especialização de determinados setores na indústria fabril no Rio de Janeiro. A multiplicação de fábricas de velas, chapéus, sabão, cigarros e charutos quando observadas à luz de serem as

protagonistas na exportação de manufaturadas ajudam a demonstrar o investimento e especialização nesses setores.

Precisamos ressaltar também um setor que consta entre 1840 e 1850 que não identificamos nos levantamentos sobre as fábricas: o setor metalúrgico. Consideramos como sendo desse setor toda e qualquer mercadoria constituída a partir da manipulação e transformação do ferro. Desde serras, rodas de ferro, correntes de ferro até mesmo typos para imprensa. Outro elemento que nos chamou atenção foi o grande número de exportação do setor de Acomodação Geral do Povo em 1840. Ali essa quantidade se materializou pela incidência de exportações de tamancos. Como observamos comparando os anos de 1839-1840 e 1844-1845 há uma queda na quantidade de calçados exportados em geral, o mesmo podemos ver acontecer em relação aos tamancos.

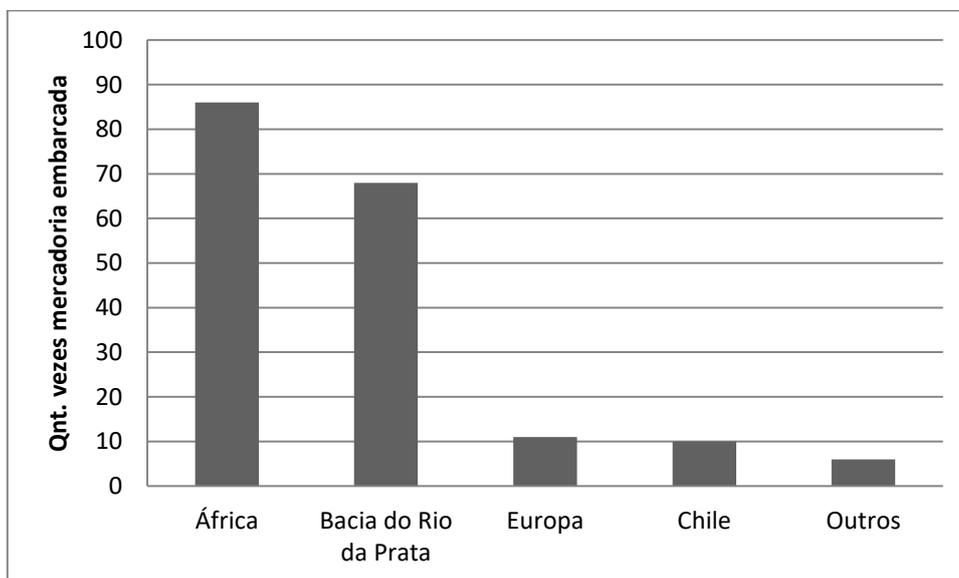
No decorrer desses três anos encontramos essas mercadorias sendo exportadas para diferentes locais: Buenos Aires, Montevideo, Valparaíso, Califórnia, Luanda, Benguella, Goa, Madagascar, Cabo da Boa Esperança, Lisboa, Hamburgo, Rússia, Sidney, Cingapura e etc. Porém, a maioria se concentrava em regiões da África e na bacia do rio da prata. Portanto, resolvemos agrupar em uma mesma região cidades como Montevideo e Buenos Aires ou Luanda e Benguella. Nosso objetivo é tentar compreender quais mercados estão demandando e consumindo os manufaturados brasileiros.

GRÁFICO 31: Exportações de manufaturados por Região de destino em 1840



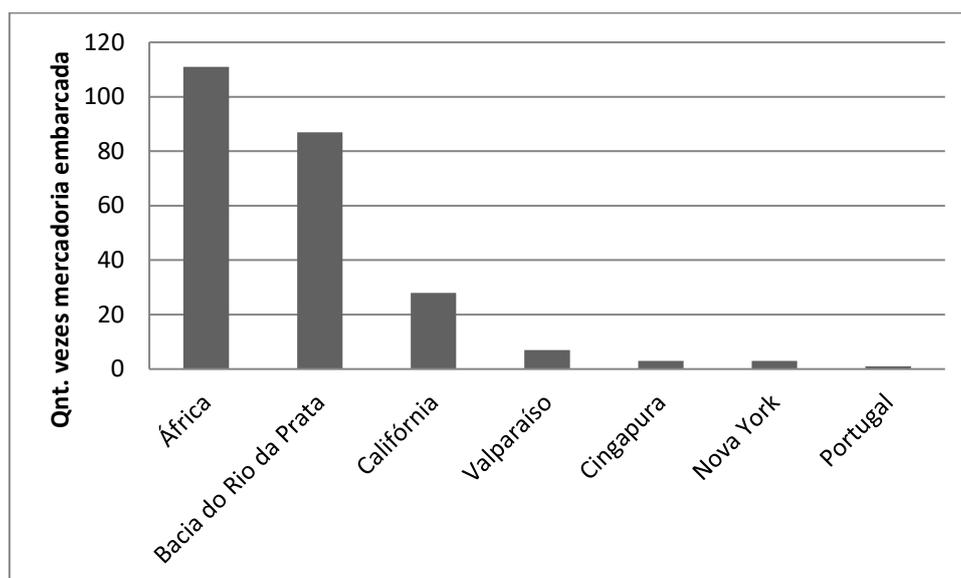
FONTE: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1840.

GRÁFICO 32: Exportações de manufaturados por Região de destino em 1845



FONTE: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1845

GRÁFICO 33: Exportações de manufaturados por Região de destino em 1850



FONTE: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1850

É nítido o predomínio das exportações destinadas para a Bacia do Rio da Prata e para África, se configurando enquanto os dois principais mercados de manufaturados produzidos no Rio de Janeiro. O Chile também foi outro destino frequente. Alguns deles podem ser explicados mais por razões conjunturais, como é o caso das exportações para Califórnia em 1850. Iniciada no final da década de 1840 a corrida do ouro na Califórnia irá demandar uma série de produtos manufaturados e as fábricas brasileiras entraram nesse circuito, especialmente as fábricas de tijolos, velas, sabão e sapatos.

Para a África e para a Bacia do Rio da Prata devido a grande quantidade de exportações realizadas para essas regiões é interessante compreender quais seriam as principais mercadorias e setores da indústria fabril que estavam exportando para elas. Em 1840 houve um equilíbrio, tanto a região da bacia do rio da Prata quanto na África em relação aos setores exportadores: fumo, vestuário e limpeza e acomodação geral do povo mantiveram dados bem próximos (por volta de mais ou menos 20% cada uma dessas exportações). Se somados, Vestuário e Limpeza e Fumo nesses anos representavam em

conjunto 58% das exportações destinadas à África e 69% das exportações manufaturadas destinadas para a bacia do rio da prata. Em 1850 a tendência permanece, mas como vimos anteriormente sem a presença tão significativa do setor de Acomodação Geral do Povo. Na África, o setor de fumo e vestuário e limpeza deixaram para além de representar a maioria das exportações se tornaram predominantes, juntos representavam 87% de todas as mercadorias manufaturadas exportadas para o continente. Já na Bacia do Rio da Prata essa configuração foi um pouco diferente. Lá o setor de Vestuário e Limpeza predominou mais que o fumo, sendo responsável sozinho por 59% das exportações para aquela região.

A grande quantidade de exportações de manufaturados para África, especialmente Benguella e Luanda, nos fez questionar se haveria alguma relação entre essas mercadorias e o tráfico ilegal de escravizados. Investigando a trajetória de Manoel Pinto de Fonseca e seus negócios no período da ilegalidade do tráfico de escravizados, João Marcos Mesquita identifica no Brasil o funcionamento de uma mecânica da estrutura do tráfico chamada por David Eltis de joint stocks. O objetivo do joint stocks seria manter a lucratividade do tráfico, mesmo com os altos riscos desse negócio (aquela altura ilegal). Mais do que as formas de funcionamento desse mecanismo, o que nos interessa é observar que ele utiliza (ou pode utilizar) de mercadorias manufaturadas para o seu funcionamento. No joint stocks grandes traficantes adquiriam mercadorias de grande interesse comercial e revendiam aos pequenos negociantes e investidores do contrabando negreiro criando assim uma relação de dívida entre os pequenos negociantes e os grandes traficantes, assegurando a alta lucratividade do empreendimento para os traficantes.²⁹⁹

²⁹⁹ MESQUITA, João Marcos. Negócios da Ilegalidade: a atuação de Manoel Pinto da Fonseca no comércio ilícito de escravos (c. 1835-c. 1850). In: Tráfico e Traficantes na Ilegalidade. Pessoa, Thiago Campo; Santos, Silvana Andrade e Saraiva, Luiz Fernando. São Paulo. HUCITEC. 2022

O ponto que o mecanismo do joint stocks nos revela nos estudos sobre as fábricas é menos sobre a relação entre negociantes e mais sobre a utilização de manufaturados nessa técnica do tráfico ilegal. João Marcos Mesquita indica que isso era feito a partir da importação de manufaturados ingleses. Porém, depois de analisarmos os dados acima, suspeitamos que poderia existir relação entre as mercadorias das fábricas nacionais e o tráfico de escravizados. Para isso, realizamos o cruzamento de dois bancos de dados: aquele que produzimos sobre as exportações de manufaturados nacionais nos anos de 1840, 1845 e 1850 e o banco de dados do SlaveVoyages. Isso foi possível devido à presença do nome, bandeira e tipo de embarcação descrito em ambos os bancos de dados. Depois de identificados os nomes das embarcações observamos a região de origem para saber se partiam mesmo do Rio de Janeiro. Os dados do SlaveVoyages têm os anos das expedições especificadas não pelo ano de saída das embarcações no porto do Brasil, mas o ano de desembarque dos escravizados aqui. Sabendo que uma expedição negreira poderia demorar alguns meses e com o objetivo de circunscrever melhor o objeto estudado utilizamos não apenas os dados dos três anos aqui recortados, mas dos anos imediatamente seguinte. Assim seria possível identificar se uma embarcação que sai do porto do Rio de Janeiro com mercadorias manufaturadas foi utilizada no retorno para o desembarque de africanos ilegalmente escravizados. Para o ano de 1850, como é o último antes do fim do tráfico de escravos, utilizamos também as informações do contrabando de 1849. Dessa maneira, é possível compreender empreendimentos que desembarcaram africanos ilegalmente escravizados em 1849 no Rio de Janeiro e depois embarcaram mercadorias manufaturadas para realizar novas expedições no continente africano.

TABELA 15: Mercadorias manufaturadas exportadas em viagens negreiras (1840, 1845, 1850)

<i>Embarcação</i>	<i>Ano</i>	<i>Negociantes das Mercadorias</i>	<i>Mercadorias Manufaturadas</i>	<i>Escravizados Desembarcados</i>
<i>Esperança</i>	1840	Jacinto Corrêa Bittencourt, Lins Palmeira, Diogo Esteves da Silva, L. A. Martins	Licor, prensa, fios de algodão, camisas, calças, jaquetas de chita	375
<i>Feliz Ventura</i>	1840	Francisco José da Silva	Licor	-----
<i>Onze de Novembro</i>	1840	Robert Hyne	Pólvora	-----
<i>Paquetes do Rio da Prata</i>	1840	G. Augusto Alexandre, José Dias Coperllino e cia	Charutos	-----
<i>Treze de Junho</i>	1840	Francisco Fernandes Guimarães	Sabão e Vidro	-----
<i>Tejo</i>	1840	Joaquim Arsênio da Silva e José Maria da Natividade	Cal, licor	670
<i>Vencedora Feliz</i>	1840	José Luiz da Silva Vianna, José Borges da Costa, A. José de Serpa	Enxadas, fósforos, charutos	-----
<i>Andorinha</i>	1840- 1841	Manoel Gonçalves da Silva	Charutos e Cerveja	1
<i>Mariana</i>	1840- 1841	Francisco Fernandes Guimarães	Calçados, Velas, jaquetas, calças, gravatas	-----
<i>Nova Inveja</i>	1840- 1841	Antonio Fernandes Coelho	Pólvora	-----

<i>Tejo</i>	1840-1841	José Maria Natividade e Joaquim Arsênio da Silva	Licor, cal	-----
<i>Vencedora Feliz</i>	1840-1841	José Luiz da Silva Vianna, José Borges da Costa, A. José de Serpa	Enxadas, fósforos, charutos	-----
<i>Bela Manoela</i>	1845	Veríssimo Luiz de Almeida, Antonio Joaquim da Silva Porto, João dos Santos, Joaquim Domingues da Silva	Sabão e Charutos	-----
<i>Constância</i>	1845	Antonio José Pereira de Carvalho, . Fortunato da Cunha, J. da Silva Pereira, G. A. M. Pereira, A. J. da Silva Castro, B. T. Bastos, M. de Castro Martins, A. J. Coelho da Rocha, A. D. Ramos, J. A. de Almeida, A. P. R. Guimarães, J. M. Meira, D. M. de Souza, Jorge José de Souza, D. J. F. Bastos, J. R de Carvalho	Sabão, charuto, licor, chapéu, cigarro, sapato e rapé	-----
<i>Relâmpago</i>	1845	Antonio José Pereira de Carvalho, A. T. da Silva Leal, F. J.	Charutos, sabão, papel e licor	-----

		Pacheco, C. J. de Góes Vianna		
<i>Teixeira</i>	1845	J. da Silva Campos	Charutos	420
<i>Imperial Pedro</i>	1845- 1846	J. Xavier de Carvalho, M. da. C. Lima, M. da. Castro Martins, Antonio Pereira de Carvalho	Charuto e Sabão	-----
<i>Isabel</i>	1845- 1846	Rodrigo José Fernandes, Leite e Cia, João Ignácio de Carvalho, J. A. Avellar	Licor, sabão, charuto, calça	-----
<i>Esperança</i>	1849- 1850	José Maria de Sá, J. C. Ferreira, M. J. Teixeira	Sabão, charutos, rodas de ferro, espingardas	-----
<i>General Rêgo</i>	1849- 1850	Carvalho e Rocha, L. F. Noronha, J. L. Coelho, J. S. Leão, F. X. A. Ribeiro, J. C. Vianna, Amaral e Bastos, M. J. Oliveira Sampaio, M. R. Mesquita Vianna, P. E. Guimarães, Antonio Pereira de Carvalho, J. C. Ferreira, M. C. Reis	Sabão, charutos, velas e cervejas	-----
<i>Providência</i>	1849- 1850	A. Aranaga	Velas e Cerveja	1250
<i>Pensamento Feliz</i>	1850	J. T. de Carvalho, J. P. de	Chapéus, Charutos e Licor	-----

	Oliveira Bastos, A. B. de Lacerda, J. C. Ferreira, J. Oliveira Guimarães, J. M. Leite		
--	--	--	--

TABELA 5: Mercadorias manufaturadas exportadas em viagens negreiras (1840, 1845, 1850). Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para os anos de 1840, 1845 e 1850. DataBase Voyages.

Considerando que o período abordado é a era do contrabando e da ilegalidade do tráfico e que, portanto os registros das viagens tentam escapar da visão do Estado por se tratar de um crime, ainda assim é possível identificar viagens negreiras que utilizaram de mercadorias manufaturadas para realizar suas operações de contrabando. Sendo assim, é possível que até mais viagens como essas tenham sido realizadas e que outras exportações de mercadorias manufaturadas tenham sido utilizadas em operações de contrabando. Ainda assim, as viagens das embarcações Pensamento Feliz, Providência, General Rêgo, Esperança, Isabel, Imperial Pedro, Teixeira, Relâmpago, Constância, Bela Manoela, Vencedora Feliz, Tejo, Nova Inveja, Mariana, Andorinha, Treze de Junho, Paquetes do Rio da Prata, Onze de Novembro e Feliz Ventura é uma informação que confirma a hipótese da relação entre o tráfico e as fábricas nacionais da primeira metade do século XIX.

Um caso que pode ser uma boa janela de observação é o de Antonio José Pereira de Carvalho. Esse negociante conta como tendo negócios nas exportações das viagens negreiras das embarcações Relâmpago, Imperial Pedro, Constância e General Rêgo. Sua participação nesses empreendimentos chamou a atenção, pois ele era um dos maiores

exportadores de sabão nos anos analisados. No ano de 1845 ele sozinho foi responsável por dez embarques de mercadorias manufaturadas sendo cinco dessas com destino a África. Em 1850 ele também aparece enquanto grande exportador, mas dessa vez sua mercadoria tem como destino Montevideo. No total, no ano de 1845 foram exportadas por ele cerca de 1.550 caixas de sabão e 10.377 libras de sabão.

O nome de Antonio José Pereira de Carvalho não consta apenas enquanto negociante com participação no tráfico ou apenas exportador de mercadorias manufaturadas, ele também era proprietário de uma fábrica de sabão. A dita fábrica ficava localizada em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, no número 67. Ou seja, A. J. Pereira de Carvalho era um negociante envolvido com o tráfico e proprietário de uma fábrica de sabão.

Em 25 de novembro de 1847, Pereira de Carvalho entra com um pedido de provisão na Junta de Comércio. Ele apresenta sua fábrica como estando montada em “ponto grande” e possuindo três grandes caldeiras, sem especificar se seriam a vapor ou não. Ele lista os materiais que utiliza para a fabricação com o sabão como, por exemplo, a soda e o sal além de mencionar os seis trabalhadores livres e que possuíam escravos (porém não há definição quanto ao número deles). O que nos chama a atenção é a quantidade produzida por sua fábrica. Segundo ele produz cerca de 32.000 caixas anualmente, pesando cada uma por volta de 34-38 libras. Se considerarmos como sendo 38 libras o peso médio de uma caixa de sabão é possível chegar ao número aproximado de 273 caixas de sabão como equivalentes aquelas 10.377 libras exportadas. Somadas com os números de caixas anteriores chegamos a quantidade de 1.823 caixas exportadas por ano. Quantidade bem menor que o total de 32.000 anuais.

Ainda assim, o processo de pedido de provisão de Antonio José Pereira de Carvalho tem prosseguimento e o suplicante para reforçar o seu argumento junto ao Tribunal da Junta de Comércio anexa ao seu pedido um abaixo assinado de outros negociantes confirmando a existência da fábrica e as informações passadas por Pereira de Carvalho. De acordo com o deputado-inspetor, o suplicante estaria apto para receber o título de fábrica nacional. No dia 18 de Dezembro de 1847 a provisão foi despachada pelo tempo de duração de vinte anos de isenções fiscais. Seu nome também aparece no relatório do ministério da fazenda para o ano de 1847, feito pelo ministro Antonio Paulino Limpo de Abreu, Visconde do Abaeté. No relatório o ministro anexou uma lista de fabricantes que receberam isenções fiscais de importação de matéria-prima e lá está Pereira de Carvalho com o direito de importar 6.000 arrobas de soda e 1.600 barris de breu³⁰⁰.

Um fabricante de sabão com proteção do Estado imperial através da Junta de Comércio, com trabalhadores escravizados e as mercadorias de sua fábrica sendo exportadas e participando dos circuitos do tráfico ilegal de escravizados são elementos constitutivos da indústria fabril na primeira metade do século XIX.

³⁰⁰BRASIL. Ministério da Fazenda. Antonio Paulino Lima Abreu. Proposta e Relatório do ano de 1847 apresentados a assembléia geral legislativa primeira sessão sétima legislatura. 1848.

Epílogo

Andando hoje pela cidade do Rio de Janeiro, da rua Sacadura Cabral, passando pelo Cais do Valongo até chegar a longa extensão da rua do livramento uma coisa fica perceptível ao observador mais atento: a presença de oficinas mecânicas. Funilarias, serralherias, marcenarias são alguns dos estabelecimentos que podemos encontrar naquela região em uma simples caminhada. O olhar mais atento também irá perceber que grande parte das comunidades negras da Saúde, Gamboa e Providência ganham a vida trabalhando com o carnaval. Especialmente na cidade do samba, próximo a estação da antiga praia formosa e de frente ao cemitério dos ingleses. Lá, trabalharam chapeleiros, alfaiates, sapateiros, ferreiros e outros tantos “mestres de ofício”, Porque não? Mestres de ofício. A grande manufatura da Ponta de Areia, a companhia de luz Esteárica em São Cristóvão e a fábrica de gás no aterrado, grandes empreendimentos fabris de meados do século XIX não funcionam mais hoje. Os dois últimos ainda são possíveis observar sua estrutura física diante das mudanças urbanas e quanto ao primeiro resta um letreiro “estaleiro Mauá” defronte para a Ponte Rio-Niterói.

A modernidade não deixa de apresentar a cada instante suas contradições. Aqueles estabelecimentos industriais mais pujantes no século XIX que a todos impressionava com a força de suas máquinas a vapor, hoje, no melhor dos casos, tem suas fachadas tombadas pelo IPHAN, enquanto aqueles ofícios artesanais mais simples, ainda podem ser encontrados pela região da pequena África, ou sendo exercidos nos barracões do Carnaval carioca. Não por acaso, alguns barracões na cidade do samba são chamados de “fábricas de alegria”; “fábrica de sonhos” e derivados.

As contradições não pararam, mesmo que o que é de conhecimento e habilidade negra e popular tenha permanecido até hoje, o sistema fabril chegou já em meados de 1870 e com ele tocou o moinho satânico do capitalismo no Brasil. Dessa vez maneira irreversível. O que vimos nas últimas páginas foi um processo de modernização econômica repleto de contradições, disputas, adaptações e compatibilidades: A inserção do Brasil no concerto das nações industriais através do fortalecimento da escravidão. Podemos observar as fábricas do século XIX como agentes em meio a essas engrenagens de transformações intensas da modernidade.

Ao longo dos quatro capítulos, buscamos demonstrar como a Indústria no Brasil até a década de 1870 era compatível com o sistema e a sociedade escravista no Brasil, uma vez que não estava ‘fora do lugar’ e seus aspectos como circulação, produção e consumo se relacionavam com as dinâmicas do escravismo. No primeiro capítulo buscamos diferenciar as fábricas e manufaturas das oficinas artesanais afim de delimitarmos nosso objeto. A partir disso, foi possível fazer a distinção entre indústria e sistema-fabril. Este último como um traço que surge apenas com a crise da escravidão na década de 1870. A transição da Indústria Fabril para o Sistema-fabril não foi objeto de debate desta dissertação, ficando a cargo de pesquisas futuras. Porém, ressaltamos que possivelmente a observação da trajetória da Fábrica de Todos os Santos, no Sul da Bahia, seja uma excelente oportunidade para observação deste fenômeno. Erguida a partir do capital negreiro essa fábrica se manteve até os dias atuais, e, portanto, experimentou o surgimento do sistema-fabril no Brasil e a crise da escravidão. Nesse primeiro capítulo também discutimos sobre o suposto atraso do Brasil em relação a outros povos na área industrial e o que percebemos foi que apesar de não apresentar o mesmo desenvolvimento industrial que a Grã-Bretanha, partes do Brasil poderiam ser consideradas como ilhas

industriais em meio ao grande lago agrícola do mundo, o que colocava o país entre uma das nações mais industriais do século XIX, sem nenhuma dúvida.

O segundo capítulo apesar de uma abordagem teórica, dialoga diretamente com o primeiro. Enquanto no primeiro concluímos a partir do repertório teórico construído por Suzigan de que os efeitos de encadeamentos, ou linkagens ou desdobramentos se dão não devido a expansão do setor agroexportador, mas sim ao crescimento da escravidão. É a nova escravidão no século XIX que constrói uma economia escravista com grande diversificação de negócios e, portanto, negócios escravistas. A partir dessa lógica como entender a inserção do Brasil em meio ao ‘mundo industrial’ que se forma? Como compreender a existência de fábricas a partir de conceitos para explicar essa inserção, como a metáfora de “Segunda Escravidão”? E, como entender teoricamente a compatibilidade sistêmica entre Revolução Industrial, Escravidão e Indústria?

As reflexões do segundo capítulo nos levam a nos desprendermos de conceitos ineficazes para explicar a realidade industrial brasileira no século XIX, como Pré-Indústria, Proto-Indústria, Capitalismo Agrário, Segunda Escravidão e outros. A partir de uma combinação de fontes impressas e manuscritas, oficiais e privadas, a partir de dados quantitativos e qualitativos, foi possível construir um mapeamento da Indústria Fabril no Brasil. Essa talvez seja uma das grandes contribuições desta dissertação: levar a historiografia o conhecimento de um quadro geral, ou melhor, um panorama do que era a Indústria em todo o Brasil até 1870. Isso inclui perceber qual a relação do Estado com essas regiões para além do Rio de Janeiro, especialmente como os proprietários de fábrica agiam junto ao Estado para conseguir os benefícios e proteções previstos em lei. Como também compreender os setores dinâmicos da indústria em cada região e o emprego e a presença da escravidão nesses estabelecimentos. Com isso, foi possível observar tendências gerais da Indústria no Brasil. Este capítulo também apresenta a principal

metodologia desta dissertação: a construção de banco de dados. Devido a extensão dos dados relativos as fábricas, essas informações não estarão em anexo a dissertação. Futuramente, pretendemos depositar o banco de dados na série “produtos” do site do NEPHES. Através desse site, todos os bancos de dados que construímos ficará disponível para consulta pública e online da sociedade. No referido site já existem bancos de dados disponíveis para consulta. Ele pode ser acessado a partir do seguinte link: <https://nephes.org/produtos/>.

O último capítulo, e mais importante, trata de um recorte na cidade que era o grande centro industrial brasileiro do período: o Rio de Janeiro, a Corte. Se a Inglaterra era a grande oficina do Mundo, o Rio de Janeiro era a Grande Oficina do Brasil. Esse recorte de um capítulo dedicado exclusivamente ao Rio de Janeiro nos permitiu olhar com mais detalhes como a circulação, produção e consumo das fábricas brasileiras esteve atrelado as dinâmicas da escravidão, construindo o que chamamos de Indústria Escravista.

Indústria, Escravidão, Capitalismo e Modernidade. As palavras chave dessa dissertação conjugaram não um conceito, mas uma temporalidade: o período escravista da indústria no Brasil. O que estamos chamando de Indústria Escravista nada mais é do que as atividades fabris entre 1808-1870, aquela que funcionou de maneira significativa nesse país, não sendo um mero apêndice da economia agroexportadora, mas uma partícipe em seu processo de expansão. No século XIX vimos a expansão da escravidão, do capital, das fábricas e da agroexportação de maneira integrada.

A fábrica, a manufatura, as máquinas a vapor, as mercadorias manufaturadas, ou seja, os elementos do progresso, aqui foram adotados para ampliação e manutenção das relações sociais da escravidão. As raízes da indústria no Brasil são escravistas de maneira

que o escravizado e a população negra não foram elementos de entorpecimento do desenvolvimento nacional. Pelo contrário, através do tráfico transatlântico e do cativo os escravizados tiveram suas habilidades, capacidades técnicas, intelectuais e especializações apropriadas por proprietários de estabelecimentos fabris. A relação entre indústria e escravidão era sinérgica e compreendiam as racionalidades, dinâmicas e expectativas de uma sociedade escravista. Dessa forma, é necessário romper com os paradigmas que atribuam ao negro e ao escravizado a baixa capacidade mental, o ócio e a falta de especialização como fatores explicativos do suposto atraso industrial brasileiro.

Mais que isso, é visualizar o papel que as fábricas tiveram para o crescimento e a ampliação da escravidão e o papel que o crescimento da escravidão teve para a multiplicação dessas fábricas. É isso que permite entender o fenômeno do nascimento e multiplicação de fábricas, oficinas e manufaturas no Brasil na primeira metade do século XIX e como essas estariam relacionadas. Ou seja, a indústria modernizou e diversificou a economia brasileira do oitocentos ao inserir o Brasil entre os poucos países com indústrias no mundo, ao mesmo tempo em foi partícipe do processo de revigoramento da escravidão ao ter no trabalho escravizado sua principal mão de obra, ao contribuir para o tráfico ilegal de escravizados e ao observarmos uma proteção seletiva do Estado para essas fábricas, protegendo as que mais se relacionavam com a escravidão.

Observar o nascimento do processo industrial brasileiro é, portanto, abrir uma janela para momentos chave do passado sensível da escravidão. Seja através do resgate dos nomes de escravizados que de maneira direta trabalharam nesses empreendimentos fabris, seja ao revelar perversos mecanismos de reprodução da escravidão através dessas fábricas. Quem desembarcasse no porto do Rio de Janeiro em meados do século XIX, além do grande afluxo de mercadorias, poderia observar também os primeiros sinais de

fumaça das chaminés das nascentes fábricas movidas a vapor e observar que tamanha modernidade era acompanhada do emprego generalizado de escravizados.

Ao compreendermos uma fase escravista do nosso passado industrial estamos inserindo as relações sociais da escravidão nas origens da nossa contemporaneidade como nação. Olhar de frente para esse passado, desvendá-lo, e principalmente conhecê-lo nos leva a entender que a escravidão foi uma escolha não apenas política, mas também econômica do Império do Brasil. Não apenas devido ao café e a exportação de produtos básicos primários, mas também por escravidão e aspectos modernos da economia no século XIX estarem em uma amálgama. A Indústria escravista foi uma escolha, assim como a continuidade da escravidão até 1888. Retirar esse período da história do processo de industrialização brasileiro é esconder as raízes escravistas do nascimento da indústria no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro.

ANEXO I

**Fábricas encontradas nos processos de pedido de provisão no Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação
(1809-1850)**

Fábrica	Ano (do 1 pedi do)	Município	Província	Proprietário
Construção de Galeras	1809	Bahia	Bahia	Joaquim José de Oliveira
Fábrica de fundir metais	1809	Corte	corte	João Batista Jardineiro
Fábrica de Rapé	1809	Corte	Corte	Carlos Megne
Fábrica de serraria e ferraria	1809	Corte	Corte	João José Delduque

Fábrica de Destilação e Aguardente	1809	Corte	Corte	Ignácio Alvares e Pinto Almeida
Fábricas de Tecidos, sedas, lãs e algodão	1809	Corte	Corte	Manoel José dos Santos Lima
Fábrica de Chapéus	1809	Corte	Corte	José Joaquim de Brito e Companhia
Fábrica de Tecidos	1809	Corte	Corte	Manoel José Miranda
Fábrica de Cabos e amarras	1809	Olinda	Pernambuco	Manoel Luiz da Veiga João Guilherme Pirceel
Fábrica de Fiação e Tecidos	1809	Vila de são Pedro do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Luis Pereira Leal e Irmãos
Fábrica de Estamparia do Catete	1810	Bahia	Bahia	Nunes e Silva Companhia Henrique Nunes Cardoso
Fábrica de Estamparia do Catete	1810	Corte	Corte	Nunes e Silva Companhia Henrique Nunes Cardoso
Fábrica de Tecidos	1810	Corte	Corte	João Batista Freitas
Fábrica de Chocolate	1810	Corte	Corte	Henrique dos Santos

Fábrica caldeireiro	1810	Corte	corte	Antonio José Mattos Nogueira
Manufatura de Limas de Aço	1810	Corte	Corte	Lourenço Júnior de Castro
Fábrica de Papel	1811	Bahia	Bahia	Manoel Antonio da Silva Serva
Fábrica de Bicho da Seda	1811	Bahia	Bahia	Francisco Ignácio Siqueira Nobre
Fábrica de Cordoaria	1811	Bahia	Bahia	Antonio Vieira da Costa
Real Colégio de Fábricas	1811	Corte	corte	Estatal
Oficina de Torneiro	1811	Corte	Corte	Domingos Duarte
Fabrica de Couros	1811	Corte	Corte	José de Siqueira da Costa
Fábrica de Latoeiro	1811	Corte	Corte	Maria de Jesus Regas
Fábrica de Louças	1811	Comarca de Rio das Mortes	Minas Gerais	Antonio Veloso Xavier
Fábrica de Cordoaria	1811	Recife	Pernambuco	Manoel Luis da Veiga
Fábrica de Vidros	1812	Bahia	Bahia	Francisco Ignácio Siqueira Nobre
Real Fábrica de Tecidos	1812	Corte	Corte	Estatal
Fábrica de Carruagens	1812	Corte	Corte	João Batista Huben

Fábrica de Lanefícios	1812	Corte	Corte	Francisco Wallis
Fábrica de Tecer Algodão	1812	Corte	Corte	Antonio Xavier de Carvalho Bastos
Fábrica de Massas	1812	Corte	Corte	Nicoláo Vicine
Fábrica de Meias de Algodão	1812	Corte	Corte	Domingos Gomes Loureiro
Fábrica de Tecidos	1812	Corte	Corte	Rodrigo Antonio de Lamare
Fábrica de Algodão	1812	Maranhão	Maranhão	Antonio José Moreira Guimarães e Joaquim José Moreira Guimarães.
Fabrica de Louças	1812	Pará	Pará	José Antonio Pereira
Fábrica de Tecidos de Algodão	1812	São Paulo	São Paulo	Antonio Maria Quarim
Engenho de Fiação	1813	Corte	Corte	Joaquim Pereira de Almeida e Companhia
Fábricas de Galões e Fitas de ouro e prata	1813	Corte	Corte	Thomas Soares de Andrade
Fábrica de Chocolate	1813	Corte	Corte	Manoel José Heitor de Oliveira
Fábrica de Rapé	1813	Corte	Corte	Caetano José Januário

Fábrica de Vinhos e Vinagre	1813	Vila do Rio Pardo	Rio Grande do Sul	Manoel Macedo Brom
Fábrica de Tecidos	1813	São Paulo	São Paulo	João Marcos Vieira e Companhia
Real Fábrica de Tecidos do Rio Pardo	1814	Vila do Rio Pardo	Capitania de São Pedro	Francisco Antonio de Vasconcelos
Fábrica de Caldeireiros	1814	Corte	Corte	João Lopes
Fábrica de Fiação e Tecelagem	1814	Vila Rica	Minas Gerais	Dom Manuel de Portugal e Castro
Fábrica de Fundição	1815	Bahia	Bahia	Nicolao Marques
Fábrica de Tecidos	1815	Corte	Corte	Lucas Tuniccela
Fábrica de Tornearia	1815	Corte	Corte	Manoel Miz de Barros
Fábrica de Fundição	1815	Corte	Corte	Theodoro de Macedo Freire
Fábrica de Papel/estamparia Andaraí	1815	Corte	Corte	Firma Machado, Silva e Pinheiro
Fábrica de Algodão	1817	Bahia	Bahia	André de Carvalho Câmara

Fundição	1817	Recife	Pernambuco	João Duarte de Farias
Fábrica de Rapé	1818	Bahia	Bahia	Antonio José Alves e Companhia
Fábrica de Fiação e Tecidos no Catumbi	1818	Corte	Corte	Estatal
Fábrica de Seda	1818	Vila de Vitória	Espírito Santo	Antonio José Vieira da Victória
Moinho a vapor	1819	Corte	Corte	Antonio Gustavo Bjulberg
Fábrica de Tecidos da Lagoa Rodrigo de Freitas	1819	Corte	Corte	Estatal
Fábrica de Tecidos	1819	São Paulo	São Paulo	Thomé Manuel de Jesus Varela
Fábrica de Rapé	1820	Corte	Corte	Pedro José Bernardes
Fábrica de Móveis	1820	Corte	Corte	Luiz Antonio Pinheiro
Fábrica de Velas	1820	Corte	corte	Antonio Xavier de Carvalho Bastos
Refinaria de Açúcar	1820	Corte	Corte	Charles, Fils e companhia
Fábrica de Pão	1820	Corte	Corte	André Galhardo e Hypólito Laseveze

Loja de Fundição	1820	Corte	Corte	Manoel Rodrigues Pereira da Cruz
Fábrica de Massas	1820	Corte	Corte	Lavezzeri
Fábrica de Vidros	1820	Corte	Corte	Francisco Xavier da Fonseca
Fábrica de Couros	1820	Niterói	Rio de Janeiro	João Antonio Currife
Fábrica de Couros Garroteados	1821	Corte	Corte	José Nogueira Duarte Angélica Maria de Faria
Fábrica de Galões e fios de ouro e prata	1821	Corte	Corte	Jacinto Teixeira da Cunha e Companhia
Fábrica de Couro	1821	Paraty	Rio de Janeiro	José Monteiro da Silva
Fábrica de Couros	1821	Vila de Cunha	São Paulo	Antonio Fernandes Silva
Destilaria de Licor	1823	Corte	corte	Alexandre Barbarrux
Fábrica de destilação	1823	Corte	corte	Miranda Baladares
Fábrica de Sabão	1823	Corte	Corte	Guilherme Muller
Fábrica de Caldeireiros	1823	Corte	Corte	Bento Alves de Oliveira Pereira

Salina	1823	Cabo Frio	Rio de Janeiro	Luiz Lindeberg
Fábrica de Fiação e Tecelagem	1823	São Paulo	São Paulo	João Moreira
Fábrica de Rapé	1824	Corte	corte	João Bertrnd Navarre
Fábrica de Cardas lã e algodão	1824	Corte	Corte	José Cardoso Netto
Fábrica do Fundão, fiação e tecidos	1824	Recife	Pernambuco	Gervásio Pires Ferreira
Fábrica de Destilação	1824	Recife	Pernambuco	José Maria da Costa
Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcantara	1824	Petrópolis	Rio de Janeiro	Mattos Byuberg
Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema	1824	Sorocaba	São Paulo	
Fábrica de Velas	1825	Vila de São Pedro do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Vicente Arnaldo
Fábrica de Fundição	1826	Comarca de Nazaré	Bahia	Francisco Pereira Dutra

Fábrica de Fundição	1827	Comarca de Sabará	Minas Gerais	João Antonio Dissandes Monlevade
Fábrica de Massas	1828	Corte	Corte	Carlos Brinol
Fábrica de destilação	1828	Jaboatão dos Guararapes Engenho Bulhões	Pernambuco	Gervásio Pires Ferreira
Engenho de Açucar	1829	Engenho Cotegipe	Bahia	Capitão Manoel Marques da Rocha Queiroz
Fábrica de Pentes	1829	Corte	Corte	José Vieira Sarmento
Fábrica de Rapé	1829	Vila de São Pedro do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Pedro Geudre
Fábrica de Vinagre	1830	Corte	Corte	José Narciso de Cerqueira e Silva
Fábrica de Chapéus	1830	Corte	Corte	Pedro Pedelupe
Fábrica de Vinhos	1830	São Paulo	São Paulo	Antonio Fermasieis
Fabrica de Sabão	1832	Bahia	Bahia	
Fábrica de Sabão	1832	Corte	corte	Venceslau Miguel de Almeida
Fábrica de Sabão	1832	Corte	Corte	João Pedro Redener

Fábrica de Açucar	1832	Vila de Santos	São Paulo	
Fábrica de Refinar açúcar: vila nova	1832	Vila de Santos	São Paulo	Frederico Fromm Affonso Miutte
Fábricas de Seda	1833	Corte	Corte	Fructuozo Luis da Motta
Fábrica de Sabão	1834	Corte	Corte	Antonio Damas
Fábrica de Pentes	1834	Corte	Corte	José Ignácio de Assis
Fábrica de Pentes	1834	Corte	Corte	Francisco José Martins de Oliveira
Fábrica de Velas e Sabão	1834	Corte	Corte	Augusto João Gibson
Fábrica de Sabão	1834	Corte	Corte	Francisco José Rodrigues
Fábrica de Rapé	1835	Bahia	Bahia	Antonio Valery Schucult e Frederich Auguste Meuron
Fábrica de Chapéus	1835	Corte	corte	José Walmojy
Laboratório Químico	1835	Corte	corte	Estevão Alves Magalhães

Fábrica de Rapé	1835	Corte	Corte	Antonio Valery Schucult e Frederich Auguste Meuron
Fábrica de Sabão	1836	Bahia	Bahia	João da Silva Rodrigues
Fábrica de Sabão	1836	Bahia	Bahia	Francisco da Silva Rodrigues
Fábrica de Sabão e Velas	1836	Corte	Corte	João Gadner
Fábrica de Pentes	1836	Corte	Corte	Domingos José Martins
Fábrica de Pentes movida a vapor	1836	Corte	Corte	Adão Oliveira de Carvalho
Fábrica de Fundição de Ferro	1836	Recife	Pernambuco	Harrigton e Staar
Fábrica de Velas	1837	Bahia	Bahia	José Venancio Ribeiro Tupinambá
Fábrica de Moer Trigos	1837	Bahia	Bahia	Francisco Izequiel Meira
Oficina de Perfumaria	1837	Corte	corte	Quintino pestana
Fábrica de Galões, Tecidos e Sedas	1837	Corte	Corte	José Marques Floriao

Fábrica de Açucar	1838	Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	Alcines Gardone
Fábrica de Velas	1839	Corte	Corte	Miguell Noel Burnier
Fábrica de Cristais	1839	Corte	corte	Gaspar Laroche
Fábrica de Chapéus	1839	Corte	Corte	José Praxedes Pereira Pacheco
Fábrica de Vidros	1840	Corte	corte	José Francisco Bernardes e companhia
Fábrica de Chapéus	1840	Corte	Corte	José Carvalho Pinto
Fábrica de Chapéus	1840	Corte	Corte	José Carvalho Pinto
Fábrica de Oleádos e Tapetes	1840	Corte	Corte	Jacques Goufres
Fábrica de Massas	1841	Bahia	Bahia	José Antonio de Araújo
Fábrica de Chapéus	1841	Corte	Corte	Calazans e Lemos e Companhia
Fábrica de Chapéus	1841	Corte	Corte	Carlos Felipe
Fábrica de Chapéus	1841	Corte	Corte	Carlos Felipe
Fábrica de Chapéus	1841	Corte	Corte	Carlos Felipe
Fábrica de Chapéus	1841	Corte	Corte	Carlos Felipe

Fábrica de Chapéus	1841	Vila da Campanha	Minas Gerais	João Antonio de Lemos
Fábrica de Chapéus	1841	São Paulo	São Paulo	João Bierrenbalck
Fábrica de Fiação e Tecidos	1842	Bahia	Bahia	Domingos José de Amorim
Fábrica de Ácido Sulfurico	1842	Corte	Corte	José Walmojy
Fábrica de armação de ferro	1843	Corte	Corte	Moyaux
Fábrica de Velas	1843	Corte	corte	José Walmojy
Fábrica de Galões de Prata	1843	Corte	Corte	Bernardino José de Pinho
Fábrica de Ácido Sulfurico	1844	Corte	Corte	João Antonio Barroso
Fábrica de Chapéus	1845	Corte	corte	João Girard e companhia
Fábrica de Sabão	1845	Corte	corte	Francisco Fernandes de Castro
Fábrica de Sabão	1845	Corte	Corte	José Maria de Sá
Fábrica da Ponta da Areia	1846	Niterói	Rio de Janeiro	Irineu Evangelista de Souza
Fábrica de Fósforos	1847	Corte	Corte	Weyberg
Fábrica de Sabão	1847	Corte	Corte	Antonio José Pereira de Carvalho

Fábrica de Chapéus	1847	Corte	Corte	João Antonio Guimarães Lemos e companhia
Fábrica de óleos Vegetais	1848	Penedo	Alagoas	Araújo e filhos
Fábrica de Todos os Santos, fiação e tecelagem	1848	Valença	Bahia	Lacerda e Companhia
Fábrica de Extração de óleos Vegetais	1848	Corte	Corte	Eustaquio Adolfo de Mello Mattos
Fábrica de Couro	1848	Corte	corte	Louis João Rean
Fábrica Zumbi, Nacional Fábrica de Sabão	1848	Corte	Corte	Manoel Machado Coelho e Augusto João Lisboa
Fábrica de Chapéus	1848	Corte	Corte	André Marrier
Fábrica de Chapéus	1848	Corte	Corte	Antonio José Bernardes
Fábrica de Chapéus	1848	Corte	Corte	Braga e Rocha e Companhia
Fábrica de Chapéus	1848	Corte	Corte	Comminge e Araújo Motta
Fábrica de Chapéus	1848	Corte	Corte	Comminge e Araújo Motta

Fábrica de Chapéus	1848	Corte	Corte	Comminge e Araújo Motta
fábrica de sabão	1848	Corte	Corte	João Eduardo Lajoux
Fábrica de Sabão	1848	Corte	Corte	Luis Francisco da Silva e Antonio Joaquim da Costa e Cunha
Fábrica de Sabão	1848	Corte	corte	Luis Francisco da Silva e Antonio Joaquim da Costa e Cunha
Fábrica de Pianos	1849	Corte	Corte	Isidoro Belinlaqua
Fábrica de Graxa	1849	Corte	Corte	João Batista Nervi
Fábrica de Sabão e Velas	1849	Corte	corte	Antonio Affonso Vellado
Companhia Brasileira de Asphalto	1849	Petrópolis	Rio de Janeiro	
Companhia Brasileira de Asphalto	1849	Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	
Companhia Brasileira de Asphalto	1849	Bahia	Bahia	

Companhia Brasileira de Asfalto	1849	Corte	Corte	
Fábrica de Sabão	1849	Corte	Corte	Antonio Diaz Brasil e Antonio Luiz Oliveira
Fábrica de Sabão	1849	Corte	Corte	Luis Manoel Bastos e Antonio José Moura
Fábrica de Sabão	1849	Corte	Corte	Manoel Joaquim de Castro
Fábrica de Destilação	1849	Corte	Corte	Carlos Glinland
Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor	1849	Corte	Corte	Marcelino José Coelho
Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor	1849	Corte	Corte	Marcelino José Coelho
Fábrica de Sabão	1849	Niterói	Rio de Janeiro	Pedro Antonio Brazil
Fábrica de Sabão	1849	Vila de São Pedro do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Domingos José de Almeida
Fábrica de Fundição e Máquinas a Vapor	1850	Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	Alexandre Davison

Engenho a Vapor açúcar		Vila de Viana e Monção	Maranhão	Guilherme Wellstud
-------------------------------	--	------------------------	----------	--------------------

ANEXO II

Exportações de Mercadorias Manufaturadas nas fábricas nacionais pelo porto do Rio de Janeiro em 1840, 1845 e 1850

Data	Região de Destino	Embarcação	Proprietário	Mercadoria	Quantidade
04/01/184 0	Montevideo	II Lazio	Avrial irmãos e Cia	Chapéus	12 Caixas
04/01/184 0	Valparaíso	Wallace	D. Friandini	Licor	70 Caixas
04/01/184 0	Valparaíso	Wallace	João de Souza Ribeiro	Charutos	26 caixas com 18 mil unidades
08/01/184 0	Benguella	Umbellina	Antonio Ferreira de Sá	Sabão	12 Caixas

09/01/184 0	Montevideo	Prontidão	Francisco Antonio de Souza e Cia	Fios de Algodão	13 Sacos
09/01/184 0	Rio Grande	Afonso Primeiro	Maxwell Wright e Cia	Velas	46 Caixas
10/01/184 0	Benguella	Umbellina	Antonio Joaquim Garcia	Sabão	10 Caixas
10/01/184 0	Benguella	Umbellina	Carvalho e Rocha	Velas	2 Caixas
10/01/184 0	Montevideo	Lazio	Lins Palmeira	Charutos	1 Caixa com 9 Mil
10/01/184 0	Montevideo	Prontidão	Faria e Irmãos	Tijolos	3. 574 Unidades
10/01/184 0	Montevideo	Prontidão	Faria e Irmãos	Fios de Algodão	4 fardos

10/01/184 0	Montevideo	Prontidão	João Barbosa Rodrigues	Velas	3 Caixas
10/01/184 0	Montevideo	Prontidão	João Barbosa Rodrigues	Rapé	1 Caixa
10/01/184 0	Rio Grande	Afonso Primeiro	José Maria de Sá	Cerveja	40 Barricas
11/01/184 0	Montevideo	Lazio	Buxareo Romagera e Cia	Chapéus	12 Caixas
11/01/184 0	Montevideo	Lazio	Buxareo Romagera e Cia	Cigarro	40 mil unidades
11/01/184 0	Montevideo	Lazio	Buxareo Romagera e Cia	Charutos	12 mil unidades
11/01/184 0	Benguella	Congresso	João Dias Padrão	Espingardas	40 unidades

11/01/184 0	Montevideo	Prontidão	Faria e Irmãos	Tamancos	3.100 pares
11/01/184 0	Montevideo	Prontidão	José Araújo Coutinho	Tamancos	300 pares
11/01/184 0	Montevideo	Prontidão	Faria e Irmãos	Rapé	3 Caixas
13/01/184 0	África	Umbellina		Sal	2 Sacos
14/01/184 0	Hamburgo	Victoria	Domingos Henrique Novaes	Rapé	1 Caixa
14/01/184 0	Montevideo	Palermo Packet	José Naya	Sal	700 alqueires
14/01/184 0	Montevideo	Anna	José Bernardo Baptista Carneiro	Licor	12 Barricas

14/01/184 0	Montevideo	Anna	José Bernardo Baptista Carneiro	Rapé	2 Caixas
15/01/184 0	Montevideo	Palermo Packet	J. A. Mendia	Carvão	10 Toneladas
17/01/184 0	Angola	Esperanças	Jacinto Correa Bittencourt	Licor	4 Barricas
17/01/184 0	Angola	Esperanças	Lins Palmeira	Licor	7 Barricas
17/01/184 0	Angola	Esperanças	Diogo Esteves da Silva	Jaqueta de Chita	60 unidades
17/01/184 0	Angola	Esperanças	Diogo Esteves da Silva	Camisa	240 unidades
17/01/184 0	Angola	Esperanças	Diogo Esteves da Silva	Calças	110 Calças

18/01/184 0	Angola	Esperanças	L. A. Martins	Fios de Algodão	3 Fardos
18/01/184 0	Benguella	Mariana	Francisco Fernandes Guimarães	Calçado	2 Caixas
20/01/184 0	Benguella	Mariana	Francisco Fernandes Guimarães	Velas	5 Caixas
20/01/184 0	Montevideo	Generoso Feliz	José Ferreira Coimbra	Tamancos	950 pares
21/01/184 0	Montevideo	Generoso Feliz	Araújo e Viana	Tamancos	2 Caixas
24/01/184 0	Montevideo	Montevideano	João de Araújo Coutinho Vianna	Tamancos	600 pares
24/01/184 0	Montevideo	Isabel	Faria e Irmãos	Fios de Algodão	3 Fardos

25/01/184 0	Montevideo	Anna	José Bernardo Baptista Carneiro	Rapé	1 Caixa
28/01/184 0	Angola	Esperanças	L. A. Martins	Prensa	1 unidade
28/01/184 0	Benguella	Mariana	Francisco Fernandes Guimarães	Jaquetas	100 unidades
28/01/184 0	Benguella	Mariana	Francisco Fernandes Guimarães	Calças	140 unidades
28/01/184 0	Benguella	Mariana	Francisco Fernandes Guimarães	Gravatas de Couro	150 unidades
28/01/184 0	Benguella	Umbellina	Carvalho e Rocha	Prensa	1 unidade
28/01/184 0	Lisboa	Umbellina	Fernando Pedro de Santana	Sal	5 Sacos

29/01/184	Montevideo	Bella Unione	Stoky	Rapé	2 Caixas
0					
30/01/184	Montevideo	Ignez	M. de Mendia	Chapéus	3 Unidades
0					
02/02/184	Montevideo	Bella Unione	Buxareo Romagera e Cia	Rapé	2 Caixas
0					
02/02/184	Montevideo	Bella Unione	Buxareo Romagera e Cia	Sinos	2 Unidades
0					
02/02/184	Montevideo	Bella Unione	Buxareo Romagera e Cia	Cadeiras	60 unidades
0					
04/02/184	Montevideo	Maria	B. Bardieri	Camisas de Morim	56 unidades
0					
04/02/184	Montevideo	Maria	B. Bardieri	Calças	7 unidades
0					

06/02/184 0	Rio Grande	Veloz	Custódio José Rodrigues	Cerveja	32 barricas
06/02/184 0	Rio Grande	Maria da Glória	José Feliciano	Sal	2.600 alqueires
07/02/184 0	Montevideo	S. defendente	Antonio Joaquim Garcia	Sal	1.200 Alqueires
07/02/184 0	Montevideo	Bella Carlota	Faria e Irmãos	Rapé	
07/02/184 0	Rio Grande	Mineiro	José Feliciano	Sal	1.200 Alqueires
08/02/184 0	Montevideo	Bella Carlota	João Barbosa Rodrigues	Rapé	1 Caixa
08/02/184 0	Montevideo	Bella Carlota	João Barbosa Rodrigues	Fios de Algodão	6 arrobas

08/02/184 0	Montevideo	Bella Carlota	João Barbosa Rodrigues	Tamancos	2.100 unidades
09/02/184 0	Montevideo	Feliz	Buxareo Romagera e Cia	Sal	2.000 Alqueires
18/02/184 0	Angola	Flor do Rio Grande	Bernardo Francisco Lessa	Charutos	20. 000 unidades
18/02/184 0	Montevideo	Nova Pequim	Avrial irmãos e Cia	Chapés	144 unidades
24/02/184 0	Montevideo	Novo Especulador	Manoel Fernandes Machado Guimarães	Fios de Algodão	10 Fardos
25/02/184 0	Angola	Flor do Rio Grande	Narcez Genserico de Carvalho	Roupa	1 Caixa
28/02/184 0	Angola	Flor do Rio Grande	Joaquim Sampaio de José Guimarães	Licor	1 Barrica

28/02/184 0	Montevideo	Bonito Porto	José da Silva Rego	Tamancos	1000 pares
08/03/184 0	Sidney	Louisa	Naylor Irmãos e Cia	Cerveja	96 Barricas
08/03/184 0	Sidney	Louisa	Cairns Astley e Cia	Sabão	300 Caixas
08/03/184 0	Nova Hollanda	Louisa	Cairns Astley e Cia	Sabão	350 Caixas
13/03/184 0	Montevideo	Sete de Setembro	Luciano Lamare	Cadeiras	16 Dúzias
17/03/184 0	Montevideo	Sete de Setembro	Luciano Lamare	Cadeiras	30 Caixas
19/03/184 0	Porto	Comercio Marítimo	José da Silva Barbosa	Charutos	1 Caixa

23/03/184 0	Montevideo	Príncipe Augusto	Miguel Avellar	Tijolos	41.250 Unidades
28/03/184 0	Benguella	Treze de Junho	Francisco Fernandes Guimarães	Sabão	15 Caixas
28/03/184 0	Benguella	Treze de Junho	Francisco Fernandes Guimarães	Vidro	1 Caixa
28/03/184 0	Montevideo	Desempenho	Francisco Fernandes Guimarães	Tijolos	13. 600 unidades
30/03/184 0	Falkland	Montgomery	Antonio José French	Sabão	1 Caixa
31/03/184 0	Montevideo	Montevideano	João Soares Gomes e Cia	Velas	2 Caixas
31/03/184 0	Montevideo	Desempenho	Manoel Luiz da Silva Lessa	Tijolos	6. 800 unidades

07/04/184 0	Benguella	Vencedora Feliz	José Luiz da Silva Vianna	Enxadas	500 unidades
10/04/184 0	Montevideo	Miollis	Marcos de Mendia	Tijolos	26. 800 unidades
20/04/184 0	Angola	Flor da América	Manoel Nunes Pereira	Espingardas	25 Caixas
30/04/184 0	Montevideo	Cesar	Zignago Irmão e Cia	Charutos	2 Caixas
30/04/184 0	Montevideo	Isis	Zignago Irmão e Cia	Tamancos	21 Fardos
10/05/184 0	Montevideo	São José do Navegante	Netto e Filho	Tamancos	12 Fardos
10/05/184 0	Cabo Verde	Vencedora Feliz	Antonio José da Costa	Sabão	150 Caixas

14/05/184 0	Cabo da Boa Esperança	Airey	M. e G Hudson	Chocolate	10 Caixas
16/05/184 0	Angola	Confiança	José Maria de Sá	Charutos	5 Caixas
16/05/184 0	Angola	Confiança	José Maria de Sá	Sabão	25 Caixas
20/05/184 0	Montevideo	Isabel	J. J. Pereira de Azular	Tamancos	30 fardos
20/05/184 0	Montevideo	Isabel	J. J. Pereira de Azular	Rapé	2 Caixas
20/05/184 0	Montevideo	Isabel	J. J. Pereira de Azular	Typos	1 Caixa
28/05/184 0	Montevideo	Fortuna	Zignago Irmão e Cia	Rapé	1 Caixa

28/05/184 0	Cabo Verde	Andorinha	Manoel Gonçalves da Silva	Charutos	29 Caixas
28/05/184 0	Cabo Verde	Andorinha	Manoel Gonçalves da Silva	Cerveja	27 barricas
30/05/184 0	Montevideo	Convenção	Ignácio Gomes Cardi	Rapé	8 Caixas
04/06/184 0	Montevideo	Lazio	Zignago Irmão e Cia	Chapéus	10 unidades
04/06/184 0	Montevideo	Lazio	Zignago Irmão e Cia	Cadeiras	88 Caixas
11/06/184 0	Montevideo	Colono	Luciano Lamare	Vidro	6 Caixas
11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Chapéus	100 Caixas

11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Velas	6 Caixas
11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Sabão	50 Caixas
11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Licor	2 Barricas
11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Cerveja	5 Barricas
11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Espingardas	3 Caixas
11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Vinagre	3 Pipas
11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Pano de Algodão	2 Fardos

11/06/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	José Ferreira Maia	Medicamentos	2 Caixas
17/06/184 0	Montevideo	Lerea	J. J. Pereira de Azular	Charutos	200 Caixas
17/06/184 0	Montevideo	Lerea	J. J. Pereira de Azular	Viola	60 unidades
18/06/184 0	Benguella	Dona Elisa	João Luiz da Cunha	Sabão	30 Caixas
21/06/184 0	Montevideo	Bonito Porto	Miguel Avellar	Tamancos	12 Fardos
30/06/184 0	Montevideo	Príncipe Augusto	J. J. Pereira de Azular	Cobertores de Algodão	348 Unidades
06/07/184 0	Montevideo	Magdalena	Chicola	Rapé	13 Caixas

06/07/184 0	Montevideo	Pollas	Joaquim Bernardino Costa Aguiar	Tamancos	32 Fardos
08/07/184 0	Montevideo	Campos	Manoel José de Campos Porto	Tamancos	16 fardos
08/07/184 0	Montevideo	Campos	Manoel José de Campos Porto	Rapé	1 Caixa
11/07/184 0	Cabo Verde - Luanda	Pacific	José Maria de Sá	Sabão	100 Caixas
11/07/184 0	Cabo Verde - Luanda	Pacific	José Maria de Sá	Espingardas	28 Caixas
11/07/184 0	Montevideo	Sete de Setembro	J. F. Xavier Ferreira	Tamancos	12 Fardos
30/07/184 0	Montevideo	Ana	Falco e Cia	Rapé	2 Caixas

30/07/184 0	Montevideo	Ana	Falco e Cia	Tamancos	11 fardos
03/08/184 0	Montevideo	Generoso Feliz	Joaquim Maria Cordeiro	Chapéus	1 Caixa
03/08/184 0	Montevideo	Generoso Feliz	Joaquim Maria Cordeiro	Tamancos	14 Fardos
03/08/184 0	Montevideo	Generoso Feliz	Joaquim Maria Cordeiro	Fios de Algodão	2 Fardos
03/08/184 0	Montevideo	Generoso Feliz	Joaquim Maria Cordeiro	Sabão	191 Caixas
03/08/184 0	Montevideo	Generoso Feliz	Joaquim Maria Cordeiro	Chapéus	7 Caixas
10/08/184 0	Montevideo	Nossa Sociedade	Antonio José da Rocha Pereira	Tamancos	20 Caixas

10/08/184 0	Montevideo	Nossa Sociedade	Antonio José da Rocha Pereira	Typos	3 Caixas
10/08/184 0	Montevideo	Nossa Sociedade	Antonio José da Rocha Pereira	Artigos do Arsenal da Marinha	
13/08/184 0	Montevideo	Vênus	Antonio Aranaza	Vinagre	20 Caixas
15/08/184 0	Montevideo	Industria	J. M de Mendia	Tamancos	700 pares
19/08/184 0	Montevideo	Sempre Viva	Joaquim Correa Pires	Charutos	20 Mil Unidades
20/08/184 0	Angola	Orozibundo	Bernardo Duarte de Oliveira	Chocolateiras	50 unidades
20/08/184 0	Angola	Orozibundo	José Dias Corpellino	Charutos	1000 unidades

20/08/184 0	Angola	Orozibundo	Antonio Ferreira Alves e Cia	Vidros de Oppedeldoc	50 unidades
20/08/184 0	Montevideo	Sempre Viva	Joaquim Correa Pires	Tamancos	64 Pares
20/08/184 0	Montevideo	Sempre Viva	Faria e Irmãos	Chapéus	900 chapéus
20/08/184 0	São Thomé	Sophia	José Francisco da Silva	Sapatos	1 Caixa
20/08/184 0	São Thomé	Sophia	Antonio Ferreira Alves e Cia	Pederneira	6000 unidades
20/08/184 0	São Thomé	Sophia	José Thomaz Ferrira	Charutos	2000 unidades
22/08/184 0	Montevideo	Sempre Viva	Zignago Irmão e Cia	Tamancos	64 Pares

22/08/184 0	Montevideo	Sempre Viva	Zignago Irmão e Cia	Chapéus	7 Caixas
22/08/184 0	Montevideo	Sempre Viva	Zignago Irmão e Cia	Charutos	3 Caixas
23/08/184 0	Montevideo	Industria	Mendra	Tamancos	64 fardos
23/08/184 0	Montevideo	Industria	Mendra	Sabão	40 Caixas
23/08/184 0	Montevideo	Industria	Mendra	Licor	5 Barricas
23/08/184 0	Montevideo	Industria	Mendra	Rapé	1 Caixa
23/08/184 0	Benguella	Espardate	Palhares e Cia	Sabão	42 barricas

23/08/184 0	Benguella	Espardate	Joaquim Alves Correa	Velas	368 libras em cera de
25/08/184 0	Angola	Fortuna	José Dias Corpellino	Charutos	8 mil unidades
27/08/184 0	Benguella	Espardate	Francisco Fernandes Guimarães	Velas	1 Caixote e Caixão
27/08/184 0	Montevideo	Providencia	Faria e Irmãos	Tamancos	160 pares
27/08/184 0	Montevideo	Providencia	Faria e Irmãos	Fios de Algodão	83 arrobas
27/08/184 0	Montevideo	Providencia	Faria e Irmãos	Rapé	200 libras
30/08/184 0	Montevideo	Providencia	José Francisco Bernardes	Fios de Algodão	20 Arrobas

30/08/184 0	São Thomé	Sophia	José Joaquim Ribeiro da Silva	Pólvora	120 Barricas
31/08/184 0	São Thomé	Sophia	Maxwell Wright e Cia	Charutos	7 Caixas
31/08/184 0	São Thomé	Sophia	Maxwell Wright e Cia	Pederneira	7 mil unidades
31/08/184 0	São Thomé	Sophia	Maxwell Wright e Cia	Pólvora	120 Barris
02/09/184 0	Benguella	Grosimbo	João da Cruz da Maia	Charutos	9500 unidades
11/09/184 0	São Thomé	Onze de Novembro	Robert Hyne	Pólvora	600 barris
12/09/184 0	Angola	Orozibundo	Antonio Muniz Alves Branco	Charutos	150.000 mil unidades

12/09/184 0	Angola	Orozibundo	Antonio Muniz Alves Branco	Licor	22 Barricas
12/09/184 0	Montevideo	Virginia	Antonio José Ferreira de Farias	Velas	2 Caixas
12/09/184 0	Angola	Fortuna	Bernardo Joaquim de Oliveira	Chapéus	300 unidades
12/09/184 0	Montevideo	Virginia	Faria e Irmãos	Velas	2 Caixas
12/09/184 0	Montevideo	Dom Pedro Segundo	Antonio Ferreira Alves e Cia	Sal	2.000 Alqueires
18/09/184 0	Montevideo	Henriqueta	Faria e Irmãos	Tamancos	1.600 unidades
24/09/184 0	Montevideo	Henriqueta	José Joaquim Jorge	Fios de Algodão	7 Fardos

24/09/184 0	Montevideo	Henriqueta	Antonio da Costa Timóteo	Licor	2 Barricas
25/09/184 0	Montevideo	Dom Pedro Segundo	Antonio José Afonso Guimarães	Sal	2.000 Alqueires
25/09/184 0	Lisboa	Henriqueta	Manoel da Rocha Oliveira Neves	Fios de Algodão	50 Arrobas
25/09/184 0	Lisboa	Henriqueta	Manoel da Rocha Oliveira Neves	Licor	2 Barricas
25/09/184 0	São Thomé	Feliz Ventura	Francisco José da Silva	Licor	4 Barricas
29/09/184 0	Montevideo	Bonito Porto	Manoel José de Campos Porto	Tamancos	3000 pares
07/10/184 0	Montevideo	Bella Dolores	Buxareo Romagera e Cia	Fios de Algodão	27 arrobas

07/10/184 0	Montevideo	Bella Dolores	Buxareo Romagera e Cia	Velas	2 Caic
07/10/184 0	Angola	Paquete do Rio da Prata	G. Augusto Alexandre	Charutos	2 Caixas
07/10/184 0	Montevideo	Bella Dolores	J. A. Affonso	Tamancos	4 fardos
07/10/184 0	Montevideo	Bella Dolores	J. A. Affonso	Rapé	1 Caixa
07/10/184 0	Angola	Paquete do Rio da Prata	José Dias Corpellino e Cia	Charutos	6000 unidades
09/10/184 0	Montevideo	Bella Dolores	Faria e Irmãos	Tamancos	13 Fardos
11/10/184 0	Montevideo	Bella Dolores	Antonio José de Oliveira Campos	Rapé	1 Caixa

14/10/184 0	Benguella	Vencedora Feliz	José Berges da Costa	Fósforos	11 Dúzias
15/10/184 0	Montevideo	Fortitude	Cairns Astley e Cia	Tamancos	4 Sacos
16/10/184 0	Montevideo	Paquete do Rio	C.F. Ramos	Sal	2.000 Alqueires
17/10/184 0	Benguella	Vencedora Feliz	A. José de Serpa	Charutos	1 Caixa
20/10/184 0	Montevideo	Promptidão	José Antonio de Figueiredo Júnior	Sal	1.200 Alqueires
20/10/184 0	Montevideo	Paquete do Rio	Julio Lopes da Cunha	Fios de Algodão	13 Fardos
24/10/184 0	Goa	Tejo	Joaquim Arsênio da Silva	Cal	480 Alqueires

24/10/184 0	Montevideo	Carlota	J. M de Mendia	Chapéus	7 Chapéus
24/10/184 0	Montevideo	Promptidão	M. Rodrigues da Silva	Rapé	50 libras
24/10/184 0	Montevideo	Promptidão	Faria e Irmãos	Tamancos	9 Fardos
24/10/184 0	Montevideo	Promptidão	Faria e Irmãos	Rapé	1 Caixa
24/10/184 0	Montevideo	Fortuna	Miguel Avellar	Tamancos	11 fardos
29/10/184 0	Montevideo	Flamengo	M. Máximo de Souza	Sal	2.000 Alqueires
30/10/184 0	Moçambique	Tejo	José Maria da Natividade	Licor	6 Barricas

31/10/184 0	Montevideo	Promptidão	José Antonio de Figueiredo Júnior	Rapé	2 Caixas
31/10/184 0	Montevideo	Promptidão	José Antonio de Figueiredo Júnior	Tamancos	9 fardos
02/11/184 0	Montevideo	Beleza do Sul	José Antonio de Figueiredo Júnior	Sal	1.200 Alqueires
07/11/184 0	Montevideo	Flamengo	M. Máximo de Souza	Sal	2.000 Alqueires
11/11/184 0	Montevideo	Maria Luiza	F.A de Souza	Fios de Algodão	22 Sacos
12/11/184 0	Montevideo	Maria Luiza	Antonio José de Oliveira Campos	Fios de Algodão	40 arrobas
17/11/184 0	Montevideo	Sommariva	Romaguera e Cia	Sabão	300 Caixas

17/11/184 0	Montevideo	Sommariva	Romaguera e Cia	Chapés	9 unidades
18/11/184 0	Angola	Bella Marília	José Joaquim Correa e Cia	Charutos	1 Caixa
18/11/184 0	Montevideo	Beleza do Sul	Francisco Antonio Justo	Tamancos	150 pares
28/11/184 0	Benguella	Estrella do Cabo	Theodoro Pulcherio da Silva	Vidros	2 caixas
28/11/184 0	Montevideo	Alfredo	Faria e Irmãos	Velas	4 Velas
29/11/184 0	Angola	Bella Marília	José Dias Copertino	Charutos	10.000 unidades
29/11/184 0	Buenos Aires	Sete de Setembro	Francisco Antonio de Souza e Cia	Fios de Algodão	20 sacos

29/11/184 0	Montevideo	Alfredo	Faria e Irmãos	Fios de Algodão	5 Fardos
29/11/184 0	Buenos Aires	Sete de Setembro	Francisco Antonio de Souza e Cia	Fios de Algodão	6 fardos e 10 sacos
03/12/184 0	Rio da Prata	Sete de Setembro	Antonio José de Oliveira Campos	Fios de Algodão	120 Arrobas
03/12/184 0	Cabo Verde	Nova Inveja	Antonio Fernandes Coelho	Pólvora	100 Barris
03/12/184 0	Montevideo	Protectora	José Gonçalves Rangel	Tamancos	3.087 pares
05/12/184 0	Montevideo	Felicidade	José Feliciano Pereira	Sal	1.400 alqueires
06/12/184 0	Rio da Prata	Helen M Leod.	Maxwell Wright e Cia	Velas	108 Caixas

12/12/184 0	Angola	Isabel	Rodrigo José Fernandes	Licor	4 Barricas
19/12/184 0	Montevideo	Rita	Francisco Domingos	Tamancos	2 Sacos
19/12/184 0	Montevideo	Rita	José Soares Gomes	Velas	8 caixas
19/12/184 0	Montevideo	Rita	José Soares Gomes	Fios de Algodão	8 Fardos
20/12/184 0	Montevideo	Madalena	J. M de Mendia	Fios de Algodão	22 1/2 Arrobas
20/12/184 0	Montevideo	Madalena	J. M de Mendia	Charutos	4 caixas
20/12/184 0	Montevideo	Madalena	J. M de Mendia	Cadeiras	30

20/12/184 0	Montevideo	Madalena	Antonio José Pinto Guimarães	Fios de Algodão	3 sacas e 3 fardos
22/12/184 0	Montevideo	Rita	Antonio Aranaga	Tamancos	2 Sacos
22/12/184 0	Montevideo	Rita	Antonio Aranaga	Velas	8 caixas
23/12/184 0	Angola	Isabel	João Ignácio de Carvalho	Charutos	2 Caixas
30/12/184 0	Montevideo	Bonito Porto	Faria e Irmãos	Chapéus	3 caixas com 792 unidades
31/12/184 0	Valparaíso	National	M. Lopes	Vidro	3 Caixas
05/01/184 5	Lisboa	Veriato	Francisco Fernandes Guimarães	Vidro	11 Barricas

08/01/184 5	Angola		A. S. de Avellar	Sabão	110 caixas
15/01/184 5	Montevideo	Carioca	J. Luiz da Silva	Tamancos	2 fardos e 1 caixão
24/01/184 5	África	Aretic	D. Birekhead	Pólvora	14 latas e 900 barris
31/01/184 5	Buenos Aires	Diana	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	300 caixas
05/02/184 5	Angola	Hersehel	J. Narciso Correa e Cia	Charutos	36,750 unidades
09/02/184 5	África	Hersehel	J. F. Lopes Junior	Charutos	31,250 unidades
09/02/184 5	Rússia	Helsingfors	Hamann e Cia	Charutos	6.000 unidades

12/02/184 5	Angola	Hersehel	J. F. Pacheco	Charutos	18.000 unidades
15/02/184 5	Angola	Bella Manoella	Veríssimo Luiz de Almeida	Sabão	10 Caixas
15/02/184 5	Angola	Bella Manoella	Antonio Joaquim da Silva Porto	Sabão	40 Caixas
15/02/184 5	Angola	Bella Manoella	João dos Santos	Sabão	12 Caixas
15/02/184 5	Malta	Viesk	A. Rally e Cia	Sapatos	20 pares
16/02/184 5	Rússia	Helsingfors	Hamann e Cia	Charutos	1.500 unidades
18/02/184 5	Buenos Aires	Cacique Catrie	Francisco Bernardes e Cia	Charutos	4 Caixas

19/02/184 5	Angola	Bella Manoella	Joaquim Domingues da Silva	Charutos	14.500 unidades
20/02/184 5	Rio da Prata	Cacique Catrie	D. A. Aranaga	Charutos	8 Caixas
22/02/184 5	Rio da Prata	Sympathia	A. J. Pereira de Mello	Charutos	2 Caixas
02/03/184 5	Antuérpia	Guilhermo	F. Le Breton	Charutos	1 Caixa
11/03/184 5	Valparaíso	Elizabeth	N. A. da Silva	Charutos	8.800 unidades
13/03/184 5	Valparaíso	Elizabeth	John Moore	Charutos	1 Caixa
23/03/184 5	Buenos Aires	Charllote	P. A de Aguinaga	Charutos	6 Caixas

23/03/184 5	Buenos Aires	Charllote	Schuler e Cia	Rapé	455 libras
01/04/184 5	Rio da Prata	Sumarina	Folco	Rapé	Caixa
01/04/184 5	Montevideo	Sumarina	F. Q. Glolma	Rapé	109 1/2 Libras
05/04/184 5	Buenos Aires	Charllote	J. F. de Mendia	Rapé	4 Caixas
05/04/184 5	Buenos Aires	Charllote	J. F. de Mendia	Charutos	6 Caixas
05/04/184 5	Montevideo	R. H. Douglass	F. J. Martins	Rapé	100 libras
13/04/184 5	Buenos Aires	Aquila	J. Soares Gomes e Cia	Velas	8 Caixas

21/04/184 5	África	Pilot		Licor	6 Barris
24/04/184 5	Buenos Aires	Aguia	Manoel Joaquim Pinto	Velas	8 Caixas
28/04/184 5	Rio da Prata	Giuramento	Folco e Cia	Charutos	30.000 unidades
28/04/184 5	Rio da Prata	Giuramento	M. Conseleir	Charutos	20.000 unidades
29/04/184 5	Hamburgo	Knickerboeker	L. A. Martins	Rapé	4 Caixas
30/04/184 5	Rio da Prata	Anibal	A. J. Pereira de Mello	Tamancos	27 Fardos
01/05/184 5	Hamburgo	Knickerboeker	F. Ker Collins e Cia	Rapé	3 Caixas

02/05/184 5	Genova	Reggo	Danielle José	Charutos	2.000 unidades
15/05/184 5	Porto Rico	Ronda	Hamann e Cia		
15/05/184 5	Angola	Imperial Pedro	J. Xavier de Carvalho	Charutos	600 unidades
15/05/184 5	Angola	Imperial Pedro	M. da C. Lima	Sabão	50 Caixas
15/05/184 5	Angola	Imperial Pedro	M. da Castro. Martins	Charutos	14.020 unidades
15/05/184 5	Angola	Imperial Pedro	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	
15/05/184 5	Porto Rico	Ronda	J. Roldas	Charutos	4 caixas com 61.000 unidades

20/05/184 5	Luanda	Relampâgo	F. J. Pacheco	Charutos	10.000 Unidades
22/05/184 5	Luanda	Constância	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	100 Caixas
24/05/184 5	Angola	Relampâgo	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	100 Caixas
24/05/184 5	Rio da Prata	Tentador	A. Pinto Filho e Cia	Rapé	128 Libras
25/05/184 5	Rio da Prata	Tentador	Miguel Avellar	Rapé	1 Caixa
25/05/184 5	Angola	Constância	J. F. da Cunha	Charutos	20.000 unidades
25/05/184 5	Angola	Constância	J. da Silva Pereira	Licor	168 garrafas

25/05/184 5	Angola	Constância	J. da Silva Pereira	Chapéu	52 unidades
25/05/184 5	Angola	Constância	G. A. M. Pereira	Charutos	13.000 unidades
25/05/184 5	Angola	Constância	A. J. da Silva Castro	Charutos	34.000 unidades
27/05/184 5	Angola	Constância	B. T. Bastos	Licor	34 dúzias de garrafas
27/05/184 5	Angola	Constância	M. de Castro Martins	Sabão	30 Caixas
28/05/184 5	Angola	Relampâgo	A. T. da Silva Leal	Charutos	12.000 unidades
28/05/184 5	Montevideo	Constância	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	600 Caixas

30/05/184 5	Angola	Constância	A. J. Coelho da Rocha	Charutos	10. 000 unidades
31/05/184 5	Angola	Constância	A. D. Ramos	Sabão	30 Caixas
03/06/184 5	Angola	Constância	J. A. de Almeida	Sabão	3000 libras
03/06/184 5	Angola	Constância	A. D. Ramos	Licor	200 Garrafas
03/06/184 5	Luanda	Relampâgo	C. J. de Góes Vianna	Papel	88 resmas
03/06/184 5	Luanda	Relampâgo	C. J. de Góes Vianna	Charutos	8.000 unidades
03/06/184 5	Luanda	Relampâgo	C. J. de Góes Vianna	Licor	40 dúzias de garrafas

03/06/184 5	Montevideo	Constância	Schuler e Cia	Rapé	1.280 libras
05/06/184 5	Angola	Constância	J. Fortunato da Cunha	Charutos	15.000 unidades
05/06/184 5	Angola	Constância	J. Fortunato da Cunha	Cigarro	14.000 unidades
05/06/184 5	Angola	Constância	A. P. R. Guimarães	Charutos	25.000 unidades
05/06/184 5	Angola	Constância	A. D. Ramos	Charutos	8.000 unidades
07/06/184 5	Angola	Constância	A. D. Ramos	Sabão	574 Libras
07/06/184 5	Angola	Constância	J. F. da Cunha	Charutos	5.000 unidades

08/06/184 5	Angola	Constância	J. M. Meira	Charutos	1.000 unidades
08/06/184 5	Angola	Constância	D. M. de Souza	Charutos	10.000 Unidades
08/06/184 5	Angola	Constância	J. A. de Almeida	Charutos	2.000 unidades
11/06/184 5	Montevideo	Constância	J. J. da Cunha Telles	Rapé	3 Caixas
11/06/184 5	Montevideo	Constância	J. J. da Cunha Telles	Sabão	600 Caixas
12/06/184 5	Luanda	Constância	Jorge José de Souza	Sabão	395 Caixas
12/06/184 5	Luanda	Constância	Jorge José de Souza	Sapatos	2 Caixas

12/06/184 5	Luanda	Constância	Jorge José de Souza	Licor	26 Barris
12/06/184 5	Luanda	Constância	Jorge José de Souza	Charutos	222 caixas
12/06/184 5	Luanda	Constância	Jorge José de Souza	Cigarro	1 Lata
13/06/184 5	Cabo da Boa Esperança	Margart	John Moore	Chapéu	40 unidades
17/06/184 5	Valparaíso	Gipsey	T. Wellim	Charutos	8.000 unidades
17/06/184 5	Valparaíso	Gipsey	B. Romiguera	Charutos	37.000 unidades
19/06/184 5	Serra-Leoa	Nossa Senhora da Graça	Martinez e Cia	Charutos	24.000 unidades

26/06/184 5	Valparaíso	Gipsey	Hudson e cia	Sabão	100 Caixas
26/06/184 5	Rio da Prata	Oito de Dezembro	J. B. Boero	Charutos	23.000
27/06/184 5	Benguella	Teixeira	J. da Silva Campos	Charutos	8.000 unidades
28/06/184 5	Rio da Prata	Oito de Dezembro	A. J. Pereira de Mello	Charutos	115 caixas
01/07/184 5	Serra-Leoa	Nossa Senhora da Graça	Juan del Medo	Charutos	1500 unidades
03/07/184 5	Benguella	Rosa	Amaral Bastos	Charutos	1.000 unidades
06/07/184 5	Goa	Triunfante	M. A. Ferreira da Silva	Licor	836 Garrafas

06/07/184 5	Ilha de Madagascar	Lidador	M. da Costa Lima	Charutos	6000 unidades
10/07/184 5	Ilha de Madagascar	Lidador	M. da Costa Lima	Sabão	10 Caixas
10/07/184 5	Ilha de Madagascar	Lidador	M. da Costa Lima	Licor	5 Caixas
10/07/184 5	Ilha de Madagascar	Lidador	J. Simões da Fonsceca	Vidro	3 Caixas
14/07/184 5	Ilha de Madagascar	Lidador	F. J. Mendes	Sabão	10 Caixas
14/07/184 5	Ilha de Madagascar	Lidador	F. J. Mendes	Charutos	10 Caixas
20/07/184 5	Baltimore	Napoleon	Bastos	Charutos	1.000 unidades

20/07/184 5	Rio da Prata	Anibal	A. J. Pereira de Mello	Tamancos	4.080
28/07/184 5	Lisboa	Viriato	M. J. Duarte	Charutos	600 unidades
28/07/184 5	Rio da Prata	Anibal	A. J. Pereira de Mello	Rapé	1 Caixa
28/07/184 5	Valparaíso	John Rinick	T. Weber e Cia	Charutos	13.500 unidades
31/07/184 5	Cabo da Boa Esperança	Lady Leit	Desmarais	Charutos	2.000 unidades
01/08/184 5	Montevideo	Subill	J. A. Vieira de Amorim	Rapé	1 Caixa
03/08/184 5	Cabo da Boa Esperança	Lady Leit	Wettman	Charutos	1 Caixa

03/08/184 5	Luanda	Aquila	M. J. dos Reis Motta	Licor	1.141 garrações
06/08/184 5	Montevideo	Cacique Catrie	A. J. Pereira de Mello	Sabão	300 caixas
12/08/184 5	Valparaíso	John Rinick	Naylor Irmãos e Cia	Rapé	1 Caixa
14/08/184 5	Valparaíso	John Rinick	Hobckirk Weertman e Cia	Charutos	1 Caixa
20/08/184 5	Montevideo	Cacique Catrie	Aranaga	Sabão	300 caixas
20/08/184 5	Montevideo	Cacique Catrie	Aranaga	Tamancos	16 fardos
20/08/184 5	Benguella	Luiza	A. J. Gonçalves Ferreira	Charutos	3.000 unidades

20/08/184 5	Goa	Triunfo	N. Carareto	Charutos	4.000 unidades
21/08/184 5	Angola	Dario	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	100 Caixas
26/08/184 5	Benguella	Luiza	J. A. F. Guimarães	Charutos	1 Caixa
26/08/184 5	Luanda	Dario	A. A. Afonso	Charutos	3.000 unidades
26/08/184 5	Luanda	Dario	A. A. Afonso	Cigarro	3.000 unidades
26/08/184 5	Luanda	Dario	G. Bomsignore	Licor	125 Garrafas
27/08/184 5	Goa	Triunfo	M. A. Ferreira da Silva	Charutos	6.000 unidades

01/09/184 5	África	Luiza		Sabão	10 Caixas
01/09/184 5	África	Luiza		Licor	8 Barris
02/09/184 5	Angola	Dario	J. T de Miranda	Charutos	10.000 Unidades
06/09/184 5	Luanda	Andorinha	F. F Castro	Sabão	400 Caixas
07/09/184 5	Angola	Dario	Zignago e Irmãos	Sabão	458 Caixas
07/09/184 5	Hamburgo	Phaniz	Weitzman	Charutos	1 Caixa
07/09/184 5	Montevideo	Deusa do Mar	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	10.377 libras

11/09/184 5	Montevideo	Vênus	Barreto e Maia	Tamancos	100 Pares
11/09/184 5	Montevideo	Deusa do Mar	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	300 caixas
12/09/184 5	Montevideo	Deusa do Mar	Chicolla	Rapé	100 Caixas
13/09/184 5	Angola	Andorinha	V. Ramos da Fonsceca	Charutos	28.000 unidades
14/09/184 5	Rio da Prata	Jovem Dolores	Aranaga	Charutos	8.800 unidades
14/09/184 5	Rio da Prata	Deusa do Mar	Romaguera e Cia	Sabão	600 Caixas
14/09/184 5	Rio da Prata	Deusa do Mar	Romaguera e Cia	Rapé	10 Caixas

14/09/184 5	Luanda	Andorinha	C. e Rocha	Charutos	16.250 unidades
14/09/184 5	Luanda	Andorinha	C. e Rocha	Papel	80 resmas
16/09/184 5	Luanda	Andorinha	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	50 Caixas
21/09/184 5	Valparaíso	Heroíne	Freeland e Cia	Charutos	1 Caixa
21/09/184 5	Angola	Andorinha	J. F. da Cunha	Cigarro	20.000 unidades
21/09/184 5	Rio da Prata	Paranapitanga	J. L. Dourado	Charutos	500 unidades
26/09/184 5	Montevideo	Enterprise	A. Moss e Cia	Sabão	100 Caixas

27/09/184 5	Montevideo	Enterprise	Hobckirk Weertman e Cia	Sabão	100 Caixas
04/10/184 5	Montevideo	Vênus	B. Maia	Tamancos	1.200 unidades
09/10/184 5	Luanda	Andorinha	J. F. da Cunha	Sabão	150 Caixas
14/10/184 5	Montevideo	Emanuel	N. C. Schuler	Rapé	740 libras
15/10/184 5	Londres	Adelaide	M. Ventura	Charutos	3.000 unidades
21/10/184 5	Montevideo	Vênus	Aranaga	Tamancos	24 sacos
21/10/184 5	Montevideo	Vênus	Aranaga	Rapé	100 potes

25/10/184 5	Montevideo	Emanuel	M. F. de S. Romão	Sabão	200 Caixas
26/10/184 5	Rio da Prata	Emanuel	Hobckirk Weertman e Cia	Sabão	200 Caixas
29/10/184 5	Luanda	Constância	D. J. F. Bastos	Charutos	8.000 unidades
30/10/184 5	Angola	Constância	J. R. de Carvalho	Rapé	1 Caixa
01/11/184 5	Montevideo	Beleza do Sul	José Antonio Figueiredo Júnior	Sal	2.000 alqueires
11/11/184 5	Montevideo	Maria Luiza	F. A. de Souza	Fios de Algodão	22 sacos
18/11/184 5	Angola	Bella Marília	José Joaquim Corrêa e Cia	Charutos	1 Caixa

18/11/184 5	Montevideo	Beleza do Sul	Francisco Antonio Justo	Tamancos	150 pares
27/11/184 5	Benguella	Estrella do Cabo	Theodoro Purchelo da Silva	Vidro	2 Caixas
27/11/184 5	Montevideo	Alfredo	Faria e Irmãos	Velas	4 Caixas
29/11/184 5	Angola	Bella Marília	José Dias Copertino	Charutos	10.000 Unidades
29/11/184 5	Buenos Aires	Sete de Setembro	Francisco Antonio de Souza	Fios de Algodão	20 Sacos
29/11/184 5	Montevideo	Alfredo	Faria e Irmãos	Fios de Algodão	5 Fardos
29/11/184 5	Buenos Aires	Sete de Setembro	Francisco Antonio de Souza	Fios de Algodão	6 Fardos e 10 Sacos

02/12/184 5	Buenos Aires	Sete de Setembro	Antonio José de Oliveira Campos	Fios de Algodão	120 arrobas
02/12/184 5	Montevideo	Protectora	José Gonçalves Rangel	Tamancos	3.087 pares
04/12/184 5	Buenos Aires	Penhix	F. Schott	Sal	250 moios
04/12/184 5	Buenos Aires	Cybele	F. Schott	Sal	259. 280 kg
06/12/184 5	Rio da Prata	Helen. M. Leond	Maxwell Wright e Cia	Velas	108 Caixas
12/12/184 5	Angola	Isabel	Rodrigo José Fernandes	Licor	4 Barricas
12/12/184 5	Montevideo	Protectora	J. de Souza Ribeiro	Tamancos	4 Caixas

15/12/184 5	Montevideo	Novo Triunfo	Faria e Irmãos	Tamancos	9 Fardos
16/12/184 5	Benguella	Isabel	Leite e Cia	Sabão	12 Caixas
19/12/184 5	Montevideo	Rita	Francisco Domingos	Tamancos	2 Sacos
19/12/184 5	Montevideo	Rita	José Soares Gomes	Velas	8 Caixas
19/12/184 5	Montevideo	Rita	José Soares Gomes	Fios de Algodão	8 Fardos
19/12/184 5	Montevideo	Madalena	Thomaz Pereira Guimarães	Charutos	2 Caixas
20/12/184 5	Montevideo	Madalena	J. M. de Mendia	Charutos	1/2 arrobas

20/12/184 5	Montevideo	Madalena	J. M. de Mendia	Fios de Algodão	4 Caixas
20/12/184 5	Montevideo	Madalena	Antonio José Pinto Guimarães	Fios de Algodão	3 fardos e 3 sacas
23/12/184 5	Angola	Isabel	João Ignácio de Carvalho	Charutos	2 Caixas
30/12/184 5	Benguella	Isabel	J. A. Vellar	Calças	1 Caixa
31/12/184 5	Valparaíso	National	M. Lopes	Vidro	3 Caixas
01/01/185 0	Angola	Tourville	J. J. da Costa	Charutos	
03/01/185 0	Buenos Aires	Esperança	A. de Atanaga	Sabão	100 Caixas

03/01/185 0	Califórnia	Bella Pernambucana	A. J. Barbosa	Velas	50 caixas
03/01/185 0	Valparaíso	Sylplade	B, e Reimers	Chapéus	2 Caixas
05/01/185 0	Califórnia	Bella Pernambucana	Capitão	Chapas de Fogão	21 unidades
10/01/185 0	Valparaíso	Sura e Johanna	Lallemant e Cia.	Sabão	242 Caixas
10/01/185 0	Valparaíso	Sura e Johanna	Lallemant e Cia.	Charutos	2 caixas
10/01/185 0	África	Tourville	B. T. Bastos	Charutos	3 Caixas
11/01/185 0	Benguella	Duas Clementinas	Rocha Júnior e Cia	Sabão	60 Caixas

11/01/185 0	Benguella	Duas Clementinas	Rocha Júnior e Cia	Charutos	2 caixas
15/01/185 0	Montevideo	Conceição	M. Bastos e Cia	Sabão	129 caixas
16/01/185 0	África	Tourville	Capitão	Charutos	22 Caixas
17/01/185 0	África	Duas Clementinas	A. Paim	Sabão	310 Caixas
17/01/185 0	Montevideo	Conceição	J. S. Ceva	Sabão	129 caixas
22/01/185 0	Valparaíso	Ziepa Raretza	Severino e Cia	Camas	40 unidades
24/01/185 0	Luanda	General Rego	Carvalho e Rocha	Sabão	40 Caixas

24/01/185 0	Valparaíso	Ziepa Raretza	F. Le. Breton e Cia	Camas	40 unidades
25/01/185 0	África	General Rego	L. F de Noronha	Charutos	2 caixas
26/01/185 0	Montevideo	Marine	M. J. Pinto	Rapé	1 Caixa
26/01/185 0	Rio da Prata	Brazileiro	J. S. Gomes e Cia	Fios de Algodão	35 Sacos
29/01/185 0	Montevideo	Marine	José Maria de Sá	Sabão	300 Caixas
30/01/185 0	Rio da Prata	Brazileiro	Ziguago e Irmãos	Fios de Algodão	35 Sacos
31/01/185 0	Angola	General Rego	L. F de Noronha	Charutos	3 Barricas

01/02/185 0	Montevideo	Ebe	A. J. P. Carvalho	Sabão	200 Caixas
01/02/185 0	Montevideo	Ebe	A. J. P. Carvalho	Velas	20 Caixas
02/02/185 0	Califórnia	Esperance	A. Paim	Tijolos	10.000 unidades
05/02/185 0	Montevideo	Ebe	P. Gaggini e Sobrinho	Sabão	200 Caixas
05/02/185 0	Montevideo	Ebe	P. Gaggini e Sobrinho	Velas	20 Caixas
06/02/185 0	Califórnia	Esperance	A. Paim	Tijolos	15.000 unidades
07/02/185 0	Buenos Aires	Romulo	J. S. Gomes e Cia	Velas	1 Caixa

08/02/185 0	África	General Rego	J. L. Coelho	Velas	20 Caixas
16/02/185 0	África	General Rego	J. S. Leão	Charutos	3 Caixas
17/02/185 0	Califórnia	Uruguay	Hanquet e Cia	Tijolos	25.000 unidades
20/02/185 0	Valparaíso	Jane Remarino	A. e R. Bartels	Tijolos	20.000 unidades
21/02/185 0	África	General Rego	F. X. A. Ribeiro	Sabão	30 Caixas
22/02/185 0	Angola	Fortuna	Azevedo e Lemos	Charutos	3 Caixas
23/02/185 0	Cabo da Boa Esperança	Sans Parille	Schereeder e Cia	Charutos	5 Caixas

24/02/185 0	Luanda	Fortuna	J. S. Leão	Charutos	2 Caixas
28/02/185 0	Benguella	Fortuna	Rocha Júnior e Cia	Sabão	100 Caixas
28/02/185 0	Benguella	Fortuna	Rocha Júnior e Cia	Charutos	2 Caixas
29/02/185 0	Rio da Prata	Charrua	J. S. Gomes e Cia	Fios de Algodão	12 Sacos
29/02/185 0	Rio da Prata	Charrua	J. J. Correa	Rapé	4 Caixas
04/03/185 0	Benguella	General Rego	J. C. Viana	Charutos	2 Caixas
05/03/185 0	Benguella	Fortuna	F. F de Castro	Sabão	50 caixas

05/03/185 0	Rio da Prata	Júpiter	J. S. Ceva	Chapéus	3 Caixas
05/03/185 0	Valparaíso	Jane Remarino	A. e R. Bartels	Tijolos	3.000 unidades
06/03/185 0	Rio da Prata	Júpiter	J. S. Ceva	Charutos	2 Caixas
07/03/185 0	África	Fortuna	Moura Bastos e Cias	Sabão	50 caixas
12/03/185 0	África	Independente	J. S. Ceva	Cerveja	7 Barricas
12/03/185 0	Benguella	Fortuna	Moura Bastos e Cias	Sabão	20 Caixas
13/03/185 0	Benguella	General Rego	Amaral e Bastos	Sabão	110 Caixas

13/03/185 0	Benguella	General Rego	Amaral e Bastos	Charutos	20 Caixas
17/03/185 0	Luanda	Fortuna	F. T. Bastos	Charutos	8 Caixas
19/03/185 0	Califórnia	Lydia Ann	Coleman e Cia	Velas	225 Caixas
21/03/185 0	Lisboa	Fortuna	F. T. Bastos	Sabão	320 Caixas
21/03/185 0	Lisboa	Fortuna	F. T. Bastos	Charutos	19 Caixas
21/03/185 0	Lisboa	Fortuna	F. T. Bastos	Licor	12 Caixas
23/03/185 0	Lisboa	Firmeza	J. F. Maia	Rapé	9 Caixas

05/04/185 0	Califórnia	Uruguay	M. A. Pinto	Sapatos	2 Caixas
06/04/185 0	Califórnia	Jane Remarino	Tupper e Cia	Tijolos	22.098 unidades
20/04/185 0	Califórnia	Uruguay	J. B. Hanquet	Tijolos	12.500 unidades
20/04/185 0	Califórnia	Uruguay	J. B. Hanquet	Sapatos	3 Caixas
20/04/185 0	Califórnia	Uruguay	J. B. Hanquet	Vidro	113 Caixas
20/04/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Tijolos	5.000 unidades
26/04/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Tijolos	10.000 unidades

27/04/185 0	África	Bom Sucesso	Rocha Júnior e Cia	Sabão	100 Caixas
30/04/185 0	Montevideo	Norma	José Maria de Sá	Sabão	150 Caixas
01/05/185 0	África	Anonymo	Capitão	Charutos	5 Caixas
01//05/18 50	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Sabão	50 caixas
02/05/185 0	Angola	Bom Sucesso	V. J. Gonçalves	Sabão	100 caixas
02/05/185 0	Montevideo	Norma	José Maria de Sá	Sabão	200 caixas
03/05/185 0	Montevideo	Norma	J. J. Bravo	Sabão	300 Caixas

04/05/185 0	Benguella	Paquete Saudade	A. M. Rocha	Velas	15 Caixas
05/05/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Tijolos	5.000 unidades
11/05/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Tijolos	5.000 unidades
11/05/185 0	Luanda	Paquete Saudade	José Maria de Sá	Sabão	50 caixas
14/05/185 0	Buenos Aires	Invencível	J. V. da Cunha	Fios de Algodão	38 Sacos
15/05/185 0	Califórnia	Carlisle	Maxwell e Cia	Tijolos	86.100 unidades
19/05/185 0	Buenos Aires	Invencível	J. Raphael de Azevedo	Fios de Algodão	38 sacos

19/05/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Pernas de Serra	100 unidades
19/05/185 0	Montevidéo	Audax	José Maria de Sá	Sabão	150 Caixas
22/05/185 0	Montevidéo	Audax	José Maria de Sá	Sabão	150 Caixas
23/05/185 0	Montevidéo	Audax	F. J. Bravo	Sabão	300 Caixas
24/05/185 0	Angola	Bom Sucesso	A. R. Sá Vianna	Charutos	1 Caixa
25/05/185 0	Benguella	Paquete Saudade	J. P. Freire	Charutos	2 Caixas
29/05/185 0	Benguella	Esperanças	José Maria de Sá	Sabão	20 Caixas

29/05/185 0	Rio da Prata	Duque da Terceira	J. S. Gomes e Cia	Fios de Algodão	15 sacos
31/05/185 0	Rio da Prata	Duque da Terceira	Ferreira Netto e Mello	Fios de Algodão	14 sacos
02/06/185 0	Angola	Bom Sucesso	J. A. C. Vianna	Charutos	10 Caixas
02/06/185 0	Angola	Bom Sucesso	J. A. C. Vianna	Sabão	250 Caixas
04/06/185 0	Benguella	Paquete Saudade	J. L. Coelho	Velas	30 caixas
04/06/185 0	Benguella	Paquete Saudade	J. M. Leite	Sabão	20 Caixas
04/06/185 0	Benguella	Esperanças	J. C. Ferreira	Charutos	5 Caixas

06/06/185 0	África	Paquete Saudade	B. J. Pinto	Charutos	2 Caixas
10/06/185 0	Angola	Paquete Saudade	Capitão	Charutos	28 Caixas
10/06/185 0	Angola	Paquete Saudade	Capitão	Chapéus	2 Caixas
10/06/185 0	Angola	Paquete Saudade	Capitão	Chocolate	1 Caixa
10/06/185 0	Angola	Paquete Saudade	Capitão	Sabão	20 Caixas
10/06/185 0	Angola	Paquete Saudade	Capitão	Velas	45 Caixas
10/06/185 0	Angola	Paquete Saudade	Capitão	Licor	2 Barricas

11/06/185 0	Montevideo	Soares	J. Luiz Soares	Sabão	178 Caixas
11/06/185 0	Montevideo	Soares	J. Luiz Soares	Velas	22 Caixas
11/06/185 0	Montevideo	Soares	A. J. P. Carvalho	Sabão	178 Caixas
11/06/185 0	Montevideo	Soares	A. J. P. Carvalho	Velas	22 Caixas
18/06/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Velas	100 Caixas
20/06/185 0	Benguella	Amelia	A. A. Peixoto	Cigarro	2 caixas
20/06/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Sapatos	2 caixas

20/06/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Velas	30 Caixas
22/06/185 0	África	Luiza et Beaton	D. P. Cruz Silva	Sabão	40 Caixas
22/06/185 0	África	Luiza et Beaton	D. P. Cruz Silva	Velas	2 caixas
27/06/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Tijolos	30.000 unidades
27/06/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Pernas de Serra	169 unidades
27/06/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Velas	150 Caixas
27/06/185 0	Califórnia	Alexandre	H. Pain	Sabão	50 caixas

28/06/185 0	África	Luiza et Beaton	J. C. Ribeiro da Silveira	Charutos	45.000 unidades
28/06/185 0	Montevideo	Pedro II	N. J. P de Carvalho	Sabão	50 caixas
29/06/185 0	Angola	Amelia	M. P. Nogueira Lemos	Sapatos	1 Caixa
02/07/185 0	Montevideo	Pedro II	A. P. Ribeiro. Guimarães	Charutos	636 Caixas
03/07/185 0	Montevideo	Pedro II	B. Pamplona de Menezes	Sabão	50 caixas
03/07/185 0	Montevideo	Pedro II	B. Pamplona de Menezes	Charutos	637 Caixas
03/07/185 0	Bneguella e Luanda	Amelia	D. M. Ferreira	Sabão	71 Caixas

03/07/185 0	Benguella e Luanda	Amelia	D. M. Ferreira	Velas	29 Caixas
04/07/185 0	Cabo da Boa Esperança	Medina	Nathan e Irmãos	Chapéus	1 Caixa
05/07/185 0	África	Tourville	J. Fonsceca Guimarães	Charutos	2 Caixas
06/07/185 0	Benguella	Esperanças	M. J. Teixeira	Cigarro	1 Caixa
06/07/185 0	Benguella	Esperanças	M. J. Teixeira	Sabão	40 Caixas
06/07/185 0	Benguella	Esperanças	M. J. Teixeira	Charutos	7 Caixas
06/07/185 0	Benguella	Esperanças	M. J. Teixeira	Rodas de Ferro	12 unidades

06/07/185 0	Benguella	Esperanças	M. J. Teixeira	Espingardas	12 Caixas
06/07/185 0	Benguella	Esperanças	M. J. Teixeira	Correntes de Ferro	180 Braças
07/07/185 0	Rio da Prata	Atala	J. C. Pinto e Cia	Chapéus	4 Caixas
16/07/185 0	Luanda	Amelia	J. F da Cunha	Charutos	3 Caixas
17/07/185 0	África	Amelia	D. M. Ferreira	Sabão	100 Caixas
17/07/185 0	África	Amelia	D. M. Ferreira	Charutos	1 Caixa
19/07/185 0	África	Providência	A. Aranaga	Cerveja	7 Barricas

19/07/185 0	África	Providência	A. Aranaga	Velas	10 Caixas
25/07/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	A. J. P. Bastos	Sabão	50 caixas
25/07/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	J. S. Gomes e Cia	Fios de Algodão	10 Sacos
30/07/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	A. J. P. Carvalho	Sabão	130 Caixas
31/07/185 0	Luanda	Luiza et Beaton	Capitão	Charutos	5 Caixas
01/08/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	J. S. Gomes e Cia	Fios de Algodão	5 Sacos
04/08/18 50	Montevideo	Saudades do Rio	J. C. Pinto e Cia	Chapéus	2 Caixas

06/08/185 0	Buenos Aires	Saudades do Rio	J. F da Cunha	Sabão	20 Caixas
07/08/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	José Maria de Sá	Sabão	200 caixas
07/08/185 0	Cingapura	Favorita	J. R. Moura	Sabão	10 Caixas
10/08/185 0	Rio da Prata	Saudade	Ferreira Netto e Mello	Chapéus	2 Caixas
11/08/185 0	Califórnia	Petesburgo	Maxwell e Cia	Tijolos	2.670 unidades
11/08/185 0	Califórnia	Petesburgo	Maxwell e Cia	Velas	240 Caixas
13/08/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	M. J. Araújo Costa	Sabão	412 Caixas

15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Charutos	6 Caixas
15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Cigarro	4 Caixas
15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Sapatos	1 Caixa
15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Velas	59 Caixas
15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Sabão	171 Caixas
15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Chapéus	1 Caixa
15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Espingardas	2 Caixas

15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Vidro	5 Caixas
15/08/185 0	Benguella	Amelia	Antonio Antunes de Campos	Carvão	120 Barricas
15/08/185 0	Cingapura	Favorita	Miller Le Coq e Cia	Velas	10 Caixas
15/08/185 0	Cingapura	Favorita	Miller Le Coq e Cia	Vidro	2 Caixas
15/08/185 0	Buenos Aires	Mathilde	Meuran	Rapé	5 Caixas
18/08/185 0	Buenos Aires	Budget	Diogo Calvo e Filhos	Sabão	20 Caixas
21/08/185 0	Cabo da Boa Esperança	Harmonhy	J. J. da Cunha	Charutos	3 Caixas

24/08/185 0	Buenos Aires	Mathilde	B. Bomagera e Cia	Rapé	5 Caixas
24/08/185 0	Nova Yorque		J. Morgan	Charutos	2 Caixas
29/08/185 0	Nova Yorque	Ellen Perkins	J. Morgan	Charutos	3 Caixas
30/08/185 0	Buenos Aires	Sentinella	Afonso Vellado	Sabão	200 caixas
31/08/185 0	Nova Yorque	Ellen Perkins	Phillips e Cia	Charutos	3 Caixas
04/09/185 0	Buenos Aires	Sentinella	Lambert e Cia	Sabão	200 caixas
04/09/185 0	Califórnia	Malcom	Hudson e Cia	Sapatos	1 Caixa

04/09/185 0	Buenos Aires	Bella Anita	Rodrigues e Simas	Charutos	3 Caixas
13/09/185 0	Buenos Aires	Alexandre	Capitão	Charutos	4 Caixas
20/09/185 0	Rio da Prata	Eduardo	P. de Aguinaga e Cia	Chapéus	2 Caixas
20/09/185 0	Montevideo	Urgent	J. V. da Cunha	Charutos	2 Caixas
20/09/185 0	Montevideo	Urgent	J. L. Coelho	Sabão	100 Caixas
20/09/185 0	Montevideo	Urgent	José Maria de Sá	Sabão	500 Caixas
20/09/185 0	Montevideo	Urgent	José Maria de Sá	Velas	100 Caixas

24/09/185 0	Buenos Aires	Castro III	Marcello e Cia	Charutos	2 Caixas
24/09/185 0	Cabo da Boa Esperança	Ospray	J. J. da Cunha	Charutos	3 Caixas
25/09/185 0	Luanda	Abreu I	F. B. Xavier	Charutos	2 Caixas
26/09/185 0	Benguella	Abreu I	J. S. Leão	Sabão	30 caixas
26/09/185 0	Rio da Prata	Eduardo	Rodrigues e Simas	Charutos	3 Caixas
27/09/185 0	Cabo da Boa Esperança	Ospray	José Maria de Sá	Sabão	200 caixas
27/09/185 0	Luanda	Abreu I	J. L. Coelho	Velas	50 caixas

27/09/185 0	Luanda	Abreu I	Barbosa e Pires	Sabão	30 caixas
27/09/185 0	Luanda	Abreu I	Barbosa e Pires	Velas	6 Caixas
27/09/185 0	Luanda	Abreu I	Barbosa e Pires	Charutos	2 Caixas
28/09/185 0	Benguella	Abreu I	B. J. Pinto	Charutos	2 Caixas
28/09/185 0	Montevideo	Urgent	J. R. Marcello	Charutos	2 Caixas
03/10/185 0	Buenos Aires	Bella União	M. A. de Moraes	Charutos	2 Caixas
03/10/185 0	Buenos Aires	Bella União	M. A. de Moraes	Sabão	14 Caixas

06/10/185 0	Cabo da Boa Esperança	Esmeralda	Rodrigues e Simas	Charutos	3 Caixas
09/10/185 0	Cabo da Boa Esperança	Esmeralda	José Maria de Sá	Sabão	600 Caixas
09/10/185 0	Cabo da Boa Esperança	Esmeralda	José Maria de Sá	Velas	50 caixas
19/10/185 0	Montevidéo	Argester	A. Gonçalves de Carvalho	Sabão	50 caixas
22/10/185 0	Buenos Aires	Esperanças	Decosterd	Fios de Algodão	20 sacos
22/10/185 0	Montevidéo	Argester	A. Gonçalves de Carvalho	Sabão	100 Caixas
23/10/185 0	Buenos Aires	Castro III	A. Dias de Souza Castro	Sabão	14 Caixas

23/10/185 0	Buenos Aires	Castro III	A. Dias de Souza Castro	Charutos	5 Caixas
23/10/185 0	Buenos Aires	Castro III	A. Dias de Souza Castro	Fósforo	3 Caixas
24/10/185 0	Montevideo	Argester	A. J. Pereira de Carvalho	Sabão	300 Caixas
24/10/185 0	Montevideo	Argester	A. J. Pereira de Carvalho	Velas	50 caixas
07/11/185 0	Rio da Prata	Atala	J. Carvalho Pinto e Cia	Chapéus	3 Caixas
14/11/185 0	Rio da Prata		José Maria de Sá	Sabão	100 Caixas
19/11/185 0	Angola	Rio Tamega	A. J. Vieira de Souza	Charutos	3 Caixas

21/11/185 0	Montevideo	Luanda	F. C. Pereira	Charutos	3 Caixas
23/11/185 0	Angola	Pensamento Feliz	J. T. de Carvalho	Chapéus	1 Caixa
23/11/185 0	Rio da Prata	Luiza	J. S. Ceva	Chapéus	1 Caixa
24/11/185 0	Angola	Rio Tamega	J. M. Leite	Sabão	20 Caixas
24/11/185 0	Angola	Rio Tamega	J. Souza Velho	Sapatos	1 Caixa
24/11/185 0	Angola	Rio Tamega	J. Souza Velho	Charutos	1 Caixa
26/11/185 0	Angola	General Rego	Fortunato da Cunha	Charutos	5 Caixas

26/11/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	J. Pereira de Carvalho	Sabão	20 Caixas
27/11/185 0	Rio da Prata	San Pio	J. S. Gomes e Cia	Fios de Algodão	22 Sacos
28/11/185 0	Rio da Prata	Pacífico	José Maria de Sá	Sabão	300 Caixas
04/12/185 0	Angola	General Rego	M. J. Oliveira Sampaio	Charutos	3 Caixas
05/12/185 0	Benguela	General Rego	M. R. Mesquita Vianna	Sabão	30 caixas
06/12/185 0	Angola	General Rego	M. J. Oliveira Sampaio	Sabão	50 caixas
06/12/185 0	Angola	General Rego	P. E. Guimarães	Charutos	1 Caixa

06/12/185 0	Buenos Aires	Mensagera	Schueler e Cia	Rapé	5 Caixas
06/12/185 0	Montevideo	Luanda	D. J. de Mattos	Sabão	50 caixas
06/12/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	Schueler e Cia	Rapé	5 Caixas
08/12/185 0	Benguella	General Rego	A. P. de Carvalho	Sabão	30 caixas
10/12/185 0	Luanda	Pensamento Feliz	J. P. de Oliveira Bastos	Charutos	1 Caixa
11/12/185 0	Luanda	Pensamento Feliz	A. B. de Lacerda	Charutos	2 Caixas
13/12/185 0	África	General Rego	J. C. Ferreira	Charutos	1 Caixa

13/12/185 0	África	Pensamento Feliz	J. C. Ferreira	Charutos	2 Caixa
13/12/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	F. A. de Lyra	Rapé	1 Caixa
15/12/185 0	Benguella	General Rego	M. C. Reis	Sabão	25 Caixas
18/12/185 0	Benguella	Pensamento Feliz	J. Oliveira Guimarães	Charutos	1 Caixa
21/12/185 0	África	Pensamento Feliz	J. T. de Carvalho	Licor	2 Barricas
22/12/185 0	Buenos Aires	Tigre	Salvador Romão	Charutos	3 Caixas
24/12/185 0	Benguella	Pensamento Feliz	J. M. Leite	Charutos	1 Caixa

24/12/185 0	Buenos Aires	Tigre	J. B. Marcello	Charutos	16 Caixas
25/12/185 0	Cabo da Boa Esperança	Iris	J. J. da Cunha	Charutos	4 Caixas
25/12/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	J. P. O. Bastos	Charutos	2 Caixas
25/12/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	P. A. Doris	Sabão	50 caixas
25/12/185 0	Montevideo	Saudades do Rio	Lajoux	Velas	300 Caixas
29/12/185 0	África	Pensamento Feliz	J. C. Ferreira	Charutos	1 Caixa
29/12/185 0	Rio da Prata	Independenza	B. J. Felletti	Rapé	2 Caixas

Fonte: COMMÉRCIO, Jornal do. Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para os anos de 1840, 1845, 1850. Hemeroteca Digital. (As datas são referentes a data de publicação do jornal)

Bibliografia

Documentos:

ALMANCK Administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849 e 1850. 1855, 1860, 1865, 1870.

ALMANQUE Civil, político e comercial da Bahia para o ano de 1845. Edição Fac-similar. Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1998.

ALMANAK do Maranhão com folinha para o ano de 1849. Por A. Rêgo. Escritório do Progresso. 1848.

ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial do Maranhão para o ano de 1858, 1859, 1860, 1868. Organizado por B. de Mattos. Typographia do Progresso.

ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o ano de 1854, 1855, 1857, 1858, 1860 e 1863 Typographia de Camillo Lellis Masson e Cia.

ALMANAK Administrativo, mercantil e industrial da província de Pernambuco para o ano de 1860. Typographia de M. F. de Faria.

ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano bissexto de 1869

ARQUIVO Nacional. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428.

ARQUIVO Nacional. Coleção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Códice 217.

COMMÉRCIO, Jornal do. Todas as edições do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro para os anos de 1840, 1845, 1850. Hemeroteca Digital

PPROVÍNCIA, Todos os relatórios de presidentes de províncias.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de. Da cidade colonial à Cidade Capitalista. In: Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 3.ed. Rio de Janeiro. InplanRio. 1997

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando. História da Vida Privada no Brasil: Império, a Corte e a Modernidade Nacional. São Paulo. Companhia das Letras. 1997.

ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da Indústria no Brasil. In: MAUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica. São Leopoldo. Casa de Leira. 2020

ALMICO, Rita de Cássia; SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da modernização capitalista.XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. 2017

ANDRADE, Romulo Garcia. Burocracia e Economia na primeira metade do século XIX: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro. 1808-1850. Niterói. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. 1980

ARRUDA, José Jobson de Andrade; e NOVAIS, Fernando. Prometeus e Atlântis na forja da Nação. Economia e Sociedade. Campinas. V.12. n.2. 2003

BARRICKMAN. B. J. Um contraponto Baiano: Açúcar, Fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780- 1860). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2003

BARROSO, Daniel Souza; JÚNIOR, Luiz Carlos Laurindo. À Margem da Segunda Escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. Revista Tempo. Volume 23. N. 3. 2007

BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth. Slavery's Capitalisms: A New History of American Economic Development. Philadelphia. Penn. 2016

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das Letras. 1989

BRAUDEL, Fernand. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII. Os Jogos das Trocas. São Paulo. Martins Fontes. 2009

BRAUDEL, Fernand. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII. Os Jogos das Trocas. São Paulo. Martins Fontes. 2009

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano. São Paulo. Martins Fontes. 2005

CALDEIRA, Jorge. Mauá: Empresário do Império. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 1995.

CAMERON, Rondo. O Despontar da Indústria Moderna. In: História Econômica do Mundo: de uma forma consisa, de há 30.000 anos até o presente. Portugal. Publicações Europa-América. 2004

CANO, Wilson. Alguns Aspectos da Concentração industrial. In: Formação Econômica do Brasil: A experiência da industrialização. São Paulo. Saraiva. 1978. Pp.63-120

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas. 1975.

CARDOSO, Ciro Flamariom. Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo. Brasiliense. São Paulo. 1982.

CARDOSO, Ciro Flamariom. Escravo ou Camponês?: O Protocampesinato Negro nas Américas. São Paulo. Brasiliense. 1987

CARVALHO, José Murilo. Escravidão e Razão Nacional. In: Pontos e Bordados: Escritos de História e Política. Belo Horizonte. UFMG. 1999

CHAVES, Cláudia Maria das Graças e SLEMIAM, Adréia. “Memorial” as Cortes de Lisboa por Manoel Luis da Veiga (1821): Constitucionalismo e formas de governo no Brasil. *Análise Social*. 218. 2016.

CLEGG, John. A Teory of Capitalist Slavery. *J. Hist. Social*. 33. 2020

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República. 6. ed. São Paulo. Unesp. 1999

COUCEIRO, Luiz Alberto; SILVA, Rejane Valvanoda. Possíveis Análises sobre a Produção do Algodão na Maranhão (1755-1818): relacionamento o conceito “segunda escravidão” com práticas de crédito”. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 12(20)

CURY, Maria Vania. História da Industrialização no Século XIX. Rio de Janeiro. UFRJ. 2006

DAVIS, JOHN. A; MATHIAS, Peter. As Primeiras Revoluções Industriais. Publicações Dom Quixote. 1998

DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. 2.ed. São Paulo. Difel. 1970

FALCON, Francisco José Calazans. O Capitalismo Unifica o Mundo. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O Século XX, o tempo das certezas: da formação do capitalismo a primeira grande guerra. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840). Rio de Janeiro. Diadorim. 1993

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2007

GORENDER, Jacob. Escravidão Reabilitada. São Paulo. Ática. 1990.

GORENDER, JACOB. Escravidão Urbana. In: O Escravismo Colonial. São Paulo. Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo. 2016

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. V.2. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009

GRINBERG, Keila; Salles, Ricardo. O Brasil Imperial. VOL. 1. (1808-1831). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio inglês no Império Brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co. 1824 – 1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007

HOBBSAWM, Eric J. A Era das Revoluções(1789-1848). São Paulo. Paz e Terra. 2012

HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. “O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Revista Acervo. 2015. Vol. 1, 15

JÚNIOR, João Feres. Introdução a uma crítica da Modernidade como conceito sociológico. Londrina. Mediações. V.15. n. 2. 2010.

KARASCH, Mary. A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo. Companhia das Letras. 2000

KOSELLECK, REINHART. “Modernidade”: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: Futuro do Passado: contribuição à Semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto. Ed. PUC-Rio. 2006

LAMARÃO, Sérgio Tadeu. Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Segunda Edição. Rio de Janeiro. Departamento Geral de documentação e informação cultura. 2006

LANDES, David. O Prometeu Desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1994

LEVY, Maria Bárbara. A indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1994

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. História Econômica da Independência e do Império. 2.Ed. São Paulo. Hucitec. ABPHE. Edusp. 2002. pp.237-240

LIMA, Heitor Ferreira. Formação Industrial do Brasil (Período Colonial). Rio de Janeiro. Fundo de Cultura. 1961

LINDEN, Marcel Van Der. Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global do trabalho. Campinas. UNICAMP. 2013

LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978

LOPES, Walter Mattos. “A Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações, deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos”:Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI (1808-1821). Niterói. Dissertação (Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. 2009

LUZ, Nícia Vilella. Luta Pela Industrialização do Brasil. São Paulo. Alfa Omega. 1978

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política 1798-1822. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1994

MALAVOTA, Leandro Miranda. A Construção do sistema de patentes no Brasil: Um olhar histórico. Rio de Janeiro. Lúmem Juris. 2011

MALERBA, Jurandir. Alinhamento Ideológico, Ciência e Economia Política. In: Brasil em Projetos: História dos sucessos políticos e planos de melhoramento do Reino. Da Ilustração portuguesa à Independência. Rio de Janeiro. FGV. 2020

MANTOUX, Paul. A Revolução Industrial no Século XVIII: estudos sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo. Hucitec. 1988

MARQUESE, Rafael. Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre escravidão brasileira. Revista de História. São Paulo. n. 169. pp. 223-256. 2013

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2016

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo. Contexto. 2008

MARTINS, Mônica de Souza. Entre a Cruz e o Capital: As corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824). Rio de Janeiro. Garamoud. 2008.

MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980. 55 p. (Texto para Discussão, 10) CDU 33 (091) (815.1)

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR. 1994

MATHIAS, João Felipe; SARAIVA, Luiz Fernando; NETO, Seme Gebara; GUIMARÃES. Escravidão, renda negativa e desigualdade no Brasil: uma proposta de agenda de pesquisa. XXVI Encontro Nacional de Economia. Goiana. Editora UFG. 2021.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema. São Paulo. HUCITEC. 1987

MEDEIROS, Felipe Lima de; PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Teoria Protoindustrial: origem, desenvolvimento e atualidade. Revista de Estudos Econômicos. São Paulo. Vol.49. n.1. 2019. pp. 131-161.

MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Editora Brasiliense. São Paulo. 1982

MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo. Brasiliense. 1982.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. Rio de Janeiro. 7 Letras. 2015

NARDI, Jean Baptist. A (Des)montagem da Indústria brasileira do fumo (1808-1913) – o caso da Bahia. ABPHE

NETO, Mario Danieli. Trabalho, escravidão e liberdade em estabelecimentos fabris dos séculos XVIII e XIX. Revista de História Econômica e História de Empresas. V.25. n.1. 2022. pp. 141-166

NETTO, Mario Danieli. Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica São João de Ipanema – Sorocaba- (SP) 1765-1895. 2006. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas

ODILA, Maria. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo. Alameda. 2005

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. A Construção Inacabada: a economia brasileira, 1828-1860. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Raízes da Indústria no Brasil. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992.

PALMA, Nuno; PAPADIA, Andrea; PEREIRA, Thales; WELLER, Leonardo. Slavery and Development in Nineteenth Century Brazil. Pensilvânia. Capitalismo: um jornal de História e Economia. Vol. 2, N.2. 2021.

PARRON, Tamis. Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. Dissertação de Mestrado em História. USP. São Paulo. 2009

PAULA, João Antônio de. História e Teoria: sobre a proto-industrialização. Revista de História Econômica e História de Empresas. VI.2. 2003

PELÁEZ, Carlos. História da Industrialização brasileira. Rio de Janeiro. Apec. 1972

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Campus. 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense. 2012

RENAULT, Delso. Indústria, Escravidão, Sociedade. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1976

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Comércio interno e manufaturas nos tempos da Independência do Brasil. Revista USP. São Paulo. N.132. 2022. pp.59-78

ROSTOW. Walt. W. Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1961

SALLES, Ricardo. Segunda Escravidão. Revista Tempo. Volume 19. Número 35. Resenha

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo. Best Seller. 1999. Pp. 299-300.

SANTOS, Silvana Andrada dos. *Nestas Costas Tão Largas: O tráfico transatlântico de escravizados e dinamização das economias regionais no Brasil (1831-1850)*. *Revista de História (São Paulo)*, n. 177, a08317, 2018

SANTOS, Silvana Andrade dos. “Factos, princípios d’ economia e regras de administração pública”: considerações sobre o Tribunal do Comércio e a industrialização brasileira na primeira metade do século XIX. *Revista Cantareira*. Niterói. N. 29. p. 171-182. 2018

SANTOS, Silvana Andrade dos. *Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista: A sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica têxtil de Todos os Santos (1844-1878)*. Tese de Doutorado. Instituto de História. UFF. Niterói. 2020

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo. Alfa e Ômega. 1981

SINDER, Matheus. *A Indústria Escravista no Oitocentos: o caso das fábricas no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Varginha. XIV Congresso Brasileiro de História Econômica e Décimo Quinto Encontro Internacional de História de Empresas. 2021.

SINDER, Matheus. *A Indústria Fabril no Oitocentos: escravidão, economia nacional e história e historiografia da indústria no Brasil*. Niterói. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História). 2020.

SOARES, Luiz Carlos. *A Escravidão Industrial no Rio de Janeiro no século XIX*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica & Sexta Conferência de História de Empresas. Caxambu. 2003

SOARES, Luiz Carlos. A Manufatura na formação econômico e social escravista no sudeste: Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense. 1840-1880. Dissertação (Mestrado em História). Niterói. Universidade Federal Fluminense. 1980. 2v

SOARES, Luiz Carlos. O povo de cam na capital do Brasil: escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro. 7letras. 2011

STEIN, Stanley. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro. Campus. 1979

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento. 3.ed. São Paulo. HUCITEC. 2021

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. Revista de História Econômica e História de Empresas. São Paulo. III.2. 200. pp. 7-25

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaio sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro. Zahar. 1975

TOMICH, Dale. Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo. Edusp. 2011.

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. Almanques: histórias, contribuições e esquecimentos. Ribeirão Preto. DIALOGUS. V.4, n.1. 2008

VELASCO e CRUZ, Maria Cecília. O Porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas facetas. Niterói. Tempo, vol. 8, n.2 p. 123-147. 1999

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo. Martin Claret. 2013

WEBER, Max. A Gênese do Capitalismo Moderno. São Paulo. Ática. 2006.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão. São Paulo. Companhia das Letras 2012

WOOD, Ellen Meiksins. A Origem do Capitalismo. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2001

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo. Boitempo. 2011